



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVIII – Nº 346 – S 37 DE CI QUVQ DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3º - João Durval - (PDT-BA)
	4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28 Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (62,70) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87) Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85) Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24 Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99) Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82) Líder do PCdoB - 2 Inácio Arruda (89,99) Vice-Líder do PCdoB Vanessa Grazziotin (1,91) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Mário Couto - Bloco (34,61) Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Cyro Miranda (31,103) Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,68) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSB/PRB) - 14 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,63,100,109) Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59) Líder do PR - 6 Alfredo Nascimento (41,66) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários ""Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – DECRETOS LEGISLATIVOS	
Nºs 325 e 326, de 2013	53904
1.2 – RESOLUÇÕES	
Nºs 35 a 38, de 2013	53904
2 – ATA DA 130ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 14 DE AGOSTO DE 2013.....	53909
2.1 – ABERTURA	53910
2.2 – EXPEDIENTE	53910
2.2.1 – Pareceres	
Nºs 870 a 879, de 2013, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre os Projetos de Decretos Legislativos nºs 52, 89, 94, 99, 100, 101, 102, 103, 115 e 136, de 2013, respectivamente.....	53910
Nº 880, de 2013, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007.	53950
2.2.2 – Comunicação da Presidência	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 52, 89, 94, 99, 100, 101, 102, 103, 115 e 136, de 2013, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário (Ofício nº 86/2013-CCT).	53956
2.2.3 – Leitura de requerimentos	
Nº 908, de 2013, de autoria do Senador Cyro Miranda, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 290, de 2013.	53956
Nº 909, de 2013, de autoria do Senador Cyro Miranda, solicitando a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 290, de 2013.	53957
2.2.4 – Discursos do Expediente	
SENADOR RUBEN FIGUEIRÓ – Críticas às medidas adotadas pelo Governo Federal relacionadas à Previdência Social e defesa de PEC que acaba com a cobrança de contribuição previdenciária sobre proventos de servidores públicos aposentados.	53958
SENADOR JORGE VIANA – Pesar pelo falecimento do Sr. Roberto Moura.	53963
SENADOR EDUARDO SUPLICY – Defesa dos produtores de laranja do País.	53964
SENADOR FLEXA RIBEIRO, como Líder – Comentários acerca de estudo realizado pelo banco <i>Credit Suisse</i> sobre a infraestrutura brasileira; e outro assunto.	53966
SENADORA ANA AMÉLIA – Preocupação com o mercado clandestino de compra e venda de informações pessoais dos cidadãos; e outros assuntos. .	53968
SENADOR ACIR GURGACZ, como Líder – Importância da parceria entre órgãos públicos para viabilizar a regularização fundiária na Amazônia, em especial no Estado de Rondônia.	53972
SENADOR CASILDO MALDANER – Reflexões acerca dos impactos a longo prazo da transição demográfica no Brasil e defesa de planejamento para o enfrentamento de suas consequências.	53973
SENADOR ALVARO DIAS – Encaminhamento de artigo publicado no jornal O Globo acerca das relações entre Brasil e Paraguai.	53975
SENADOR ANIBAL DINIZ – Homenagem ao Sr. Roberto Moura, empresário acreano falecido hoje... ..	53976
2.2.5 – Leitura de requerimento	
Nº 910, de 2013, de autoria dos Senadores Anibal Diniz e Jorge Viana, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Roberto Moura. Aprovado.	53978
2.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR HUMBERTO COSTA – Defesa de projeto de iniciativa popular que destina dez por cento da receita corrente bruta da União para a área da saúde; e outros assuntos.	53979
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Registro do transcurso do 64º ano de fundação da Escola Estadual Oswaldo Cruz, em Roraima.	53982
SENADOR SÉRGIO SOUZA – Necessidade de combate aos crimes de contrabando e de descaminho realizados nas fronteiras do País e defesa da celeridade para apreciação de projeto de lei que dispõe sobre o tema.	53984

SENADORA ANGELA PORTELA – Defesa do fim do voto secreto parlamentar; e outros assuntos.... 53986

SENADORA LÍDICE DA MATA – Registro do início da Festa da Boa Morte, na cidade de Cachoeira-BA; e outros assuntos..... 53987

2.2.7 – Leitura de requerimento

Nº 911, de 2013, de iniciativa de Líderes, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2013. 53990

2.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Considerações acerca da importância da Ouvidoria do Senado como instrumento da democracia participativa. 53991

2.3 – ORDEM DO DIA

2.3.1 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2011 (nº 5.894/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *transforma cargos vagos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, estruturada pela Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, em cargos de Analista Ambiental, da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002; estende a indenização, de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, aos titulares de cargos de Analista Ambiental e de Técnico Ambiental da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e aos titulares dos cargos integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – PECMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ibama e do Instituto Chico Mendes, nas condições que menciona; altera a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, que cria e disciplina a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. **Aprovado**, tendo usado da palavra o Senador Rodrigo Rollemberg. À sanção.. 53994*

2.3.2 – Item extrapauta (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 912, de 2013, lido e aprovado nesta oportunidade) (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2012 (nº 2.453/2007, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Crise do Sistema de Tráfego Aéreo, que *dispõe sobre a proteção às investigações do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – SIPAER, o acesso aos destroços de aeronave; revoga dispositivos da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica; e dá outras providências. **Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 2-CRE).** 54000*

Redação do vencido para o turno suplementar do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2012 (**Parecer nº 881, de 2013-CDIR**). **Substitutivo definitivamente adotado.** À Câmara dos Deputados..... 54001

2.3.3 – Item 2 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2013, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos (apresentado como conclusão do Parecer nº 670, de 2013), que *aprova a programação monetária para o segundo trimestre de 2013. 54009*

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2013 (**Parecer nº 882, de 2013-CDIR**). **Aprovada.** À Câmara dos Deputados. 54009

2.3.4 – Item 7 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vincular a duração dos benefícios fiscais concedidos às Áreas de Livre Comércio (ALC) e à Amazônia Ocidental ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus. **Usam da palavra** os Senadores Randolfe Rodrigues e Vanessa Grazziotin na quarta sessão de discussão em primeiro turno..... 54010*

2.3.5 – Item 8 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Valter Pereira, que *altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência. **Não houve oradores na segunda sessão de discussão em primeiro turno.**..... 54011*

2.3.6 – Item 10 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Decreto Legislativo nº 175, de 2013 (nº 560/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais, 2006, concluído em Genebra, em 27 de janeiro de 2006. **Aprovado.** À promulgação..... 54011*

2.3.7 – Item 11 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2013 (nº 872/2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre a Segurança da Aviação Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Europeia, assinado em Brasília, em 14 de julho de 2010. **Aprovado.** À promulgação..... 54012*

2.3.8 – Pronunciamento

SENADOR AÉCIO NEVES – Pedido de maior solidariedade do Poder Legislativo aos coordenadores do grupo AfroReggae. 54012

2.3.9 – ORDEM DO DIA (continuação)**2.3.10 – Item 13 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)**

Requerimento nº 828, de 2013, de autoria do Senador Cyro Miranda, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2013, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. **Aprovado.** 54015

2.3.11 – Item 14 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 834, de 2013, de autoria do Senador Sérgio Souza, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 440, de 2011, de sua autoria. **Aprovado.** 54015

2.3.12 – Item 17 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 837, de 2013, de autoria do Senador Acir Gurgacz, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2012, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. **Aprovado.** 54015

2.3.13 – Item 19 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 843, de 2013, de autoria do Senador Humberto Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2012, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. **Aprovado.** 54015

2.3.14 – Item 20 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 846, de 2013, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 27 e 42, de 2011, por tratarem de matéria correlata. **Aprovado.** 54015

2.3.15 – Item 18 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 842, de 2013, de autoria do Senador Clésio Andrade, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 637, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. **Aprovado.** 54016

2.3.16 – Leitura de requerimento

Nº 913, de 2013, de autoria do Senador Clésio Andrade, solicitando a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 637, de 2007. **Aprovado.** 54016

2.3.17 – ORDEM DO DIA (continuação)**2.3.18 – Item 19 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)**

Requerimento nº 843, de 2013, do Senador Humberto Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2012, além das Comissões cons-

tantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. **Aprovado.** 54016

2.3.19 – Item 21 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 847, de 2013, do Senador Valdir Raupp, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. **Aprovado.** 54016

2.3.20 – Item 22 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 848, de 2013, do Senador Valdir Raupp, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. **Aprovado.** 54016

2.3.21 – Questão de ordem

Suscitada pelo Senador Ricardo Ferraço. ... 54017

2.3.22 – Item extrapauta (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 914, de 2013, lido e aprovado nesta oportunidade) (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2012 (nº 2.205/2011, na Casa de origem), de autoria da Presidente da República, que *cria cargos de Especialista em Infraestrutura Sênior, cargos das carreiras de Analista de Infraestrutura, de Especialista em Meio Ambiente e de Analista de Comércio Exterior, cargos nos quadros de pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde – DENASUS, cargos em comissão, funções gratificadas; altera as Leis nºs 9.620, de 2 de abril de 1998, e 11.539, de 8 de novembro de 2007; e dá outras providências. Aprovado com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ*, após leitura do **Parecer nº 883, de 2013-CCJ** 54021

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2012 (**Parecer nº 884, de 2013-CDIR**). **Aprovada.** À sanção. 54027

2.3.23 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária 54036**2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA****2.4.1 – Apreciação de matérias**

Requerimento nº 252, de 2013, de autoria do Senador Aníbal Diniz e outros Senadores. **Aprovado.** 54038

Requerimento nº 911, de 2013, de iniciativa de Líderes, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2013. **Aprovado.** 54038

2.4.2 – Discursos

SENADOR IVO CASSOL, como Líder – Esclarecimentos a respeito da atuação de S. Exª à frente da prefeitura de Rolim de Moura, no Estado de Rondônia. 54038

SENADOR WELLINGTON DIAS – Explicações a respeito de medidas do Governo Federal para o Nordeste; e outros assuntos. 54047

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES, como Líder – Registro da realização do Seminário de Desenvolvimento Regional e Turismo no Nordeste; e outro assunto. 54052

SENADOR EDUARDO AMORIM – Preocupação com a condição dos serviços públicos, especialmente no Estado de Sergipe; e outro assunto. 54054

SENADOR PAULO PAIM – Defesa dos direitos de pessoas portadoras de deficiências; e outros assuntos. 54057

SENADOR EDUARDO LOPES – Satisfação com a aprovação, em primeiro turno, na Câmara dos Deputados, da PEC do Orçamento Impositivo; e outros assuntos. 54068

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Comentários acerca da relação entre as recentes manifestações populares e a atividade parlamentar. . 54072

SENADOR RICARDO FERRAÇO – Análise de aspectos que poderão inviabilizar o processo de concessão da BR-262. 54077

2.4.3 – Leitura de requerimentos

Nº 915, de 2013, de autoria do Senador Wilder Morais e outros Senadores, solicitando realização de sessão especial, em 4 de novembro próximo, destinada a homenagear a Polícia Militar do Estado de Goiás. 54080

Nº 916, de 2013, de autoria do Senador Cícero Lucena e outros Senadores, solicitando realização de sessão especial destinada a homenagear os 60 anos do Jornal *Correio da Paraíba*. 54082

2.4.4 – Comunicações

Da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 620, de 2013, referente à sua instalação, eleição do Presidente e do Vice-Presidente, e designação do Relator e do Relator revisor (**Ofício nº 1/2013**). 54084

Da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 621, de 2013, referente à sua instalação, eleição do Presidente e do Vice-Presidente, e designação do Relator e do Relator revisor (**Ofício nº 1/2013**). 54084

Da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 613, de 2013 (**Ofício nº 949/2013**). *Designação do Deputado Eduardo Cunha, como titular, e do Deputado Arthur Oliveira Maia, como suplente, para comporem a referida Comissão.*.... 54084

Término do prazo, em 11 do corrente, sem apresentação de projeto de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 606, de 2013. *Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria.*..... 54084

Término do prazo, ontem, com apresentação de uma emenda, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 59, de 2013. 54084

2.4.5 – Mensagem da Presidente da República

Nº 334/2013, na origem, comunicando sua ausência do País, em 14 e 15 do corrente, em viagem oficial à República do Paraguai. 54085

2.4.6 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo até o encerramento da discussão, no turno suplementar, para apresentação de emendas, perante a Comissão de Assuntos Sociais, ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2005 (**Ofício nº 169/2013-CAS**). 54085

2.4.7 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 333, de 2013, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para permitir, excepcionalmente, a guarda de crianças e adolescentes por pessoas interessadas na adoção antes do julgamento definitivo do procedimento para destituição do poder familiar.* 54086

2.4.8 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR CIRO NOGUEIRA – Registro do transcurso do 169º aniversário da cidade de Paranaíba, no Estado do Piauí. 54088

2.4.9 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 54089

2.5 – ENCERRAMENTO..... 54089

3 – PARECER

Nº 27, de 2013-CN, da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 614, de 2013, que *altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, e dá outras providências. (conclui pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013).*..... 54091

4 – ATAS

4.1 – Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 614, de 2013

Ata da 2ª Reunião, realizada em 7 de agosto de 2013..... 54187

Ata da 3ª Reunião, realizada em 13 de agosto de 2013..... 54193

5 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, EM 14.8.2013..... 54196

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação 54197

Bancadas dos Partidos 54198

Por ordem alfabética 54199

7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	54200
8 – LIDERANÇAS	54201
9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	54205
10 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	54207
11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	54220
CAS – Comissão de Assuntos Sociais	54228
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	54232
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	54239
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	54244
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	54255
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	54263
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura	54272
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	54279
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	54286
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	54290
12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)	54294
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993).....	54295
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)	54296

Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9, de 2013)	54297
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)	54297
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)	54298
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009).....	54300
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)	54302
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010)	54304
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15, de 2012).....	54306

CONGRESSO NACIONAL

13 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006)	54308
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008)..	54315
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas –Fipa (Resolução nº 2, de 2007)	54319
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999)	54320
Comissões Mistas Especiais	54321

14 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)	54325
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)	54326
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011)	54327

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 325, DE 2013(*)

Aprova o texto do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais, 2006, concluído em Genebra, em 27 de janeiro de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais, 2006, concluído em Genebra, em 27 de janeiro de 2006.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2013. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo está publicado no Diário do Senado Federal de 18.7.2013

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 326, DE 2013(*)

Aprova o texto do Acordo sobre a Segurança da Aviação Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Europeia, assinado em Brasília, em 14 de julho de 2010.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre a Segurança da Aviação Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Europeia, assinado em Brasília, em 14 de julho de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2013. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo está publicado no Diário do Senado Federal de 18.7.2013

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 35, DE 2013

Altera o § 1º do art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 63, de 1997, que “estabelece a composição e a infra-estrutura dos Gabinetes do Senado Federal”, para estabelecer critérios a serem seguidos na nomeação de ocupantes de cargos em comissão, que menciona.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O § 1º do art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 63, de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º
§ 1º O titular do Gabinete indicará formalmente ao Diretor-Geral o nome das pessoas que preencherão os cargos de provimento em comissão referidos no caput, observados os requisitos legais previstos no art. 5º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, sendo vedada a nomeação daquele que:

I – for condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes dolosos:

a) contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público;

- b) contra o patrimônio privado, o sistema financeiro e o mercado de capitais, bem como os previstos na lei que regula a falência;
- c) contra o meio ambiente e a saúde pública;
- d) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;
- e) de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública;
- f) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
- g) de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;
- h) de redução à condição análoga à de escravo;
- i) contra a vida e a dignidade sexual; e
- j) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

II – for declarado indigno do oficialato, ou com ele incompatível, pelo prazo de 8 (oito) anos;

III – tiver suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, em decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição;

IV – detentor de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, beneficiar a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, e que for condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pelo prazo de 8 (oito) anos após a condenação;

V – for condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado na Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição;

VI – sendo Governador de Estado, Prefeito ou membro da Assembléia Legislativa ou das Câmaras Municipais, renunciar a seu mandato desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência ao dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual ou da Lei Orgânica do Município, pelo prazo de 8 (oito) anos subsequentes ao término da legislatura;

VII – for condenado à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena;

VIII – for excluído do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

IX – for demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

X – for pessoa física e/ou dirigente de pessoa jurídica responsável por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado na Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão;

XI – for magistrado ou membro do Ministério Público aposentado compulsoriamente por decisão sancionatória, que tenha perdido o cargo por sentença ou que tenha pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos.

..... ” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2013. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 36, DE 2013

Autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de São Paulo autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Recons-

trução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos da operação referida no caput destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado de São Paulo;

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos);

V – modalidade: margem variável;

VI – amortização: 50 (cinquenta) parcelas semestrais e consecutivas, pagas em 15 de junho e em 15 de dezembro;

VII – juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas do pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela taxa Libor semestral para dólar norte-americano acrescida de uma margem (spread) a ser determinada pelo Bird a cada exercício fiscal;

VIII – comissão à vista (front-end fee): 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser paga, com recursos próprios do mutuário, até 60 (sessenta) dias após a data de efetividade do contrato;

IX – juros de mora: 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano), acrescidos aos juros devidos e ainda não pagos; vencidos 30 (trinta) dias após a data prevista para pagamento dos juros, constituirá o mutuário em mora;

X – opções de cobertura de risco: mediante solicitação formal ao credor, o mutuário poderá recorrer aos seguintes instrumentos financeiros:

a) conversão da taxa de juros aplicável ao montante parcial ou total do empréstimo, de flutuante para fixa ou vice-versa;

b) estabelecimento de tetos e bandas para a flutuação da taxa de juros;

c) alteração da moeda de referência da operação de crédito para o montante já desembolsado ou a desembolsar;

XI – comissão de transação (transaction fee): a ser cobrada no caso de uso de qualquer opção de cobertura de risco.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado de São Paulo na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no caput é condicionada a:

I – que o Estado de São Paulo celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das cotas ou parcelas da participação do Estado na arrecadação da União, na forma do disposto no art. 159, inciso I, alínea “a”, e inciso II da Constituição Federal, ou resultantes dessas cotas ou parcelas transferíveis, bem como das receitas próprias a que se referem os arts. 155 e 157, igualmente da Constituição Federal;

II – que seja comprovado o cumprimento das condições de efetividade do contrato;

III – que seja comprovada a situação de adimplência de todas as obrigações do Estado de São Paulo junto à União e suas controladas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2013. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 37, DE 2013

Autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de até US\$ 200.810.000,00 (duzentos milhões, oitocentos e dez mil dólares norte-americanos)

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Pará autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de até US\$ 200.810.000,00 (duzentos milhões, oitocentos e dez mil dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no caput destinam-se ao financiamento parcial do “Programa da Melhoria da Qualidade e Expansão da Cobertura da Educação Básica do Estado do Pará”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado do Pará;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 200.810.000,00 (duzentos milhões, oitocentos e dez mil dólares norte-americanos);

V – modalidade: empréstimo com taxa de juros baseada na Libor;

VI – prazo de desembolso: 5 (cinco) anos, contado a partir da vigência do contrato;

VII – amortização: mediante o pagamento de prestações semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais, vencendo-se a primeira no mês de fevereiro ou de agosto, após transcorridos 5 (cinco) anos da assinatura do contrato, e a última, 25 (vinte e cinco) anos a partir da assinatura do contrato;

VIII – juros: sobre os saldos devedores diários, a uma taxa baseada na Libor, incidindo a uma taxa anual determinada pelo Banco para cada trimestre, mais ou menos o custo de captação, observados os dispositivos contratuais;

IX – comissão de compromisso: a ser estabelecida periodicamente pelo Banco e calculada sobre o saldo não desembolsado do financiamento, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato; em caso algum poderá exceder a 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

X – despesas de inspeção e supervisão: por decisão da política atual, o Banco não cobrará montante para atender a despesas com inspeção e supervisão geral; conforme revisão periódica de suas políticas, este notificará ao mutuário o valor devido em um semestre determinado, que não poderá ser superior a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de financiamento.

§ 2º É permitido ao devedor, já devidamente autorizado por esta Resolução, com o consentimento formal do garantidor, em qualquer momento durante a vigência do contrato de empréstimo, exercer a opção de conversão de moeda ou de conversão de taxa de juros, de parte ou da totalidade dos saldos devedores sujeitos à taxa de juros baseada na Libor, e vice-versa, e da moeda do montante já desembolsado e a desembolsar, para moedas que o BID possa se financiar com eficiência.

§ 3º A título de juros, adicionalmente, o devedor deverá pagar a margem aplicável para empréstimos do capital ordinário.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Pará na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º A autorização prevista no caput é condicionada a que o Estado do Pará celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas previstas nos arts. 155, 157 e 159, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras garantias em Direito admitidas, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado do Pará ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado do Pará quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, bem como o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2013. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 38, DE 2013

Autoriza o Estado de Sergipe a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de Sergipe autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos do empréstimo destinam-se ao financiamento do “Projeto de Políticas de Desenvolvimento no Estado de Sergipe”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado de Sergipe;

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), a ser contratado na modalidade de margem variável (variable spread loan);

V – amortização: em 47 (quarenta e sete) parcelas semestrais e sucessivas, pagas em 15 de janeiro e em 15 de julho de cada ano, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2018, e a última, em 15 de julho de 2041;

VI – juros: calculados com base na taxa de juros composta pela Libor semestral para dólar norte-americano, acrescida de uma margem variável a ser determinada pelo Bird a cada exercício fiscal;

VII – comissão à vista: até 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser paga na data em que o contrato entrar em efetividade;

VIII – juros de mora: 0,50% a.a. (cinquenta centésimos por cento ao ano), acrescidos aos juros devidos e ainda não pagos em até 30 (trinta) dias após a data prevista para o seu pagamento.

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

§ 2º É permitido ao mutuário, já devidamente autorizado por esta Resolução, com o consentimento formal do fiador, observados os prazos e montantes mínimos requeridos no contrato de empréstimo, exercer

a opção de conversão, para uma taxa de juros fixa, de parte ou da totalidade dos saldos devedores sujeitos à taxa de juros baseada na Libor, e vice-versa, e da moeda do montante já desembolsado e a desembolsar, para moedas que o Bird possa se financiar com eficiência, bem como contratar o estabelecimento de tetos e bandas para a flutuação da taxa de juros.

§ 3º Para o exercício da opção referida no § 2º, é o Estado de Sergipe autorizado a pagar uma comissão de transação ao Bird.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado de Sergipe na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no caput é condicionado a que o Estado de Sergipe celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em Direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado de Sergipe quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, bem como o cumprimento das condições prévias ao desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2013. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Ata da 130ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 14 de agosto de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Jorge Viana, Flexa Ribeiro, Casildo Maldaner, Mozarildo Cavalcanti, da Srª Ana Amélia e dos Srs. Paulo Paim e Eduardo Amorim

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 3 minutos e encerra-se às 21 horas e 33 minutos)

É o seguinte o registro de comparecimento:

54ª Legislatura

3ª Sessão Legislativa Ordinária

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

130ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 14/08/13 07:00 até 14/08/13 21:33

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CASSIO CUNHA LIMA	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PT	MS	DELÍDIO DO AMARAL	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X
PTB	DF	GIM	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X
PP	RO	IVO CASSOL	X
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
DEM	SE	MÁRIA DO CARMO ALVES	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X

Compareceram: 75 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 86, de 2013**, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, dos **Projetos de Decreto Legislativo nºs 52, 89, 94, 99, 100, 101, 102, 103, 115 e 136, de 2013**.

É o seguinte o Ofício:

PARECER Nº 870, DE 2013

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 2013 (nº 671/2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Assistencial de Cultural Baraunense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte.

RELATOR: Senador JOÃO CAPIBERIBE

RELATOR “AD HOC”: Senador ALFREDO NASCIMENTO

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 52, de 2013 (nº 671, de 2012, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Assistencial e Cultural Baraunense* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 52, de 2013, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 52, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Assistencial e Cultural Baraunense* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de agosto de 2013.

Senador Zezé Perrella, Presidente

, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 52, de 2013

TERMINATIVO


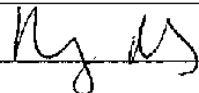
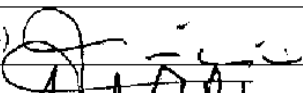
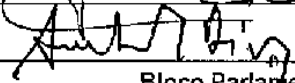
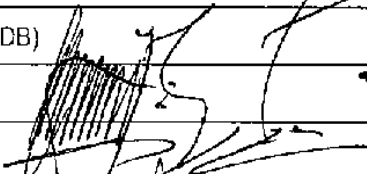
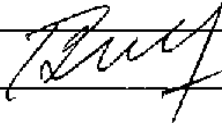
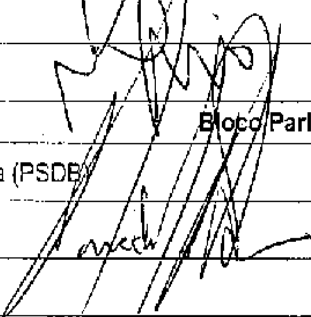
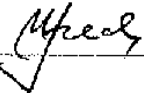
ASSINAM O PARECER, NA 26ª REUNIÃO, DE 13/08/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

Senador Zezé Perrella

RELATOR:

AO HOL SEN. BENEDITO DE LIRA

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Angela Portela (PT) 	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) 
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB) 	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT) 	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Lobão Filho (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) 	3. Ivo Cassol (PP)
Luiz Henrique (PMDB)	4. Benedito de Lira (PP) 
Ciro Nogueira (PP)	5. Sérgio Souza (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) 	1. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Gim (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)
Alfredo Nascimento (PR) 	2. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO


COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 52/2013

TITULARES – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PSOL, PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA – PT/RR	X				DELÍCIO DO AMARAL – PT/MS	X			
ZEZE PERRELLA – PT/MG					RODRIGO ROLLEMBERG – PSB/DF				
WALTER PINHEIRO – PT/BA					CRISTOVAM BUARQUE – PDT/DF				
JOÃO CAPIBERIBE – PSB/AP	X				LÍDICE DA MATA – PSB/BA				
ANIBAL DINIZ – PT/AC	X				EDUARDO LOPES – PRB/RJ				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LOBÃO FILHO – PMDB/MA					VITAL DO RÊGO – PMDB/PB				
JOÃO ALBERTO SOUZA – PMDB/MA	X				RICARDO FERRAÇO – PMDB/ES				
VALDIR RAUPP – PMDB/RO	X				IVO CASSOL – PP/RO				
LUÍZ HENRIQUE – PMDB/SC	X				BENEDITO DE LIRA – PP/AL	X			
CIRO NOGUEIRA – PP/PI					SERGIO SOUZA – PMDB/PR				
SERGIO PETECÃO – PSD/AC	X				VAGO				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB/SP	X				VAGO				
RIEZA RIBEIRO – PSDB/PA					CÍCERO LUCENA – PSDB/PB				
JOSÉ AGRIPINO – DEM/RN					MARIA DO CARMO ALVES – DEM/SE				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTR, PSC, PPL, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTR, PSC, PPL, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM – PTB/DJ					ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES – PR/SP				
ALFREDO NASCIMENTO – PR/AM	X				VAGO				
EDUARDO AMORIM – PSC/SE					VAGO				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 13 AGO 2013


SENADOR ZEZE PERRELLA
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

PARECER

Nº 871, DE 2013

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 2013 (nº 630/2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Benficiente de Vereda para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vereda, Estado da Bahia.

RELATOR: Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**

RELATOR “AD HOC”: Senador **BENEDITO DE LIRA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 89, de 2013 (nº 630, de 2012, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Benficiente de Vereda* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vereda, Estado da Bahia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de

proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

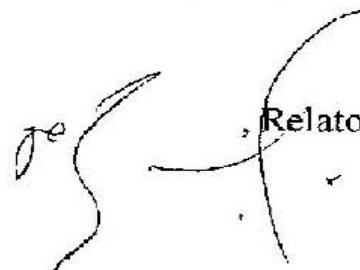
O exame da documentação que acompanha o PDS nº 89, de 2013, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 89, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Beneficente de Vereda* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vereda, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de agosto de 2013.

Senador Zezé Perrella, Presidente

 , Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 89, de 2013

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 26ª REUNIÃO, DE 13/08/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

Senador Zeze Perrella

RELATOR:

ao Sen. BENEDITO DE LIRA


Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Lobão Filho (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ivo Cassol (PP)
Luiz Henrique (PMDB)	4. Benedito de Lira (PP)
Ciro Nogueira (PP)	5. Sérgio Souza (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Gim (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)
Alfredo Nascimento (PR)	2. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 89/2013

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PSOL, PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT/RR	X				DELCEIO DO AMARAL - PTMS				
ZEZE PERRELLA - PDT/MG					RODRIGO ROLLEMBERG - PSB/DF	X			
WALTER PINHEIRO - PT/PA					CRISTOVAM BUARQUE - PDT/DF				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB/AP	X				LIDICE DA MATA - PSB/PA				
AMIRAL DIN'Z - PT/AC	X				EDUARDO LOPES - PRB/AL				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LOUÃO FILHO - PMDB/MA					VITAL DO RÊGO - PMDB/PE				
JOÃO ALBERTO SOUZA - PMDB/MA	X				RICARDO FERRAÇO - PMDB/ES				
VALDIR CALIPP - PMDB/RJ	X				IVO CASSOL - PP/RO				
LAUZ HENRIQUE - PMDB/SC	X				HENRITO DE LIRA - PP/AL	X			
CIRO NOGUEIRA - PP/PI					SERGIO SOUZA - PMDB/PI				
SERGIO PETECÃO - PSD/AC	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB/SP	X				VAGO				
PIETRA RIBEIRO - PSDB/PA					CICERO LUCENA - PSD/PE				
JOSÉ AGRIÃO - DEM/RN					MARIA DO CAEMO ALVES - DEM/SE				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PPL, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PPL, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM - PTB/DF					ANTONIO CARLOS RODRIGUES - PR/SP				
ALFREDO NASCIMENTO - PR/AM	X				VAGO				
EDUARDO AVORIZ - PSC/SE					VAGO				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1


SENADOR ZEZE PERRELLA
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

PARECER Nº 872, DE 2013

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 94, de 2013 (nº 665/2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e de Radiodifusão de Três Arroios – ACERATRES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Arroios, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **SÉRGIO PETECÃO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 94, de 2013 (nº 665, de 2012, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária, Cultural e de Radiodifusão de Três Arroios – ACERATRES* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Arroios, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia,

Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.


O exame da documentação que acompanha o PDS nº 94, de 2013, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 94, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária, Cultural e de Radiodifusão de Três Arroios – ACERATRES* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Arroios, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Senador Zezé Perrella, Presidente

Sala da Comissão, 13 de agosto de 2013.

, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 94, de 2013

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 26ª REUNIÃO, DE 13/08/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

Senador Zeze Perrella

RELATOR:

Sérgio Petecão

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Aníbal Diniz (PT)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Leão Filho (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ivo Cassol (PP)
Luiz Henrique (PMDB)	4. Benedito de Lira (PP)
Ciro Nogueira (PP)	5. Sérgio Souza (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cicero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Gim (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)
Alfredo Nascimento (PR)	2. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 94/2013

TITULARES – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PSOL, PT, PDT, PSD, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA – PT/RR	X				DELÍCIO DO AMARAL – PT/MS	X			
ZUZA PERRELLA – PDT/MG					RODRIGO ROLLEMBERG – PSB/DF				
WALTER PINHEIRO – PT/BA					CRISTOVAM BUARQUE – PDT/DF				
JOÃO CAPIBERIBE – PSB/AP	X				LÍDICE DA MATA – PSB/BA				
ANÍBAL DINIZ – PT/AC	X				EDUARDO LOPES – PR/PI				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LOBAO FILHO – PMDB/MA					VITAL DO RÉGO – PMDB/PB				
JOÃO ALBERTO SOUZA – PMDB/MA	X				RICARDO FERRAZ – PMDB/ES				
VALDIR RAUPP – PMDB/RO	X				IVO CASSOL – PP/RO				
LUIZ HENRIQUE – PMDB/SC	X				BENEDITO DE LIRA – PP/AL	X			
CIRO NOGUEIRA – PP/PI					SÉRGIO SOUZA – PMDB/PR				
SÉRGIO PETECÃO – PSD/AC	X				VAGO				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOYSIO NUNES FERRERA – PSDB/SP					VAGO				
FLEXA RIBEIRO – PSDB/PA	X				CÍCERO LUCENA – PSDB/TO				
JOSÉ AGRIPINO – DEM/RN					MARIA DO CARMO ALVES – DEM/SE				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PPL, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PPL, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM – PTB/DF					ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES – PR/SP				
ALFREDO NASCIMENTO – PR/AM	X				VAGO				
EDUARDO AMORIM – PSC/SE					VAGO				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 13 AGO 2013


SENADOR ZEZE PERREIA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

PARECER Nº 873, DE 2013

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2013 (nº 736/2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Princesa da Mata Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

RELATOR “AD HOC”: Senador **BENEDITO DE LIRA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 99, de 2013 (nº 736, de 2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Princesa da Mata Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para

serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

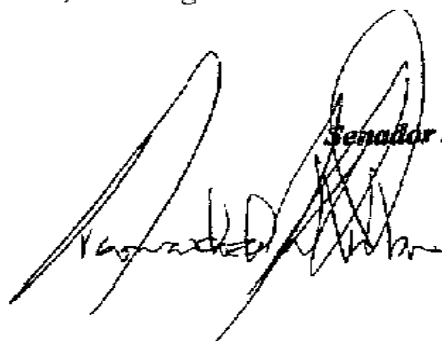
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 99, de 2013, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Princesa da Mata Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de agosto de 2013.



Senador Zezé Perrella

, Presidente

, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 99, de 2013

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 26ª REUNIÃO, DE 13/08/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

RELATOR:

SEN. ZEZE PERRELLA

AD HOC SEN. BENEDITO DE LIRA

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lidice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Lobão Filho (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ivo Cassol (PP)
Luiz Henrique (PMDB)	4. Benedito de Lira (PP)
Ciro Nogueira (PP)	5. Sérgio Souza (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Aives (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Gim (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)
Alfredo Nascimento (PR)	2. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 99/2013

TITULARES – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PSOL, PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA – PT/RR	X				DELÍCIO DO AMARAL – PT/MS				
ZEZE PERRELLA – PDT/MG					RODRIGO ROILEMBERG – PSB/DF	X			
WALTER PINHEIRO – PT/BA	X				CRISTOVAM BUARQUE – PDT/DF				
JOÃO CAPIBERIBE – PSB/AP	X				LÍDICE DA MATA – PSB/BA				
ANÍBAL DINIZ – PT/AC	X				EDUARDO LOPES – PRB/RJ				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LOBÃO FILHO – PMDB/MA					VITAL DO RÊGO – PMDB/PB				
JOÃO ALBERTO SOUZA – PMDB/MA	X				RICARDO FERRAÇO – PMDB/ES				
VALDIR RAUPP – PMDB/RO	X				IVO CASSOL – PV/RO				
LUIZ HENRIQUE – PMDB/SC	X				BENEDITO DE LIRA – PP/AL	X			
CIRÓ NOGUEIRA – PP/PI					SÉRGIO SOUZA – PMDB/PR				
SÉRGIO PETECÃO – PSD/AC	X				VAGO				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB/SP					VAGO				
FLEXA RIBEIRO – PSDB/PA	X				CÍCERO LUCENA – PSDB/PB				
JOSÉ AGRIPINO – DEM/RN					MARIA DO CARMO ALVES – DEM/SE				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PPL, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PPL, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM – PTB/DF					ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES – PR/SP				
ALFREDO NASCIMENTO – PR/AM	X				VAGO				
EDUARDO AMORIM – PSC/SE					VAGO				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: ~ ABS: ~ AUTOR: ~ PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 13 AGO 2013

SENADOR ZEZE PERRELLA

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

PARECER Nº 874, DE 2013

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2013 (nº 760/2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rede Mundial de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATORA: Senadora ANGELA PORTELA

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 100, de 2013 (nº 760, de 2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à *Rede Mundial de Rádio e Televisão Ltda* para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 100, de 2013<PDS>, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à Rede Mundial de Rádio e Televisão Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora de sons e imagens (televisão) na cidade de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de agosto de 2013.

Senador Zezé Perrella, Presidente


, Relatora

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 100, de 2013

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 26ª REUNIÃO, DE 13/08/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

RELATORA:

SEN. ZEZE PERRELLA
SEN. ANGELA PORTELA

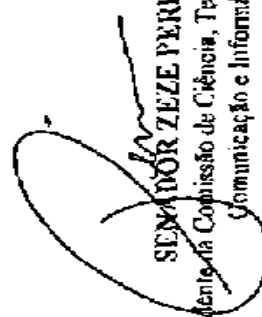
Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lidice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Lobão Filho (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ivo Cassol (PP)
Luiz Henrique (PMDB)	4. Benedito de Lira (PP)
Ciro Nogueira (PP)	5. Sérgio Souza (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Gim (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)
Alfredo Nascimento (PR)	2. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 100/2013

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PSOL, PT, PDT, PSB, PC de B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC de B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA FORTELA - PT/RR	X				DELCIDIO DO ARAUJO - PT/MS				
ZEZE PERRELLA - PT/MG					RODRIGO ROLLEMBERG - PSB/DF	X			
WALTER PINHEIRO - PT/BA	X				CRISTOVAM BUARQUE - PDT/DF				
JOAO CAPIBERIBE - PSB/AP	X				LIDICE DA MATA - PSB/PA				
ANIBAL DINIZ - PT/AC	X				EDUARDO LOPES - PRB/RJ				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LORÃO FILHO - PMDB/MA					VITAL DO REGO - PMDB/PB				
JÓÃO ALBERTO SOUZA - PMDB/MA	X				RICARDO FERRAÇO - PMDB/ES				
VALDIR RAUPP - PMDB/RO	X				IVO CASSOL - PP/RO				
LUÍZ HENRIQUE - PMDB/SC	X				BENEDITO DE LIRA - PP/AL	X			
CIRO NOGUEIRA - PP/PI	X				SÉRGIO SOUZA - PMDB/PR				
SÉRGIO PETECÃO - PSD/AC	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOYSIO NUNES FERRERA - PSD/SP					VAGO				
FLEXA RIBEIRO - PSDB/PA	X				CICERO LICENA - PSDB/MS				
JOSÉ AGRIPINO - DEM/RN					MARIA DO CARMO ALVES - DEM/SE				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PSC, PPL, PH)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR UNIAO E FORÇA (PTB, PSC, PPL, PH)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CIM - PTB/DF					ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES - PIR/SP				
ALFREDO NASCIMENTO - PR/AM	X				VAGO				
EDUARDO AMORIM - PSC/SE					VAGO				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1


SENADOR ZEZE PERRELLA
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

PARECER Nº 875, DE 2013

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 101, de 2013 (nº 763/2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Caibateense de Comunicação, Cultura e Cidadania para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caibaté, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **GIM**

RELATOR “AD HOC”: Senador **BENEDITO DE LIRA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 101, de 2013 (nº 763, de 2012, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Caibateense de Comunicação, Cultura e Cidadania* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caibaté, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão,

televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 101, de 2013, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 101, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Caibateense de Comunicação, Cultura e Cidadania* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caibaté, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão 13 de agosto de 2013.

Senador Zezé Perrella, Presidente



, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 101, de 2013

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 26ª REUNIÃO, DE 13/08/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

Senador Zeze Perrella

RELATOR:

AD HOC SEN. BENEDITO DE LIRA

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Angela Portela (PT) <i>[Signature]</i>	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) <i>[Signature]</i>
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lidice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT) <i>[Signature]</i>	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Lobão Filho (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ivo Cassol (PP)
Luiz Henrique (PMDB) <i>[Signature]</i>	4. Benedito de Lira (PP) <i>[Signature]</i>
Ciro Nogueira (PP)	5. Sérgio Souza (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Alcysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Gim (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)
Alfredo Nascimento (PR) <i>[Signature]</i>	2. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>[Signature]</i>	3. VAGO

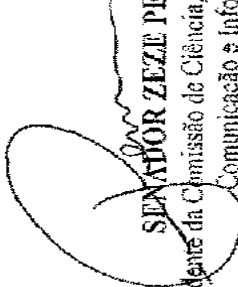
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 101/2013

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA FORTALEZA - PT/RR	X				DELÍCIO DO AMARAL - PT/MS	X			
ZEZE PERRELLA - PDT/MG					RODRIGO GILLENBERG - PSB/DF				
WALTER PINHEIRO - PT/BA	X				CRISTOVAM BUARQUE - PDT/DF				
JOÃO CARLOS BENEDE - PSB/AP	X				LÍDICE DA MATA - PSB/BA				
ANIBAL DINIZ - PT/AC	X				EDUARDO LOPES - PRB/RI				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LOBÃO FILHO - PMDB/MA					VITAL DO RÊGO - PMDB/PI				
JOÃO ALBERTO SOUZA - PMDB/MA	X				RICARDO FERRAZ - PMDB/ES				
VALDIR RAUPP - PMDB/RO	X				IVO CASSEL - PP/RO				
LUÍZ HENRIQUE - PMDB/SC	X				BENEDITO DE LIRA - PP/AL	X			
CIRO NOGUEIRA - PP/PI					SÉRGIO SOUZA - PMDB/PR				
SÉRGIO PETECÃO - PSD/AC	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSD/SP					VAGO				
FLEXA RIBEIRO - PSD/PA	X				CÍCERO LUCENA - PSD/PA				
JOSE AGRIPINO - DEM/ON					MARIA DO CARMO ALVES - DEM/SE				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PPL, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PPL, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM - PT/DF					ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES - PR/SP				
ALFREDO NASCIMENTO - PR/AM	X				VAGO				
EDUARDO AMORIM - PSC/SE					VAGO				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 13 AGO 2013


SENADOR ZEZE PERRELLA
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

PARECER Nº 876, DE 2013

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2013 (nº 765/2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Barão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barão, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador ALFREDO NASCIMENTO

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 102, de 2013 (nº 765, de 2012, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Difusão Comunitária de Barão* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barão, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de

proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

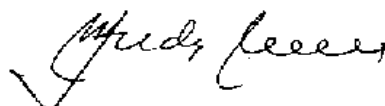
O exame da documentação que acompanha o PDS nº 102, de 2013, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 102, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação de Difusão Comunitária de Barão* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barão, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de agosto de 2013.

Senador Zezé Perrella, Presidente



, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 102, de 2013

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 26ª REUNIÃO, DE 13/08/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. ZEZE PERRELLA

RELATOR: SEN. ALFREDO NASCIMENTO

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Aníbal Diniz (PT)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Lobão Filho (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ivo Cassol (PP)
Luiz Henrique (PMDB)	4. Benedito de Lira (PP)
Ciro Nogueira (PP)	5. Sérgio Souza (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Gim (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)
Alfredo Nascimento (PR)	2. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PDS Nº 102/2013

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PSD, PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT/RR	X				DELÍDIO DO AMARAL - PT/MS	X			
ZEZE PERRELLA - PDT/MG					RODRIGO ROLLEMBERG - PSB/DF				
WALTER PINHEIRO - PT/BA					CRISTOVAM BUARQUE - PDT/DF				
JOÃO CAPIBERIBE - PS/PA	X				LÍDICE DA MATA - PSN/BA				
ANÍBAL DINIZ - PT/AC	X				EDUARDO LOPES - PRB/RJ				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO FILHO - PMDB/MA					VITAL DO RÊGO - PMDB/PE				
JOÃO ALBERTO SOUZA - PMDB/MA	X				RICARDO FERRÃO - PMDB/ES				
VALDIR RAUPP - PMDB/RO	X				IVO CASSOL - PPRO				
LUIZ HENRIQUE - PMDB/SC	X				BENEDITO DE LIRA - PP/AL	X			
CIRO Nogueira - PP/PI					SERGIO SOUZA - PMDB/PR				
SERGIO PETECÃO - PSD/AC	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB/SP					VAGO				
ALEXA RIBEIRO - PSD/PA	X				CICERO LUCENA - PSD/PI				
JOSE AGRIPINO - DEM/RN					MARIA DO CARMO ALVES - DEM/SE				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PPL, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PPL, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM - PTB/DF					ANTONIO CARLOS RODRIGUES - PP/SP				
ALFREDO NASCIMENTO - PP/AM	X				VAGO				
EDUARDO AMORIM - PSC/SE					VAGO				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 13 AGO 2013

SENADOR ZEZE PERRELLA

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER

Nº 877, DE 2013

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 2013 (nº 654/2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Serra do Camará para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel, Estado do Rio Grande do Norte.

RELATOR: Senador ANIBAL DINIZ

RELATOR “AD HOC”: Senador LUIZ HENRIQUE

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 89, de 2013 (nº 630, de 2012, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Beneficente de Vereda* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vereda, Estado da Bahia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência,

Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 89, de 2013, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 89, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Beneficente de Vereda* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vereda, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de agosto de 2013.

Senador Zezé Perrella, Presidente

, Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 89, de 2013

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 26ª REUNIÃO, DE 13/08/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

Senador Zeze Perrella

RELATOR:

ao Ex. SEN. BENEDITO DE LIRA

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Aníbal Diniz (PT)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Lobão Filho (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ivo Cassol (PP)
Luiz Henrique (PMDB)	4. Benedito de Lira (PP)
Ciro Nogueira (PP)	5. Sérgio Souza (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Gim (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)
Alfredo Nascimento (PR)	2. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO


COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 89/2013

TITULARES – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PSOL, PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA – PT/RR	X				DELÍCIO DO AMARAL – PT/MS	X			
ZEZE PERRELLA – PT/MG					RODRIGO ROLLEMBERG – PSB/DF				
WALTER PINIPIRO – PT/BA					CRISTOVAM RUARQUE – PT/DF				
JOÃO CAPIBERIBE – PSB/AP	X				LIDICE DA MATA – PSB/BA				
ANIBAL DINIZ – PT/AC	X				EDUARDO LOPES – PRB/RJ				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LORÃO FILHO – PMDB/MA					VITAL DO RÊGO – PMDB/PB				
JOÃO ALBERTO SOUZA – PMDB/MA	X				RICARDO FERRAÇO – PMDB/ES				
VALDIR RAUPP – PMDB/RO	X				IVO CASSOL – PP/RO				
LUÍZ HENRIQUE – PMDB/SC	X				BENEDITO DE LIRA – PP/AL	X			
CIRO NOGUEIRA – PP/PI					SERGIO SOUZA – PMDB/PR				
SERGIO PETECÃO – PSD/AC	X				VAGO				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB/SP					VAGO				
FLEXA RIBEIRO – PSDB/PA	X				CICERO LUCENA – PSDB/PB				
JOSÉ AGRIPINO – DEM/RN					MARIA DO CARMO ALVES – DEM/SE				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PPL, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PPL, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM – PTB/DF					ANTONIO CARLOS RODRIGUES – PR/SP				
ALFREDO NASCIMENTO – PR/AM	X				VAGO				
EDUARDO AMORIM – PSC/SE					VAGO				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 13 AGO 2013


SENADOR ZEZE PERRELLA
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

PARECER

Nº 878, DE 2013

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2013 (nº 788/2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Cajazeiras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pio IX, Estado do Piauí.

RELATOR: Senador CÍCERO LUCENA

RELATOR "AD HOC": Senador LUIZ HENRIQUE

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 115, de 2013 (nº 788, de 2012, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Radiodifusão de Cajazeiras* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pio IX, Estado do Piauí. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão,

televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.


O exame da documentação que acompanha o PDS nº 115, de 2013, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 115, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Radiodifusão de Cajazeiras* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pio IX, Estado do Piauí, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de agosto de 2013.

Senador Zezé Perrella, Presidente

 , Relator

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CGT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 115, de 2013

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 26ª REUNIÃO, DE 13/08/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE

RELATOR:

SEN. ZEZE PERRELLA
AO FOC. SEN. LUIZ HENRIQUE

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT)	2. Rodrigo Roldemberg (PSB)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Lobão Filho (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ivo Cassol (PP)
Luiz Henrique (PMDB)	4. Benedito da Lira (PP)
Ciro Nogueira (PP)	5. Sérgio Souza (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Marla do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Gim (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)
Alfredo Nascimento (PR)	2. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO


COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 115/2013

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PSOL, PT, PDT, PSB, PC do B, PRD)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT/RR	X				DELCÍDIO DO AMARAL - PT/MS				
ZEZÉ PERRELLA - PT/MG					RODRIGO ROLLEMBERG - PS/DF	X			
WALTER PINHEIRO - PT/BA					CRISTOVAM DUARQUE - PT/DF				
JOÃO CARIBURU - PT/BA	X				LÍDICE DA MATA - PS/BA				
ANILAI DINIZ - PT/AC	X				EDUARDO LOPES - PR/RJ				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LORÃO FILHO - PMDB/MA					VITAL DO RÊGO - PMDB/PI				
JOÃO ALBERTO SOUZA - PMDB/MA	X				RICARDO FERREIRA - PMDB/ES				
VALDIR RAUZY - PMDB/RO	X				IVO CASSOL - PP/GO				
LUIZ HENRIQUE - PMDB/SC	X				BENEDITO DE LIRA - PP/AL	X			
CIRIO NOGUEIRA - PP/PA					SÉRGIO SOUZA - PMDB/RR				
SÉRGIO PETIÇÃO - PSD/AC	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB/SP					VAGO				
FLEXA RIBEIRO - PSDB/PA	X				CICERO LUCENA - PSD/PI				
JOSÉ ACRÍPIO - DEM/RR					MARIA DO CARMO ALVES - DEM/SE				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PPL, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PPL, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM - PTB/DF					ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES - PR/SP				
ALFREDO NASCIMENTO - PR/AM	X				VAGO				
EDUARDO AMORIM - PSC/SE					VAGO				

TOTAL: 10 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: —

SALA DAS REUNIÕES, 113 AGO 2013


SENADOR ZEZÉ PERRELLA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

PARECER

Nº 879, DE 2013

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 2013 (nº 769/2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Ocan Comunicação Digital SE Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canaã dos Carajás, Estado do Pará.

RELATOR: Senador VALDIR RAUPP

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 136, de 2013 (nº 769, de 2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Ocan Comunicação Digital SE Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canaã dos Carajás, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 136, de 2013, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Ocan Comunicação Digital SE Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canaã dos Carajás, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de agosto de 2013.

Senador Zezé Perrella

, Presidente

, Relator




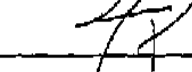
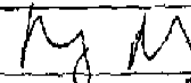
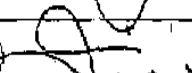
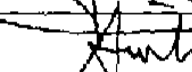


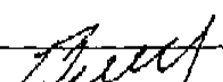
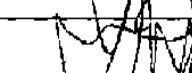
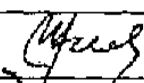
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 136, de 2013

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 26ª REUNIÃO, DE 13/08/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:  **Senador Zezé Perrella**

RELATOR: **SEN. VALDIR RAUPP**

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Angela Portela (PT) 	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) 	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) 
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB) 	4. Lidice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT) 	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Lobão Filho (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) 	3. Ivo Cassol (PP)
Luiz Henrique (PMDB) 	4. Benedito de Lira (PP) 
Ciro Nogueira (PP)	5. Sérgio Souza (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) 	1. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Gim (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)
Alfredo Nascimento (PR) 	2. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA


LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 136/2013

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PSOL, PT, PDT, PSD, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT/RR	X				DELÍCIO DO AMARAL - PT/MS				
ZEZE PERRELLA - PDT/MG					RODRIGO ROLLEMBERG - PSD/DF	X			
WALTER PINHEIRO - PT/BA					CRISTOVAM BUARQUE - PT/DF				
JOÃO CARLOS RIBEIRO - PSD/SP	X				LIDICE DA MATA - PSDB/BA				
ANIBAL DINIZ - PT/AC	X				EDUARDO LOPES - PRB/RJ				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAJORIA (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAJORIA (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LOUÃO FILHO - PMDB/MA					VITAL DO REGO - PMDB/PE				
JOÃO ALBERTO SOUZA - PMDB/MA	X				RICARDO FERRAÇO - PMDB/ES				
VALDIR RAUPP - PMDB/RO	X				IVO CASSOL - PP/RO				
LUÍZ HENRIQUE - PMDB/SC	X				BENEDITO DE LIRA - P/AL	X			
CIRO NOGUEIRA - PP/PI					SERGIO SOUZA - PMDB/PR				
SERGIO PETECCO - PSD/AC	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSD/SP					VAGO				
FLEXA RIBEIRO - PSD/PA	X				CÍCERO LUCENA - PSD/PE				
JOSÉ ACRIPINO - DEM/RN					MARIA DO CARMO ALVES - DEM/SE				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PPL, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PPL, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM - PTB/DF					ANTONIO CARLOS RODRIGUES - PR/SP				
ALFREDO NASCIMENTO - PR/AM	X				VAGO				
EDUARDO AMORIM - PSC/SE					VAGO				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

13 AGO 2013

SALA DAS REUNIÕES


SENADOR ZEZE PERRELLA
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

PARECER

Nº 880, DE 2013

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS,
sobre o Substitutivo da Câmara ao Projeto de
Lei do Senado nº 370, de 2007, do Senador
Edison Lobão, que *dispõe sobre a
regulamentação do exercício das profissões de
Conservador-Restaurador de Bens Culturais e
de Técnico em Conservação-Restauração de
Bens Culturais.*

RELATOR: Senador SÉRGIO SOUZA

I – RELATÓRIO

Em análise nesta Comissão, o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007, de autoria do Senador Edison Lobão, que objetiva regulamentar a profissão de Conservador-Restaurador de Bens Culturais Móveis e Integrados (COR), criar o Conselho Federal de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados (CONFECOR) e os Conselhos Regionais de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados (CONCOR's).

Na sua parte substancial, o Substitutivo prevê:

1. as condições para o exercício das profissões de Conservador-Restaurador de Bens Culturais e de Técnico em Conservação-Restauração de Bens Culturais;
2. as atribuições desses profissionais;
3. restrição do exercício das atividades de Conservador-Restaurador de Bens Culturais e de Técnico em Conservação-Restauração de Bens Culturais tão somente aos que são qualificados nos termos que a proposta define;
4. o registro em órgão federal competente para o exercício dessas profissões;

O Substitutivo retira, ainda, do projeto aprovado pelo Senado Federal todos os dispositivos que se ocupam da autorização ao Poder Executivo relativos à criação, estruturação, funcionamento e composição do Conselho Federal de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados e de seus Conselhos Regionais.

II – ANÁLISE

Nos termos do disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais discutir e votar projetos de lei que versem sobre condições para o exercício de profissões.

O poder do Estado de interferir em determinada atividade para limitar seu livre exercício só se justifica se o interesse público assim o exigir. Nesse aspecto, o PLS 370, de 2007, atende plenamente essa exigência, eis que a profissão de Conservador-Restaurador de bens Culturais Móveis e Integrados é de fundamental importância para a preservação de nosso patrimônio cultural e histórico.

O caráter multidisciplinar e extremamente técnico desse ofício exige do profissional não só o domínio de ciências exatas, como química, microbiologia e física, mas também a compreensão de cada movimento ou manifestação artística, além do conhecimento de tintas, texturas e técnicas usadas por artistas.

Por isso, esses profissionais devem ter habilitação especializada para que se alcance a qualidade e a excelência na preservação e restauração de bens culturais móveis e, assim, conservar a memória de nosso País. Obras históricas, ainda que singelas, são uma maneira de conhecer o passado, de recordar fatos e personagens que ajudaram na construção de nossa identidade, além de também contribuir com benefícios econômicos, promovendo o turismo e a divulgação cultural.

Relativamente ao Substitutivo apresentado pela Câmara dos Deputados, temos restrições à sua adoção.

Ao se regulamentar uma determinada profissão, o legislador, geralmente, estabelece uma regra de transição, a fim de resguardar os direitos dos que já a exercem há algum tempo, em respeito à experiência por eles adquirida ou à formação em outros cursos específicos que frequentaram, que não aqueles que passarão a ser exigidos pela nova lei.

Nesse aspecto, o Substitutivo promoveu profunda alteração no texto do Senado Federal, tornando a lei mais restritiva aos que já exercem a profissão, exigindo, além da comprovação de, no mínimo, cinco anos de exercício profissional, que sejam graduados em cursos de nível superior, dificultando, desse modo, o aproveitamento de muitos profissionais.

Em relação àqueles que só possuem pós-graduação na área de conservação-restauração, o Substitutivo passou a exigir três anos de experiência aos que obtiveram o título de Mestre e Doutor e quatro anos aos que frequentaram os cursos de especialização.

Causou-nos mais estranheza ainda o texto da Câmara ter excluído o aproveitamento dos que foram diplomados em cursos técnicos na área de conservação-restauração de bens móveis e integrados, com carga horária mínima de oitocentas horas. Sabe-se que esses profissionais não são muitos, no momento, e seu aproveitamento é imprescindível.

Também injustificada as disposições sobre o Conservador-Restaurador de nível técnico, que desenvolverá suas atividades sob supervisão do profissional de nível superior. Essa mudança mostra-se inconveniente, pois, além de se exigir daquele profissional que à época da edição da lei esteja atuando na atividade de conservação e restauração de bens culturais há mais de cinco anos, determina ainda que ele terá o prazo máximo de três anos, após a aprovação da lei, para regularizar sua situação, após comprovação de ter sido aprovado em curso de ensino medido de técnico de conservação-restauração. Ora, sequer se sabe se existe essa modalidade de curso no Brasil, ou quantos existem.

Por fim, parece-nos de todo descabida a supressão dos artigos que tratam da autorização ao Poder Executivo para a criação, estruturação, funcionamento e composição do Conselho Federal de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados e de seus Conselhos Regionais.

Na presente regulamentação é necessária a imposição de sanções àqueles que não exerçam adequadamente a profissão de Conservador-Restaurador de Bens Culturais Móveis e Integrados, pois, é de se presumir que o legislador parte do princípio de que a regulamentação da profissão é necessária, em face da potencialidade lesiva à sociedade, advinda do seu exercício indevido.

Ora, para haver certeza de que a imposição de sanções será efetiva, essa regulamentação deve trazer a garantia de fiscalização sobre o exercício profissional, que, em nosso ordenamento jurídico, é executada por órgãos específicos, ou seja, pelos conselhos profissionais, cuja instituição também deve constar da lei regulatória.

Essa constatação implica inadequação do Substitutivo, vez que não haveria a fiscalização do exercício da profissão por parte do Poder Público, ante a absoluta ausência de sanções e do órgão fiscalizador. Viola-se, assim, o devido processo legal substantivo (art. 5º, LIV, da Constituição Federal), segundo o qual se deve utilizar de uma medida que seja adequada à consecução dos objetivos pretendidos, considerando que se está a limitar garantias fundamentais (art. 5º, XIII, da Constituição Federal).

Quanto ao aspecto que se está autorizando o Poder Executivo a tomar uma iniciativa legislativa que lhe é privativa, vale lembrar que disposição nesse sentido encontra-se respaldada em decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, que aprovou o Parecer nº 527, de 1998, acerca do Requerimento nº 771, de 1996, sobre "Consulta ao Plenário" formulada por iniciativa do Senador Lúcio Alcântara, visando a obter orientação referente aos projetos de lei autorizativa.

Em seu relatório, o Senador Josaphat Marinho, afirma:

Ressalte-se que, por princípio constitucional, são os Poderes independentes e harmônicos entre si. O Poder Legislativo pode tomar iniciativa de autorizar o Executivo para a prática de determinado ato que é de sua competência. Não há qualquer impropriedade neste procedimento porque os Poderes, embora independentes, interligam-se. O Legislativo desperta a atenção do Executivo para a prática de um ato que lhe compete.

Mais adiante, conclui:

Descabe a impugnação de toda e qualquer lei dita autorizativa, em geral, sob a análise de sua constitucionalidade e juridicidade. As leis autorizativas administrativas, orçamentárias e tributárias têm apoio doutrinário, jurídico e legal, encontrando confirmação jurisprudencial quanto à sua essência, à sua formação, motivo pelo qual se recomenda a sua admissibilidade.

Enfim, no momento em que se atribui ao conservador-restaurador de bens culturais móveis e integrados determinadas competências, há que se ter um órgão fiscalizador que passe a vigiar e acompanhar as atividades desses profissionais e, assim, garantir não só a excelência de seus serviços, mas também o exercício da profissão de conservação-restauração dentro de precisos e determinados parâmetros éticos.

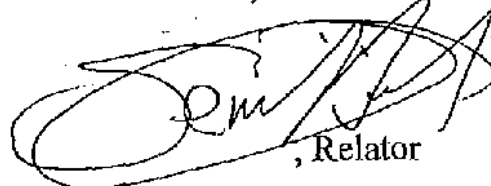
III – VOTO

À vista do exposto, opinamos pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados e manutenção do texto do Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007, aprovado pelo Senado Federal.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2013.

Senador WALDEMIR MOKA
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

, Presidente



, Relator

Comissão de Assuntos Sociais - CAS
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370,
de 2007

ASSINAM O PARECER, NA 35ª REUNIÃO, DE 14/08/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka

RELATOR: Senador Sérgio Souza

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. VAGO
Casildo Maldaner (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Romero Jucá (PMDB)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Paulo Davim (PV)	7. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Amando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Vicentinho Alves (PR)	3. VAGO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 86, de 2013**, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, dos **Projetos de Decreto Legislativo nºs 52, 89, 94, 99, 100, 101, 102, 103, 115 e 136, de 2013**.

É o seguinte o Ofício:

Of.nº 086/2013 – CCT

Brasília, 13 de agosto de 2013

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 52, 89, 94, 99, 100, 101, 102, 103, 115 e 136 de 2013.

Atenciosamente, Senador **Zeze Perrella**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com referência ao **Ofício nº 86, de 2013**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO
Nº 908, DE 2013**

Requeiro, em conformidade com o do artigo 255, inciso II, alínea C, item 12, combinado com o incisos IV e VII do artigo 99, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado n.º 290, de 2013, de autoria do Senador Vital do Rego, que “Dispõe sobre o cancelamento do Cadastro Nacional da

Pessoa Jurídica – CNPJ dos estabelecimentos que comercializarem produtos em cuja fabricação tenha havido, em qualquer de suas etapas de industrialização ou na produção de matérias primas, condutas que configurem redução de pessoa a condição análoga à de

escravo e dá outras providências”, seja encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões, – Senador **Cyro Miranda**.

REQUERIMENTO Nº 909, DE 2013

Requeiro, em conformidade com o do **artigo 255, inciso II, alínea C, item 12, combinado com o incisos IV e VII do artigo 99, do Regimento Interno do Senado Federal**, que o **Projeto de Lei do Senado n.º 290, de 2013, de autoria do Senador Vital do Rêgo**, que “Dispõe sobre o cancelamento do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ dos estabelecimentos que comercializarem produtos em cuja fabricação tenha havido, em qualquer de suas etapas de industrialização ou na produção de matérias primas, condutas que configurem redução de pessoa a condição análoga à de escravo e dá outras providências”, **seja encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que esta se pronuncie sobre o mesmo.**

Sala das Sessões em de agosto de 2013.


Senador CYRO MIRANDA

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Quería cumprimentar a todos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado e, antes de ouvir os colegas pela ordem e organizar a sessão, registrar o falecimento do empresário acreano e grande empreendedor, o maior empreendedor do Acre, Roberto Moura, hoje de madrugada, em São Paulo, em uma dessas fatalidades da vida. Ele estava em São Paulo com seu filho, teve um fulminante ataque do coração, foi para o Incor e não resistiu, mesmo estando no melhor hospital do coração do Brasil, um dos melhores do mundo. Daqui a pouco, vou fazer uma comunicação inadiável, juntamente com o Senador Anibal Diniz. Mas daqui fica o meu voto de pesar para a família e um abraço para todo o povo do Acre, pois perdemos um grande acreano.

Pela ordem, Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pediria, como Líder do PP, para ser inscrito para ser o primeiro orador depois da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito, como Líder do PP, para ser o primeiro a fazer uso da palavra após a Ordem do Dia.

Estou me inscrevendo também, por ter chegado cedo, para uma comunicação inadiável, mas posso fazer permuta com os colegas.

Senador...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Por gentileza.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu sou o primeiro inscrito. O Senador Ruben Figueiró pede-me para inverter. Não há problema para mim. Daí eu seria o segundo orador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Aliás, para não prejudicar V. Ex^a, eu já havia combinado com a Mesa que iria chamar o Senador Ruben Figueiró, sem prejuízo da ordem, para que V. Ex^a, que é tão assíduo, querido Senador e amigo Supply, pudesse manter sua inscrição.

Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, pediria a V. Ex^a que me inscrevesse pela Liderança do PSDB, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – V. Ex^a fica inscrito como primeiro Líder e pode fazer uso da palavra, obviamente até a Ordem do Dia, em um horário que atenda a essa sequência que o Regimento nos impõe.

Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, para me inscrever, em nome da Liderança do PDT, e registrar a presença do nosso Prefeito Jesualdo Pires, de Ji-Paraná, que está visitando o Senado. Quero, portanto, registrar a sua presença e dar as boas-vindas à nossa Casa. S. Ex^a tem trazido grandes pleitos pelo Município de Ji-Paraná e pelos demais.

Há pouco, estava também presente conosco o Prefeito José Rover, de Vilhena.

Fica aqui o registro dos dois prefeitos visitando o nosso plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – É com satisfação que faço o registro, endossando a palavra de V. Ex^a, como Presidente desta sessão, da presença em plenário do Prefeito de Ji-Paraná e também do Prefeito de Vilhena, que esteve recentemente conosco.

V. Ex^a, Senador Acir, está inscrito para fazer uso da palavra, pela Liderança do PDT.

Convido para fazer uso da palavra, em permuta com o Senador Suplicy, o Senador Ruben Figueiró, que tão bem representa o povo do Mato Grosso do Sul nesta Casa.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito grato a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Quero dirigir as minhas primeiras palavras ao eminente Senador, Eduardo Suplicy, que teve a cortesia de ceder-me a vez para dirigir-me ao povo do meu País, por meio da Rádio Senado e da TV Senado.

Mas, Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, trago a esta tribuna um tema importantíssimo, capaz de invocar a sensibilidade de todo brasileiro, ao avizinhar-se de questões tão densas como as projeções de futuro, as finanças domésticas e a fruição de uma velhice economicamente amparada e digna.

Em 2003, contrariando toda uma trajetória política em que fazia, ou dizia fazer, a defesa dos aposentados e pensionistas, o governo recém-eleito do Partido dos Trabalhadores declarou ser prioridade a aprovação de uma abrangente reforma da Previdência – a qual, na prática, mutilou vários direitos adquiridos dos trabalhadores brasileiros, mormente os aposentados e pensionistas do setor público.

Recordo-me, Excelências, que o Presidente Lula compareceu pessoalmente ao Congresso Nacional, acompanhado de Ministros de Estado, dos 27 Governadores e de todos os integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, com o objetivo de entregar aos Parlamentares esse projeto governamental. Já naquela época, o rolo compressor do novo governo não hesitava em exercer sua pressão incontrolável – o que veio a se tornar rotina nos anos que se seguiram.

Um dos pontos mais controversos da reforma foi a instituição da taxaço dos inativos em 11% sobre os vencimentos que ultrapassassem o teto da Previdência Social, hoje estimado em R\$4.159,00.

Sr^{as} e Srs. Senadores, sob a forma da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, essa verdadeira bitributaço completa dez anos de vigência neste ano de 2013.

Pretextando equilibrar atuarialmente o sistema previdenciário, as autoridades governamentais mobilizaram suas forças políticas e conseguiram aprovar a Emenda Constitucional nº 41. Ao tempo, desenvolveu-se um grande embate jurídico a partir da propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.105. O Supremo Tribunal Federal bipartiu-se entre a tese do “princípio da solidariedade” e a do direito adquirido, que afinal restou vencida. Assim, a partir de então, mesmo após terem contribuído por décadas para a previdência pública, os aposentados e pensionistas que recebem acima do teto do Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) passaram a pagar 11% sobre o valor excedente.

Conforme assinaiei, Sr^{as} e Srs. Senadores, já faz dez anos que os aposentados e pensionistas arcam com essa iniquidade, situação que tende a perpetuar-se caso o Legislativo, atendendo à aspiração da sociedade, não tome para si a tarefa de restituir a condição constitucional de origem.

Nesse sentido, inúmeras associações de classe e organizações da sociedade civil têm lutado, ao longo de todo esse tempo, contra essa taxaço cruel, amparadas em sólida sustentação jurídica. Nas duas Casas do Congresso Nacional, centenas de Parlamentares já deram mostras de que também não concordam com a redação da Emenda Constitucional nº 41 e suas decorrências práticas. Entre esses, eu orgulhosamente me incluo.

Em 2006, o ilustre ex-Deputado Federal Carlos Mota apresentou uma proposta de emenda à Constituição que objetivava corrigir os pontos da reforma previdenciária que causam ônus sem justificativa aos aposentados e pensionistas da previdência pública. Hoje, após ser aperfeiçoada pela contribuição dos Deputados relatores, Luiz Alberto e Arnaldo Faria de Sá, e pela própria comissão especial instalada na Câmara

para analisar seu mérito, a PEC nº 555/2006 encontra-se madura para inclusão na pauta de votação.

Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, é preciso frisar que a proposta conta com três pilares sólidos: largo apelo à sociedade, aval técnico-jurídico e apoio político. No âmbito da Comissão Especial que acabei de mencionar, foram ouvidas, em audiências públicas, dezenas de entidades, além de autoridades governamentais e especialistas da área. Passo a citar apenas algumas dessas entidades: Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento, Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência, Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, Associação de Magistrados Brasileiros, Ministério Público da União, Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), e Força Sindical.

Essencialmente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a PEC nº 555/2006 visa revogar o art. 4º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003. Com os aperfeiçoamentos anteriormente mencionados, temos quatro itens: 1) haverá a extinção imediata da cobrança dos aposentados por invalidez; 2) a extinção da contribuição dos aposentados e pensionistas que tiverem 65 ou mais anos de idade; 3) a extinção gradual, na razão de 20% ao ano, a partir dos 61 anos de idade do titular do benefício, até a completa extinção aos 65 anos; e 4) enquanto não for extinta, a contribuição incidirá apenas sobre a parcela do provento de aposentadoria ou pensão que exceda ao teto de benefício do INSS.

Sr^{as} e Srs. Senadores, resta cristalina a necessidade de se fazer justiça aos nossos aposentados e pensionistas do setor público. Eles foram atingidos por uma medida que não alcançou nenhum outro segmento ou categoria de trabalhadores, e tiveram desrespeitados seus direitos assegurados na Lei Maior,

sobretudo porque o estabelecimento da contribuição previdenciária sobre os benefícios de servidores já aposentados configura uma clara violação do princípio constitucional básico, resumido na fórmula – aspas – : “A lei não prejudica o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada – fecha aspas –”.

No relatório da PEC nº 555/2006, o Deputado Arnaldo Faria de Sá lembrava que – abro aspas –: “Na ocasião do julgamento da ação direta, Adin nº 3.105, foi a decisão inquinada por ter sido informada por razões mais políticas do que jurídicas, uma vez que se tratava de iniciativa apresentada por governo recém-instalado,

na qual se vislumbrava a possibilidade de resgatar pelo menos em parte a saúde das contas públicas”.

Ora, Sr. Presidente, a ninguém interessa ignorar a relidade da economia interna de um sistema previdenciário fechado, que necessita de equilíbrio atuarial para manter-se por tempo indefinido e cumprir, por esse modo, a sua própria razão de existir, amparando na velhice aqueles que para ele contribuíram. Mas é precisamente o ponto que se quer desvelar: a argumentação oficial deixou de entrever em seu verdadeiro propósito, nas entrelinhas, ou seja, o de – aspas – “resgatar, pelo menos em parte, a saúde das contas públicas”.

Ainda acrescento: percebe-se, portanto, que é o objetivo geral o de se resgatar a saúde das contas públicas, que se inclina a confundir-se com o objetivo específico: equilibrar o sistema previdenciário público. Mas há aqui um grave senão e que se vai anunciando: se existe o desequilíbrio nas contas gerais da Previdência, é porque foram objeto de mau uso, pois suas receitas acabaram desviadas para outros fins que não os tipicamente previdenciários.

Assim, Sr^{as} e Srs. Senadores, é inteiramente injusto que engenhosos regramentos artificiais sejam maquiados extemporaneamente para – entre aspas – “sanar” os rombos do sistema. Em termos populares, Sr^{as} e Srs. Senadores, não cabe aos servidores aposentados e aos pensionistas, em idade avançada, – entre aspas – “pagar o pato” dos malfeitos a que não deram ensejo.

Desejo ainda, Sr. Presidente, enfatizar, por uma medida de sincero reconhecimento,....

(Soa a campanha.)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoría/PSDB – MS) – ...à persistente luta do Senador Paulo Paim, verdadeiro apóstolo, nesta Casa, dos direitos dos aposentados e pensionistas.

Tenho recebido, Sr. Presidente, correspondência de associações de classe do meu Estado, Mato Grosso do Sul, e de todo o País. Tenho acompanhado com solidariedade a preocupação que aflige homens e mulheres maduros que se sentem profundamente atingidos por essa medida descabida, a qual os força a continuar pagando o que já pagaram ao longo das suas vidas.

Sr. Presidente, tenho algumas outras considerações a fazer, mas me permito, esperando que V. Ex^a considere como lidas essas observações, fazer daqui um apelo ao Deputado Federal Henrique Alves, Presidente da Câmara, que é político experiente e de responsabilidade social, que compreende perfeitamente a necessidade de nós, integrantes do Congresso Nacional, revermos um dispositivo que se mostrou iníquo em relação a um grande contingente de trabalhadores brasileiros.

Quero, portanto, dirigir-me ao ilustre Presidente da Câmara dos Deputados, para que se digne a incluir na Ordem do Dia, o mais rapidamente possível, a Proposta de Emenda à Constituição nº 555, de 2006, de autoria do ex-Deputado Carlos Mota, na forma do substitutivo elaborado pela Comissão Especial destinada à sua apreciação.

Sr. Presidente, esse é o clamor de todos aqueles – creio que de toda esta Casa – que, após anos de intenso labor, contribuíram com parte expressiva de seus rendimentos, para assegurar recursos valiosos que garantiriam uma aposentadoria digna e respeitada pelo Poder Público. Agora, eles esperam do Congresso Nacional, de V. Ex^{as}, Srs. Deputados, e especialmente dos Srs. Senadores, uma justa reparação do mal que lhes foi feito pela Emenda Constitucional 41/2003.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

E muito obrigado pela atenção de V. Ex^{as}, Srs. Senadores.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR RUBEN FIGUEIRÓ.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoría/PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago a esta tribuna um tema importantíssimo, capaz de invocar a sensibilidade de todo brasileiro, ao avizinhar-se de questões tão densas como as projeções de futuro, as finanças domésticas e a fruição de uma velhice economicamente amparada e digna.

Em 2003, contrariando toda uma trajetória política em que fazia, ou dizia fazer, a defesa dos aposentados e pensionistas, o governo recém-eleito do Partido dos Trabalhadores declarou ser prioridade a aprovação de uma abrangente Reforma da Previdência – a qual, na prática, mutilou vários direitos adquiridos dos trabalhadores brasileiros, mormente os aposentados e pensionistas do setor público.

Recordo-me que o Presidente Lula compareceu pessoalmente ao Congresso Nacional, acompanhado de ministros de Estado, dos 27 governadores e de todos os integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, com o objetivo de entregar aos parlamentares esse projeto governamental. Já naquela época, o rolo compressor do novo governo não hesitava em exercer sua pressão incontrolável – o que veio a se tornar rotina nos anos que se seguiram.

Um dos pontos mais controversos da Reforma foi a instituição da taxa dos inativos em até 11% sobre os vencimentos que ultrapassassem o teto da Previdência Social, hoje de 4.159 reais.

Sr^{as} e Srs. Senadores, sob a forma da Emenda Constitucional na 41, de 19 de dezembro de 2003, essa

verdadeira bitributação completa dez anos de vigência neste ano de 2013.

Pretextando equilibrar atuarialmente o sistema previdenciário, as autoridades governamentais mobilizaram suas forças políticas e conseguiram aprovar a EC 41. Ao tempo, desenvolveu-se um grande embate jurídico, a partir da propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.105. O Supremo Tribunal Federal bipartiu-se entre a tese do “princípio da solidariedade” e a do direito adquirido, que afinal restou vencida. Assim, a partir de então, mesmo após terem contribuído por décadas para a Previdência pública, os aposentados e pensionistas que recebem acima do teto do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) passaram a pagar 11% sobre o valor excedente.

Conforme assinaiei, já faz dez anos que aposentados e pensionistas arcam com essa iniquidade, situação que tende a perpetuar-se caso o Legislativo, atendendo à aspiração da sociedade, não tome para si a tarefa de restituir a condição constitucional de origem.

Nesse sentido, inúmeras associações de classe e organizações da sociedade civil têm lutado, ao longo de todo este tempo, contra essa taxação cruel, amparadas em sólida sustentação jurídica. Nas duas Casas do Congresso Nacional, centenas de Parlamentares já deram mostras de que também não concordam com a redação da EC 41 e suas decorrências práticas. Entre esses, – eu orgulhosamente me incluo.

Em 2006, o ilustre ex-Deputado Federal Carlos Mota apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição que objetivava corrigir os pontos da Reforma Previdenciária que causam ônus sem justificativa aos aposentados e pensionistas da Previdência Pública. Hoje, após ser aperfeiçoada pela contribuição dos Deputados relatores Luiz Alberto e Arnaldo Faria de Sá, e pela própria Comissão Especial instalada na Câmara para analisar seu mérito, a PEC nº 555/2006 encontra-se madura para inclusão na pauta de votação.

Sr. Presidente, é preciso frisar que a proposta conta com três pilares sólidos: largo apelo à sociedade, aval técnico-jurídico e apoio político. No âmbito da Comissão Especial que acabei de mencionar, foram ouvidas, em audiências públicas, dezenas de entidades, além de autoridades governamentais e especialistas da área. Passo a citar apenas alguns: Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento, Associação Brasileira de Instituições de Previdências Estaduais e Municipais, Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência, Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Associação de Magistrados Brasileiros, Associação dos Juizes Federais do Brasil, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Federação

Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União, Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), Instituto MOSAP – Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – GTB, Central Única dos Trabalhadores – CUT, e Força Sindical.

Essencialmente, a PEC nº 555/2006 visa revogar o artigo 4º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003. Com os aperfeiçoamentos anteriormente mencionados, temos que: 1) haverá a extinção imediata da cobrança dos aposentados por invalidez; 2) a extinção da contribuição dos aposentados e pensionistas que tiverem 65 ou mais anos de idade; 3) a extinção gradual, na razão de 20% ao ano, a partir dos 61 anos de idade do titular do benefício, até a completa extinção aos 65 anos; e 4) enquanto não for extinta, a contribuição incidirá apenas sobre a parcela do provento de aposentadoria ou pensão que exceda ao teto de benefício do INSS.

Sr^{as} e Srs. Senadores, resta cristalina a necessidade de se fazer justiça aos nossos aposentados e pensionistas do setor público. Eles foram atingidos por uma medida que não alcançou nenhum outro segmento ou categoria de trabalhadores, e tiveram desrespeitados seus direitos assegurados na Lei Maior, sobretudo porque o estabelecimento da contribuição previdenciária sobre os benefícios de servidores já aposentados configura uma clara violação de princípio constitucional básico, resumido na fórmula; “a lei não prejudica o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”.

No Relatório da PEC nº 555/2006, o Deputado Arnaldo Faria de Sá lembrava que, abro aspas, “na ocasião do julgamento da ação direta [Adin nº 3.105], foi a decisão inquinada de ter sido informada por razões mais políticas do que jurídicas, uma vez que se tratava ‘de iniciativa apresentada por governo recém-instalado, na qual se vislumbrava a possibilidade de resgatar pelo menos em parte a saúde das contas públicas’”.

Ora, a ninguém interessa ignorar a realidade da economia interna de um sistema previdenciário fechado, que necessita de equilíbrio atuarial para manter-se por tempo indefinido e cumprir, por esse modo, a sua própria razão de existir, amparando, na velhice, aqueles que para ele contribuíram. Mas é este precisamente o ponto que se quer desvelar: a argumentação oficial deixou entrever seu verdadeiro propósito nas entrelinhas, qual seja, o de “resgatar pelo menos em parte a saúde das contas públicas”.

Percebe-se, portanto, que há um objetivo geral, o de resgatar a saúde das contas públicas, que se inclina a confundir-se com um objetivo específico: equilibrar o

Sistema Previdenciário Público. Mas há aqui um grave senão, que se vai anunciando: se existe um desequilíbrio nas contas gerais da Previdência é porque elas foram objeto de mau uso, pois suas receitas acabaram desviadas para outros fins, que não os tipicamente previdenciários.

Assim, é inteiramente injusto que engenhosos regramentos artificiais sejam maquinados extemporaneamente para, entre aspas, “sanar” os rombos do sistema. Em termos populares, Senhoras e Senhores Senadores, não cabe aos servidores aposentados e aos pensionistas, em idade avançada, “pagar o pato” dos malfeitos a que não deram ensejo.

Tenho recebido correspondência de associações de classe do meu Estado do Mato Grosso do Sul e de todo o País. Tenho acompanhado com solidariedade a preocupação que aflige homens e mulheres maduros que se sentem profundamente atingidos por uma medida descabida, a qual os força a continuar pagando o que já pagaram ao longo de toda uma vida de labor honesto, digno e produtivo.

Realmente, Caros Colegas, trata-se de uma quebra completamente injustificada do princípio constitucional do direito adquirido, algo que causa apreensão quando pensamos na manutenção de nossa democracia e na plena vigência do chamado Estado de Direito.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Deputado Federal Henrique Alves, Presidente da Câmara, é político experiente e de responsabilidade social, que compreende perfeitamente a necessidade de nós, integrantes do Congresso Nacional, revermos um dispositivo que se mostrou iníquo em relação a um grande contingente de trabalhadores brasileiros.

Quero, portanto, dirigir-me ao ilustre Presidente da Câmara dos Deputados, para que se digne a incluir na Ordem do Dia, o mais rapidamente possível, a Proposta de Emenda à Constituição n-555, de 2006, de autoria do ex-Deputado Carlos Mota, na forma do substitutivo elaborado pela Comissão Especial destinada à sua apreciação.

Sr. Presidente, esse é o clamor de todos aqueles que após anos de intenso labor, contribuíram com parte expressiva de seus rendimentos para assegurar recursos valiosos que garantiriam uma aposentadoria digna e respeitada pelo poder público. Agora, eles esperam do Congresso Nacional uma justa reparação do mal que lhes foi feito pela Emenda Constitucional 41/2003.

Durante o discurso do Sr. Ruben Figueiró, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Agradeço ao Senador Figueiró, do PSDB, de Mato Grosso do Sul.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana para uma comunicação inadiável.

V. Ex^a terá cinco minutos regimentais, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é com muito pesar que ocupo hoje a tribuna do Senado, esta Casa tão importante do nosso País, para trazer uma notícia que nos pegou, a todos acreanos, de surpresa ainda de madrugada.

Faço aqui o registro do falecimento do empresário acreano e talvez o maior empreendedor do Acre, Roberto Moura, ocorrido hoje no começo da manhã, no Incor, em São Paulo.

Ele estava em São Paulo, acompanhado do seu filho Marcelo, para um evento representando uma de suas empresas, passou mal no final da noite de ontem, foi levado para o Incor com vida, chegou andando, e, mesmo tendo pouca idade – uma pessoa de 60 anos, ia fazer agora, no dia 17 de setembro, 61 anos –, não resistiu.

Meu sobrinho que faz especialização no Incor passou a noite com muitos especialistas, mas, lamentavelmente, mesmo estando no melhor hospital do coração que nós temos no Brasil, um dos melhores do mundo, nós tivemos essa notícia, para nós do Acre, terrível, porque o Roberto Moura era um apaixonado pelo Acre, um empreendedor, um acreano que veio do interior.

Pelo trabalho, por sua dedicação, ele construiu um conglomerado de empresas, que são uma referência hoje no Acre. Sem dúvida, ele era o maior empreendedor no Acre.

À sua família, meu voto de pesar. Eu falei várias vezes com seu filho, que ainda está em São Paulo tomando as providências para que o corpo possa chegar ainda hoje ao Acre.

O Senador Anibal e eu vamos embarcar daqui a pouco para estarmos lá junto com os amigos, com os familiares. Hoje cedo falava com o Governador Tião Viana também.

Então, daqui da tribuna do Senado, eu queria prestar esta homenagem porque o Acre perdeu um grande acreano, e eu perdi um bom amigo.

Quando comecei na política – aliás, não era nem o começo, eu estava tentando começar –, ele foi um dos poucos que me confiaram o apoio e a confiança de que eu daria certo. Isso foi ainda na década de 90, bem no comecinho, no final dos anos 80.

Construímos uma relação de amizade, que durou até esta lamentável, sob todos os aspectos, notícia.

São os mistérios da vida.

A humanidade vive há milhares de anos. Eu disse hoje nas redes sociais: “Se vivermos mais outros milhares, não vamos chegar nem perto de entender os mistérios da vida”. Uma pessoa sai do Acre de avião, desce em São Paulo, participa de um evento e, com o filho num

táxi, sente dor, passa mal e o filho, perto da meia-noite, diz-lhe: “Vamos para o Incor, que fica aqui perto”.

Sai do táxi andando, caminha até o atendimento, é atendido prontamente, com todo o aparato que o Incor tem, que é o melhor hospital do coração do País, e, quatro e meia da manhã, depois de inúmeras tentativas dos médicos durante a noite inteira, ele não sobreviveu, não resistiu.

Era uma pessoa que se cuidava, fazia exercícios, mantinha o peso sempre equilibrado, sempre magro, trabalhava muito. Mas, enfim, falei com alguns médicos e eles disseram que há algumas manifestações de problemas cardíacos que são fulminantes.

Eu ouço o aparte do Senador Anibal, que inclusive trabalhou na televisão de Roberto Moura, que tinha empresas em várias áreas. Agora estava se preparando para serem umas das mais fortes na ZPE do Acre. Estava abrindo uma empresa no Peru. O Anibal chegou a trabalhar com ele.

É com satisfação que ouço o aparte de V. Ex^a, Senador Anibal.

O Sr. Anibal Diniz (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Permita-me, Senador Jorge Viana, congratular-me com V. Ex^a nesse registro e voto de pesar...

(Soa a campanha.)

O Sr. Anibal Diniz (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ...pela morte do empresário Roberto Alves Moura, empreendedor acreano que ousou expandir inclusive os seus empreendimentos para além das fronteiras do Acre. Foi ele que levou a TV Gazeta, que na época era filiada da TV Manchete, ao Acre. Com ele eu pude trabalhar nos anos de 1990, 1991 e 1992, como Editor de Jornalismo da sua TV Gazeta. Roberto Moura era um empresário muito bem-sucedido, um homem de sucesso e, querendo ou não, as pessoas de sucesso são referências. Ele foi uma pessoa de muito sucesso empresarial. Deixou nove filhos e dez netos. Então, fica aqui o nosso voto de pesar, a nossa solidariedade aos familiares de Roberto Moura. Tenho certeza de que V. Ex^a também vai ser signatário de um voto de pesar que quero apresentar por ocasião do falecimento do empresário Roberto Alves Moura, ocorrida nesta quarta-feira, dia 14 de agosto, vítima de ataque cardíaco na cidade de São Paulo. Nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal e ouvido o Plenário, eu requeiro voto de pesar por ocasião do falecimento do empresário Roberto Alves Moura, nesta quarta-feira, 14 de agosto de 2013, em São Paulo capital. Este voto de pesar se dá exatamente pelo reconhecimento do trabalho desenvolvido por Roberto Alves Moura. Uma pessoa que tinha seu ponto de vista a respeito da sociedade e que tinha os seus investimentos todos no Estado Acre, gerava muitos empregos tanto

na sua televisão como na distribuidora de medicamentos quanto nas demais empresas – supermercados – e também na sua distribuidora, revenda de veículos. Eu tenho certeza de que todos ficaram muito chocados com sua morte, por exatamente se tratar de uma pessoa que se cuidava muito bem, uma pessoa que tinha uma prática saudável, que procurava fazer exercício físico, que se mantinha absolutamente em dia nos *check-ups* médicos e que acabou falecendo aos 61 anos de idade, ou seja, com muita vida pela frente, vítima de um ataque cardíaco. Então, fica aqui a nossa solidariedade plena aos familiares do Roberto Moura e o nosso voto de pesar por esta perda de grande significado dentro do mundo empresarial acreano e dentro daquele universo próprio das pessoas de sucesso do nosso Estado do Acre.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu incorporo o seu aparte, Senador Anibal e agradeço o privilégio de poder assinar junto essa moção de pesar, que certamente aprovaremos aqui no Senado, pela importância, pela vida e pelo exemplo de trabalhador. Era um empresário trabalhador Roberto Moura.

E concluo, Sr. Presidente, com sua compreensão, fazendo uma leitura muito breve, curta, de uma mensagem que postei na minha página do Facebook:

Roberto era o maior empresário da nossa terra, um vencedor, um grande empreendedor e apaixonado pelo Acre. Ele nos deixa um bom exemplo: a sua devoção ao trabalho. É uma pena que a gente perca um dos maiores empresários que tínhamos, nesta hora que o Acre precisa tanto de empreendedores que tenham amor por nossa terra [que o Roberto tinha].

Estou triste porque perdi uma pessoa que me considerava e estabelecia comigo uma relação de verdadeira amizade. Quando mais precisava, lá no começo da minha vida pública, ele foi um dos que mais me ajudou.

Roberto nasceu em Tarauacá e era filho da Dona Raimunda, que ele adorava e venerava.

Como disse o Senador Anibal, são 9 filhos e 10 netos, inclusive algumas ainda crianças pequenas, que ficam agora com sua esposa Suzana.

Que Deus possa confortar a sua família, confortar os amigos, que não são poucos. E eu queria daqui, da tribuna do Senado, agradecer ao Roberto por seu trabalho e por sua dedicação ao nosso Acre.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Senador Jorge Viana, a Presidência se solidariza com V. Ex^a e com o Senador Anibal Diniz

pela perda, tanto do amigo de ambos, como do grande empresário do Estado do Acre.

Pela ordem de inscrição, como orador, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quero, em primeiro lugar, registrar a presença aqui, na tribuna de honra, dialogando com a Senadora Ana Rita, do PT do Espírito Santo, da Sr^a Ivete Santisi Belfort Mattos, da Sociedade de Apoio à Paz, e do Sr. Venceslão Soligo, da Associazione Stampa italiana. Ambos são da Sociedade de Apoio à Paz, uma entidade sem fins lucrativos, gerida apenas por voluntários, que há dez anos desenvolve um programa sobre as palavras de paz. Eles gostariam de propor que possam todos os organismos de gestão pública ter a preocupação com a paz, por meio do programa Educação para a Paz. E, assim, eles desenvolvem programas em prisões e centros cívicos.

Nós, a Senadora Ana Rita e eu, iremos propor que haja uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, inclusive com convite ao Embaixador da Paz da Índia, Prem Rawat, que desenvolve um trabalho pela paz pelo mundo, transmitindo a sua mensagem em eventos e em universidades por todos os países. Até hoje, Prem Rawat já falou para milhões de pessoas. Assim, gostaríamos que também aqui, no Senado, possamos ter a sua presença, inclusive neste momento em que colocamos a preocupação de todos nós, num dia como o de hoje, em que haverá manifestações em inúmeras cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro e outras. Contudo, que essas manifestações sejam caracterizadas por meios pacíficos.

Assim, conclamamos o Anonymous, o Black Bloc e todas essas entidades a que procurem expressar os seus sentimentos seguindo as recomendações de sempre estarmos procurando confrontar a força física com a força da alma, conforme nos disse Martin Luther King Jr. em *I have a dream* (*Eu tenho um sonho*).

Sejam bem-vindos!

Já está, então, encaminhada a providência junto à Presidenta, Senadora Ana Rita.

Gostaria também de aqui agradecer a presença dos Professores da Unicamp, Wellington Carrenho, César Marcon, bem como do Sr. Cristiano de Carvalho, Secretário de Negócios Jurídicos de Americana, que também nos honram com a sua visita.

Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, gostaria, hoje, de tratar do assunto da laranja, da citricultura no Estado de São Paulo, e, sobretudo, aqui assinalar observações do Presidente da Associtrus, Dr. Flávio Viegas, que me enviou uma contribuição e também um convite para par-

ticipar, nesta sexta-feira, 16 de agosto, a partir de 12h30 até às 16h, no auditório do Centro Universitário Unifafibe, em Bebedouro, do “Encontro Citricultura do Estado de São Paulo: Estrutura e Conjunto”, que a Associtrus – Associação Brasileira de Citricultores ali promoverá, com o objetivo de reunir produtores, pesquisadores e políticos, entre os quais já confirmaram a sua presença o Deputado Federal Antônio Carlos Mendes Thame, do PSDB de São Paulo, e o Deputado Estadual Edinho Araújo, do PMDB de São Paulo.

Eu fui convidado, mas, em função de haver marcado um exame médico de rotina justamente na sexta-feira, não poderia comparecer. Com esta idade, 72 anos, já fiz a parte do coração, Presidente Flexa Ribeiro, e, agora, vou ver as outras partes do corpo para saber se está tudo perfeito. As pessoas que fizeram o meu exame me informaram que o meu coração está bom para todas as finalidades.

Desse encontro resultará o *Manifesto da Laranja*, documento que os próprios citricultores, com o apoio das autoridades do setor citrícola e com o embasamento de pesquisadores, apresentarão, colocando as suas principais reivindicações para se manterem na atividade que, economicamente, já foi responsável pela distribuição e geração de riquezas em diversos Municípios paulistas e também de outros Estados brasileiros, como Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Sergipe, que também é um importante produtor de laranjas, envolvendo centenas de milhares de trabalhadores e de pessoas.

Há décadas, os produtores se veem obrigados a abandonar, pouco a pouco, a atividade, por conta da verticalização da produção pelas indústrias de suco de laranja e, conseqüentemente, dos baixos preços pagos por estas mesmas indústrias pela fruta dos pomares de terceiros.

Para se ter ideia do tamanho do estrago que vem ocorrendo no setor, na safra passada cerca de 20 milhões de áreas foram erradicadas do parque citrícola paulista e mais de dois mil citricultores foram excluídos do setor. A atuação cartelizada das indústrias – motivo de denúncia dos produtores – aguarda há anos o desfecho das investigações que estão sob a responsabilidade do Cade – Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

O Cade fez uma importante averiguação no que diz respeito à atuação dos cartéis das empresas que participaram das licitações do metrô da CPTM, em São Paulo e em outros lugares. Seria importante que – claro há muitas coisas para averiguar – aprofundassem e logo chegassem à conclusão sobre o que é que acontece com a produção e comercialização da laranja.

Apesar de todas as evidências de abuso do poder de mercado pelas esmagadoras, setores do governo preferem aceitar os argumentos das indústrias de que

se trata de um “problema de mercado” e da incompetência dos produtores.

A omissão dos governos, às vezes em nível federal e outras também estadual, vem propiciando uma brutal transferência de renda para as indústrias de suco, aumentando assim as distorções no setor através da concentração e verticalização da produção.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com certeza, mas me permita desenvolver um pouco mais o tema.

A maior crise da citricultura foi criada sob o pretexto de queda da demanda mundial do suco de laranja. Porém, o fato é que a oferta vem caindo mais do que a demanda, tanto que a Coca-Cola, que, desde 2011, tem demonstrado a preocupação com a falta de interesse dos produtores em ampliar os plantios, anunciou o investimento de US\$2 bilhões no plantio de 10 mil hectares de laranjas em parceria com a Cutrale e a Peace Rivers, na Flórida (EUA).

Outros fatos que desmentem os argumentos da indústria são o aumento do valor do suco de laranja e dos subprodutos, o que propiciou o aumento de 120% no valor de registro das exportações brasileiras de suco de laranja, entre 2005 e 2012, e os altos preços recebidos pelos citricultores da Flórida que atingem cerca de R\$24,00 por caixa, enquanto os produtores brasileiros não recebem nem R\$10,00 pela mesma caixa de laranja.

A conclusão evidente é que as indústrias continuam a impor impunemente o seu poder econômico e de mercado sobre os produtores brasileiros, enquanto apresentam um comportamento completamente diferente na Flórida.

No Brasil, embora o volume de suco de laranja exportado tenha se mantido constante, no período de 2000-2001 a 2011-2012, o valor registrado nas exportações cresceu 180%, de US\$878 milhões para US\$2,45 bilhões, enquanto os preços pagos aos citricultores caíram de cerca de US\$2,3, em 2000-2001, para US\$1,37 por caixa na safra passada. Uma redução de 40%, agravando ainda mais o prejuízo do citricultor, que tem um custo de produção superior a US\$9,00.

As esmagadoras que pagam na Flórida até US\$14,00 por caixa posta impõem aos citricultores brasileiros preços abaixo de US\$3,00 e justificam que os baixos preços são decorrentes de desequilíbrios do mercado.

O que realmente ocorre é que a indústria vem, deliberadamente, excluindo os pequenos e médios produtores à medida em que amplia a sua própria produção.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Os recentes dados divulgados pela CitrusBR indicam que o ciclo de altos estoques e baixos preços devem encerrar na temporada atual. A partir de julho de 2014, provavelmente, inicia-se um maior equilíbrio entre a oferta e demanda na citricultura paulista.

Assim, são vitais ações de curto prazo para permitir ao citricultor independente manter-se competitivo até julho de 2014, para se recuperar da crise de rentabilidade das últimas temporadas.

É importante a adoção de medidas de médio prazo para melhorar o ambiente de negócio e a competitividade do produtor independente e de medidas de longo prazo, como o fortalecimento da defesa fitossanitária e a demanda doméstica pelo suco de laranja.

Eu, aqui, coloco as propostas da Associtrus, mas concedo, com muita honra, um aparte ao Senador Casildo Maldaner, se o Presidente Flexa Ribeiro me der um pouquinho de tolerância.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu serei breve, até porque sei que o tempo de V. Ex^a está-se esgotando. Eu gostaria...

(Soa a campanha.)

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ... de me associar a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, quando traz um tema tão preocupante, porque se montam os cartéis e se prejudica os pequenos produtores. Aí, o Cade tem de entrar, sem dúvida alguma, e os setores responsáveis também. Nós temos de atentar para a formação de cooperativas para atender aos pequenos produtores ou de associações. Eu daria até um exemplo: ontem, eu recebi de Santa Catarina, meu Estado, um grupo de fabricantes de refrigerantes, que os produzem quase que artesanalmente. Eles expuseram ontem, para nós e para o Fórum Parlamentar Catarinense, que, no Brasil, nós tínhamos novecentas e poucas empresas pequenas, pequenos fabricantes de refrigerantes; hoje, resumem-se em cento e poucos, só. Todo o resto,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ... a Coca-Cola e outras grandes absorveram, criando-se assim os cartéis. Aí, surge o desemprego, acaba-se com os pequenos, tirando-os da atividade econômica. Por isso, eu quero me associar a V. Ex^a quando traz esse problema sério dos citricultores do Estado de São Paulo, que não é só de lá, mas também do meu Estado de Santa Catarina e de tantos outros do Brasil.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT-SP) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner. V. Ex^a coloca proposições de grande relevância.

Se me permite, por dois minutos, Senador Flexa Ribeiro, eu colocarei sinteticamente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Já trocamos aqui, Senador...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... as proposições...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ... mas atendo a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... sugeridas nesse encontro da Associtrus:

- Renegociação de todas as dívidas dos citricultores (dos cinco últimos anos) pela securitização;
- retomar a laranja na política de preço mínimo e os leilões do PEPRO, com um edital mais completo, que iniba ações de não citricultores com a exigência de relatório...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... do *greening* dos últimos três anos ou relatório prévio dos citricultores de quantas caixas pretendem entregar e valor vendido.

- Apoiar o aumento do percentual de suco de laranja para os néctares do País;
- Redução dos impostos incidentes sobre o suco de laranja comercializado no País e vincular a isenção a suco com origem de compra de pequenos e médios produtores;
- Retomar a discussão da inserção do suco na merenda escolar do Estado de São Paulo e nas cestas básicas pela Conab, especialmente nos municípios que sofrem os efeitos da seca no Nordeste ou que estão em situação de emergência;
- Finalização dos processos no Cade, para não haver mais demora que prejudique pequenos e médios agricultores;
- Fortalecer a representatividade dos citricultores no Consecitrus;
- Constituir um grupo de apoio neutro (pesquisadores e consultores) para a formatação dos dados no Consecitrus;
- Solicitar à CitrusBR dados mais atualizados a respeito da estimativa do volume processado de laranja...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – dos dados da Coordenadoria de Defesa Agropecuária do Relatório do *Greening* por Município: dados de propriedades por tamanho, número de árvores por variedade e número de árvores por grupos de idade.

Além dessas, importante a adoção de medidas imediatas com resultados de longo prazo visando melhorar a defesa e o consumo doméstico do suco de laranja.

Fortalecimento e elevação dos recursos destinados ao Fundecitrus, com a parceria da Coordenadoria de Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo. Ação em conjunto, para dar maior agilidade no controle do *greening* e do cancro cítrico no Estado de São Paulo.

A formatação de um sistema de leilão de venda do excedente do suco de laranja para processadores de pequeno e médio porte, inclusive para fornecer a escolas, creches e repartições públicas, porque isso em muito contribuirá para estabilizar a situação dos citricultores paulistas.

E eu, que, todos os dias, tomo suco de laranja...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) –... na hora do café da manhã, normalmente, e, muitas vezes, também, no almoço e no jantar, recomendo a todos que tomem mais suco de laranja, porque faz muito bem à saúde.

Agradeço muito a tolerância, primeiro, do Senador Flexa Ribeiro e, agora, do Senador Jorge Viana.

Um abraço a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Flexa Ribeiro, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Suplicy. Eu cumprimento V. Ex^a.

Convido para fazer uso da palavra, inscrito como Líder, o Senador Flexa Ribeiro. Em seguida, como oradora inscrita, em permuta, a Senadora Ana Amélia.

Então, eu peço que ocupe a tribuna como Líder o Senador Flexa, que me substituiu aqui ainda há pouco, pelo que eu agradeço a S. Ex^a, para que eu pudesse fazer uma comunicação inadiável e, junto com o Senador Anibal, apresentar o voto de pesar pelo falecimento do acriano, empresário, empreendedor, Dr. Roberto Moura.

Com a palavra V. Ex^a, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Presidente, Senador Jorge Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar meu pronunciamento, quero fazer uma saudação a um companheiro e amigo lá do Pará, de Santana do Araguaia, que se encontra na galeria, o Alencar, Presidente do PSDB de Santana.

Seja bem-vindo, Alencar!

Ele foi candidato a prefeito nas eleições do ano passado, mas não se elegeu, e será candidato, agora, no próximo ano, a Deputado Estadual. Tenho certeza de que o nosso Alencar terá todas as condições de chegar a Deputado.

Também quero saudar, Senador Jorge Viana, o irmão do Alencar, o Luciano Alencar, que é Prefeito do

Município de Vila Rica, em Mato Grosso, nosso vizinho, onde todos temos trabalhado pela Santarém-Cuiabá, de que vamos falar daqui a pouco.

O Senador Pedro Taques, o Senador Jayme Campos e o Senador Blairo Maggi são os três Senadores que representam, com competência, e honram o Estado de Mato Grosso.

Seja bem-vindo também, Alencar, que está com seu secretário, o Sr. Geraldo Divino, também de Vila Rica.

Mas eu quero, hoje, Senador Jorge Viana, fazer referência a um estudo que o Credit Suisse, banco de investimentos, fez sobre a infraestrutura brasileira, Senador Acir Gurgacz.

Ainda esta semana, recebemos uma notícia que era esperada: pela terceira vez, o Governo Federal foi forçado a adiar o leilão do trem-bala entre Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas. A desistência temporária do Governo Federal ocorreu diante da realidade que nós da oposição alertávamos aqui no Senado: simplesmente não apareceram investidores em número suficiente interessados pela obra – parece que houve a inscrição de um único interessado –, cujo orçamento já passa de R\$38 bilhões.

Nosso questionamento, quando a matéria tramitou aqui, no Senado, era sobre diversos pontos desse projeto “lulático”. Eu sempre denominei o trem-bala de projeto “lulático”. O primeiro, regimental e constitucional: a proposta veio como medida provisória. E toda medida provisória, como sabemos, tem que ser, obrigatoriamente, de tema “urgente e relevante”. Lançado em 2008, o projeto passou aqui, nesta Casa, em 2011. E lá já questionávamos tanto a urgência quanto a relevância desse empreendimento.

Com relação à urgência, está comprovado não existir, pois, depois de quase três anos, o trem ainda não saiu do projeto; com relação à relevância, é que se discute – e vamos tratar do assunto aqui – o gasto de R\$38 bilhões pelo Governo Federal em um projeto que deve deixar de ser feito porque não há urgência e não é necessário neste instante, haja vista que temos outras necessidades bem maiores do que o trem-bala.

Afinal, Sr^{as} e Srs. Senadores, paraenses e brasileiros que me assistem pelos veículos de comunicação do Senado e nos acompanham pelas redes sociais, num país onde as pessoas morrem nas estradas esburacadas e em péssimo estado de conservação, onde o modal de transporte de cargas é absolutamente invertido, onde os aeroportos não suportam o aumento da demanda, em um país que praticamente desconhece o que é uma ferrovia e apresenta uma absoluta inércia e falta de aproveitamento do seu potencial de hidrovias, será mesmo que podemos pensar em queimar etapas e iniciar o projeto de um trem-bala? Não! Nossa infraestrutura de transportes é um dos maiores, senão

o maior, entrave para nosso desenvolvimento! Não podemos perder tempo. Já perdemos demais. Temos que parar de sonhar e encarar a realidade brasileira.

É isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que traz um relatório do banco Credit Suisse, uma das maiores instituições financeiras do Planeta. O relatório, chamado “A infraestrutura brasileira: É agora ou nunca”, foi divulgado agora, no início de agosto, e traz alguns dados que traduzem aquilo que nós que vivemos no mundo real do Brasil e não no mundo da propaganda milionária do PT.

Cito o documento, que diz o seguinte:

É “agora ou nunca”. Se antes os gargalos de infraestrutura do Brasil preocupavam, agora eles só ficaram pior. Nos últimos dez anos, enquanto a economia brasileira teve um crescimento significativo, alavancado pelo esgotamento do modelo baseado no crédito, consumo e commodities, investimentos em infraestrutura de transporte respondeu por apenas 0,6% do PIB, ou seja, menos da metade do que seria necessário para sustentar um crescimento econômico anual de 4,5%.

De acordo com o estudo, o Governo se mostra confuso, depende do setor privado, mas não confia ou, o que é ainda pior, não conquista a confiança dos investidores.

A questão é urgente. Vejamos, Senador Jorge Viana, a posição do Brasil segundo o trabalho feito pelo Banco. O Brasil está em 107º lugar no *ranking* de 144 países em relação à eficiência da infraestrutura. E o valor que o Governo brasileiro deve investir para chegar à média mundial dos países em desenvolvimento, Senador Casildo Maldaner, – para chegar à média – é de US\$1 trilhão em investimentos de infraestrutura. É isso que o Brasil teria que aplicar para chegar à média dos países em desenvolvimento.

Cito novamente o estudo do Banco:

O modelo de crescimento econômico no país, nos últimos 10 anos, ficou conhecido como o modelo do “crédito, consumo e commodities” (3C). No entanto, mais recentemente, os 3Cs começaram a perder fôlego, com as famílias mais endividadadas e a disponibilidade de crédito mais rigorosa. Agora, a economia brasileira está enfrentando a desagradável dicotomia de baixo crescimento econômico e inflação alta.

O levantamento mostra ainda a posição do Brasil em relação a vários pontos. E nossa situação, Sr^{as} e Srs. Senadores, é pífia.

Na análise da qualidade de infraestrutura dos aeroportos, estamos na posição 134 de 144 países

analisados, quase no último lugar. O pior resultado entre as nações que compõem o Brics – Brasil, China, Rússia e Índia.

Em relação aos portos, outro resultado “mediocre”, para usar expressão adotada pelo estudo: estamos na posição 135, dos 144 países pesquisados. Nas ferrovias, melhoramos um pouco: estamos na posição número 100, mas ainda bem atrás dos países do Brics. Nas rodovias, caímos novamente para a posição 123. E na infraestrutura em geral, estamos também na lanterna, com a posição, como disse no início, de número 107 entre 144 países.

Mas nem sempre foi assim, Senador Jorge Viana. O estudo mostra que nosso desempenho caiu bruscamente nesses últimos quatro anos, Senadora Ana Amélia. Enquanto China, Rússia e Índia investiram de forma pesada em infraestrutura, o governo petista foi tímido e confuso. Mantivemos uma matriz de transporte e uma política de infraestrutura equivocada. Enquanto, nos Estados Unidos, apenas para citar um exemplo, as hidrovias e ferrovias correspondem a 68% do modal de transporte, no Brasil temos apenas 42% desses modais, ainda bastante subutilizados e sucateados.

Assim, um ponto de destaque no estudo é chamado de “Exemplos de deficiência ou má execução do Governo: Ferrovia Norte-Sul e BR-163”. Aqui temos a página do estudo do Credit Suisse, que dá como exemplo esses dois projetos, tanto a Ferrovia Norte-Sul como a Santarém-Cuibá, como “exemplos de deficiência ou má execução do governo”. Não saem do papel.

Diz o texto:

Os 3,7 mil quilômetros do projeto de 26 anos da ferrovia Norte-Sul e o progresso das melhorias na rodovia BR-163 são exemplos claros da qualidade questionável de execução de investimentos públicos no País. Estes projetos estão levando duas vezes mais tempo para serem completados e a um custo pelo menos três vezes mais alto que a previsão original.

Em relação à Ferrovia Norte-Sul, que deve ir até Barcarena, estamos acompanhando cada passo e lutando muito para que ela saia do papel o quanto antes e não seja apenas mais uma peça de propaganda para 2014.

Também temos a rodovia BR-163, a Santarém-Cuibá, sem dúvida uma rodovia emblemática que é debatida há décadas. Apesar de toda a tecnologia disponível hoje, o Governo do PT simplesmente não consegue solucionar e resolver definitivamente os problemas para a finalização da sua pavimentação.

Sr. Presidente, Infelizmente, como a realidade mostra todos os dias e o estudo analisa, os problemas estruturais da nossa infraestrutura não é exclusividade do Pará. A incompetência de gestão do PT é democrática.

Aliás, em dez anos no poder, a gestão...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Já concluo, Sr. Presidente.

Aliás, em dez anos no poder, a gestão do PT não entregou uma única obra estruturante sequer. É o desafio lançado: eu gostaria que fosse dito qual a obra estruturante – falo não de um trecho de rodovia ou de habitação, mas de obras estruturantes – que foi iniciada e concluída no Governo do PT.

Apesar da propaganda, não somos autossuficientes em petróleo, como aqui já foi dito. Temos uma lista sem fim de obras iniciadas, sejam elas refinarias, melhorias em rodovias federais, hidrovias, portos, aeroportos e ferrovias. Porém, são apenas projetos, placas e promessas.

(Soa a campanha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Porém, são praticamente nulas as obras entregues e funcionando plenamente. E a infraestrutura de logística e transporte, como sabemos, é pré-requisito para o desenvolvimento econômico e social de qualquer nação.

Finalizando, Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, quero dizer que perdemos tempo com um viés ideológico e com uma constante crise de identidade do Governo. Nossa economia precisa, de fato, de uma política desenvolvimentista que olhe para a frente sem surtos faraônicos, mas, sim, com consciência e de forma simples. Não é preciso inventar nada. Basta fazer aquilo que o Brasil e os brasileiros precisam, sem, como disse, invencionice, mas, sobretudo, com uma análise crítica, com o reconhecimento de que estamos, na verdade, bem atrás de outros países em desenvolvimento e com mais trabalho. A melhor propaganda que o Governo do PT poderia fazer seria investir, de fato, no Brasil, e não em peças publicitárias cheias de ilusão.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Cumprimento o Senador Flexa.

Convido a fazer uso da palavra a Senadora Ana Amélia, como oradora inscrita.

Em seguida, para fazer uma comunicação inadiável, terá a palavra o Senador Anibal.

Com a palavra, V. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Jorge Viana, antes de tudo, presto minha solidariedade a um amigo referido por V. Ex^a, que tão jovem deixou o convívio de tantos amigos e tantas pessoas, um homem público com tantos serviços prestados ao Acre e que tem tanta afinidade com o meu

Rio Grande do Sul, na figura de Plácido de Castro. Eu queria me solidarizar com seu comovido registro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu queria lhe agradecer.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Vejo que é um amigo, quase um irmão, de V. Exª e dos acrianos. Da mesma maneira, o Senador Anibal Diniz também endossou essas referências a essa pessoa. É muito triste quando a gente perde uma pessoa que a gente quer bem!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu queria só lhe agradecer e dizer que, nas idas de V. Exª ao Acre, V. Exª deu entrevista a um dos veículos de comunicação que ele tinha. Aliás, é reconhecida por nós uma das melhores televisões do Norte e do Nordeste, pelo cuidado técnico e pelo zelo. E Roberto Moura era dessa maneira. Tudo que fazia era muito bem feito, com muito trabalho e dedicação. Então, ele, os funcionários, as empresas dele são, realmente, referências de um empreendimento bem conduzido e bem feito. Obrigado, mais uma vez, em nome dos familiares.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Roberto Moura, na verdade, como o Senador Anibal Diniz e eu, é da área da comunicação. Nós viemos da área da comunicação. Com isso, há um motivo adicional, no meu caso, de reconhecer a relevância do trabalho que ele fez pelo Acre. Quero estender também à família dele e aos companheiros de trabalho das empresas de comunicação a nossa solidariedade.

Eu queria, antes de tudo, agradecer ao Senador Antonio Carlos Valadares pela cedência, porque, junto com o Senador Roberto Requião e o Senador Luiz Henrique da Silveira, representaremos a Comissão de Relações Exteriores na posse do Presidente do Paraguai, amanhã, na capital Assunção.

Senador Jorge Viana, nossos queridos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, colegas Senadores, o mercado clandestino de informações pessoais, que me tem preocupado bastante e que é criado a partir da violação de dados privados – endereço, identidade, telefones, dados bancários e até declarações do Imposto de Renda – de qualquer cidadão brasileiro, deve ser combatido duramente com o devido cumprimento da lei e com a implacável aplicação das penalidades previstas para esses inaceitáveis crimes. É o direito à privacidade, que está na nossa Constituição. Trata-se do direito à privacidade, do direito ao sigilo bancário, ao sigilo telefônico, ao sigilo postal, ao sigilo tributário e fiscal.

A mesma indignação demonstrada pelo Governo brasileiro quanto ao episódio envolvendo Edward Snowden, ex-analista de inteligência dos Estados Unidos que tornou públicos detalhes de programas confidenciais, como o que monitorava comunicações eletrônicas

e ligações telefônicas no Brasil, deve ser manifestada também com afinco pelas autoridades do Executivo em relação aos golpes corriqueiros ocorridos dentro do nosso País, do nosso território, que é a compra e venda clandestina de informações pessoais privadas.

Os casos recentes de invasão de privacidade e de aluguel de senhas de policiais registrados no meu Estado, o Rio Grande do Sul, como denunciado no último domingo pelo Fantástico, é um alerta para que o Ministério da Justiça, as autoridades policiais e demais representantes do Poder Público intensifiquem a fiscalização e os mecanismos para conter esse tráfico de informações.

Preservar a privacidade é um direito básico que está na Constituição. A reportagem especial do Fantástico mostrou como é grave esse problema no nosso País. O Juiz Sidinei Brzuska, da Vara de Execução de Execuções Criminais do Fórum Central de Porto Alegre, responsável pela fiscalização dos principais presídios do Rio Grande Sul, foi vítima de uma quadrilha que quebrou o sigilo das informações pessoais dele. Só a Polícia e a Justiça deveriam ter acesso a esses dados. Os bandidos usaram a senha de um policial militar para entrar no banco de dados da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Os golpistas também tiveram acesso a informações dos familiares do Juiz. Por lei, esses dados deveriam estar protegidos. É inaceitável, portanto, o acesso indiscriminado de informações privadas, principalmente quando essas são usadas por golpistas para ameaças ou pressões, visando a chantagear ou a obter algum benefício ilegal.

As investigações, segundo a reportagem, apontaram que os dados pessoais do Juiz foram acessados de um computador localizado na casa de um homem que chegou a ser preso como suspeito de envolvimento no esquema de outras sete pessoas. O suspeito admitiu ter pago R\$350,00 por mês para alugar uma senha roubada por um *hacker* que invadiu o computador de um policial. Essa mesma senha, de acordo com a imprensa, era compartilhada e alugada, indiscriminadamente, com outros clientes interessados no acesso ilegal dos dados e dispostos a pagar por essas informações.

Só no Rio Grande do Sul, 58 magistrados tiveram os dados acessados pelos criminosos. Olha que insegurança, Senador Pedro Taques! Esse caso de espionagem foi descoberto pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, confirmando a importância desse órgão, dessa instituição, para o fortalecimento de um direito inalienável, cláusula pétrea da Constituição, que é o direito ao sigilo bancário, fiscal, telefônico e postal. Por isso, é necessário repetir aqui a importância de uma instituição como essa para o fortalecimento das práticas democráticas e para a defesa da sociedade.

A propósito, quero aqui manifestar respeito e admiração ao Dr. Roberto Gurgel, Procurador-Geral da República, que, amanhã, vai executar o seu último dia nessa função, função que ele desempenhou. Não foi um engavetador, não fez vindita, não julgou segundo critérios pessoais, mas com base em inquéritos bem-fundamentados.

Hoje, pela manhã, aliás, o Ministério da Defesa distinguiu o Dr. Roberto Gurgel, a Senadora Vanessa, o Senador Eduardo Braga e a mim, honradamente. Ao Procurador-Geral, o Ministério da Defesa deu a Ordem do Mérito da Defesa na categoria Grã-Cruz, que é a mais importante de todas. E ali manifestei a ele meus agradecimentos como cidadão e como Senadora pelo trabalho que ele vem fazendo.

Com muita alegria, concedo um aparte ao Senador Pedro Taques.

O Sr. Pedro Taques (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Senadora Ana Amélia, associe-me a V. Ex^a na defesa da intimidade, da vida privada desses magistrados que tiveram seus dados violados. Isso mostra que, realmente, uma organização criminosa, mais uma, foi desbaratada pelo Ministério Público. E alguns ainda eram contra a PEC nº 37! No tocante ao Dr. Gurgel, algumas pessoas têm de entender que o Ministério Público nada tem contra o criminoso, mas contra o crime; nada tem contra o pecador, mas contra o pecado. Agora, o pecador precisa se redimir de seus pecados. O Dr. Gurgel fez um trabalho excelente junto à Procuradoria Geral da República, foi reconduzido pela Presidente da República há dois anos. Agora, sempre alguns não gostam do trabalho do Ministério Público, mas não gostam dele por razões públicas e notórias, porque é o Ministério Público que coloca o dedo na ferida. E, quando colocou o dedo na ferida, doeu. Então, quero também me associar a V. Ex^a neste momento em que o Dr. Gurgel, Procurador-Geral da República encerra o seu mandato à frente do Ministério Público, sem perseguir os inimigos – nem sei se ele tem inimigo –, sem beneficiar os amigos.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Pedro Taques, pelo aparte, que me deixa extremamente honrada e feliz, até porque reforça as convicções que temos a respeito dessas instituições e, sobretudo, da proteção do Poder Judiciário também. Os criminosos e o crime organizado podem tentar fazê-los reféns exatamente dessa bandidagem inaceitável. O Ministério Público dispensa os comentários da sua relevância e da sua importância.

Aliás, lembro até que, em São Paulo, a Polícia Federal está investigando, desde o ano passado, a ação de uma quadrilha especializada na venda de informações. Ao todo, 20 mil pessoas foram espionadas, e 60 suspeitos foram indiciados por envolvimento em um esquema de venda de informações. Eram usadas senhas

de policiais de três Estados para ter acesso ao Infoseg, o banco de dados sigilosos do Ministério da Justiça.

Senhas usadas por quadrilhas para dar golpes em representantes na Justiça têm sido, lamentavelmente, usadas para a emissão de cartões de crédito com nomes de correntistas de outros bancos. Mesmo sem ter solicitado cartões de crédito ou sem ter sequer desbloqueado os cartões, usuários de serviços bancários também têm sido vítimas das práticas criminosas de compra e venda ilegal de dados. Os bandidos se passavam por clientes para pedir cartões de crédito aos bancos. Na hora de confirmar as informações pessoais, eles usavam o banco de dados da Secretaria de Segurança do Estado. Imagino que essa inaceitável prática se repita em outras cidades do Brasil. Imagine o quanto isso custa não só para o cidadão, como também para o próprio sistema financeiro!

Hoje, os maiores jornais do País trazem avaliações do Secretário de Estado americano, John Kerry, sobre os casos de espionagem ao Governo brasileiro. O chefe da diplomacia norte-americana ouviu das autoridades brasileiras cobranças vigorosas sobre a espionagem na Internet ou via empresas de telefonia e justificou o monitoramento global como parte de uma estratégia para frear as ameaças terroristas.

O Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, General Sinclair Mayer, informou hoje à agência oficial de notícias do Brasil que o País terá, em 2014, um centro de certificação para permitir maior segurança ao uso de equipamentos sobre monitoramento de dados pela Internet. É importante essa iniciativa, que precisa estar conjugada com outras ações pontuais para a vigilância ilegal de informações ocorridas em território nacional.

Recentemente, o Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas, João Moura, afirmou, em artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, que a flexibilidade deve ser um princípio, quando se fala em Internet, para evitar abusos, condutas anticompetitivas e outras ações que prejudiquem os direitos dos usuários e o desenvolvimento e segurança da rede. Na avaliação desse especialista, o combate rigoroso às ações irregulares e ilegais deve partir dos reguladores de telecomunicações – alô, Anatel! – e dos órgãos de defesa econômica – alô, Cade! –, com mecanismos de controle sobre a atuação das empresas.

O antídoto natural para a possibilidade de práticas abusivas pelas operadoras de telecomunicações é a existência de ambiente competitivo saudável. Assim, condutas inapropriadas podem ser percebidas rapidamente, e os usuários terão sempre a opção de

migrar para operadoras alternativas, criando desestímulo natural aos possíveis infratores.

Do mesmo modo que as empresas devem conquistar avanços no desenvolvimento da competição no setor de telecomunicações, esta Casa tem o compromisso de construir marcos legais eficientes que permitam o pleno desenvolvimento das empresas, dos governos e das pessoas.

No ano passado, o Código Penal foi alterado pela Lei nº 12.737, de 2012, conhecida como Lei Carolina Dieckman, para tipificar os crimes e os delitos virtuais.

Atualmente, tramita na Câmara Federal, o Marco Legal da Internet, o PL nº 2.126, de 2011, sob a relatoria do Deputado Alessandro Molon, que é do PT do Rio de Janeiro.

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É uma importante oportunidade – estou finalizando, Sr. Presidente Jorge Viana – para fazermos ajustes legais que dificultem as práticas cibernéticas ilícitas, com barreiras à “arapongagem”. Obviamente, as leis não irão acabar com todos os episódios de espionagem, nem com casos isolados de levantamentos ilegais de informações, sejam comerciais, políticas ou pessoais. Isso é muito comum na época da campanha eleitoral, em que os adversários criam problemas para os seus concorrentes.

A segurança dos dados privados à garantia do sigilo bancário, fiscal e também de correspondência e telefônico precisa ser uma referência para a construção do ordenamento jurídico atualizado, principalmente no campo das redes de comunicação, como Internet e telefones. É preciso deixar claro a diferença entre preservação da privacidade das pessoas e censura ou amordaçamento.

Numa sociedade cada vez mais interconectada, a rede deve sempre ser um espaço livre, democrático, aberto à comunicação e à livre expressão. Censurá-la é atitude antidemocrática e totalitária. Deixá-la sem regras, de modo libertino, entretanto, é desleixo, irresponsabilidade política, com potenciais e graves danos econômicos e sociais.

Não podemos, como legisladores, deixar brechas para arbitrariedades, pois o mercado clandestino de informações funciona também na Internet. Na capital Porto Alegre, é possível encontrar detetives que divulgam detalhes dos serviços prestados. Para a venda da ficha completa de algum indivíduo, cópia da declaração do Imposto de Renda ou conta telefônica detalhada, os golpistas cobram entre R\$500 mil e R\$4 mil. São constatações que nos obrigam a olhar com mais atenção a atuação dos chamados detetives particulares. Já existem disposições legais previstas no Código Penal e na própria Lei nº 12.737.

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – A sugestão de alteração do marco civil da Internet, com a criação de um novo artigo que prevê a exigência de guarda de registros no Brasil por empresas de conteúdo instaladas no País, precisa ser muito bem-avaliada.

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Precisamos analisar se é possível atrair investimentos nas grandes empresas de Internet com esse mecanismo e, ao mesmo tempo, diminuir as chances de invasão de privacidade.

É preciso lembrar que o acesso à Internet tem se ampliado muito no Brasil, mesmo com as diferenças sociais e as dificuldades de conexão em algumas regiões. Em 2012, 40% dos lares brasileiros já estavam conectados à rede, segundo pesquisa do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação, com o maior crescimento no Nordeste. Em 2011, o percentual era de 36%.

Além disso, estamos entre os principais mercados globais de computadores e telefones. Isso já é motivo suficiente para que tenhamos regras claras, adaptadas à nossa realidade. Precisamos estar atentos às evoluções tecnológicas e aprovar, com análise e prudência, marcos legais confiáveis. Esse é um dos papéis desta Casa, caro Senador Jorge Viana.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu já havia ampliado o tempo de V. Exª para não cortar o pronunciamento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – Pela ordem, Senador Suplicy.

Eu quero só dizer ao Senador Anibal que o Senado Acir está inscrito como Líder.

Pela ordem, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Cumprimentando a Senadora Ana Amélia, está aqui o Presidente Emile Roemer, do Partido Socialista da Holanda, que muito nos honra com a sua visita.

A Holanda constitui-se em um país hoje que tem um dos coeficientes de Gini, de desigualdade, de maior equidade, da ordem de 0,329, como ainda ontem comentávamos na presença do nosso novo Embaixador, que vai para a Holanda.

Então, o Presidente Emile Roemer, do Partido Socialista holandês, está aqui dialogando com diversos Senadores sobre proposições que possam contribuir

tanto para melhorar as boas relações entre a Holanda e o Brasil e também para aprendermos muito com as lições daquela nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu agradeço e cumprimento o nosso convidado, e V. Ex^a, com razão, já fez a saudação.

Passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz, como Líder do PDT.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham através da TV Senado, da Rádio Senado, volto mais uma vez a esta tribuna para falar sobre a regularização fundiária na Amazônia, principalmente no nosso Estado de Rondônia.

Já, por várias vezes, fizemos reuniões na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, tanto aqui no Senado quanto lá em Rondônia, em vários Municípios – em Ariquemes, estivemos em Ji-Paraná, e a última fizemos em Jarú, no centro do Estado de Rondônia –, e debatemos a importância da regularização fundiária para os agricultores do nosso País, em especial da Amazônia e, é claro, especificamente para os agricultores do nosso Estado de Rondônia.

Venho registrar a importância da assinatura do termo de compromisso firmado entre o Incra e o Ministério Público Federal, na quinta-feira passada, estabelecendo um novo marco na implantação e na estruturação de assentamentos da reforma agrária na Amazônia Legal.

Entre as metas estabelecidas pelo documento, estão a regularização ambiental de 500 assentamentos por meio do Cadastro Ambiental Rural e a titulação de 20 mil famílias, ampliando a segurança fundiária e aumentando a capacidade de controle sobre essas áreas. O investimento para o cumprimento do acordo será de R\$700 milhões nos anos de 2013 e 2014.

O termo de compromisso foi assinado pelo Presidente do Incra, Dr. Carlos Mário Guedes de Guedes, e pelos Procuradores da República dos Estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia, Mato Grosso do Sul e Amazonas, além dos do Distrito Federal e do Estado de Minas Gerais.

O documento foi construído pelo GT Amazônia e no Incra, sob a coordenação do Procurador Daniel Azeredo, a quem cumprimento pelo trabalho, que, com certeza, dará um novo ritmo para os processos de regularização fundiária na Amazônia Legal, especialmente no Estado de Rondônia.

Agradecemos o apoio do Ministro Pepe Vargas, do MDA, que tem sido um grande incentivador da agricultura familiar no meu Estado de Rondônia e em todo o nosso País. Foi ele quem conseguiu, finalmente, construir uma promissora articulação entre diver-

sas instituições, para que a regularização fundiária na Amazônia possa avançar rapidamente.

Essa soma de esforços entre as instituições, com o estabelecimento de parcerias entre o MDA e o Incra com o Ibama, a Ouvidoria Agrária Federal, o Ministério Público Federal e Estaduais e os Ministérios da Agricultura e da Justiça, é uma situação que sempre discutimos nas audiências públicas e nos ciclos de debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nos dois últimos anos.

Inclusive, essa parceria entre o Incra e o Ministério Público já tinha sido previamente apresentada no ciclo de debates e palestras que realizamos em meados de maio, em Jarú, na região central do nosso Estado de Rondônia, quando travamos uma boa discussão em torno da necessidade de convênios e de parcerias efetivas entre os órgãos do Governo Federal, dos Governos Estaduais e Municipais, para que o processo de regularização e entrega do título de propriedade definitiva do imóvel rural fosse agilizado.

Na ocasião, também discutimos a criação de mecanismos de liberação de crédito para os agricultores familiares em assentamentos da reforma agrária ou que aguardam o título definitivo da sua propriedade.

A falta de convênio e de parcerias institucionais entre os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, responsáveis pela regularização fundiária rural na Amazônia, são os principais empecilhos para que o agricultor conquiste o título definitivo do seu imóvel. A falta de sintonia entre os órgãos públicos é o que emperra a regularização fundiária, pois eles não compartilham da mesma base de dados, das mesmas metodologias e procedimentos de trabalho. Cada instituição faz do seu jeito, e isso dificulta o andamento dos processos. Por isso, fico muito contente quando esses convênios e termos de compromisso são estabelecidos, porque isso é sinal de que o caminho entre a burocracia e o agricultor está ficando cada vez mais curto.

Nesse sentido, continuamos cobrando do MDA e do Incra uma sintonia mais fina, uma parceria mais estreita nos procedimentos de regularização fundiária com o Governo do Estado de Rondônia, com a Seagri, com as prefeituras municipais do meu Estado, com as associações rurais, assentamentos e com os Ministérios Públicos Estaduais e Federal em nosso Estado.

Essa aproximação melhorou muito após a audiência que realizamos em Jarú, e creio que será ainda melhor agora, com a assinatura desse termo de compromisso entre o MDA e o Ministério Público Federal do Estado de Rondônia.

(Soa a campanha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Esses órgãos precisam trabalhar juntos.

É preciso descentralizar ações, estabelecer parcerias com os cartórios e até mesmo transferir as terras da União para o Estado, como propusemos por meio de uma PEC, que está tramitando aqui, no Senado.

A assinatura desse termo, como bem destacou o Presidente do Incra, o Dr. Carlos Guedes, representa um novo momento para a reforma agrária e para o Incra na Amazônia. Estamos encerrando o ciclo marcado pela colonização e entrando na fase do desenvolvimento sustentável.

E foi na perspectiva de promover o desenvolvimento dos assentamentos rurais que viabilizamos, por intermédio do Vice-Presidente do Banco do Brasil para a área agropecuária, o ex-Senador Osmar Dias, a liberação de crédito para os pequenos produtores que ainda não possuem o título definitivo da terra, por meio do Pronaf. Essa medida também foi anunciada pelo Vice-Presidente do Banco do Brasil num seminário do ciclo de debates e palestras da Comissão de Agricultura que realizamos aqui, no Senado Federal, no final de junho, que vai beneficiar pelo menos 22 mil famílias somente no nosso Estado de Rondônia.

Portanto, os agricultores dos assentamentos de Rondônia, cadastrados no programa Terra Legal, podem procurar o Incra e uma agência do Banco do Brasil para captar os recursos que precisam para a safra ou para os investimentos que acharem necessários. Para isso, é preciso que o produtor tenha a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), uma espécie de aval do Incra e do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O mais importante é que não vamos deixar de financiar aqueles que estão na propriedade há mais de dois anos. Querem declarar o direito de propriedade através do Terra Legal, mas, por uma deficiência de estrutura do Estado ou por burocracia, não conseguem fazê-lo.

Somente essa medida deve acrescentar mais de R\$40 milhões na agricultura familiar de Rondônia, no próximo semestre, visto que esse foi o valor que deixou de ser contratado com o Pronaf, em Rondônia, no primeiro semestre deste ano, por conta da falta de documentação das terras dos agricultores.

(Soa a campanha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Com isso, além de assegurar o direito à propriedade da terra, vamos dar condições para que os agricultores assentados possam viver na Amazônia, tendo assegurados os direitos sociais, como a moradia, a assistência técnica, o crédito, as estradas vicinais em boas condições para o escoamento da produção, além de Internet e de outros benefícios que irão garantir a permanência do agricultor no campo e o crescimento da economia no nosso Estado de Rondônia.

Portanto, eu entendo que esse convênio é importante para os nossos agricultores do Estado de Rondônia, não somente pela regularização fundiária, mas pelo que vem depois da regularização fundiária, que é o acesso ao crédito, é o desenvolvimento e é a melhoria da qualidade de vida de quem mora no campo, para quem está produzindo e precisa dessa atenção especial dos Governos, sejam eles Municipais, Estaduais ou do Governo Federal.

Eram essas as minhas colocações.
Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Acir Gurgacz, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Com a palavra, por permuta com o Senador Rodrigo Rollemberg, o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, que preside esta sessão, demais colegas, eu vou fazer uma breve análise sobre um tema em relação ao qual, embora o Brasil ainda seja um pouco jovem, nada melhor do que começarmos a nos preparar, começarmos a refletir, porque mais cedo ou mais tarde – mais tarde, com certeza – vai ocorrer. Acho que deve haver reflexão sobre isso.

Falo sobre o bônus demográfico.

Além da crise econômica, uma outra assola a Europa e merece profunda reflexão por parte do Brasil. Trata-se da demográfica, agravada pela retração, provocando consequências devastadoras às nações afetadas.

De acordo com informações divulgadas na imprensa no último final de semana, Portugal enfrenta hoje sua maior crise demográfica. O país pode perder, nos próximos dez anos, mais de um milhão de habitantes.

O declínio da natalidade é antigo na Europa, mas era parcialmente compensado pelos imigrantes, que têm número maior de filhos. Houve uma época em que mais imigrantes iam para Portugal e outros países da Europa, e eles tinham muitos filhos.

Portugal teve queda forte na taxa de fecundidade, hoje em 1,28 filho por mulher. A crise demográfica do país é mais grave que a de outras nações europeias, porque se alia à onda de emigração de mão de obra qualificada.

Já está se comprovando, em Portugal, que a mão de obra qualificada procura outros países, em função de uma série de circunstâncias. E aumenta cada vez mais essa questão.

“A crise agravou a queda de fecundidade porque, quanto maior a instabilidade na vida profissional, menor a vontade de ter filhos”, diz o demógrafo Jorge Malheiros, da Universidade de Lisboa.

Hoje, o número de mortes já é maior do que o de nascimentos, e cerca de um quinto da população, portanto, 20%, tem mais de 65 anos, índice menor apenas que os da Itália, Alemanha e Grécia.

Não é difícil imaginar as consequências devastadoras desse fenômeno em longo prazo.

O Brasil, apesar de não apresentar os índices alarmantes da Europa, vive um fenômeno curioso e que merece nossa atenta reflexão.

Desde os anos 1970, está em curso um processo de transformação em nossa pirâmide etária, influenciado por uma série de fatores distintos: mudanças comportamentais, econômicas e culturais. O fato é que as taxas de fecundidade tiveram redução no período e, ao que tudo indica, continuarão caindo.

Muitos de nós, já na idade madura, somos parte de famílias grandes, de seis, oito, dez filhos – como a minha própria, de nove. Hoje em dia, independentemente da classe social, é cada vez mais raro encontrar famílias com mais de dois ou três filhos. Hoje, já é moda, já é prática não se ter mais de dois ou três, por aí, e há um certo tempo, na década de 70, era tradição ter sete, oito, dez, doze.

Esse fenômeno, de certa forma, explica um pouco do que ocorre em nossa economia atualmente: apesar dos baixos índices de crescimento econômico, as taxas de emprego continuam elevadas. Ajuda a explicar isso.

O demógrafo Eduardo Rios-Neto, em entrevista à revista *Piauí*, chama o fenômeno de “transição demográfica”.

Num primeiro momento, há mortalidade e fecundidade altas, com crescimento populacional próximo de zero. Era o que ocorria na Idade Média e no início da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Num segundo momento, a mortalidade começa a cair, numa velocidade maior do que a queda da natalidade, o que eleva o ritmo de aumento da população. Por quê? Num segundo momento, a questão da longevidade começou a surgir. Houve uma época, na Idade Média e nos anos da Revolução Industrial, em que a média de vida das pessoas era de 45, 46, 47 anos e, depois, começou, devagarzinho, a haver uma longevidade maior. Aí, começou a aumentar a população.

Por fim, cai a fecundidade e, no último momento, as duas taxas são baixas. Então, quando começou a não ser mais de oito ou dez filhos por família e começou a reduzir a dois ou três, como no último instante, agora, e também com a longevidade, começou a haver esse equilíbrio, mais ou menos.

Por fim, como digo aqui, cai a fecundidade, e, no último momento, as duas taxas são baixas. É quando ocorre o crescimento zero ou negativo, patamar no qual já se encontram vários países desenvolvidos, que têm mais poder de aquisição, e o Brasil está se aproximando desses países. Para se ter uma ideia, em 1980, cerca de 60% da população estava na faixa de zero a 24 anos, enquanto 4% tinha mais de 65 anos. Quer dizer, em 1980, cerca de 60% das pessoas eram jovens até 24 anos, e com mais de 65 anos, apenas 4%.

De acordo com uma projeção feita pelo IBGE – vejam bem –, em 2050, o grupo mais jovem estará reduzido a 24% e aqueles acima de 65 anos serão 23% da população brasileira. Praticamente começa a inverter essa pirâmide.

Há duas repercussões do fenômeno: uma com efeitos mais perenes e outra de caráter temporário.

Se há menos crianças, é possível investir em educação de mais qualidade e ampliar seu alcance. O mesmo ocorre com a mão de obra: se a oferta de trabalhadores diminui, a tendência é de que haja valorização e qualificação, com incremento de renda. Há uma tendência forte de equalização social de forma duradoura. E é mesmo, quanto menos crianças nascem... Isso já começa no jardim de infância. Houve uma época em que a educação se iniciava aos sete anos, a alfabetização se dava aos sete anos. Começou a diminuir para seis anos, cinco anos, quatro anos; hoje, as crianças com dois anos já vão para o jardim, já começam, porque são menos crianças, e começa a acontecer esse fenômeno. Isso é bem natural.

Outro efeito da queda de natalidade, contudo, a princípio também benéfico, é transitório. É o que os especialistas chamam de “bônus demográfico”. Trata-se do período de tempo em que é máxima a participação das pessoas em idade para trabalhar. É o meio da pirâmide.

(Soa a campanha.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Mais ou menos fica nesse centro.

Por algumas décadas, a porcentagem de crianças cai numa velocidade maior do que o aumento da parcela de idosos. Em teoria, a geração de renda pelos que trabalham poderia, então, aumentar numa velocidade maior do que a dos gastos com os grupos que não trabalham, com efeitos positivos sobre o crescimento econômico e a capacidade de poupança.

Como o envelhecimento, a porcentagem de idosos continuará a aumentar. Em algum momento, a participação dos adultos no total da população deve encolher, encerrando o período em que a receita é maior que o gasto. E aí, sim, e aí, começa a apertar. Os im-

pactos são incalculáveis, tanto na economia como na Previdência Social, apenas para citar alguns exemplos.

(Interrupção do som.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Esse período de bônus teve início no Brasil nos anos 1970 e deve terminar em cerca de dez anos, de acordo com os estudiosos.

Agora, que entramos na fase em que a taxa de crescimento como um todo e também da população em idade para trabalhar diminuem, somente conseguiremos crescer mais rapidamente elevando a produtividade dos trabalhadores. É a produtividade.

Para tanto, é preciso ter ganhos qualitativos no sistema de educação, aliado a forte investimento em infraestrutura. Aproveitar essa fase produtiva, com planejamento de longo prazo, sério e eficaz, é essencial para que possamos garantir o futuro do País. O mundo está nos alertando e não podemos ignorar esses sinais.

Trago, Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, essas reflexões, porque, queiramos ou não, nós vamos chegar lá. Os estudiosos, os demógrafos já estão a dizer que, nos próximos dez anos, vamos sentir mais claramente isso. Os países europeus estão a nos ensinar. Precisamos, então, nos organizar para enfrentar essa transição. Queiramos ou não, vamos caminhar para isso.

É importante os setores do planejamento... Não podemos ter racionamento no planejamento profundo dessas questões. Precisamos começar a pensar nisso, Senador Mozarildo Cavalcanti e demais colegas.

Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Tem a palavra V. Ex^a, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para um registro, a propósito da posse do novo Presidente eleito do Paraguai, Horacio Cartes. A Presidente Dilma deve estar desembarcando logo mais em Assunção para esta solenidade.

Eu peço a V. Ex^a que autorize a inserção, nos Anais da Casa, de um artigo escrito pelo competente Embaixador Rubens Barbosa e publicado, ontem, no jornal *O Globo*. Eu leio apenas dois itens deste artigo.

O título é “Um vazio diplomático”. O Embaixador destaca que “o relacionamento com o Paraguai é exemplo de desacertos na área externa e mostra como a ideologização pode ser contrária ao interesse nacional”. E diz:

O aumento na sobretaxa paga ao Paraguai pela energia de Itaipu, com custo de bilhões de dólares para a sociedade brasileira. Perseguição impiedosa aos brasiguaios], apesar de a imensa maioria daquela comunidade ter nascido no Paraguai e possuir cidadania guarani, sem maior reação de Brasília.

Escreve ainda:

Quando o Congresso paraguaio, por imensa maioria e de acordo com as regras definidas em sua Constituição, destituiu Lugo por “mau desempenho de suas funções”, a decisão foi referendada pela Corte Suprema e pelo próprio ex-presidente. O Brasil e seus vizinhos do Mercosul, no entanto, alegando violação da cláusula democrática, resolveram que nem as instituições, nem o povo paraguaio – que em sua maioria apoiou a decisão – sabiam o que era legítimo ou sequer melhor para eles, suspenderam o país do bloco e retiraram seus embaixadores do Paraguai.

E ele conclui:

É importante resgatar essa percepção, no momento que altos funcionários do governo de Assunção recordam a formação da Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai) contra o Paraguai no conflito do século XIX, repetida, por coincidência, agora na questionável punição ao Paraguai pelo Mercosul.

Eu peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que autorize a inserção, na íntegra, desse texto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Um vazio diplomático - RUBENS BARBOSA

O GLOBO - 13/08

Em Assunção recorda-se a Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai), repetida agora na punição ao Paraguai pelo Mercosul

Em momento delicado para as relações com os parceiros do Mercosul, assume no Paraguai, no próximo dia 15, um novo presidente: Horácio Cartes.

O relacionamento com o Paraguai é exemplo de desacertos na área externa e mostra como a ideologização pode ser contrária ao interesse nacional. É longa a sequência de equívocos. O aumento na sobretaxa paga ao Paraguai pela energia de Itaipu, com custo de bilhões de dólares para a sociedade brasileira. Perseguição impiedosa aos brasiguaios, apesar de a imensa maioria daquela comunidade ter nascido no Paraguai e possuir cidadania guarani, sem maior reação de Brasília. Quando o Congresso paraguaio, por imensa maioria e de acordo com as regras definidas em sua Constituição, destituiu Lugo por "mau desempenho de suas funções", a decisão foi referendada pela Corte Suprema e pelo próprio ex-presidente. O Brasil e seus vizinhos do Mercosul, no entanto, alegando violação da cláusula democrática, resolveram que nem as instituições, nem o povo paraguaio — que em sua maioria apoiou a decisão — sabiam o que era legítimo ou sequer melhor para eles, suspenderam o país do bloco e retiraram seus embaixadores do Paraguai.

O vazio político-diplomático deixado por esse episódio não causou um mal maior porque o setor privado brasileiro e paraguaio se articulou e avançou uma agenda de interesse recíproco. A Fiesp promoveu em São Paulo seminário sobre oportunidades de negócios e planeja encontros entre empresas dos dois países, um grande seminário e uma semana do Paraguai, depois da posse do novo presidente.

Nos últimos anos, o Brasil definiu uma série de parcerias estratégicas com outros países. Poucas, no entanto, podem ser mais relevantes do que a com o Paraguai: 350 mil brasileiros lá vivem e trabalham; 20% de toda energia consumida na região mais industrializada de nosso país dependem da potência gerada por Itaipu, inclusive a não consumida pelo Paraguai.

Não resisto em fazer referência à opinião do então ministro do exterior, Barão do Rio Branco, sobre as relações Brasil-Paraguai. De forma lapidar, definiu qual deveria ser o tom das relações bilaterais, em 1903, em um contexto que ainda tinha bem presentes os acontecimentos militares e as disputas na Bacia do Prata: "O Brasil é e será sempre amigo do Paraguai quaisquer que sejam seus governantes." É importante resgatar essa percepção, no momento que altos funcionários do governo de Assunção recordam a formação da Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai) contra o Paraguai no conflito do século XIX, repetida, por coincidência, agora na questionável punição ao Paraguai pelo Mercosul.

Cem anos depois, o ensinamento foi esquecido em nome de afinidades ideológicas e de uma agenda que não favorece o Brasil. O relacionamento com os países da América do Sul será o maior problema que o Itamaraty deverá enfrentar nos próximos anos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – V. Exª será atendido, na forma do Regimento, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra, agora, para uma comunicação inadiável, ao Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Srs. Senadores, telespectadores da TV e ouvintes da Rádio Senado, aproveito este momento para

reforçar um comunicado que já fizemos juntamente com o Sr. Senador Jorge Viana, uma homenagem a Roberto Moura.

A morte do empresário Roberto Moura, vítima de parada cardíaca na madrugada de hoje, 14 de agosto, em São Paulo, foi um fato que causou grande impacto no meio empresarial, entre os trabalhadores de suas empresas, amigos e, mais ainda, entre seus familiares, esposa, filhos e netos.

Roberto Moura foi um empresário de sucesso em praticamente todos os seus empreendimentos, mas foi a partir da TV Gazeta, que entrou no ar em fevereiro de 1990, como afiliada da Rede Manchete e hoje ligada à TV Record, no Acre, que esse homem de visão revelou sua capacidade e primor no trato de seus investimentos. A TV Gazeta, onde tive o privilégio de trabalhar como editor e diretor de jornalismo, em 1990, 1991 e 1992, desde seu primeiro telejornal, mostrou que seria uma referência positiva no jornalismo televisivo no Estado do Acre.

Para Roberto Moura, tudo tinha que ser impecável, o mais próximo possível da perfeição. O sinal não podia ter um chuvisco, as notícias tinham que ser bem apuradas, e a edição tinha que ser primorosa, com imagens que traduzissem com eloquência as histórias que estavam sendo contadas.

À época, muito antes da explosão da tecnologia digital, as pessoas ficavam admiradas com a qualidade do conteúdo e com a beleza estética com que esses conteúdos eram apresentados todas as noites no Gazeta em Manchete.

Depois vieram os programas de entrevista e as revistas eletrônicas de variedade com transmissões ao vivo, antes só feitas pela TV Aldeia, da rede pública de televisão do Acre.

Tudo tinha que ter uma espécie de padrão Roberto Moura de qualidade. Ele participava pessoalmente da montagem de cenários, dava parecer sobre vinhetas e trilhas sonoras e rapidamente dominou tudo sobre o que era brega e o que era chique em um programa de televisão.

Foi assim que a TV Gazeta rapidamente conquistou prêmios, como um reconhecimento especial do Prêmio Líbero Badaró de Jornalismo e outro da Confederação Nacional da Indústria.

Roberto Moura era uma espécie de Rei Midas na arte de ganhar dinheiro, todo empreendimento no qual se envolvia dava lucro. Mas a vida é assim, passageira, fugaz, e a morte, como dizia minha mãe, só quer uma desculpa. Roberto Moura, um homem saudável, que tinha hábitos saudáveis, fazia exercícios físicos com regularidade, fazia *check-ups* médicos periódicos, morreu hoje vítima de um infarto fulminante.

Que Deus perdoe seus pecados e dê o conforto necessário a seus familiares neste momento de dor e de angústia, pelo qual estão passando. Espero que tenham força para seguir adiante e dar continuidade ao trabalho iniciado e realizado com tanto sucesso pelo empresário Roberto Moura, com quem tive a oportunidade de trabalhar durante três anos e com quem sempre cultivei uma amizade respeitosa, ele no ramo empresarial e eu na política.

Ouçõ, com muita atenção, o Senador Jorge Viana.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT – AC)

– Senador Anibal, com a compreensão do Presidente, bem rapidamente, queria me associar a V. Ex^a neste pronunciamento. Vamos ter um voto de pesar, que assinamos juntos – V. Ex^a me deu a honra de assiná-lo –, para registrar, nos *Anais do Senado*, essa perda que o Acre experimenta hoje do Roberto Moura, amigo, um empresário admirável, um dos maiores empreendedores da história do Acre, que deixa filhos, filhas, esposa, mãe e muitos amigos, como seus ex-colegas da TV Gazeta, uma das televisões que têm um time de verdade, com técnica, com busca permanente pela eficiência e por fazer comunicação com profissionalismo. Só queria cumprimentá-lo. Foi no começo dos anos 90, quando V. Ex^a ainda editava e dirigia o jornal da TV Gazeta, que experimentei uma simpatia, um apoio do Roberto Moura à minha carreira na vida pública que, naquele momento, estava bem no início. Então, queria, daqui também, neste aparte, mais uma vez, pedir a todos os familiares conforto, que Deus possa lhes dar o conforto nessa hora de perda, dor e sofrimento. Falei ainda há pouco com o Marcelo, seu filho, que está em São Paulo. O corpo deve ir hoje, no final do dia, de São Paulo para Rio Branco – deve estar em Rio Branco antes da meia-noite. A ideia da família e dos amigos é que seja velado na Assembleia Legislativa do Acre amanhã de manhã e o enterro seja na parte da tarde. Como nós dois iremos hoje à noite, certamente, nos somaremos a todos os amigos, familiares, admiradores e autoridades do Estado – o Governador Tião Viana soltou uma nota oficial, assim como outros Chefes de Poder também –, nessa homenagem, em que espero estar amanhã, ao amigo, acreano de valor, apaixonado pelo Acre, Roberto Moura, que nos deixa neste dia 14 de agosto de 2013. Muito obrigado, Senado Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Incorporo integralmente o aparte de V. Ex^a a este meu pronunciamento, nesta homenagem ao empresário Roberto Alves Moura, que nos deixou na madrugada de hoje, vítima de um ataque cardíaco.

Um homem que tinha muitos empreendimentos, mas que tinha uma paixão pela TV Gazeta, onde dava a maior parte do seu expediente. Foi lá que nos conhecemos, onde eu pude trabalhar com ele durante três anos. Foi uma experiência muito agradável, que contribuiu muito para a minha formação profissional e também para a minha entrada na política, porque, querendo ou não, quem trabalha com jornalismo tem um contato muito direto com os fazedores da política.

Foi assim que, militando no Partido os Trabalhadores e atuando como editor de telejornalismo da TV Gazeta, acabei virando assessor de comunicação da

prefeitura de Rio Branco e, depois, Secretário de Estado de Comunicação.

Toda a minha trajetória, eu diria, teve um ponto de partida na TV Gazeta, sob a confiança do empresário Roberto Alves Moura, por quem tenho profunda gratidão, porque costumo cultivar a gratidão como algo que está intrínseco na minha vida. Tudo que contribuiu para eu ser o que sou tem de mim a obrigação da gratidão.

Então, sou muito grato ao Roberto Alves Moura e hoje presto esta homenagem da tribuna do Senado Federal, como Senador da República, a este empresário acreano que ousou ir além das fronteiras do Acre,

mas que sempre permaneceu com a sua sede e com sua residência no Estado do Acre.

Então, fica aqui a minha homenagem ao empresário Roberto Alves Moura, que nos deixou na manhã de hoje, vítima de ataque cardíaco em São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Eu quero dizer ao Senador Anibal e ao Senador Jorge Viana que o requerimento encaminhado à Mesa por V. Ex^{as} depende de votação em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 910, DE 2013

Requer VOTO DE PESAR por ocasião do falecimento do empresário Roberto Alves Moura, ocorrido nesta quarta-feira, dia 14 de agosto de 2013.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, **VOTO DE PESAR** por ocasião do falecimento do empresário de comunicação Roberto Alves Moura, nesta quarta-feira, dia 14 de agosto de 2013, em São Paulo, Capital.

Requeiro, ademais, que este Voto de Pesar seja levado ao conhecimento de seu filho Marcelo Moura e, por seu intermédio, a todos os seus familiares.

JUSTIFICATIVA

Faleceu na madrugada desta quarta-feira, vítima de infarto fulminante, o maior empresário de comunicação do Estado do Acre, o Sr. Roberto Alves Moura, fundador da TV Gazeta, além de proprietário do conglomerado Recol.

Com ele, sempre mantive relação de extremo respeito. Fui seu primeiro editor na TV e responsável pela implantação da área de jornalismo no período de 90 a 92.

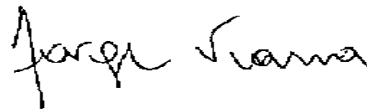
Apaixonado pelo Estado do Acre, era um gerador de empregos, deixando um legião de amigos, companheiros e admiradores.

De família simples de Tarauacá, Roberto Moura era pai de nove filhos. Certamente, seu legado ficará na memória de todos e sua história continuada por essa sua descendência.

Dele me despeço com tristeza e emoção, pedindo aos meus nobres pares do Senado Federal que aprovem essa justa homenagem que ora requeiro.

Sala das Sessões, 14 de agosto de 2013

Senador 
ANIBAL DINIZ
PT/AC



O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira encaminhar, coloco em votação.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Humberto Costa, por permuta com a Senadora Angela Portela.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Pela ordem, Presidente, enquanto o orador se dirige à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Pela ordem, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É para dar conhecimento à Casa que apresentarei, ainda hoje, requerimento para realização de uma audiência pública, convidando, sobretudo, o Presidente e diretores da Agência Nacional de Águas, representantes da Prefeitura de Campina Grande e do Governo do Estado da Paraíba, entidades de classe, universidades e Ministério Público, para um debate sobre a gravíssima situação do açude de Boqueirão, o açude Epitácio Pessoa, que abastece não apenas Campina Grande, mas diversas outras cidades do entorno daquela região, e que atingiu hoje 46% apenas da sua capacidade de reserva. O açude é propriedade federal e, portanto, está sob gestão da ANA (Agência Nacional de Águas). Nada, até agora, nada absolutamente foi feito para a racionalização do uso daquela água, que ficará cada vez mais escassa. Então quero, desde já, conclamar o Senado Federal para que possamos debater não apenas esse caso específico, mas todos os outros temas que dizem respeito também ao Nordeste, ao Semiárido, ao Nordeste do Senador Humberto Costa, que fará agora uso da palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, eu quero iniciar meu pronunciamento na tarde de hoje fazendo o registro da presença ontem à noite, na Presidência desta Casa, do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que veio ao Senado participar de um ato público do lançamento da candidatura à reeleição, na condição de presidente do Partido, do Deputado Rui Falcão. Aqui, teve a oportunidade o ex-

-Presidente de fazer uma visita ao Presidente Renan Calheiros, sendo recebido por vários Senadores e, como sempre, de forma muito calorosa, também pelas pessoas que aqui se encontravam, funcionários desta Casa, enfim, demonstrando, assim, o carinho, o respeito de que o ex-Presidente Lula continua a gozar e gozará, durante muito tempo, enquanto vivo for. Aliás, um prestígio que se estende até a posteridade, que tem hoje no Brasil, que tem hoje, inclusive aqui, entre os Senadores.

Sr^a Presidenta, volto a esta tribuna para bater na tecla, na qual tenho batido semanalmente, do financiamento da área da saúde. Tive a oportunidade aqui de relatar a entrega, por parte do movimento Saúde Mais Dez, do projeto de iniciativa popular – que recebeu 1,9 milhão de assinaturas e que tem mais 500 mil para serem entregues à Câmara – que propõe uma vinculação de 10% dos recursos da receita corrente bruta da União para a área da saúde.

Nesta semana, mais precisamente no dia de ontem, o movimento teve a oportunidade de entregar ao Presidente do Senado, Renan Calheiros, e a vários outros Senadores que lá estavam, entre eles o Senador Moka, que aqui está – estava lá presente também –, essa proposta que procura incrementar os recursos para a área da saúde no nosso País, especificamente no que diz respeito ao Orçamento da União. Essa proposta implicaria, se nós tivéssemos um incremento de uma única vez, algo em torno de R\$45 bilhões a mais para o orçamento da saúde.

Aliás, é importante aqui registrar que isso corresponde, exatamente, ao que se esperava que a arrecadação da CPMF, hoje, pudesse trazer para a área da saúde. Aliás, durante muitos e muitos anos, nós todos vamos lamentar o equívoco que foi cometido pelo Congresso Nacional, naquele momento, de acabar com a CPMF, sob os mais diversos argumentos. Argumentos de que era uma contribuição inflacionária, argumentos de que a retirada da CPMF levaria a uma queda nos preços de vários produtos, nas tarifas bancárias, enfim, e, ao final de tudo, nada disso aconteceu. O que aconteceu foi a perda de um recurso importante para a área da seguridade social, especialmente para a área da saúde, que vive, hoje, à busca de tostões, a partir do Congresso Nacional ou do próprio Governo Federal.

Mas isso são águas passadas; temos que olhar para frente. E olhar para frente é registrar aqui que a sociedade exige, que a sociedade tem o entendimento de que é fundamental, para melhorarmos as condições de saúde da nossa população, que tenhamos mais recursos para a saúde.

É óbvio que precisamos melhorar a gestão; é óbvio que precisamos fazer com que os possíveis ralos,

ainda existentes, sejam definitivamente eliminados; é óbvio que precisamos gastar com eficiência, garantindo melhor acesso, garantindo mais qualidade, garantindo uma distribuição mais equitativa desses recursos, para viabilizar a diminuição das desigualdades regionais nas condições de atendimento à população; mas nada disso se fará se não tivermos mais recursos. São duas coisas que têm que andar lado a lado.

Não podemos aceitar esse argumento que muitos tentam trazer, o tempo inteiro, para sufocar esse debate, de que é preciso primeiro melhorar a gestão. Não! Ao mesmo tempo, temos que melhorar a gestão e trazer mais recursos para a área da saúde, até para melhorar a gestão, adotando processos mais modernos, informatização mais avançada; até para isso temos que ter mais dinheiro. E o Congresso Nacional, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, não pode abrir mão deste momento histórico em que pode ampliar os recursos para a saúde.

Ouçõ, com muita satisfação, o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, o nosso Senador Waldemir Moka.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa, ouçõ com uma alegria muito grande o pronunciamento que faz V. Ex^a, que conhece profundamente este setor, que, inclusive, foi Ministro da Saúde do nosso País. V. Ex^a, ontem, testemunhou o pessoal da Ordem dos Advogados, os representantes da CNBB, e, mais do que isso, os representantes do chamado Movimento Saúde+10 e a Presidente do Conselho Nacional de Saúde, todos eles dizendo, com um argumento muito forte: nós precisamos agora, com mais de dois milhões de assinaturas, colocar um percentual em que o Governo Federal possa mesmo se comprometer. E eu não tenho dúvida – aliás, nunca tive dúvida em relação a isso – de que o subfinanciamento da saúde, se não for o maior problema, é uma das grandes dificuldades por que passa a saúde no País. Então, quero me somar ao pronunciamento que faz V. Ex^a, dizendo que acho que o momento é este. O Congresso tem que responder a esse esforço. E eu me lembro dessas palavras, não sei exatamente de quem: “Olha, nós passamos seis meses convencendo as pessoas a assinarem isso”. Vejam o esforço feito! E, ontem, 1,8 milhão de assinaturas e mais 500 mil, ou seja, mais de dois milhões de assinaturas. Parabéns pelo pronunciamento que faz, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e, mais do que o aparte, agradeço a forma firme como V. Ex^a tem defendido essa bandeira do crescimento dos recursos para a área da saúde.

Nós temos feito um esforço enorme para sensibilizar o governo no sentido de que esses recursos precisam chegar e chegar rapidamente. Temos feito, inclusive, um esforço, e aqui contamos com o apoio integral do Presidente Renan Calheiros, para que isso não seja aprovado no Congresso Nacional sem que o Governo...

(Soa a campanha)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Peço a V. Ex^a alguns minutos mais para poder concluir aqui o meu pronunciamento, pois acho que é um tema que nos interessa.

Nós temos trabalhado junto ao governo para que ele compreenda que é necessária a negociação sobre esse tema. Eu já tive a oportunidade de dizer aqui – e já o disse, inclusive, à própria Presidenta Dilma – que o Congresso Nacional aprovará esse aumento de recursos queira o governo ou não. Portanto, o governo tem que discutir sabendo que nós vamos aprovar isso aqui.

Tivemos uma reunião, na última segunda-feira, de negociação entre representantes do governo e o Movimento Saúde+10, que foi muito boa. O movimento saiu com a expectativa positiva de que nós vamos conseguir chegar a um entendimento. Mas o movimento disse também que, com entendimento ou sem entendimento, nós vamos aprovar.

Eu ouçõ o Senador Eduardo Suplicy, que me pede um aparte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu gostaria de cumprimentá-lo, Senador Humberto Costa, pelo anúncio e apoio à causa de melhor saúde e mais médicos para toda a população brasileira. Inclusive, a respeito dessa iniciativa popular, talvez V. Ex^a tenha já mencionado, mas, ainda ontem, na visita que o Presidente Lula fez ao Presidente Renan Calheiros, presentes diversos de nós, o Presidente Lula ressaltou, até conversando com o Ministro Alexandre Padilha, que exatamente essa proposta anunciada por V. Ex^a significará, se aprovada, um montante de recursos que guarda relação com aqueles recursos que acabaram não sendo aprovados há cerca de sete, oito anos, quando se extinguiu a CPMF. Portanto, poderá ser um resgate muito importante para o bem de todo o Serviço Único de Saúde e da saúde dos brasileiros. Então, cumprimento V. Ex^a e aproveito, Sr^a Presidenta, Senadora Ana Amélia, Senador Humberto Costa, Senador Pedro Simon, um franciscano, amigo do Papa Francisco, para registrar que aqui estão 16 novos bispos brasileiros, na maior parte são não franciscanos – eles me disseram –, mas são todos amigos de São Francisco e do Papa Francisco. Entre outros, estão aqui Dom Aparecido Gonçalves de Almeida, de

Brasília; Dom Pedro Brito Guimarães, de Palmas (TO); Dom Darci José Nicioli, de Aparecida (SP); Dom João Francisco, de Tubarão (SC); e os demais. Não peguei alista de todos, mas é uma alegria para nós. Peço ao Senador Pedro Simon que os receba, juntamente com o Senador Moka, pessoalmente. Queria lhes dizer, até por iniciativa de Pedro Simon e minha, que fizemos um requerimento para que, na Comissão de Relações Exteriores e Direitos Humanos, em breve, possamos ouvir Dom Orani Tempesta, Dom Cláudio Hummes, D. Raymundo Damasceno, Frei Beto, o Núncio Apostólico e...

(Soa a campanha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... Leonardo Boff para falarem sobre o legado da visita do Papa. Então, os senhores poderão assistir quando acontecer esta audiência pública. Desculpe-me, Senador Humberto Costa. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Eu agradeço o aparte de V. Ex^a. Quero também, em meu nome, saudar os Bispos aqui presentes. A CNBB desempenhou um papel fundamental nesse trabalho de coleta de assinaturas para essa emenda de iniciativa popular. Tenho certeza de que a força da Igreja, a força da sociedade brasileira vai sensibilizar este Congresso Nacional para nós aprovarmos esse aumento de recursos para a saúde.

É com muita alegria que nós os recebemos aqui, num momento ímpar que a Igreja vive hoje no mundo e no Brasil, com essa figura também ímpar que é o Papa Francisco. Tive a oportunidade de estar, nesse fim de semana, na Argentina, acompanhando as eleições argentinas e tive a oportunidade de ver o respeito, o carinho que o povo daquele país tem para com aquele que hoje é o Papa Francisco, a visão extremamente positiva que o povo argentino tem sobre o Papa.

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Governo/PT – PE) – Peço a V. Ex^a, Presidente, para ouvir o Senador Antonio Carlos Valadares e, assim, terminar a minha fala.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco Governo/PSB – SE) – Serei breve, Senador Humberto Costa. Felicito-o por esse pronunciamento defendendo a saúde do Brasil, o financiamento adequado para a sustentabilidade de um setor que vem sofrendo, ao longo dos anos, justamente por isto: falta de dinheiro depois da queda da CPMF. Isso aconteceu no governo de Lula, nos últimos dois anos do Governo dele, quando o Senado Federal, por três votos, derrubou a CPMF. Eu acho que foi um erro estratégico, um erro político. Eu fiz as contas de alguns partidos que votaram contra a CPMF e cheguei à conclusão de que eles

não ganharam nada tanto do ponto de vista humano e social como do ponto de vista político. Eles definharam nas eleições. Havia partido que tinha 15 Senadores e passou a ter dois Senadores.

(Soa a campanha.)

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco Governo/PSB – SE) – Então, eu acho que esse equívoco só pode ser consertado através de uma pressão democrática sobre o governo no intuito de aumentarmos os recursos para esse setor que vem, sem dúvida alguma, contribuindo para a impopularidade dos governos em todos os níveis e em todas as esferas. A principal razão de muitas derrotas acontecidas nas eleições municipais do ano passado talvez tenha sido o setor saúde. Agradeço a V. Ex^a e meus parabéns.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Eu pergunto a nossa Presidente se posso ouvir a Senadora Lídice da Mata.

A Sr^a Lídice da Mata (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Apenas para parabenizá-lo e elogiar a competência do pronunciamento de V. Ex^a e também registrar o meu apoio total ao Movimento Saúde+10, indispensável ao momento que saúde pública vive em nosso país. Obrigada.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e vou, de fato, agora, Sr^a Presidente, concluir.

Primeiro dizendo que, amanhã pela manhã, às 9 horas, nós faremos uma reunião da Comissão Especial que trata do financiamento da saúde. Queria convidar todos os membros, pois lá vamos dar os informes sobre todas essas discussões acerca do financiamento da saúde.

Queria dizer também que, ontem, foi aprovado, em primeiro turno, o chamado “orçamento impositivo”. Quero dizer que sou pessoalmente contrário à ideia da emenda parlamentar, além do mais com esse caráter impositivo. Eu acho que essa medida desorganiza, desestrutura o trabalho planejado dos Ministérios, das políticas públicas. Porém, entendo que, se for uma fatalidade a adoção do orçamento impositivo, eu espero que esta Casa, diferentemente da Câmara, tenha a sensibilidade para destinar a maior parte desses recursos do orçamento impositivo para a área da saúde, seja para investimento, seja para custeio, para que nós possamos ter, desde já, um incremento garantido dos recursos para essa área que hoje é tão carente.

Sr^a Presidente, eu agradeço pela tolerância a todos os senadores e senadoras e a todos os ouvintes e telespectadores da Rádio e da TV Senado.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Humberto Costa, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Cumprimento o Senador Humberto Costa. De fato, a Mesa também se solidariza com a manifestação de V. Exª, uma vez que a saúde, hoje, é uma prioridade nacional, e precisamos honrá-la.

Só não estarei amanhã no movimento porque estou, juntamente com outros Senadores, indo representar o Senado na posse do Presidente do Paraguai, amanhã, em Assunção.

Então parabéns a V. Exª.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, hoje, foi aprovado, na Comissão de Assuntos Sociais, um requerimento para tramitação, com urgência, no Plenário do Senado Federal, do SCD, que é o Substitutivo da Câmara dos Deputados, ao Projeto nº 370, de 2007.

Eu requeiro a V. Exª que seja lido pela Mesa o requerimento de urgência, para que possa ser apreciado quando do início da Ordem do Dia. Assim diz o Regimento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O requerimento referido por V. Exª, da Comissão de Assuntos Sociais, ainda não chegou à Secretaria da Mesa, mas já está registrada a solicitação de V. Exª, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Passo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Senadora, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu deveria ter feito este registro que vou fazer hoje no dia 12, anteontem. Porém, não tive oportunidade de fazê-lo e quero fazer nesta data o registro do aniversário de 64 anos da Escola Estadual Oswaldo Cruz.

A Escola Estadual Oswaldo Cruz, com sede e foro no Município de Boa Vista, Estado de Roraima, situada à Avenida Getúlio Vargas, Centro, tendo como referência a Praça da Bandeira, teve sua origem em 1948, mas foi oficialmente inaugurada em 12 de agosto de 1949, pelo então governador do então Território do Rio Branco, Dr. Miguel Ximenes de Melo.

O nome Oswaldo Cruz, como dá para depreender, foi dado a esse estabelecimento em homenagem ao estadista de grandes méritos, médico e higienista brasileiro, que prestou relevantes serviços à saúde pública, combatendo, entre outras ações, a peste bubônica, a varíola e a febre amarela.

No decorrer da sua história e de acordo com as legislações em vigor, o educandário Oswaldo Cruz recebeu várias denominações, como Grupo Escolar, Unidade Escolar, Unidade Integrada, Escola de 1º e 2º Graus e, atualmente, Escola Estadual Oswaldo Cruz, ministrando o Ensino Fundamental.

A primeira diretora da Escola foi a Profª Ila Oliveira. Depois dela, várias professoras ligaram seus ilustres nomes à escola, que abrigou várias gerações de roraimenses.

O ano de 2002 marcou uma etapa na história da Escola Estadual Oswaldo Cruz, totalmente reformada, com uma ampliação de dez salas de aula, com um pátio aberto e um amplo refeitório.

Portanto, no auge dos seus 64 anos, a Escola possui mais de 800 alunos do Ensino Fundamental, do 1º ano ao 9º ano, funcionando com um turno matutino e um vespertino.

Um dos projetos de destaque é o “Conhecendo o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente”, assim como outros, como “O Combate ao *Bullying*”, “O Maravilhoso Mundo da Leitura”, “A Música como Arte no Ambiente Escolar”, “Aprendendo com Novas Práticas através da Tecnologia no Ambiente Escolar” e a “Feira do Conhecimento: Ciências e Saberes”.

Desde fevereiro do ano passado, a nossa Escola Osvaldo Cruz é administrada pelas Profªs Rosiane do Socorro Lima de Oliveira e Raimunda da Costa Melo e tem como Coordenadoras Pedagógicas as Profªs Maria Gorete de Abreu Roque e Neuma Simplício de Andrade e como Orientadora Educacional a Srª Gersina Lima Batista.

Faço este registro aqui, Senadora, porque eu fiz o meu primário, como era chamado à época, nessa Escola, à época chamada Grupo Escolar Oswaldo Cruz.

Eu morava bem próximo da escola, tenho lembranças excelentes dela, mas, ao mesmo tempo, quero, embora esteja registrando seu aniversário, falar sobre um fato negativo que foi noticiado, por sinal, em maio deste ano: os estudantes foram a público e, inclusive, também à própria Secretaria de Educação fazer um protesto para reivindicar melhorias na estrutura física da instituição.

(Soa a campanha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Isto foi feito por dezenas de alu-

nos, que realizaram o manifesto em frente à Secretaria Estadual de Educação. Eles pedem providências para que sejam resolvidos, definitivamente, os problemas ou que haja pelo menos uma previsão para isso. Os alunos afirmaram que, no fim da manhã, foram recebidos pela Secretaria e informados que o pedido de reforma do prédio já foi realizado. No entanto, a reclamação diz o contrário do que a Secretaria afirma.

Com cartazes contendo imagens das condições precárias observadas no cotidiano escolar, os alunos clamaram por seus direitos. Salas sem climatização, fiação elétrica exposta, representando perigo, bebedouros sem refrigeração, falta de quadra esportiva e forro desabando são alguns dos problemas colocados pelos manifestantes. E uma das alunas diz: “Não merecemos passar por isso todos os anos. Falta tudo. Não tem quadra. O forro já desabou em uma das salas.”

(Soa a campanha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – “Queremos que a nossa escola seja imediatamente atendida”.

Então, ao cumprimentar a diretoria da Escola Oswaldo Cruz e dizer da minha alegria de poder fazer, aqui, da tribuna do Senado, o registro dos seus 64 anos, quero também, ao mesmo tempo, cobrar – a palavra é exatamente esta: cobrar – da Secretaria de Educação do Estado que olhe com carinho não só a Escola Oswaldo Cruz, porque esse quadro, eu lamento dizer, é o quadro de todas as escolas lá do Estado de Roraima, atualmente. Mas a Oswaldo Cruz é uma das mais antigas, mais bem, digamos assim, conceituada. Por sinal, a Senadora Angela Portela, que aqui está presente, foi professora lá nessa escola.

Eu quero, portanto, parabenizar tanto os professores quanto os alunos da escola, mas, ao mesmo tempo, deixar essa cobrança à Secretaria de Educação para que olhe, realmente, essa escola e todas as demais que estão toda hora...

(Soa a campanha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) –... sendo notícia de abandono e maus tratos pelo Governo do Estado via Secretaria de Educação.

Muito obrigado.

Quero pedir a V. Ex^a que autorize a transcrição, na íntegra, das duas matérias que li aqui.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

HISTÓRICO DA ESCOLA ESTADUAL OSWALDO CRUZ

A Escola Estadual Oswaldo Cruz, com sede e foro no município de Boa Vista Estado de Roraima, situada à Avenida Getúlio Vargas nº 5364 – Centro, tendo como referência a Praça da Bandeira. teve sua origem no ano de 1948. mas só foi oficialmente inaugurado no dia 12 de agosto de 1949. pelo então Governador do Território do Rio Branco Dr. Miguel Ximenes de Melo. através do Decreto de nº 96 da mesma data.

O nome “Oswaldo Cruz” dado a este estabelecimento de ensino homenageia o estadista de grandes méritos, médico e higienista brasileiro, que prestou relevantes serviços à saúde pública, combatendo com sucesso, a peste bubônica, varíola e a febre amarela.

No decorrer de sua história e de acordo com as legislações em vigor, este educandário recebeu várias denominações como “Grupo Escolar”, “Unidade Escolar”, “Unidade Integrada”, “Escola de 1º e 2º Graus” e atualmente Escola Estadual Oswaldo Cruz, ministrando o Ensino Fundamental.

A primeira diretora da Escola “Oswaldo Cruz foi a Professora Ila Oliveira. depois dela várias professoras ligaram seus ilustres nomes a esta Escola que abrigou várias gerações de roraimense”.

O ano de 2002 marcou uma nova etapa na história da Escola Estadual “Oswaldo Cruz”; totalmente reformada, com uma ampliação de dez salas de aula. com um pátio aberto e um amplo refeitório.

No auge dos seus 64 anos a escola possui hoje mais de 821 alunos do Ensino Fundamental Regular do 1º ano ao 9º ano, funcionando nos turnos matutino e vespertino. Um dos projetos de destaque é “Conhecendo o ECA” – Direitos e Deveres da Criança e do Adolescente. E traz outros projetos de destaque como o combate ao Bullyinw, O Maravilhoso Mundo da Leitura: a Música como Arte no Ambiente Escolar; Aprendendo com novas práticas através da tecnologia no ambiente escolar e a Feira do Conhecimento: Ciências e Saberes.

Desde fevereiro é administrada pelas professoras Rosiane do Socorro Lima de Oliveira e Raimunda da Costa Melo e tem como Coordenadoras Pedagógicas as professoras Maria Gorete de Abreu Roque e Neu- ma Simplicio de Andrade e Orientadora Educacional a senhora Gersina Lima Batista.

FOLHA DE BOA VISTA

28/05/2013 02h16

Estudantes cobram melhorias na escola

Karine Oliveira

Mais um protesto foi realizado por estudantes da rede de ensino do Estado. Dessa vez, com o propósito

de reivindicar melhorias na estrutura física da instituição, dezenas de alunos da Escola Estadual Oswaldo Cruz, localizada no Centro, realizaram um manifesto em frente ao prédio da Secretaria Estadual de Educação (Seed), na avenida Ene Garcez, na manhã de ontem.

Eles pedem providências para que sejam resolvidos definitivamente os problemas ou pelo menos uma previsão certa para isso. Os alunos afirmaram que, no fim da manhã, foram recebidos na secretaria e informados que o pedido de reforma do prédio já foi realizado.

Com cartazes contendo imagens das condições precárias observadas no cotidiano escolar, os alunos clamavam por seus direitos. Salas sem climatização, fiação elétrica exposta, representando perigo, bebedouro sem refrigeração, falta de quadra esportiva e, forro desabando são alguns dos problemas colocados pelos manifestantes.

“Não merecemos passar por isso todos os anos. Falta tudo. Não tem quadra. O forro já desabou em uma das salas. Quem visitar nossa escola vai perceber a necessidade urgente de reforma”, reclamou a estudante do 8º ano, Gabriela Rodrigues, 14.

A aluna do 8º ano, Hadassa Domingues, 12, acrescentou que, por já terem solicitado da gestão uma mudança e nada ter sido feito, resolveram tomar essa atitude. “A direção nos informou que já enviou ofícios à secretaria. Porém, não podemos esperar que os problemas se agravem como, por exemplo, a questão da eletricidade chegar num ponto mais crítico ou o teto desabar sobre as nossas cabeças. É inaceitável”, lamentou.

Para a manifestante Angélica Pomim, 14, falta interesse por parte do poder público. “Enquanto os filhos das autoridades estão estudando em colégios particulares, em ótimas condições, nós ficamos aqui, tentando estudar em um lugar inadequado, com um calor insuportável, bebedouro sem água gelada que não atende às necessidades de todos e os banheiros em péssimas condições de uso”, reclamou.

A mãe da estudante Hadassa, Carla Domingues, acompanhou o movimento e considerou importante a iniciativa diante da realidade vivida pelos estudantes naquela unidade de ensino. “Isso é democracia. Eu conheço de perto essas situações. Sabemos que o governo recebe verba para investir na educação, mas não tem feito. Considero antidemocrática a atitude de certas autoridades ao tentarem impedir os adolescentes de protestarem contra os direitos que lhes cabem. A liberdade de expressão e de se manifestar pacificamente é prevista na Constituição Federal”, frisou.

Ela afirmou que já procurou a gestão escolar e a resposta foi de que documentos solicitando reformas foram enviados para as autoridades. “Uma das coi-

sas que me chamou atenção foi saber que um aluno machucou a mão no corrimão de ferro da escola. O conserto foi feito pela direção da escola, e não pela Secretaria de Educação, ou seja, a secretaria não está tomando atitudes. A razão desses problemas está na administração. Estou apoiando estes alunos e não vai ser pelo fato de um dia minha filha ter deixado de ir à escola e vindo protestar que vai ser prejudicada no aprendizado”, complementou Carla.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Mozarildo, na forma regimental, V. Exª será atendido.

Senadora Angela, houve um problema na chamada da lista dos oradores. O Senador Sérgio Souza está antes da senhora. Houve uma permuta entre a senhora e o Senador Humberto Costa, que falou em seu lugar. Foi a Mesa que não chamou o Senador. Então, o Senador Sérgio Souza se compromete a falar no horário regimental que tem, nos dez minutos, para que V. Exª fale em seguida, Senadora.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de cumprimentar os vereadores da cidade de Marialva, lá do Paraná, que estão acompanhados do Prefeito Deca e também do Prefeito de Cambará, que nos visitam aqui, no plenário, no dia de hoje.

Srª Presidente, como representante do Estado do Paraná, um Estado fronteiriço, detentor da região de fronteira mais populosa do País, onde se localiza a chamada Tríplíce Fronteira, ponto de encontro do Brasil, Argentina e Paraguai, venho à tribuna do Senado Federal tratar da importância do combate às ações criminosas nessas áreas. Refiro-me mais especificamente às práticas de contrabando e tráfico de drogas nas fronteiras do Brasil, que devem ter a atenção prioritária de qualquer política nacional de segurança nacional.

As compras de brasileiros nas cidades de Puerto Iguazu e Ciudad del Este, respectivamente na Argentina e no Paraguai, ambas fronteiriças ao Município brasileiro de Foz do Iguaçu, são famosas e volumosas, porém, infelizmente, grande parte delas não entra de forma legal no País. Mais do que isso, há uma expressiva movimentação de produtos vindos, em sua maioria, do vizinho país do Paraguai que adentram nosso País de forma inadequada e são comercializados em praticamente todo o território nacional. Isso sem mencionar o tráfico de entorpecentes, cuja repercussão na sociedade é a pior possível, gerando assassinatos, sequestros, comércio ilegal de armas, assaltos, enfim, tudo que há de mais terrível em violência urbana e rural.

Mas, Srªs e Srs. Senadores, focando na questão do contrabando e também do descaminho, em 2012, a

economia informal representou cerca de 17% do total da riqueza produzida no País. Dezesete por cento do que se produziu no Brasil vem da economia informal. Isso significa dizer que aproximadamente R\$750 bilhões de alguma forma estiveram presentes na economia, mas não contribuíram para a geração de tributos, e, principalmente, desestabilizaram a indústria formal, aumentando o desequilíbrio concorrencial, segundo o Índice da Economia Subterrânea, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas.

A economia informal é responsável pelo avanço indiscriminado do descaminho, Sr. Presidente, prática esta que nacionaliza produtos produzidos em outros países sem que haja pagamento de tributos. O impacto mais severo se dá pela incapacidade competitiva dos setores formais, uma vez que, frente à necessidade de honrar com o pagamento dos elevados tributos, não consegue competir com os preços predatórios praticados no mercado informal.

De acordo com a pesquisa da Fecomércio–RJ, o total da população que consome, de alguma forma, produtos considerados ilegais chegou, em 2010, a 48% da população brasileira. Essa pesquisa ainda evidencia que a principal causa do crescimento da ilegalidade se dá pela inadequação do cenário tributário e conclui que o aumento da coerção e severidade das leis pode cumprir um papel efetivo para a redução da informalidade.

Em alguns setores específicos, a exemplo do fonográfico, o mercado ilegal transformou a forma de comercialização de discos, DVDs e afins. Hoje, Sr. Presidente, o setor formal praticamente desapareceu, e soma-se a esse efeito a distribuição de valor das empresas produtoras e comercializadoras desses produtos.

Não exatamente ligado à fronteira, porém igualmente absurdo, o setor de TV por assinatura também sofre com a pirataria, sendo que pesquisa recente informa a existência de até 4 milhões de acessos indevidos à programação das operadoras, o que representa 25% do número total das assinaturas regulares de TV paga no País.

Estima-se que a ilegalidade nesse setor cause danos à arrecadação tributária da ordem de R\$1 bilhão por ano ao País, impedindo a injeção de R\$4 bilhões na economia formal e a criação de 25 mil empregos diretos.

Voltando à questão da fronteira, Sr. Presidente, outro setor que vem sofrendo severamente com o crescimento do mercado ilegal é o fumageiro. Hoje, cerca de 30% de todo o cigarro comercializado no Brasil é proveniente do Paraguai. Ou seja, mais de 20 bilhões de cigarros entram no País em condição ainda pior que a do descaminho.

Esses produtos são considerados contrabando. Ou seja, nem mesmo com o pagamento de tributos poderiam ser vendidos no Brasil, pois necessitam, obrigatoriamente, de aprovação da agência reguladora, no caso a Anvisa.

Aqui, Sr. Presidente, é importante ressaltar: não estamos defendendo o fumo no Brasil, muito pelo contrário. Também acho que nós temos de diminuir significativamente o consumo do fumo no Brasil, mas admitir que o cidadão brasileiro consuma 30% desse produto advindo de um país vizinho pelo contrabando – e sabemos lá em quais condições ele é fabricado! – é um absurdo! Isso deixa de gerar divisas ao Brasil, causando inclusive prejuízos à saúde do brasileiro, mas não gerando impostos para cuidar da saúde do brasileiro.

Se tomarmos por base o estudo do IBGE de 2012, que aponta a carga tributária em torno de 36,27% do PIB, isso significa dizer que a informalidade gerou uma perda tributária de aproximadamente R\$272 bilhões nesse período. Poder-se-ia dividir isso, Srs. Prefeitos, com seus Municípios e com os Estados brasileiros. Duzentos e setenta e dois bilhões de reais, essa foi a perda tributária no período, só no ano de 2012. Essa perda tributária é equivalente a 3,4 vezes o orçamento da saúde ou ainda a 60% do PIB de São Paulo.

O crescimento da ilegalidade também acelera o enfraquecimento da indústria nacional, que, além de reduzir investimentos em infraestrutura e investimentos de capital, estagna a capacidade de geração de empregos formais, além de aumentar consideravelmente a evasão fiscal.

Sr^{as} e Srs. Senadores, tramita nesta Casa o PLC nº 62, de 2012, de autoria do Deputado Efraim Filho, do Democratas da Paraíba, que, se aprovado, poderia contribuir para reduzir esses números, uma vez que é uma resposta impetuosa contra a prática reiterada do contrabando e da pirataria, majoritariamente comandada por grupos criminosos que têm por objetivo principal o enriquecimento ilícito e o enfraquecimento da ordem pública.

O abrandamento do efeito da pena contra o contrabando, promovido pela Lei nº 9.099, de 1995, no seu art. 89 (instituto despenalizador), contribuiu para que a prática desse crime passasse a representar inexistência...

(Soa a campanha.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) –...de risco presumido ao infrator, e isso gerou o fator da vantagem, associado ao ato em si, e o PLC nº 62, de 2012, coíbe exatamente isso.

Acontece, Sr. Presidente, que o referido projeto foi apensado à Comissão Especial que está estudando

a revisão do Código Penal Brasileiro, podendo retardar a sua aprovação, que se faz necessária para estancar o enfraquecimento da indústria doméstica e para restabelecer o bom e equilibrado princípio da concorrência legal e mais dinheiro para a saúde, que nós tanto queremos neste País!

A aprovação, o quanto antes, desse projeto aqui no Senado Federal, especialmente por se tratar de matéria já aprovada na Câmara dos Deputados, é uma resposta ágil e efetiva no intuito de recrudescer a severidade da lei contra os que promovem o desequilíbrio econômico e inviabilizam o desenvolvimento da indústria brasileira.

Penso, Sr. Presidente – estou caminhando para o final do meu pronunciamento –, que não prejudicaria o excelente trabalho que vem sendo desempenhado pelo Relator da Comissão Especial que analisa a reforma do Código Penal, o Senador Pedro Taques, tratar desse assunto separadamente, em decorrência da urgência da demanda, pelo avanço na sua tramitação, que, repito, já foi concluída na Câmara dos Deputados. Pela complexidade e pelo volume das matérias conexas, a tramitação do novo Código Penal, seguramente, ainda demandará tempo razoável no Senado, e, depois, ele ainda terá de ser aprovado na Câmara dos Deputados.

Diante da premência de enfrentarmos o contrabando e o descaminho, Sr. Presidente, com base em todos esses argumentos apresentados, informo à Casa que apresentei um requerimento para o desapensamento do PL nº 62, de 2012, do grupo de projetos que tratam da reforma do Código Penal Brasileiro, entendendo que seria um avanço sancionar uma nova legislação para coibir tais práticas, a qual, seguramente, será mantida no texto do novo Código Penal.

Para finalizar, Sr. Presidente, espero contar com o apoio de todos os meus Pares, em especial do Senador Pedro Taques, Relator da reforma do Código Penal, para desapensarmos o PLC nº 62, reafirmando minha convicção no excelente trabalho que o Senador Pedro Taques tem desempenhado como Relator nessa Comissão Especial.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Boa tarde a todos!

Durante o discurso do Sr. Sérgio Souza, a Sr^a Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, à Senadora Angela Portela, do PT de Roraima.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem

revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, assim como V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti, eu também gostaria aqui de parabenizar a Escola Oswaldo Cruz, da capital do meu Estado, Boa Vista. Tive o grande prazer de lá ser professora durante quase dez anos. Então, quase dez anos de minha vida foram dedicados àquela escola, à Escola Oswaldo Cruz, que completou, nesta semana, 64 anos. Então, eu gostaria de deixar registrada a nossa alegria em fazer parte da equipe daquela escola, que formou tantos jovens em nosso Estado.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria de trazer um tema que tem sido pautado com grande frequência no Congresso Nacional, que é o voto aberto.

Nós estamos próximos de dar um grande passo para a aprovação que garante a todos o voto aberto em todas as decisões tomadas pelo Poder Legislativo. Nós acreditamos que, nos dias de hoje, ocultar o voto dos Parlamentares representa um atentado ao princípio democrático. Somos aqui representantes dos eleitores. A simples lógica da democracia exige que esses eleitores que nos confiaram mandato tenham como saber como votamos. Devem saber como seus Parlamentares votaram em todas as matérias a eles submetidas.

Presto aqui a minha homenagem ao Senador Paulo Paim, que, em 2006, apresentou a PEC nº 50, determinando o voto aberto dos Parlamentares. Esse princípio foi acolhido pelo Senado Federal após uma dura batalha de seis anos e foi encaminhado à Câmara dos Deputados, onde já recebeu a aprovação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Registre-se que o Congresso Nacional não será o primeiro órgão legislativo a eliminar o voto secreto. Já o fizeram a Câmara Legislativa do Distrito Federal e as Assembleias Legislativas de São Paulo, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e do Paraná.

Como diz o Senador Paim, o caráter secreto do voto só se justifica para o cidadão, para o eleitor, ao exercer o direito de escolher seus representantes sem sofrer pressões ou imposições. O povo é soberano, não o Parlamentar que o representa, que a ele deve prestar contas e que não pode nem deve se envergonhar das atitudes que toma.

Sr. Presidente, conhecemos e respeitamos as objeções frequentes feitas à abertura do voto em determinadas circunstâncias. Acreditamos, porém, que o fortalecimento da nossa democracia e as justas demandas da população tornaram superadas essas objeções.

No caso dos processos que possam levar à cassação, à perda de mandato de um Parlamentar, costuma-se alegar que se trata de situação incômoda, uma vez que, ao votar, estaríamos promovendo o julgamento de

um igual. Não deixa de ser verdade que existe aí certo grau de constrangimento. No entanto, nesses casos, existe sempre uma dimensão ética a se considerar. E a população brasileira tem todo o direito de conhecer os nossos procedimentos sob o ângulo da ética.

É por isso que, assegurada a ampla defesa, o Senador ou a Senadora devem votar de acordo com suas convicções, com a responsabilidade e a integridade que devem ser inerentes ao desempenho da função pública. Devem, portanto, os eleitores conhecer nossa postura diante de questões que envolvem a ética, como devem também constatar se reagimos a pressões, a jogos de influência e mesmo ao corporativismo. Tudo isso faz parte da função parlamentar.

Hoje mesmo, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovamos por unanimidade a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2013, de autoria do ilustre Senador Jarbas Vasconcelos, que determina a perda automática dos mandatos de Parlamentares condenados, em sentença definitiva, por improbidade administrativa ou crime contra a Administração Pública.

O Relator, o eminente Senador Eduardo Braga, acatou mudança defendida por vários Senadores, explicitando que a decisão pela perda de mandato possa ocorrer por voto aberto, na Câmara dos Deputados ou no Senado.

Da mesma forma, Sr. Presidente, argumenta-se que a apreciação dos vetos da Presidência da República poderia criar problemas aos Senadores e aos Deputados, uma vez que os exporia a pressões por parte do Executivo.

Uma vez mais, lembramos que, no regime democrático, a sociedade precisa conhecer a efetiva posição de seus representantes. Com frequência, as questões submetidas a veto apresentam relevância, e é justo que os eleitores saibam qual a postura assumida por seus representantes.

Se houver pressões, devem saber também se há desassombro ao enfrentá-las e se os compromissos eventualmente assumidos estão sendo honrados. Tudo isso faz parte da vida parlamentar e da relação saudável entre representantes e representados.

Cito aqui, mais uma vez, o nosso eminente colega Senador Paulo Paim. Disse ele que, se mantiver uma conduta correta, “um homem público tem de se apresentar e não de temer”.

Sr. Presidente, o voto aberto em todas as instâncias da vida pública, no Legislativo como no Judiciário, faz parte das mudanças cobradas pela população brasileira. Delas também faz parte a reforma política.

Essa cobrança de reforma política acaba de ser confirmada por pesquisa Ibope divulgada na semana passada pelo Presidente do Conselho Federal da OAB,

Marcus Vinícius Furtado. Essa pesquisa feita pela OAB revela que 85% dos entrevistados são favoráveis à reforma política e que 92% dos entrevistados são a favor de projeto de lei nesse sentido por iniciativa popular.

Quanto ao financiamento de campanha, 78% dos entrevistados se posicionaram contra a participação de empresas nas campanhas. Quando se admite a participação de pessoas físicas no custeio dessas despesas, a grande maioria deseja a imposição de limites para a contribuição. Nesse sentido, 90% pediram punições mais rigorosas contra a prática de caixa dois.

Perguntou-se, ainda, qual o melhor modelo para eleger Deputados, ficando 56% a favor de mudanças e pela instituição do voto em lista (lista e propostas de candidatos), contra 38% favoráveis à maneira atual, no nome do candidato.

Dentre os temas prioritários de propostas, os entrevistados elegeram saúde em primeiro lugar, seguido por educação e por controle de gastos do Governo.

Nota-se, Sr. Presidente, que há uma convergência de posições entre o clamor nas ruas e as propostas de reforma já suscitadas aqui no Congresso Nacional e suscitadas também Presidenta Dilma Rousseff.

Por isso, Senador Mozarildo Cavalcanti, que preside o Senado neste momento, é muito importante nós avançarmos na aprovação do voto aberto para o Legislativo. É muito importante estarmos em sintonia com os anseios da população, e as pesquisas de opinião pública mostram claramente que ela exige do Poder Legislativo maior transparência.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra, como oradora inscrita, à Senadora Lídice da Mata, do PSB da Bahia.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer aqui dois registros importantes para a luta do povo negro no Brasil e na minha terra, na Bahia. Registros de episódios que fortalecem a influência da população negra na nossa cultura e na nossa vida.

Começou ontem, terça-feira, dia 13 de agosto, a programação da Festa da Boa Morte, na cidade histórica de Cachoeira, minha cidade natal. A Festa da Boa Morte é uma das mais expressivas manifestações do sincretismo religioso e reúne elementos da religião católica e da religião de matriz africana. É divulgada em todo o mundo pelo Governo da Bahia, por meio da Bahiatursa e da Secretaria de Turismo.

Durante os festejos, que têm seu ponto forte nesta quarta e quinta-feira, dias 14 e 15 de agosto, o

Município recebe turistas de várias partes do mundo, principalmente americanos. Entre eles pesquisadores, fotógrafos, jornalistas, curiosos em conhecer a história e a tradição secular de uma das maiores manifestações culturais do Recôncavo Baiano.

Chama a atenção e encanta os visitantes a passagem pelas ruas das 22 mulheres que integram a Irmandade, fundada há mais de 200 anos, com suas belas vestimentas e demonstração de fé e devoção. Para cada dia da festa, as irmãs trajam vestimenta própria. Desde 2010, a Festa da Boa Morte é considerada Patrimônio Imaterial da Bahia, e já tivemos lá, por duas vezes, a presença, àquela época, da então Ministra do Turismo, hoje Ministra da Cultura, Senadora Marta Suplicy.

Nesta quarta-feira, uma missa simbólica, de corpo presente, às 19 horas, na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, marca a programação. Em seguida, às 20 horas, é realizada a procissão do enterro de Nossa Senhora da Boa Morte pelas principais ruas da querida Cachoeira. Nesse dia, as irmãs usam saia preta, plissada, blusa branca de *richelieu*, cobrem parte do rosto e não usam joias.

Amanhã, quinta-feira, dia 15, dia de Nossa Senhora da Glória, a programação é aberta com uma alvorada de fogos de artifício, às 6 horas da manhã. É o anúncio dos festejos da Assunção de Nossa Senhora.

Um clima de alegria toma conta da cidade. As irmãs vestem seu traje de gala: beca preta, com xale vermelho à mostra, usam joias e contas de orixás. Saem da sede em cortejo até a Igreja Matriz, onde será celebrada missa solene às 10 horas. Depois, seguem em procissão com andor enfeitado com flores.

Após a procissão, dançam a valsa na sede da Irmandade, local onde também é servido um almoço para os presentes. Depois é a vez do samba de roda.

As festividades seguem até sexta e sábado, com samba de roda à noite, a partir das 20 horas, todos os dias. Na sexta-feira, há também distribuição do cozido. No sábado, caruru, pipoca e mungunzá.

A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte vive em amor a Nossa Senhora e representa a luta e a fé da mulher negra do Recôncavo da Bahia de tantas lutas pela afirmação dos ideais de justiça e liberdade. Para fazer parte, as irmãs precisam descender de escravos africanos e possuir mais de 50 anos de idade.

Contam os historiadores que a confraria surgiu quando um grupo de ex-escravas se reuniu para conseguir a alforria de outros escravos ou facilitar-lhes a fuga.

Quero, portanto, desejar uma grande Festa da Boa Morte para os conterrâneos cachoeiranos, já que, nessa oportunidade, em função dos trabalhos aqui no

Senado, não poderei, como sempre, participar das nossas comemorações.

Quero também registrar que, pela primeira vez, depois de 215 anos, a Revolta dos Búzios, também conhecida como Revolta dos Alfaiates e Conjuração Baiana, foi lembrada nesta segunda-feira, 12 de agosto, em Salvador, com os quatro mártires: os soldados Luiz Gonzaga e Lucas Dantas e os alfaiates João de Deus e Manoel Faustino, sendo reconhecidos como heróis nacionais, inscritos no *Livro dos Heróis da Pátria*, que está depositado no Panteão da Pátria e Liberdade, aqui, em Brasília, após a Presidente Dilma Rousseff sancionar a Lei nº 12.391, em 4 de março deste ano, projeto de autoria do Deputado Federal baiano Luiz Alberto.

A designação Revolta dos Búzios se deve ao fato de alguns revoltosos usarem um búzio preso a uma pulseira para facilitar a identificação entre si. Foi um dos movimentos mais importantes do Brasil, porque, além da independência, buscava a liberdade dos escravos e a igualdade racial e social. Na verdade, foi a primeira manifestação libertária em que o povo negro teve protagonismo.

A data foi lembrada na capital baiana com uma aula pública promovida pela Coordenação Nacional de Entidades Negras, na Praça da Piedade, no Centro Histórico de Salvador, onde os quatro heróis foram enforcados em 8 de novembro de 1779, e suas cabeças postas em praça pública, para que servissem de exemplo.

Hoje, há um grande esforço dos baianos, notadamente das entidades negras, para dar a esse fato histórico a relevância que teve nas lutas pela Independência do Brasil, para resgatar e preservar a memória e o legado da Revolta dos Búzios.

Desde 2011, o Governo da Bahia escolheu 12 de agosto, data da distribuição dos primeiros panfletos revolucionários, para realizar as celebrações no Estado alusivas ao movimento. O Bloco Afro Olodum mantém, anualmente, viva a memória das lutas libertárias do povo negro da Bahia, celebrando, todos os anos, comemorando na sede do Olodum a Revolta dos Búzios. Revolta como ficou conhecida nos livros de história da Bahia e na luta do povo baiano.

O documento de movimentação, de mobilização, de compromisso dos revoltosos é um movimento extremamente avançado para a luta política da época no Brasil e está incorporado pelos negros revoltosos da nossa cidade.

Portanto, eu não poderia deixar de fazer esses dois importantes registros para a luta do povo negro no Brasil e na minha terra, na Bahia, um exemplo da religiosidade, da cultura e do sincretismo religioso da

minha terra e, outro, da luta pela libertação e pela afirmação do povo negro em nosso País.

Finalmente, Sr. Presidente, quero fazer o registro de que, nesta segunda-feira, foi lançado na Bahia – e tive oportunidade, juntamente com o Senador Walter Pinheiro, de participar do lançamento – o Plano Safra da Aquicultura 2013/2014, conhecido como Plano Safra Bahia, lançado pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria da Agricultura (Seagri), na manhã da segunda-feira.

O objetivo do plano é apoiar os produtores rurais, proporcionando as condições favoráveis à manutenção e à expansão das atividades agropecuárias, de forma competitiva e sustentável.

O total de recursos foi R\$4,3 bilhões, anunciados, destinados ao agronegócio, e R\$1,2 bilhão especificamente para a agricultura familiar. Nós temos a maior população de agricultores familiares do Brasil. São 620 mil agricultores familiares.

Quero, portanto, saudar essa iniciativa importante do Governo da Presidenta Dilma e do Governo baiano, para somar esforços no sentido de ajudar a agricultura do nosso Estado, especialmente a agricultura familiar, nesse período já tão sofrido, com as consequências da seca em nosso território. São 69,9% do território do nosso Estado que se encontram no semiárido.

Portanto, eu quero aqui fazer esse importante registro para a luta dos agricultores familiares da Bahia.

Finalmente – finalmente mesmo, Sr. Presidente –, quero parabenizar a Câmara dos Deputados, que realizou, ontem, sessão solene para devolver simbolicamente os mandatos dos 14 Deputados Federais do Partido Comunista do Brasil, cassados em 1948.

(Soa a campanha.)

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Parabéns a essa iniciativa da Câmara dos Deputados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, ao Senador Pedro Taques. *(Pausa.)*

S. Ex^a deseja falar, portanto, depois.

Senadora Lúcia Vânia.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, eu solicito a V. Ex^a que inclua, na Ordem do Dia, o requerimento de urgência ao Projeto de Lei da Câmara que, aqui no Senado, é nº 46, de 2013.

Trata-se do acordo de um projeto feito na Câmara e sobre o qual aqui, no Senado, nós discutimos com os Líderes, para que possamos dar andamento. É um projeto de lei de autoria do Deputado Mendonça Filho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Pimentel, considerando que a matéria ainda não tem parecer, porque chegou à Mesa há pouco, vamos consultar as Lideranças para que possamos aprovar ou não o requerimento de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, na reunião do Colégio de Líderes, nós tratamos dessa matéria, e não houve nenhuma resistência. É para incluí-la na Ordem do Dia. Ainda não é para votar. Depois, no momento do mérito, discutimos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Eunício, do PMDB.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para concordar com o Líder Pimentel, porque houve entendimento na Câmara em relação a essa matéria, e ficamos com a solicitação de pedir a inclusão em pauta. Não é para votar hoje, mas para inclusão em pauta.

Só isso. Para concordar com o Líder Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Havendo concordância, consulto se o Senador Aloysio quer se manifestar sobre essa urgência.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Então, havendo acordo, vou ler aqui o requerimento, assinado pelo Senador Wellington Dias e por outros Senadores, com o seguinte teor:

Requeremos, com base no art. 336, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência na apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 46, que dispõe sobre a redução a 0% das alíquotas das contribuições sociais para o PIS, Pasep e Cofins, incidentes sobre a receita decorrente da atividade de transporte municipal.

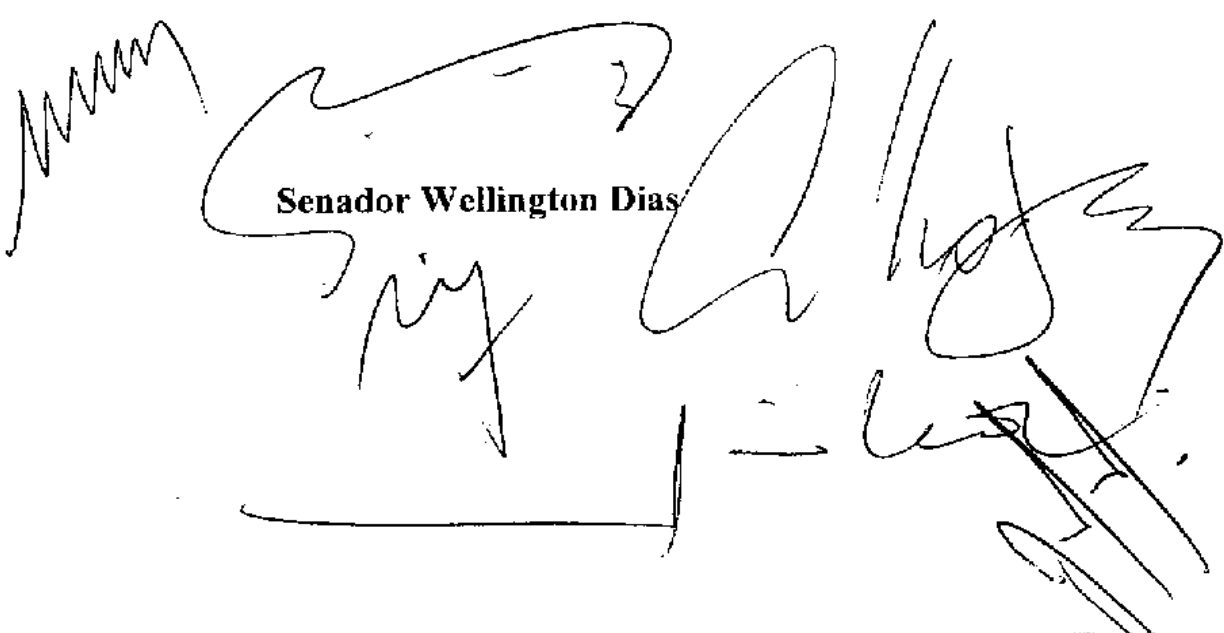
É o seguinte o Requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 911, DE 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeremos, com base no art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência na apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2013, que *"Dispõe sobre a redução a 0% (zero por cento) das alíquotas das Contribuições Sociais para o PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte municipal local"*.

Sala das Sessões, de agosto de 2013



Senador Wellington Dias

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – PE. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Houve um equívoco na hora do enquadramento. É baseado no art. 336, inciso II, do Regimento Interno. Portanto, estou consertando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Com a correção feita por V. Ex^a, coloco em votação o requerimento.

Informa-me aqui a Secretaria da Mesa que o requerimento será votado após a Ordem do Dia.

(Interrupção do som.)

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde que assumi a Ouvidoria do Senado, tenho vindo a esta tribuna mensalmente para prestar contas do trabalho do órgão e compartilhar um pouco da minha experiência no cargo de Ouvidora-Geral.

Neste momento, estamos encaminhando a todos os Srs. Senadores o relatório de janeiro a julho último. Embora os dados sejam representativos para o trabalho interno da Ouvidoria e espelhem eventualmente os temas mais em evidência aqui no Senado, tenho procurado não me ater ao relatório em si. Contudo, vale assinalar que o relatório referente a julho representou quantitativamente 25% de toda a demanda do semestre.

Trabalho, como Ouvidora-Geral, por uma Ouvidoria que se coloque como legítima interlocutora da população junto a esta Casa, e não apenas como receptora de reclamações sem gerar resultados práticos.

O papel de uma Ouvidoria cresce no momento em que nas ruas a população tenta nos dizer que existe um descompasso entre aquilo que lhe é prometido pelo Poder Público e aquilo que experimenta diariamente, isto é, há um bem-estar prometido que não existe para significativa parcela da população brasileira.

Somos contemporâneos de uma geração globalizada pelas mídias sociais e que se recusa a ficar de fora das discussões que dizem respeito ao seu bem-estar. A sociedade, na sua pluralidade e complexidade, passa a exigir do poder constituído um novo modelo de governança, que seja capaz de ouvir os indivíduos e os movimentos sociais.

O afastamento dos cidadãos do processo decisório das questões que os afetam tem aprofundado o que podemos chamar de déficit de cidadania. Por outro lado, as transformações que vêm sofrendo a sociedade, com o uso intensivo das mídias sociais, levam o cidadão a uma postura mais atenta e ativa em relação aos problemas sociais.

Diante desse quadro, não tenho dúvida de que as ouvidorias públicas têm de ser incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro como complemento aos institutos de proteção ao cidadão e de controle da Administração Pública. As ouvidorias podem e devem contribuir para a integração social, abalada por uma burocracia fria, quase sempre ineficiente e insensível aos verdadeiros problemas que afligem a população.

O desejo da sociedade de se tornar corresponsável nas decisões que lhe dizem respeito promove uma reviravolta no papel de controle da Administração Pública. Tenho certeza de que a Presidência do Senado, ao apoiar o trabalho da Ouvidoria, expressa a sua preocupação com a satisfação dos usuários e o seu papel de interlocução com quem falar aos Senadores.

A ouvidoria é, neste momento da vida pública brasileira, um instrumento de contemporaneidade da democracia participativa, na medida em que transporta o cidadão comum para o âmbito da Administração Pública. Entendendo que a democracia não é apenas votar e eleger alguém, mas é acompanhar o trabalho dos Parlamentares, por meio da ouvidoria, a população ganha voz ativa, uma vez que suas manifestações são recebidas pela administração, analisadas e respondidas. Peço a colaboração dos Colegas para a divulgação da Ouvidoria. Temos de tornar o Órgão conhecido dentro e fora da Instituição. Temos de desenvolver um trabalho sério para que o cidadão não tenha dúvida sobre a nossa eficiência e credibilidade. Uma pessoa que recorre a uma ouvidoria não pode ficar com a sensação de que foi ouvida, mas que não foi atendida.

Por fim, nessa direção de transparência e integração, a Ouvidoria do Senado está programando uma teleconferência das ouvidorias públicas do Brasil a partir do sistema televisivo do Senado, que já tem expertise no assunto. Assim, discutiremos e exaltaremos a importância das Ouvidorias, divulgaremos o trabalho e também estaremos chegando ao público-alvo dizendo: estamos aqui, usem os nossos serviços.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – A senhora permite um aparte, Senadora Lúcia Vânia? Primeiro, um cumprimento pelo seu trabalho como ouvidora do Senado. Observo, no seu relatório, que São Paulo é de onde vem o número maior de mensagens (24,56%), o que aumenta minha responsabilidade como Senador de São Paulo. Pergunto – porque observo que há classificação em solicitações, críticas, reclamação, sugestão, elogio ou denúncia – se, quando a Ouvidoria recebe essas observações, possivelmente sobre o trabalho de cada um de nós, tem sido encaminhado aos gabinetes, para que, en-

tão, possamos conhecer e, eventualmente, responder, quando é apropriado. Meus cumprimentos pelo trabalho de V. Ex^a.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradeço, Senador Suplicy.

Senador, quando a solicitação vem com o nome do Senador, ela é encaminhada diretamente ao gabinete. Quando ela vem em caráter geral, ela é respondida através de um processo.

Agradeço a todos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sr^a Lúcia Vânia, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de indagar a V. Ex^a se o PLC nº 102, de 2012, que trata do Sistema de Investigação de Acidentes Aéreos, se encontra na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós acabamos de fazer um acordo com os Líderes partidários para priorizarmos a apreciação dessa matéria, como também pede V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Eunício Oliveira, Líder do PMDB.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE.) – Sr. Presidente, exatamente sobre esse assunto que tratamos lá. Em nome do PMDB, há uma urgência desta matéria, do PLC nº 102, de 2012, oriundo da CPI da Crise do Sistema de Tráfego Aéreo. A solicitação do PMDB, já que ele vem em regime de urgência da Comissão de Relações Exteriores, é para que V. Ex^a incluía na pauta da próxima terça-feira. Assim como há um pedido de urgência para a PEC nº 45, que trata sobre as controladorias, e tem regime especial, está naquele calendário especial, eu pediria a V. Ex^a que também pautasse para a próxima terça-feira.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Em seguida, darei a palavra a V. Ex^a.

Senador Eunício, não percebi bem qual foi a...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – São dois pedidos, Sr. Presidente. Primeiro, que a matéria que vem com urgência da CRE, o PLC nº 102, de 2012, seja incluída na pauta da próxima terça-feira. Há um pedido sobre a mesa...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Este, como não vai requerer votação nominal, pode ser apreciado hoje.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Então, melhor ainda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Melhor ainda como pede, como insiste.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Se não for votação nominal, solicito que inclua na pauta de hoje. A PEC nº 45, que trata das controladorias, tem inclusive um pedido de urgência sobre a mesa e gostaria que V. Ex^a colocasse para a próxima terça-feira, tendo em vista que é uma matéria que requer votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Vamos tomar as providências na forma que pede V. Ex^a, Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com relação ao segundo pedido, a PEC, e com relação ao primeiro, de pronto...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – O primeiro está definido por V. Ex^a. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Está definida a inclusão na Ordem do Dia de hoje.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no Colégio de Líderes foi feito acordo também para aprovar a urgência no PLC nº 60, de 2011, já aprovado na CCJ, e no PLC nº 123, também aprovado na CCJ. Esses dois projetos tratam de remanejamento de cargos de um ministério para outro ministério. Por isso, vamos requerer a urgência.

Parece-me, Sr. Presidente, que é preciso apresentar um requerimento para que isso possa se materializar. Vou colher as assinaturas e, em seguida, chegará à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós aguardamos o requerimento que V. Ex^a referiu.

Queria informar que, com relação ao 60, já temos sobre a mesa um requerimento que poderá ser apreciado.

Com relação ao 123, estaremos aguardando o requerimento, Senador Pimentel.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Supply, Senador Aloysio Nunes Ferreira e Senador Romero Jucá.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Com respeito à juíza Deborah Cioffi, que teve a arguição e votação favorável semana passada, acredito que tenha sido aprovado regime de urgência. Acredito que deva estar na pauta de hoje. Observo que ainda seria importante a presença de mais Senadores no plenário para a votação.

Gostaria de perguntar se estaria pronto para ser apreciado o nome dela, a indicação para o Conselho Nacional de Justiça, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Ontem, durante a evolução da sessão, assumimos com alguns Líderes partidários o compromisso, que não havendo objeção da Casa gostaríamos de honrar, de que hoje não faríamos votação nominal, deixaríamos as votações nominais todas para terça-feira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, Líder do PSDB, com a palavra V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje na Comissão de Constituição e Justiça, foi aprovada a chamada PEC nº 18, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, que recebeu um parecer do Líder do Governo, um bom parecer, que unificou o pensamento da Comissão. Se eu não me engano, Sr. Presidente, já houve, em relação a essa PEC, um requerimento de calendário especial. Se foi aprovado, que nós possamos efetivar as providências para trazê-lo a plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Essa PEC já teve seu calendário especial aprovado, de modo que nós estamos apenas aguardando que ela chegue ao plenário para que possamos conversar com relação a esse calendário, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pois não, muito obrigado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Governo/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Romero Jucá, Senador Pimentel, Senador Alvaro Dias.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para solicitar a V. Ex^a, não sei se já está previsto, mas foi combinado na reunião de Líderes com V. Ex^a que votaríamos hoje, também, o PL nº 123, que diz respeito aos auditores do SUS, a requalificação da carreira, o aproveitamento dos concursados que fazem a fiscalização da saúde pública no Brasil. Queria pedir a V. Ex^a que pautemos essa matéria hoje. É votação simbólica. Portanto, está dentro da regra ajustada com os Líderes partidários na sala de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Como pede V. Ex^a, essa matéria será pautada. Nós estamos apenas aguardando que a matéria chegue da Comissão de Constituição e Justiça.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com relação ao PLC nº 60, de 2001, para o qual eu havia ficado de apresentar um requerimento de urgência, foi aprovado na CCJ e já se encontra sobre a mesa. Quero aqui agradecer a agilidade da assessoria de V. Ex^a, que já providenciou a sua chegada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, diante desse ambiente de boa relação política entre as duas Casas do Congresso Nacional, especialmente entre os dois Presidentes, coincidentemente do mesmo Partido, PMDB, V. Ex^a e o Deputado Henrique Alves, quero fazer um apelo a V. Ex^a. Na agenda positiva do Congresso Nacional, o Senado aprovou a Proposta de Emenda à Constituição que institui o voto aberto para os casos de cassação de mandatos parlamentares. A Câmara dos Deputados deliberou, na Comissão de Constituição e Justiça, aprovando a proposta. Há, no entanto, Sr. Presidente, protelação em razão da não indicação de nomes por parte de alguns para a constituição da Comissão Especial, que possibilitará a votação terminativa no plenário da Câmara dos Deputados.

Por essa razão, Sr. Presidente, o apelo que faço é que V. Ex^a possa liderar uma ação política, procurando fazer com que a Câmara dos Deputados delibere o mais rapidamente possível sobre essa proposta.

E V. Exª seria o mensageiro deste apelo do Senado Federal, para que a Câmara dos Deputados, no mais breve espaço de tempo possível, aprove a emenda, instituindo o voto aberto para os casos de cassação de mandato parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Alvaro Dias, faremos isso com muita satisfação. Conversarei, o mais rapidamente possível, com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves, para que ele agilize a indicação dos membros dessa comissão, para que nós possamos rapidamente tê-la apreciada na Câmara dos Deputados, a exemplo do que já aconteceu aqui, no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) –

ORDEM DO DIA

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se poderemos começar a Ordem do Dia, conforme solicitado, pelo Projeto de Lei da Câmara nº 60. *(Pausa.)*

Não havendo objeção, faremos exatamente isso.

Item extrapauta:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2011 (nº 5.894/2009, na Casa de origem) de iniciativa da Presidência da República, que *transforma cargos vagos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, estruturada pela Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, em cargos de Analista Ambiental, da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002; estende a indenização de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, aos titulares de cargos de Analista Ambiental e de Técnico Ambiental da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e aos titulares dos cargos integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – PE-CMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ibama e do Instituto Chico Mendes, nas condições que menciona; altera a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, que cria e*

disciplina a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

Parecer favorável, sob nº 833, de 2013-CCJ, Relator Senador Rodrigo Rollemberg.

Em discussão a matéria.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Rodrigo Rollemberg, com a palavra V. Exª, para discutir a matéria.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito rapidamente, só para agradecer a inclusão na pauta dessa matéria.

Tive a honra de ser o relator dessa matéria no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e essas transformações de cargos no âmbito do Ministério do Meio Ambiente têm o objetivo de dotar o Ministério, ICMBio e Ibama de uma estrutura mais eficaz, mais eficiente para as suas responsabilidades.

É importante registrar o papel fundamental dessas instituições, especialmente o Ibama e o ICMBio para garantir que o crescimento brasileiro se dê de forma sustentável, se dê respeitando questões ambientais que são fundamentais para as futuras gerações.

Portanto, agradeço a inclusão na pauta e solicito o apoio dos nobres Colegas para a aprovação dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Exatamente como disse o Senador Rodrigo Rollemberg, que foi o relator dessa matéria na Comissão de Constituição e Justiça, eu havia pedido vista dessa matéria, ainda como Líder do PMDB, e assumi com a Ministra Izabella Teixeira um compromisso de que devolveria a matéria. O fiz uns vinte dias atrás e a matéria, hoje, com acordo dos Líderes partidários, está sendo apreciada.

Continua a discussão do projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir o projeto, declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada, a matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2011

**(nº 5.894/2009, na Casa de origem)
(De iniciativa da Presidência da República)**

Transforma cargos vagos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, estruturada pela Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, em cargos de Analista Ambiental, da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002; estende a indenização, de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, aos titulares de cargos de Analista Ambiental e de Técnico Ambiental da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e aos titulares dos cargos integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - PECMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ibama e do Instituto Chico Mendes, nas condições que menciona; altera a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, que cria e disciplina a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam transformados em 800 (oitocentos) cargos de Analista Ambiental e 200 (duzentos) cargos de Analista Administrativo da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, o quantitativo de 2.535 (dois mil, quinhentos e trinta e cinco) cargos vagos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, relacionados no Anexo desta Lei.

§ 1º A transformação de cargos a que se refere o caput dar-se-á sem aumento de despesa, mediante compensação financeira entre os valores correspondentes à totalidade da remuneração dos cargos que estão sendo criados e os valores correspondentes à totalidade da remuneração dos cargos que estão sendo transformados, conforme demonstrado no Anexo desta Lei.

§ 2º Os cargos criados na forma disposta no caput serão distribuídos para os Quadros de Pessoal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, mediante ato do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 3º Os cargos referidos no caput serão providos na medida das necessidades do serviço e das disponibilidades de recursos orçamentários, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 2º A indenização de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, poderá ser paga, até o limite de R\$ 590,00 (quinhentos e noventa reais) mensais, aos titulares dos cargos de Analista Ambiental e de Técnico Ambiental da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, e aos titulares dos cargos integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - PECMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ibama e do Instituto Chico Mendes que, em caráter habitual e permanente, exercerem as atribuições típicas de seu cargo em localidades situadas na Amazônia Legal, conforme disposto em regulamento.

§ 1º O regulamento a que se refere o caput disporá sobre os critérios para concessão e pagamento da indenização de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, considerando a sua natureza e a sua aplicabilidade aos servidores a que se refere o caput, bem como sobre as características das localidades em que a referida indenização será paga.

§ 2º A indenização de que trata o caput somente será paga aos servidores que a ela passam a fazer jus nos termos desta Lei enquanto se encontrarem nas condições de exercício estabelecidas no regulamento.

Art. 3º Ficam acrescidas entre as hipóteses que ensejam a percepção da indenização de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, o monitoramento ambiental e a coleta, seleção e tratamento de dados e informações especializadas de suporte às ações de proteção e controle da qualidade ambiental.

Art. 4º A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 11-A:

"Art. 11-A. É vedada a remoção com mudança de sede do servidor recém nomeado antes de decorrido pelo menos 5 (cinco) anos de efetivo exercício na localidade para a qual tenha sido designado para ter o primeiro exercício.

Parágrafo único. Excluem-se da vedação a que se refere o caput as hipóteses de remoção de que tratam o inciso I e as alíneas a, b e c do inciso III do art. 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990."

Art. 5º Os arts. 14 e 16 da Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14. A movimentação do servidor nas tabelas constantes dos Anexos I, II e III ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, na forma disposta em regulamento." (NR)

"Art. 16.

.....

§ 2º Os critérios de avaliação serão aplicados e ponderados em conformidade com as características das funções exercidas e as condições de trabalho, sendo considerado insuficiente, para obtenção de promoção por merecimento, o desempenho apurado em avaliação que comprove o desatendimento, de forma habitual, de qualquer dos requisitos previstos no § 1º.

.....

§ 9º O exercício das atribuições típicas dos cargos que integram a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata esta Lei, e o Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - PECMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, em localidades situadas na Amazônia Legal, assegurará aos seus titulares prioridade para a realização do curso de capacitação específico para fins de promoção e nos concursos de remoção.”(NR)

Art. 6º O inciso IV do art. 6º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

.....

IV - órgãos executores: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, com a finalidade de executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, de acordo com as respectivas competências;

..... ”(NR)

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

a) Quantidade de cargos vagos a serem transformados/impacto remuneratório mensal.

CARREIRA	CÓDIGO/CARGO/ÓRGÃO	NÍVEL ESC	QTDE	REM (JUL/2010)	IMPACTO MENSAL(R\$)
Previdência, Saúde e Trabalho	422069-Médico - FUNASA/MS	NS	220	3.432,21	755.086,20
	422203-Agente Administrativo - MTE	NI	715	2.301,27	1.645.408,05
	422268-Auxiliar de Enfermagem - MS	NI	1.500	2.301,27	3.451.905,00
	422250-Assistente de Administração - FUNASA/MS	NI	100	2.301,27	230.127,00
TOTAL			2.535	-	6.082.526,25

b) Quantidade de cargos a serem criados mediante transformação/impacto remuneratório mensal.

CARREIRA	CÓDIGO-CARGO-ÓRGÃO	NÍVEL ESC.	QTDE	REM (JUL/2009)	IMPACTO MENSAL (R\$)
Carreira de Especialista em Meio Ambiente	428003-Analista Ambiental - IBAMA e Instituto Chico Mendes	NS	800	5.577,64	4.462.112,00
Carreira de Especialista em Meio Ambiente	428003-Analista Administrativo - IBAMA e Instituto Chico Mendes	NS	200	5.577,64	1.115.528,00
TOTAL	-	-	1.000	-	5.577.640,00

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) - Há sobre a mesa, requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 102, para o qual há um acordo.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 912, DE 2013

(Requerimento nº 77, de 2013-CRE, na origem)

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2012, que "Dispõe sobre a proteção às investigações do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos - SIPAER, o acesso aos destroços de aeronave; revoga dispositivos da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica; e dá outras providências."

Sala das Sessões, 8 de agosto de 2013.

Senador RANDOLFE RODRIGUES

ASSINAM O RRE 77, DE 2013, NA 31ª REUNIÃO, DE

08/08/2013

OS(S) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Renan Calheiros

RELATOR: Renan Calheiros

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. Lindbergh Farias (PT)
Aníbal Diniz (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	2. João Alberto Souza (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	4. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Ana Amélia (PP)
Francisco Donelles (PP)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Minoira (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
Cyro Miranda (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PDB, PR, PSC, PPL)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim (PTB)
Fernando Collor (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Magno Malta (PR)	3. Armando Monteiro (PTB)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Item extrapauta:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2012

Discussão, em turno único. Tendo havido entendimento, passamos à apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2012 (nº 2.453/2007, na Casa de origem, de iniciativa da Comissão

Parlamentar de Inquérito do Tráfego Aéreo), que dispõe sobre a proteção às investigações do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – SIPAER, o acesso aos destroços de aeronave; revoga dispositivos da Lei 7.565, de 19 de dezembro de 1986, do Código Brasileiro de Aeronáutica; e dá outras providências. Esse projeto teve Parecer nº 866, de 2013, favorável, Substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que teve como Relator o Senador José Pimentel e teve Parecer nº 867, de 2013, favorável também ao Substitutivo, que

teve como Relator o Senador Pedro Taques da Comissão de Relações Exteriores e Defesa.

Os pareceres foram publicados na forma regimental. Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto e das emendas, em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o projeto e as emendas, declaramos encerrada a discussão.

Em votação a Emenda nº 2, da Comissão de Relações Exteriores, substitutivo do Senador Pedro Taques, que tem preferência regimental.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Aprovada a Emenda nº 2 da Comissão de Relações Exteriores, substitutivo, ficam prejudicados o projeto e a Emenda nº 1, o substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final do vencido para o turno suplementar, que será publicado na forma regimental.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação do vencido:

PARECER

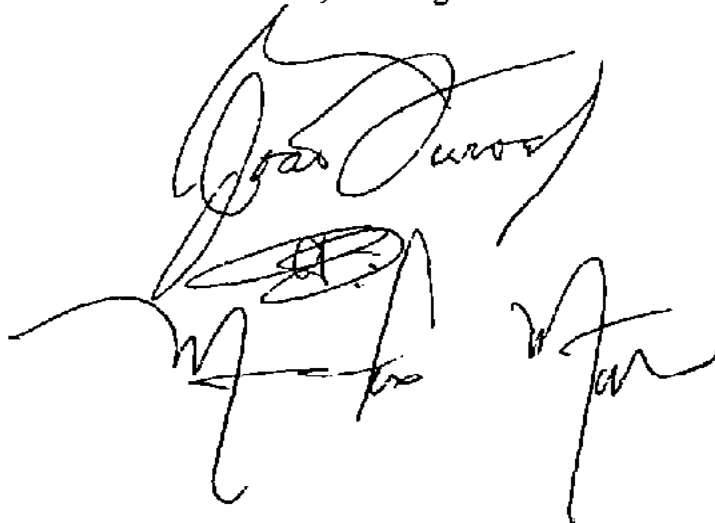
Nº 881, DE 2013

(Da Comissão Diretora)

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2012 (nº 2.453, de 2007, na Casa de origem).

A **Comissão Diretora** apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2012 (nº 2.453, de 2007, na Casa de origem), que *dispõe sobre a proteção às investigações do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos - SIPAER, o acesso aos destroços de aeronave; revoga dispositivos da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica; e dá outras providências*, consolidando a Emenda nº 2 – CRE (Substitutivo) aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 14 de agosto de 2013.

The image shows three handwritten signatures in black ink. The top signature is the most prominent and appears to be 'João Carlos'. Below it are two other signatures, one on the left and one on the right, which are less legible but appear to be 'M. F. L.' and 'M. J.' respectively.

ANEXO AO PARECER Nº 881, DE 2013.

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2012 (nº 2.453, de 2007, na Casa de origem).

Altera o Capítulo VI do Título III e revoga os arts. 89, 91 e 92 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre as investigações do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Sipaer) e o acesso aos destroços de aeronave; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Capítulo VI do Título III da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“CAPÍTULO VI

**SISTEMA DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES
AERONÁUTICOS (SIPAER)**

**Seção I
Da Investigação Sipaer**

Art. 86.

.....

Art. 86-A. A investigação de acidentes e incidentes aeronáuticos tem por objetivo único a prevenção de outros acidentes e incidentes, por meio da identificação dos fatores que tenham contribuído, direta ou indiretamente, para a ocorrência e da emissão de recomendações de segurança operacional.

Parágrafo único. Em qualquer fase da investigação poderão ser emitidas recomendações de segurança operacional.

Art. 87.

Art. 88.

.....

Art. 88-A. A investigação Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Sipaer) englobará práticas, técnicas, processos, procedimentos e métodos empregados para a identificação de atos, condições ou circunstâncias que, isolada ou conjuntamente, representem risco à integridade de pessoas, aeronaves e outros bens, unicamente em proveito da prevenção de acidentes aeronáuticos, incidentes aeronáuticos e ocorrências de solo.

§ 1º A investigação Sipaer deverá considerar fatos, hipóteses e precedentes conhecidos na identificação dos possíveis fatores contribuintes para a ocorrência ou o agravamento das consequências de acidentes aeronáuticos, incidentes aeronáuticos e ocorrências de solo.

§ 2º A autoridade de investigação Sipaer poderá decidir por não proceder à investigação Sipaer ou interrompê-la, se já em andamento, nos casos em que for constatado ato ilícito doloso relacionado à causalidade do sinistro e em que a investigação não trouxer proveito à prevenção de novos acidentes ou incidentes aeronáuticos, sem prejuízo da comunicação à autoridade policial competente.

Art. 88-B. A investigação Sipaer de um determinado acidente, incidente aeronáutico ou ocorrência de solo deverá desenvolver-se de forma independente de quaisquer outras investigações sobre o mesmo evento, sendo vedada a participação nestas de qualquer pessoa que esteja participando ou tenha participado da primeira.

Art. 88-C. A investigação Sipaer não impedirá a instauração nem suprirá a necessidade de outras investigações, inclusive para fins de prevenção, e, em razão de objetivar a preservação de vidas humanas, por intermédio da segurança do transporte aéreo, terá precedência sobre os procedimentos concomitantes ou não das demais investigações no tocante ao acesso e à guarda de itens de interesse da investigação.

Art. 88-D. Se, no curso de investigação Sipaer, forem encontrados indícios de crime, relacionados ou não à caduça de eventos do acidente, far-se-á a comunicação à autoridade policial competente.

Art. 88-E. Mediante pedido da autoridade policial ou judicial, a autoridade de investigação Sipaer colocará especialistas à disposição para os exames necessários às diligências sobre o acidente aeronáutico com aeronave civil, desde que:

I – não exista, no quadro de pessoal do órgão solicitante, técnico capacitado ou equipamento apropriado para os exames requeridos;

II – a autoridade solicitante discrimine os exames a serem feitos;

III – exista, no quadro de pessoal da autoridade de investigação Sipaer, técnico capacitado e equipamento apropriado para os exames requeridos; e

IV – a entidade solicitante custeie todas as despesas decorrentes da solicitação.

Parágrafo único. O pessoal colocado à disposição pela autoridade de investigação Sipaer não poderá ter participado da investigação Sipaer do mesmo acidente.

Seção II

Da Competência para a Investigação Sipaer

Art. 88-F. A investigação de acidente com aeronave de Força Armada será conduzida pelo respectivo Comando Militar e, no caso de aeronave militar estrangeira, pelo Comando da Aeronáutica ou conforme os acordos vigentes.

Parágrafo único. Os procedimentos de investigação e o acesso aos documentos e informações de acidente com aeronave de Força Armada, que serão normatizados pelo órgão central do Sipaer, seguirão regras próprias para a aviação militar, observadas as especificidades de cada Comando.

Art. 88-G. A investigação Sipaer de acidente com aeronave civil será conduzida pela autoridade de investigação Sipaer, a qual decidirá sobre a composição da comissão de investigação Sipaer, cuja presidência caberá a profissional habilitado e com credencial Sipaer válida.

§ 1º A autoridade de investigação Sipaer requisitará dos órgãos e entidades competentes, com precedência sobre outras requisições, os laudos, autos de exames, inclusive autópsias, e cópias de outros documentos de interesse para a investigação Sipaer.

§ 2º À comissão de investigação Sipaer, nos limites estabelecidos pela autoridade de investigação Sipaer, ficará assegurado o acesso à aeronave acidentada, a seus destroços e a coisas que por ela eram transportadas, bem como a dependências, equipamentos, documentos e quaisquer outros elementos necessários à investigação, onde se encontrarem.

§ 3º A responsabilidade pela inobservância do disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo será apurada mediante processo administrativo disciplinar, se do fato não resultar crime.

§ 4º Caberá, nos casos urgentes, a busca e apreensão, por meio do órgão de representação judicial da União, aplicando-se a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

§ 5º Em caso de acidente aeronáutico, incidente aeronáutico ou ocorrência de solo com aeronave civil, a autoridade de investigação Sipaer terá prioridade no embarque em aeronaves civis brasileiras empregadas no transporte aéreo público.

§ 6º No intuito de prover celeridade à investigação Sipaer, a prioridade prevista no § 5º deste artigo será exercida mediante a apresentação de credencial emitida pela autoridade de investigação Sipaer, no aeroporto de embarque, ao representante da empresa requisitada.

Art. 88-H. A investigação Sipaer de acidente aeronáutico será concluída com a emissão do relatório final, documento que representa o pronunciamento da autoridade de investigação Sipaer sobre os possíveis fatores contribuintes de determinado acidente aeronáutico e apresenta recomendações unicamente em proveito da segurança operacional da atividade aérea.

Parágrafo único. O relatório final de acidente com aeronave de Força Armada será aprovado pelo comandante do respectivo Comando Militar.

Seção III

Do Sigilo Profissional e da Proteção à Informação

Art. 88-I. São fontes Sipaer:

I – gravações das comunicações entre os órgãos de controle de tráfego aéreo e suas transcrições;

II – gravações das conversas na cabine de pilotagem e suas transcrições;

III – dados dos sistemas de notificação voluntária de ocorrências;

IV – gravações das comunicações entre a aeronave e os órgãos de controle de tráfego aéreo e suas transcrições;

V – gravações dos dados de voo e os gráficos e parâmetros deles extraídos ou transcritos ou extraídos e transcritos;

VI – dados dos sistemas automáticos e manuais de coleta de dados; e

VII – demais registros usados nas atividades Sipaer, incluindo os de investigação.

§ 1º Em proveito da investigação Sipaer, a autoridade de investigação Sipaer terá precedência no acesso e na custódia das fontes citadas no *caput*.

§ 2º A fonte de informações de que trata o inciso III do *caput* e as análises e conclusões da investigação Sipaer não serão utilizadas para fins probatórios nos processos judiciais e procedimentos administrativos, e somente serão fornecidas mediante requisição judicial, observado o art. 88-K desta Lei.

§ 3º Toda informação prestada em proveito de investigação Sipaer e de outras atividades afetas ao Sipaer será espontânea e baseada na garantia legal de seu exclusivo uso para fins de prevenção.

§ 4º Salvo em proveito de investigação Sipaer e de outras atividades de prevenção, será vedado ao profissional do Sipaer revelar

suas fontes e respectivos conteúdos, aplicando-se-lhe o disposto no art. 207 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e no art. 406 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

Art. 88-J. As fontes e informações Sipaer que tiverem seu uso permitido em inquérito ou em processo judicial ou procedimento administrativo estarão protegidas pelo sigilo processual.

Art. 88-K. Para o uso das fontes Sipaer como prova, nos casos permitidos por esta Lei, o juiz decidirá após oitiva do representante judicial da autoridade Sipaer, que deverá se pronunciar no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

Art. 88-L. A autoridade Sipaer, ou a quem esta delegar, poderá decidir sobre a conveniência de divulgar, sem prejuízo à prevenção de acidentes e às previsões legais, informações relativas às investigações Sipaer em andamento e às respectivas fontes Sipaer.

Seção IV **Do Acesso aos Destroços de Aeronave**

Art. 88-M. A aeronave civil envolvida em acidente, incidente aeronáutico ou ocorrência de solo poderá ser interditada pela autoridade de investigação Sipaer, observando-se que:

I – o auto de interdição será assinado pela autoridade de investigação Sipaer e, se possível, pelo operador da aeronave ou seu representante;

II – mediante autorização da autoridade de investigação Sipaer, a aeronave interditada poderá funcionar para efeito de manutenção; e

III – o operador permanecerá responsável pelo adimplemento de quaisquer obrigações que incidam sobre a aeronave.

Art. 88-N. Exceto para efeito de salvar vidas, preservação da segurança das pessoas ou preservação de evidências, nenhuma aeronave acidentada, seus destroços ou coisas que por ela eram transportadas podem ser vasculhados ou removidos, a não ser com a autorização da autoridade de investigação Sipaer, que deterá a guarda dos itens de interesse para a investigação até a sua liberação nos termos desta Lei.

Art. 88-O. A autoridade policial competente deve isolar e preservar o local do acidente ou incidente aéreo, inclusive a aeronave acidentada e seus destroços, para a coleta de provas, até a liberação da aeronave ou dos destroços tanto pelas autoridades aeronáuticas quanto por eventuais agentes de perícia criminal responsáveis pelas respectivas investigações.

Art. 88-P. Em coordenação com a autoridade de investigação Sipaer, ficará assegurado a outros órgãos, inclusive da autoridade de aviação civil e da polícia judiciária, o acesso à aeronave acidentada, aos seus destroços ou a coisas que por ela eram transportadas, somente

podendo haver manipulação ou retenção de quaisquer objetos do acidente com anuência da autoridade de investigação Sipaer.

Art. 88-Q. O dever de remoção de aeronave envolvida em acidente, de destroços e de bens transportados, em qualquer parte, será do explorador da aeronave, que arcará com as despesas decorrentes.

§ 1º Nos aeródromos públicos, caso o explorador não providencie tempestivamente a remoção da aeronave ou dos seus destroços, caberá à administração do aeródromo fazê-lo, imputando-se àquele a indenização das despesas.

§ 2º Visando à proteção do meio ambiente, à segurança, à saúde e à preservação de propriedade pública e privada, o explorador da aeronave acidentada deverá providenciar e custear a higienização do local, dos bens e dos destroços quando, pelo lugar ou estado em que se encontrarem, não puderem ser removidos.

§ 3º Será proibida a venda dos destroços, partes, peças, componentes e motores antes de eles terem sido liberados pela autoridade de investigação Sipaer e, se houver, pelo responsável pela investigação policial, depois de observadas as demais exigências legais e regulamentares.

Art. 88-R. Os interessados na custódia dos destroços deverão habilitar-se perante a autoridade de investigação Sipaer, do início da investigação Sipaer até 90 (noventa) dias após a sua conclusão, por meio de pedido ao juiz da causa, que julgará sobre seu cabimento e interesse.

§ 1º Caso mais de um interessado habilite-se na forma do *caput*, os destroços serão encaminhados àquele que primeiro se habilitou, sendo todos os juízos habilitados notificados da decisão de custódia, por meio de comunicação oficial da autoridade de investigação Sipaer.

§ 2º Os custos de transporte dos destroços ficarão a cargo do interessado, que deverá prover o transporte em até 90 (noventa) dias do deferimento de sua custódia e, se esgotado tal prazo, o próximo interessado, na ordem de preferência, será chamado.

§ 3º Esgotados os interessados habilitados, sem realizarem a retirada dos destroços, no prazo previsto no § 2º, ou se não houver interessado habilitado, o proprietário da aeronave acidentada, consignado no Registro Aeronáutico Brasileiro, será notificado, por meio de carta com aviso de recebimento, para proceder, em 90 (noventa) dias da notificação, à retirada dos destroços.

§ 4º Não sendo encontrado o proprietário, havendo recusa da carta com aviso de recebimento ou retornando esta sem a assinatura do notificado ou de seu representante legal, a autoridade de investigação Sipaer publicará edital, na imprensa oficial e no sítio oficial do órgão na rede mundial de computadores (internet), estabelecendo o prazo de 90 (noventa) dias para o proprietário proceder à retirada dos destroços, sob seus ônus e responsabilidade.

§ 5º Esgotados os prazos de retirada dos destroços pelo proprietário, nos termos dos §§ 1º a 4º, os itens poderão ser utilizados para a instrução ou destruídos pela autoridade de investigação Sipaer, sendo que, no último caso, os resíduos poderão ser alienados como sucata.

§ 6º Para a aferição do cumprimento do prazo de manifestação de interesse e da ordem de preferência, será considerada a data de ingresso do pedido judicial no protocolo da autoridade de investigação Sipaer.

Art. 89. Revogado.

Art. 90.

Art. 91. Revogado.

Art. 92. Revogado.

Art. 93.” (NR)

Art. 2º A alínea “v” do inciso III do art. 302 da Lei nº 7.565, de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 302.

.....

III –

.....

v) deixar de informar à autoridade aeronáutica a ocorrência de incidente ou acidente envolvendo aeronave sob sua responsabilidade;

.....” (NR)

Art. 3º As pessoas interessadas na custódia dos destroços de aeronaves, em poder da autoridade de investigação Sipaer, relativos a antigos acidentes aeronáuticos, cujo relatório final tenha sido emitido até a aprovação desta Lei, deverão habilitar-se perante a mencionada autoridade, por meio de pedido ao juiz da causa, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias da publicação desta Lei.

Art. 4º Revogam-se os arts. 89, 91 e 92 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica).

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à sua imediata apreciação em turno suplementar.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do substitutivo, em turno suplementar. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir o substitutivo em turno suplementar, declaramos encerrada a discussão.

Encerrada a discussão sem apresentação de emendas, o substitutivo, na forma do Regimento, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno.

A matéria retorna, portanto, à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu consulto os Srs. Líderes se nós poderemos avançar na pauta inicial, na pauta original.

Nós temos na pauta Projeto de Decreto Legislativo que aprova a programação monetária para o segundo trimestre de 2013, e há acordo para que essa matéria seja apreciada; temos algumas propostas de emenda à Constituição que estão sendo discutidas, e elas avançariam nos seus respectivos calendários. Nós também poderíamos seguir esse encaminhamento. Temos também alguns requerimentos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Temos um Projeto de Decreto Legislativo, cuja apreciação foi solicitada ontem pela Senadora Ana Amélia, que aprova o texto do Acordo

sobre a Segurança da Aviação Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Europeia, assinado em Brasília, em 14 de julho de 2010.

E há também outro acordo internacional, o Projeto de Decreto Legislativo nº 175, Senador Ricardo Ferraço, que aprova o texto do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais, 2006, concluído em Genebra, em 27 de janeiro de 2006.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Consulto V. Ex^a se está sobre a mesa deliberação da indicação dos nossos embaixadores que estarão conduzindo as missões diplomáticas no Reino Unido e no Japão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não chegaram ainda, mas nós os colocaremos imediatamente na pauta. No entanto, ontem, para que nós pudéssemos avançar na Ordem do Dia, nós fizemos um acordo com os Líderes partidários para não procedermos à votação nominal hoje.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Mas eles serão incluídos desde já na Ordem do Dia da próxima terça-feira.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 2:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 174, DE 2013**

**(Incluído em Ordem do Dia, nos termos
do parágrafo único do art. 353
do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 174 (apresentado como conclusão do Parecer nº 670, de 2013, da Comissão de Assuntos Econômicos, que teve como Relator *ad hoc*: o Senador Sérgio Souza), que *aprova a programação monetária para o segundo trimestre de 2013*.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa no prazo regimental.

Discussão do projeto. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir o projeto, declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

**PARECER
Nº 882, DE 2013
(Da Comissão Diretora)**

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2013.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2013, que *aprova a programação monetária para o 2º trimestre de 2013*.

Sala de Reuniões da Comissão, em 14 de agosto de 2013.

Senador Casildo Maldaner, Presidente

Senador Jayme Campos, Relator

Senador Ciro Nogueira

Senador João Vicente Claudino

ANEXO AO PARECER Nº 882, DE 2013.

**Aprova a Programação Monetária para o
2º trimestre de 2013.**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É aprovada a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2013, nos termos da Mensagem nº 29, de 2013 (nº 155, de 2013, de origem), da Presidente da República.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a redação final, declaramos encerrada a discussão da redação final.

Passamos à votação da redação final, Senador Sérgio Petecão.

Em votação a redação final.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a redação final.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 7:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2013

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vincular a duração dos benefícios fiscais concedidos às Áreas de Livre Comércio (ALC) e à Amazônia Ocidental ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus.*

Parecer favorável, sob nº 462, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, com voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Em discussão a proposta. (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria destacar a importância para a Amazônia, em especial para o Amapá, dessa proposta de emenda constitucional, e cumprimentar o Senador José Sarney por esta iniciativa. Ainda hoje, conversei com S. Ex^a, que inclusive solicitou de nós empenho para a aprovação desta proposta de emenda constitucional que hoje nós submetemos para apreciação.

Ocorre, Sr. Presidente, que essa proposta faz justiça a um instrumento indispensável para o desenvolvimento regional da Amazônia.

Há 25 anos, ou melhor, no final dos anos 60, foi criada a Zona Franca de Manaus. E foi criada a Zona Franca de Manaus como um instrumento de desen-

volvimento regional indispensável para o desenvolvimento daquela região. O tempo provou a eficácia de mecanismos como a zona franca. E o tempo provou a necessidade de criação de mecanismos tais quais as zonas francas, como as Áreas de Livre Comércio.

Foi em decorrência disso que, no decorrer dos anos 90, houve a criação das Áreas de Livre Comércio. Nós temos hoje nove áreas de livre comércio na Amazônia. No meu Estado do Amapá, nós temos a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana. Temos áreas de livre comércio ainda no Estado do Amazonas, no Estado de Roraima, no Estado de Rondônia e no Estado do Acre.

Ocorre que um decreto da Suframa deixa em dúvida o prazo de vigência da continuidade de validade dessas áreas de livre comércio, comprometendo a vigência da continuação dessas áreas de livre comércio até dezembro deste ano.

Isso ocorrendo, Sr. Presidente, é fatal e de enorme prejuízo para o desenvolvimento de vastas localidades, de vastas regiões na Amazônia.

Vejam: a economia de vários Municípios da Amazônia depende diretamente da área de livre comércio. Eu diria que hoje 60% do comércio amapaense dependem diretamente da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana.

Eu diria mais: boa parte do comércio que está fora – permita-me dizer assim, Senadora Vanessa, – da Zona Franca de Manaus e que está nas áreas de livre comércio localizadas no Amazonas depende dessas áreas de livre comércio e que a mesma realidade se reproduz com as áreas de livre comércio localizadas no interior do Estado de Roraima e com as áreas de livre comércio localizadas no interior do Estado do Acre.

O fim dessas áreas de livre comércio em 31 de dezembro próximo é um prejuízo e um retrocesso para o desenvolvimento regional da Amazônia, desse mecanismo indispensável para o desenvolvimento regional da Amazônia.

Por isso eu queria cumprimentar o Presidente Senador José Sarney pela iniciativa desta Proposta de Emenda à Constituição.

Sr. Presidente, eu espero e peço o apoio e o empenho de V. Ex^a para que, aprovada agora esta Proposta de Emenda à Constituição, a Câmara não retarde, não demore em aprová-la, pois é necessário que ela seja aprovada ainda este ano, antes da data fatal de 31 de dezembro, tendo em vista a controvérsia existente sobre a data de validade da vigência dessas áreas de livre comércio.

Há controvérsia sobre a vigência do decreto da Suframa, se até 31 de dezembro deste ano ou se até 2017. Pela indefinição dessa data, é fundamental que

até o final deste ano esta Proposta de Emenda à Constituição seja aprovada.

Então, Sr. Presidente, não só gostaria que nós aprovássemos hoje esta Proposta de Emenda à Constituição, mas também queria solicitar o apoio de V. Ex^a e dos demais Líderes e que façam as gestões necessárias junto à Câmara dos Deputados para que ela também aprove esta PEC antes de 31 de dezembro, pois, caso contrário, isso pode ser um profundo retrocesso, um profundo prejuízo para a Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Continua em discussão a proposta. *(Pausa.)*

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria, antes de mais nada, de manifestar o meu apoio à propositura apresentada pelo Senador José Sarney, que, até pouco tempo, era Presidente desta Casa. Nós mesmos, do Estado do Amazonas, falamos muito que o sistema da Superintendência da Zona Franca de Manaus não se reduz ao polo industrial e tampouco ao Estado do Amazonas, mas atinge toda a Amazônia ocidental e parte do Estado do Amapá.

O que quer o Senador Sarney através desse projeto de emenda constitucional é que, toda vez que incentivos da Zona Franca sejam prorrogados, automaticamente sejam prorrogados também os incentivos concedidos às áreas de livre comércio no entorno da Superintendência da Zona Franca de Manaus. Justíssima a proposta.

E creio, Sr. Presidente, que o Senador Randolfe tem razão quando pede celeridade. Nós já estamos na penúltima sessão de debates – teremos mais uma e depois votaremos a matéria –, e precisamos acelerar, porque tramita na Câmara dos Deputados uma outra proposta de emenda constitucional que prorroga os incentivos da Zona Franca de Manaus. O relator da matéria é o Deputado Átila Lins, que se encontra, nesse momento, aqui em plenário.

Se pudéssemos votar o projeto de emenda do Senador José Sarney antes da PEC que prorroga a Zona Franca de Manaus, nós teríamos já, com a prorrogação da Zona Franca de Manaus, automaticamente prorrogados também os incentivos para a área de livre comércio.

Então, quero dizer que não apenas eu, mas todos nós da bancada do Amazonas damos total apoio a essa matéria, que consideramos muito importante para fazer com que o Brasil, este País tão extenso, tão grande e desigual, não só do ponto de vista so-

cial, mas também da sua geografia, da sua realidade, possa continuar garantindo incentivos para Municípios que são considerados área de difícil acesso, como os Municípios do Amazonas, de Rondônia, de Roraima e do Amapá.

Era isso.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não havendo mais...

Senador Aécio Neves.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, a proposta constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para prosseguirmos a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 8** da pauta:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2010

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Valter Pereira, que *altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência*. Parecer favorável, sob nº 1.846, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

Discussão da proposta. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir a proposta, declaramos encerrada a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 10:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 175, DE 2013

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 175, de 2013 (nº 560/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais, 2006, concluído em Genebra, em 27 de janeiro de 2006*.

Parecer, sob nº 868, de 2013, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que teve o Senador Jorge Viana como Relator, é favorável. Discussão da matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*)PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 175, DE 2013**

(Nº 560/2012, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais 2006, concluído em Genebra, em 27 de janeiro de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais, 2006, concluído em Genebra, em 27 de janeiro de 2006.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do Texto do Acordo encontra-se publicado no DSF de 18-7-2013.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 11:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 176, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2013 (nº 872/2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre a Segurança da Aviação Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Europeia, assinado em Brasília, em 14 de julho de 2010.*

O parecer favorável sob nº 869, de 2013, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, é da Relatora Senadora Ana Amélia.

Discussão do projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir o projeto, declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(*)PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 176, DE 2013**

(Nº 872/2013, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo sobre a Segurança da Aviação Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Europeia, assinado em Brasília, em 14 de julho de 2010.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre a Segurança da Aviação Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Europeia, assinado em Brasília, em 14 de julho de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do Texto do Acordo encontra-se publicado no DSF de 18-7-2013.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Requerimento nº 828.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Para uma comunicação inadiável bastante breve.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, permita-me, entre essas duas votações, trazer ao conhecimento do Plenário, ou pelo menos à reflexão do Plenário, em especial de V. Ex^a, algo que a mim pessoalmente preocupa – pela experiência que já tive com eles –, mas deve preocupar todos aqueles que, de alguma forma, trabalham no enfrentamento à criminalidade e à violência.

O Brasil assistiu perplexo, Sr. Presidente, alguns dias atrás, a um vídeo que mostrava dois dos mais conhecidos e perigosos criminosos brasileiros, traficantes, numa penitenciária de segurança máxima conversando como dois amigos conversam num botequim. A imagem, por si só, era chocante. Existem os presídios de segurança máxima para impedir o contato entre traficantes e as consequências sempre nefastas e perigosas para a sociedade que advêm desse tipo de contato.

Uma das questões derivadas que surgem a partir desse contato é quase que uma sentença de morte ao coordenador do grupo AfroReggae José Júnior.

Tive o privilégio, como Governador de Minas, de construir com o AfroReggae a primeira experiência desse grupo num programa chamado Juventude e Polícia, que permitiu que houvesse a queda de 50% dos crimes violentos nas comunidades onde nós trabalhamos juntos. Trata-se de um projeto extremamente exitoso, que existe no Rio de Janeiro e chega agora a São Paulo, com apoio do Governador Geraldo Alckmin.

No Morro do Alemão, a partir dessa conversa, por coincidência ou não – parece-me excessiva coincidência –, as instalações do AfroReggae foram atacadas e, sucessivamente, o seu coordenador, José Júnior, tem recebido ameaças de morte. Portanto, Sr. Presidente, o que percebo, em conversas que tive pessoalmente com ele e com outros integrantes do grupo, é que há um grande sentimento de insegurança por parte daqueles que, nas comunidades violentas do Rio de Janeiro, têm buscado, através de programas sociais e de integração dessas comunidades à vida social, diminuir a violência.

O que trago à reflexão do Senado é que, já que a Câmara dos Deputados tomou iniciativa de convidar o Sr. José Júnior e coordenadores do programa para que possam externar essa situação e talvez buscar uma solidariedade maior do Poder Legislativo, V. Ex^a, em nome do Senado da República – e este é um pedido do grupo –, possa oficiar ao Ministério da Justiça, de quem não receberam ainda qualquer palavra objetiva de solidariedade, para que possa atuar no sentido de garantir a segurança dos integrantes do grupo. Aquilo que já foi aventado, que é o fim dessas atividades, o fechamento das atividades do AfroReggae, seja no Morro do Alemão, seja em outras comunidades, significa o atestado, realmente, de incapacidade do Estado de dar segurança àqueles que enfrentam esse tipo de questão.

Sr. Presidente, fica aqui uma palavra, pois eu acho que era importante que nós aqui nos manifestássemos no sentido de garantir ao grupo AfroReggae e a outros grupos que atuam no sentido de inibir ou diminuir a violência nas comunidades de maior risco social do Brasil a tranquilidade necessária para dar continuidade aos seus trabalhos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Aécio Neves?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Ao Senador Suplicy, apenas um aparte, Sr. Presidente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu apenas queria transmitir a V. Ex^a que estou de pleno acordo com a sugestão de V. Ex^a.

Eu próprio conversei com o José Júnior do AfroReggae, durante a semana em que o Papa esteve ali.

Ele demonstrou as suas preocupações. Em seguida, conversei também com o Secretário de Segurança Beltrame, no sentido de que ele pudesse – e ele o estava fazendo – dialogar com o José Júnior. Também encaminhei manifestação ao Ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo, para que possa haver a devida precaução e segurança para o grupo AfroReggae. Inclusive, acho importante que venhamos a ajudar a pacificação em todas as áreas do Rio de Janeiro.

Portanto, quero externar a minha solidariedade ao apelo que V. Ex^a aqui faz.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Suplicy.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu queria apelar a V. Ex^a para que pudesse colocar em pauta o PL nº 123, que já está sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Faremos isso.

Senador...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra, V. Ex^a, Senador Ricardo.

Em seguida, Senador Magno Malta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É para um registro que julgo da maior importância.

Faleceu na madrugada de terça-feira, no Rio de Janeiro, aos 94 anos de idade, o Major-Brigadeiro-do-Ar Rui Moreira Lima, Sr. Presidente. Herói de guerra, o Brigadeiro faleceu no Hospital Central da Aeronáutica.

Trata-se, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de um herói de guerra. O então Tenente Moreira Lima foi piloto de combate no primeiro grupo de aviação de caça da Força Aérea Brasileira, durante a 2ª Guerra Mundial. Nos céus da Itália, executou nada menos do que 94 missões.

Acho importante e fundamental que nós possamos estar aqui reverenciando aqueles que deram a sua vida e que honraram o povo brasileiro como combatentes na 2ª Guerra Mundial.

Portanto, é o registro que faço de condolências e pêsames não apenas aos familiares do Brigadeiro Rui Moreira Lima, mas de igual forma à Força Aérea Brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Esta Presidência se associa aos votos de pesar propostos pelo Senador Ricardo Ferraço.

Respondendo especificamente ao Senador Aécio Neves, nós gostaríamos de enfatizar que vamos manter um contato com o Ministro da Justiça, no sentido de que seja garantido o trabalho do Grupo AfroReggae, de modo que eles possam continuar as suas atividades.

Faremos isso com muita satisfação, Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria – PSDB – MG) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, também aproveito para fazer um registro importante.

Ontem, a Bancada Federal do Espírito Santo, estivemos no Ministério dos Transportes para dialogar com o Ministro, por conta da duplicação da 262, que começa no meu Estado e vai até Minas Gerais, porque nos causou estranheza, até porque desde 2010 está posto, Sr. Presidente. E como vai se dar?

Vai acontecer da seguinte maneira, Sr. Presidente: o trecho do Espírito Santo será duplicado com o dinheiro do PAC, não vai haver contingenciamento. Mas o trecho que liga Viana, no Espírito Santo, a João Monlevade, em Minas, o trecho de Minas Gerais será feito pela iniciativa privada, mas o pedágio vai ficar dentro do Espírito Santo.

Ora, se o Governo Federal vive uma situação atípica no Brasil com as manifestações nas ruas, a situação do Espírito Santo é atípica ao quadrado. Dizia o Sr. Bernardo, juntamente com o Ministro César Borges, que num primeiro momento não entendeu a nossa manifestação. Realmente, lá na imprensa do meu Estado, eu disse que esse contexto era uma safadeza – repeti lá e repito aqui – porque há um déficit muito grande como meu Estado.

Sr. Presidente, não estamos entendendo o fato de o dinheiro público, que é o dinheiro do PAC, financiar a duplicação, em nosso Estado, e o pedágio ser lá dentro. Essa palavra pedágio, Sr. Presidente, virou palavrão no Estado do Espírito Santo. As manifestações se arrefeceram em todo lugar, menos lá. É verdade que uma coisa não tem nada a ver com a outra, mas na terceira ponte de lá, o povo quebrou o pedágio inteiro. Até porque o povo do meu Estado já pagou aquilo milhares de vezes. Até o próprio Governador, semana retrasada, veio a público dizer que a ponte está paga. V. Ex^a sabia que de Guarapari a Vila Velha são 42 km? Pagam-se R\$15,00: R\$7,50 para ir e R\$7,50 para voltar. Então, o povo do meu Estado não quer ouvir falar disso. O nosso trecho, Senador Arruda, vai ser duplicado pelo dinheiro do PAC e lá dentro haverá duas praças de pedágio. E o nosso dinheiro? O pedágio aqui vai financiar o trecho de Minas, que vai ser feito pela iniciativa privada. Isso é o que nós não entendemos.

Nós fomos lá, a bancada, Senadora Ana Rita, Senador Ricardo Ferraço, os Deputados Federais, e fizemos um encaminhamento, que parecia muito difícil

naquela reunião, no sentido de que nós precisamos de um grupo de estudo para buscar uma solução, porque essa história de pedágio dentro do Espírito Santo... O povo não vai aceitar, não vai deixar colocarem um grão de areia lá, porque virou palavrão no Estado. É verdade. Nove reais de pedágio, duas praças dentro do Estado, enquanto a duplicação foi paga com o dinheiro da federação, com o imposto do povo. Agora, vamos financiar o trecho de Minas! Ora, mamãe me acuda. Não tem cabeça, por mais inteligente, por mais letrada, que vá entender uma conta como essa.

Hoje pela manhã, nós fomos à ANTT. E, na ANTT, já há o entendimento dos técnicos de que nós precisamos... E o encaminhamento foi aceito para que nós nos reunamos e possamos apresentar sugestão para poder libertar o povo do Espírito Santo desse palavrão.

De maneira, Sr. Presidente, que eu falo isso revoltado, porque, quanto ao déficit que há com o Estado do Espírito Santo, parece que ninguém pode falar nada. E a gente acaba escutando das autoridades o seguinte: “porque o Governo Federal não está fazendo política”. Não está, não, é? Não está, não? Aliás, eu até gosto, porque, quando caem na pesquisa, eles liberam emendas da gente que a gente nem sabia que havia. Não está fazendo, não? A Presidente está andando no Brasil inteiro, e sabe Deus por que: recuperar popularidade. Está certo?

Agora, se a situação é incomoda para ela no Brasil inteiro – com essa história de estrada, história de pedágio –, para nós é incomoda ao quadrado essa história de pedágio. Por isso é preciso buscar solução! É preciso buscar solução.

E, nessa reunião hoje pela manhã, nós tivemos pelo menos essa luz. E eu faço esse registro, mais uma vez, ao Governo Federal, falando em pedágio no Estado do Espírito Santo: vocês não conseguirão colocar lá uma lajota sequer, porque o povo não vai permitir; um povo escaldado com essa história.

Quem já foi ao lindo Espírito Santo já passou naquela terceira ponte. O povo já pagou aquela terceira ponte um milhão de vezes – um milhão de vezes! O ex-Governador congelou o pedágio, em 2004, de R\$1,50 e armou uma artimanha – porque lá há um chamado Canal Bigossi, porque Vila Velha está abaixo do nível do mar – que, em contrapartida, a empresa RodoSol teria que fazer o Canal Bigossi. O ex-Governador tirou a responsabilidade deles. Até a contrapartida eles não fizeram e estão sugando o povo do Espírito Santo até hoje.

De maneira que é uma história que já deveria ter acabado. Então, o nosso povo não suporta mais isso. De maneira que a nossa reação é em nome de um povo; que o Governo nos ouça, e que cheguemos a uma solução e esse palavrão saia do vocabulário do povo do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Antes de continuar a Ordem do Dia, eu queria cumprimentar, em nome da Mesa Diretora, a Senadora Lúcia Vânia, que hoje, inclusive, usou a palavra para fazer um pormenorizado registro da sua atividade como Ouvidora do Senado Federal, especificamente do período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2013. Com os cumprimentos, Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 13** da pauta:

**REQUERIMENTO
Nº 828, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento 828, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 233, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte.* (altera a Lei Maria da Penha).

Votação do requerimento.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para registrar que, pela Liderança do Governo, aqui, eu estou fazendo um terceirizado do Eduardo Braga, que não está aqui agora, e os Requerimentos nºs 15 e 16 não há acordo de votação por parte da Liderança do Governo. Então, eu peço a V. Exª que não façam parte da votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradeço a V. Exª. Esses requerimentos já foram retirados da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) –

Item 14:

**REQUERIMENTO
Nº 834, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 834, de 2013, do Senador Sérgio Souza, *solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 440, de 2011, de sua autoria.*

Votação do requerimento.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O projeto de lei do Senado vai, definitivamente, ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 17** da pauta:

**REQUERIMENTO
Nº 837, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 837, de 2013, Requerimento 837, do Senador Acir Gurgacz, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 165, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária* (abono salarial anual).

Votação do requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 19** da pauta:

**REQUERIMENTO
Nº 843, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 843, de 2013, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2012, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos* (estabelece idade mínima para recebimento do benefício de prestação continuada).

Votação do requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 20** da pauta:

**REQUERIMENTO
Nº 846, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento 846, de 2013, do Senador Rodrigo Rollemberg, *solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição 27 e 42, de 2011, por tratarem de matéria correlata* (reforma do sistema eleitoral).

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o Requerimento 846.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 18:**

**REQUERIMENTO
Nº 842, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 842, de 2013, do Senador Clésio Andrade, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 637, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (contribuições ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo).*

Há, sobre a mesa, requerimento do Senador Clésio solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado 637, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

**REQUERIMENTO
Nº 913, DE 2013**

Requeiro, nos termos do art. 255, inciso II, alínea “c”, item 12 do Regimento Interno, que o PLS nº 637, de 2007, que “*Altera o inciso II do art. 7º da Lei nº 8.706, de 1993 e o inciso II do art. 10 da Medida Provisória nº 2.168-40, de 2001, para dispor sobre a contribuição dos filiados a cooperativas de transportadores autônomos ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP).*”, de autoria do Senador Renato Casagrande, além da Comissão de Assuntos Sociais, constante no despacho inicial de distribuição, seja remetida, também, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Justificação

A proposta legislativa em epígrafe altera legislação atual que dispõe sobre a contribuição dos filiados a cooperativas de transportadores autônomos ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo -SESCOOP.

Considerando que as modificações propostas na legislação do SESCOOP devem estar em consonância com a Constituição Federal, torna-se mister a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o assunto.

Sala das Sessões, – Senador **Clésio Andrade**, PMDB-MG.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Votação, em globo, dos Requerimentos do Senador Clésio Andrade, 842 e 913.

As Senadoras e os Senadores que aprovam os requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovados os requerimentos.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, seguindo, posteriormente, à de Constituição, Justiça e Cidadania e, nos termos do art. 49 do Regimento Interno, também à de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 19** da pauta:

**REQUERIMENTO
Nº 843, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 843, de 2013, do Senador Humberto Costa, solicitando que, *sobre o Projeto de Lei do Senado 279, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos* (estabelece idade mínima para recebimento do benefício de prestação continuada).

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Itens 21 e 22**, Requerimentos nºs 847 e 848, da pauta:

**REQUERIMENTOS
NºS 847 E 848, DE 2013**

Votação em turno único dos Requerimentos 847 e 848, de 2013, ambos do Senador Valdir Raupp, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 112, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, sejam ouvidas também a de Assuntos Econômicos e a de Assuntos Sociais* (incentivos para implantação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais).

Votação, em globo, dos requerimentos.

As Senadoras e os Senadores que aprovam os requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Este é o último item da Ordem do Dia.

Requerimento 849, de 2013, do Senador Ciro Nogueira, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado 139, além das Comissões constantes do des-*

pacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Relações Exteriores e Defesa Nacional (proíbe a venda de produtos de tabaco nos locais que especifica).

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agora há pouco foi retirado de pauta, a requerimento do Senador Jucá, um Requerimento de minha autoria, o 125, em que eu pedia o desapensamento de uma proposição de minha autoria que fora pensada a outras.

Esses requerimentos têm sido aprovados rotineiramente entre nós, nunca ninguém questionou. Sempre por iniciativa do Parlamentar que pede o desapensamento de uma matéria de seu interesse, e o Plenário concorda sem nenhuma objeção.

Agora, o Senador Jucá, em nome do Governo, objetou a um requerimento meu, rotineiro: de desapensamento de uma matéria minha. Então, eu quero dizer o seguinte: vou começar agora a criar problemas com todos os requerimentos de desapensamento. Todos, sem exceção! Eu não tive nenhuma explicação (nenhuma!) pelo fato de o Governo pedir que meu requerimento seja retirado de pauta. Eu quero saber qual a explicação e quero ser convencido disso, porque, caso contrário, eu vou criar problemas em todos! Rigorosamente, em todos! Eu não aceito um tratamento discriminatório comigo.

Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra, Senador Romero Jucá para, especificamente, responder às perguntas que foram feitas pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, o Senador Eduardo Braga já se encontra na Casa e é o Líder do Governo. Eu apenas fiz um favor... Então, se houver alguma explicação, o Senador Eduardo Braga dará, posteriormente, ao Senador Aloysio. Tenho certeza, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Para uma questão de ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu pediria a V. Ex^a que pudéssemos votar o Projeto 123, Sr. Presidente, por favor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente. Eu quero suscitar aqui uma questão de ordem sobre as disposições do art. 101 do Regimento Interno, mais, especificadamente, quanto ao seu §1º, que assim esclarece que:

Quando a Comissão emitir parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade de qualquer proposição, será esta considerada rejeitada e arquivada definitivamente, por despacho do Presidente do Senado, salvo, não sendo unânime o parecer, recurso interposto nos termos do art. 254.

Não obstante, Sr. Presidente, essa é minha opinião à claríssima determinação regimental. Na última terça-feira, em reunião na Comissão de Assuntos Econômicos, foi discutido o Projeto de Lei do Senado nº 99. A matéria foi enviada à CAE, em 29 de abril de 2010, depois de ter o seu relatório pela rejeição aprovada, devidamente inconstitucional, e constituído o parecer na Comissão de Constituição e Justiça. A votação do relatório do projeto, ontem, na CAE, suscitou dúvidas com relação ao prosseguimento da tramitação.

Ou seja, Sr. Presidente, um projeto declarado inconstitucional na Comissão de Constituição e Justiça, sem que tenha havido, sem que tenha acontecido qualquer tipo de recurso em plenário, continua tramitando. Eu considero esse tipo de procedimento um procedimento que não tem pé e não tem cabeça e não ordena os nossos trabalhos legislativos.

Portanto, faço esta questão de ordem para que V. Ex^a possa pacificar determinação e entendimento em relação a esta matéria, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Recebo a questão de ordem do Senador Ricardo Ferraço. Peço para analisá-la o mais rapidamente possível, de modo a que possamos, num curtíssimo espaço de tempo, respondê-la, melhor dizendo.

Mas o §1º do art. 101 diz, exatamente:

Quando a Comissão emitir parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade de qualquer proposição, será esta considerada rejeitada e arquivada definitivamente, por despacho do Presidente do Senado, salvo, não sendo unânime o parecer, recurso interposto nos termos do art. 254.

De modo que nós aguardamos a questão de ordem de V. Ex^a. Daremos a resposta o mais rapidamente possível, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM. Sem revisão do orador.) – Apenas para informar ao Plenário e a V. Ex^a – ainda há pouco falando inclusive com o Senador Aloysio Nunes Ferreira, e aqui agradecendo ao Senador Romero Jucá, que mais uma vez fez as vezes de Líder de Governo nesta Casa – que, na realidade, a questão com relação ao requerimento de desapensamento do Senador Aloysio Nunes Ferreira está longe de ser uma questão voltada especificamente a deixar de ser uma praxe da Casa; ao contrário.

Esta matéria, Sr. Presidente, teve parecer contrário na Comissão. O parecer contrário foi aprovado por unanimidade, e apensadas a esta matéria estão inúmeras outras matérias que foram prejudicadas exatamente pela aprovação do parecer contrário à referida matéria.

Foi devidamente explicado ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, e creio que o mal-entendido está absolutamente esclarecido, não restando, portanto, dúvidas com relação ao posicionamento aqui adotado.

Agradeço mais uma vez a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Tem razão, nobre Líder. O incidente está encerrado, as explicações são satisfatórias.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex^{as}.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para fazer um registro muito breve.

Está aqui ao nosso lado, na tribuna de honra, uma série de representantes de agricultores nordestinos que foram alvo da Medida Provisória 610. Ao mesmo tempo estão aplaudindo e já tratando dos vetos que a matéria recebeu. Eles estão acompanhados também de muitos vereadores de vários Municípios nordestinos, de vários Estados.

Quero dizer que tive oportunidade de estar ontem com a Presidente da República, juntamente com o Líder do Governo no Congresso, com o Líder no Senado, com o Líder do PMDB e também Relator da matéria aqui no Senado Federal e no Congresso Nacional.

Nós vamos tratar desse veto com aquele zelo absoluto de quem está olhando para o agricultor brasileiro, especialmente do Nordeste brasileiro.

Então queria, Sr. Presidente, fazer esse registro porque é gente que batalha, que trabalha para produzir no Semiárido. Não é tarefa pequena, é tarefa larga. Por isso queremos também recebê-los com carinho aqui na nossa Casa.

Estamos cuidando, de forma adequada; o próprio Relator está discutindo isso diretamente com os Líderes do Governo na Casa, para que a melhor solução seja encontrada. E o Presidente já pautou a matéria que deverá ser brevemente também examinada pelo Congresso Nacional.

Então queria agradecer, Sr. Presidente, e fazer o registro da presença desses colegas que aqui estão. (*Palmas.*)

(*Soa a campanha.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Quero agradecer a intervenção do Senador Inácio Arruda e dizer exatamente isto: na próxima terça-feira, às 19 horas, nós faremos a apreciação de todos esses vetos, na forma dos novos critérios que foram aprovados pelos Líderes partidários. Portanto todos estão convocados para terça-feira nós começarmos, de acordo com novos critérios, a apreciação de vários vetos. São ao todo 137 vetos, 137 vetos.

Eu queria, antes de conceder a palavra ao Senador Sérgio Petecão, que concluíssemos aqui o último item da pauta. Em seguida, darei a palavra, rapidamente, a V. Ex^a.

Há, sobre a mesa, um requerimento de urgência para o Projeto de Lei 123, discutido com os Líderes partidários.

É o seguinte o Requerimento:

REQUERIMENTO

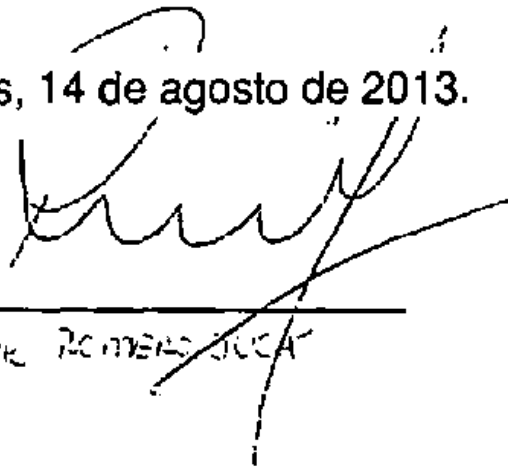
Nº 914, DE 2013

(REQUERIMENTO Nº 39, DE 2013-CCJ, NA ORIGEM)

Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, **urgência** para o PLC nº 123, de 2012.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2013.

Senador (a)


SENADOR ROMERO JUCÁ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: _____ Nº _____ DE _____

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE _____, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: SENADOR VITAL DO RÉGO	
AUTOR: SENADOR GONÇALVES	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	
JOSÉ PIMENTEL	1. ANGELA PORTELA
ANA RITA	2. LÍDICE DA MATA
PEDRO TAQUES	3. JORGE VIANA
ANÍBAL DINIZ	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. WALTER PINHEIRO
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LOPES	7. HUMBERTO COSTA
RANDOLFE RODRIGUES	8. LINDBERGH FARIAS
EDUARDO SUPLICY	9. WELLINGTON DIAS
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	
EDUARDO BRAGA	1. CIRO NOGUEIRA
VITAL DO RÉGO	2. ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON	3. RICARDO FERRAÇO
SÉRGIO SOUZA	4. CLÉSIO ANDRADE
LUIZ HENRIQUE	5. VALDIR RAUPP
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
FRANCISCO DORNELLES	7. WALDEMIR MOKA
SÉRGIO PETECÃO	8. KÁTIA ABREU
ROMERO JUCÁ	9. PAULO DAVIM
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
CÁSSIO CUNHA LIMA	2. VAGO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	4. PAULO BAUER
ALOYSIO NUNES FERREIRA	5. FLEXA RIBEIRO
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC/PPL)	
ARMANDO MONTEIRO	1. GIM
MOZARILDO CAVALCANTI	2. EDUARDO AMORIM
MAGNO MALTA	3. BLAIRO MAGGI
ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES	4. VICENTINHO ALVES

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Votação do requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex^a, pela ordem, Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encontra-se também sobre a mesa o Requerimento nº 252, de 2013, que propõe uma sessão especial em homenagem aos 25 anos da morte de Chico Mendes, a ser realizada no dia 16 de dezembro de 2013, e consta como pendente de deliberação deste Plenário também.

Se fosse possível votar esse requerimento hoje, eu agradeceria muito a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A matéria que V. Ex^a pede será votada exatamente hoje.

Essa matéria, excepcionalmente, pode ser votada após a Ordem do Dia, mas o fundamental é que nós nos comprometamos com a sua apreciação hoje ainda.

Agradecemos a V. Ex^a.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não tendo havido objeção do Plenário, passa-se à apreciação da matéria.

Item extrapauta:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 123, de 2012 (nº 2.205/2011, na Casa de origem), de iniciativa da Presidente da República, que *cria cargos de Especialista em Infraestrutura Sênior, cargos das carreiras de Analista de Infraestrutura, de Especialista em Meio Ambiente e de Analista de Comércio Exterior, cargos nos quadros de pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde – DENASUS, cargos em comissão, funções gratificadas; altera as Leis nºs 9.620, de 2 de abril de 1998, e 11.539, de 8 de novembro de 2007; e dá outras providências.*

O parecer, sob nº 173, de 2013, da Comissão de Constituição e Justiça, que teve como Relator o Senador Gim Argello, é favorável.

Ao projeto não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

A Presidência esclarece ao Plenário que, ao encerrar o prazo para recebimento de emendas sobre a matéria, foi diagnosticado um erro formal na proposição, motivo pelo qual o projeto foi devolvido à Comissão de Constituição e Justiça, nos termos do Ofício nº 978, de 2013, desta Presidência.

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que teve como Relator o Senador Gim Argello, favorável ao projeto, com três emendas que apresenta, que será publicado na forma regimental. (**Parecer nº 883, de 2013-CCJ**).

É o seguinte o Parecer:

PARECER Nº 883, DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Consulta formulada pelo Presidente do Senado Federal, por meio do Ofício SF nº 978, de 18 de abril de 2013, quanto a possível erro formal no Parecer nº 173, de 2013, desta Comissão, que opinou pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2012, e que, quanto ao mérito, o aprovou.

RELATOR: Senador **GIM**

RELATOR “AD HOC”: Senador **ROMERO JUCÁ**

I – RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Consulta formulada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, por meio do Ofício SF nº 978, de 18 de abril de 2013, quanto a possível erro formal no Parecer nº 173, de 2013, desta Comissão, que opinou pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 123, de 2012, e que, quanto ao mérito, o aprovou.

A Consulta ressalta o art. 1º do PLC nº 123, de 2012,

cria 330 (trezentos e trinta) cargos de Analista de Comércio Exterior, enquanto o art. 16 promove a consolidação desses cargos criados com aqueles já previstos na Lei nº 9.620, de 1988, mediante alteração do inciso II do *caput* do art. 1º da mencionada Lei, promovendo a soma dos 280 cargos existentes com os 330 que estão sendo criados, totalizando 610 (seiscentos e dez) cargos. Entretanto, a Lei nº 12.545, de 14 de dezembro de 2011, que não é referida no Projeto, já procedeu à criação de 120 (cento e vinte) cargos de Analista de Comércio Exterior.

II – ANÁLISE

Com efeito, verifica-se ocorrência de erro formal na matéria. A consolidação promovida no art. 16 do Projeto de Lei deveria ter levado em

consideração os 120 (cento e vinte) cargos de Analista de Comércio Exterior que haviam sido criados pela Lei nº 12.545, de 2011.

Dessa forma, o correto seria constar do referido art. 16 o total de 730 (setecentos e trinta) cargos de Analista de Comércio Exterior.

Aproveita-se a oportunidade para evidenciar outros erros materiais detectados referentes aos cargos objeto da proposição, que surgiram em função da entrada em vigor da Lei nº 12.823, de 5 de junho de 2013, decorrente do PLC nº 126, de 2012, contemporâneo ao PLC nº 123, de 2012, mas cuja tramitação foi mais célere.

A sanção à Lei nº 12.823, de 2013, deu-se em data posterior à votação do Parecer desta CCJ favorável à aprovação do PLC nº 123, de 2012. Trata-se, portanto, de fato superveniente à manifestação desta Comissão acerca do PLC sobre o qual volta a se debruçar, e em relação ao qual não se tinha qualquer controle ou ingerência, mas que afeta diretamente a matéria sob escrutínio.

A matéria é tratada no art. 4º do PLC nº 123, de 2012, que se relaciona diretamente com o seu art. 18, pelo qual o quantitativo de cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), previsto no Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, passa a corresponder ao número de cargos estabelecido pelo Anexo III da lei que derivar do Projeto.

O atual quantitativo de cargos da ANVISA, previsto no Anexo I da Lei nº 10.871, de 2004, foi alterado pela Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009, e em junho deste ano, ajustado pela citada Lei nº 12.823, de 2013. O art. 4º do Projeto em análise, amplia o quantitativo de cargos de Técnico Administrativo em 93 unidades, passando de 150 para 243.

O art. 18 se presta exclusivamente a determinar que “o quantitativo de cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, previsto no Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, passa a corresponder ao número de cargos estabelecido pelo Anexo III desta Lei”. Avalia-se que a localização isolada do art. 18 não é o mais adequado. Geograficamente, em homenagem à melhor técnica legislativa, avaliamos que o texto do art. 18 deve ser transformado no parágrafo único do art. 4º.

Outro erro material a ser enfrentado refere-se ao art. 7º do PLC. Este amplia o número postos de dois cargos de provimento efetivo de que trata a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007. O primeiro é o cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior, ao qual são acrescidas 100 vagas. Ao outro, o de Analista de Infraestrutura, integrante da Carreira de mesma denominação, agregam-se 150 vagas.

Ocorre que o art. 9º da Lei nº 12.823, de 2013, criou 250 cargos de Analista de Infraestrutura, alterando o inciso II do art. 2º da Lei nº 11.539, de 2007. Por esta modificação, o quantitativo de cargos de Analista de Infraestrutura passou de 800 para 1.050.

Relembra-se que à época da aprovação do Parecer nº 173, de 2013, pela CCJ, vigia o texto anterior da Lei nº 11.539, de 2007. Por conseguinte, impende que se corrija evidente erro material, fazendo com que os 150 postos que ora são criados aglutinem-se aos 1.050 cargos atuais. Dessa forma, o total de cargos de Analista de Infraestrutura passará a ser 1.200, e não 950. Há evidente equívoco formal, mas que era impossível de ser previsto quando da votação do Parecer nº 173, de 2013.

Considerando que o PLC nº 123, de 2012, já teve Parecer votado na CCJ, pelo qual se opinou pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria, e, quanto ao mérito, pela sua aprovação, não cabe a esta Comissão promover nova votação da matéria quanto a esses aspectos. Todavia, não há como franquear a perpetuação dos erros materiais constatados. Assim sendo, propõe-se emendas que corrigem pontualmente tais equívocos, mas que não invadem a matéria já deliberada. Os emendamentos não invadem o mérito do Projeto de Lei, servindo unicamente para corrigir erros materiais e aprimorar a redação da proposição.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pelo reconhecimento do erro formal questionado por meio do Ofício SF nº 978, de 2013, do Senhor Presidente do Senado Federal, além dos outros evidenciados neste Parecer e, com a finalidade de corrigi-los, pela aprovação das seguintes emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2012:

EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se ao inciso II do art. 1º da Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, nos termos do art. 16 do Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2013, a seguinte redação:

Art. 16.

“**Art. 1º**

.....

II – Analista de Comércio Exterior, composta de setecentos e trinta cargos de igual denominação, com lotação a ser definida em ato do Presidente da República e com atribuições voltadas para as atividades de gestão governamental, relativas à formulação, implementação, controle e avaliação de políticas de comércio exterior.

.....” (NR)

EMENDA Nº 2 – CCJ

Exclua-se o art. 18 do Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2013, renumerando-se o art. 19 para 18, e acrescente-se ao art. 4º desse mesmo Projeto de Lei, o seguinte parágrafo único:

Art. 4º

Parágrafo único. O quantitativo de cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, previsto no Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, passa a corresponder ao número de cargos estabelecido pelo Anexo III desta Lei.

EMENDA Nº 3 - CCJ

Dê-se ao inciso II do art. 2º da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, nos termos do art. 17 do Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2013, a seguinte redação:

Art. 17.


“**Art. 2º**

.....

II – 1.200 (um mil e duzentos) cargos de Analista de Infraestrutura.” (NR)

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2013.

SENADOR VITAL DO RÊGO, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIAPROPOSIÇÃO: PLC Nº 123 DE 2012ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14, 08, 2013, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <u>SENADOR VITAL DO RÊGO</u>	
RELATOR(A) HOC: <u>SENADOR ROMERO JUCA</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	
JOSÉ PIMENTEL	1. ANGELA PORTELA
ANA RITA	2. LÍDICE DA MATA
PEDRO TAQUES	3. JORGE VIANA
ANIBAL DINIZ	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. WALTER PINHEIRO
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LOPES	7. HUMBERTO COSTA
RANDOLFE RODRIGUES	8. LINDBERGH FARIAS
EDUARDO SUPLICY	9. WELLINGTON DIAS
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	
EDUARDO BRAGA	1. CIRO NOGUEIRA
VITAL DO RÊGO	2. ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON	3. RICARDO FERRAÇO
SÉRGIO SOUZA	4. CLÉSIO ANDRADE
LUIZ HENRIQUE	5. VALDIR RAUPP
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
FRANCISCO DORNELLES	7. WALDEMIR MOKA
SÉRGIO PETECÃO	8. KÁTIA ABREU
ROMERO JUCÁ	9. PAULO DAVIM
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
CÁSSIO CUNHA LIMA	2. VAGO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	4. PAULO BAUER
ALOYSIO NUNES FERREIRA	5. FLEXA RIBEIRO
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC/PPL)	
ARMANDO MONTEIRO	1. GIM
MOZARILDO CAVALGANTI	2. EDUARDO AMORIM
MAGNO MALTA	3. BLAIRO MAGGI
ANTONIO CARLOS RODRIGUES	4. VICENTINHO ALVES

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Essas emendas, Senador Gim Argello, como já especificado, foram exatamente para corrigir os erros materiais e aprimorar a redação da proposta.

Discussão do projeto e das emendas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir o projeto e as emendas, em turno único, declaramos encerrada a discussão.

Em votação o projeto sem prejuízo das emendas.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Votação em globo das Emendas nºs 1 a 3, da CCJ, emendas que, repito, foram postas para corrigir os erros materiais do projeto.

As Senadoras e os Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

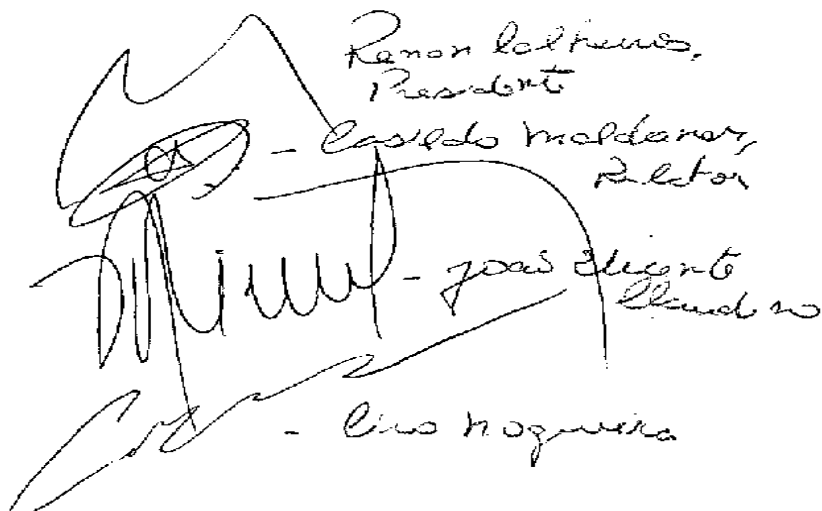
Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final da matéria que será publicada na forma regimental.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

PARECER Nº 884, DE 2013 (Comissão Diretora)

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2012 (nº 2.205, de 2011, na Casa de origem), que *cria cargos de Especialista em Infraestrutura Sênior, cargos das carreiras de Analista de Infraestrutura, de Especialista em Meio Ambiente e de Analista de Comércio Exterior, cargos nos quadros de pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - DENASUS, cargos em comissão, funções gratificadas; altera as Leis nºs 9.620, de 2 de abril de 1998, e 11.539, de 8 de novembro de 2007; e dá outras providências, consolidando as Emendas nºs 1, 2 e 3 – CCJ (de redação), aprovadas pelo Plenário.*

Sala de Reuniões da Comissão, 14 de agosto de 2013.



Renan Calheiros,
Presidente

- Casildo Maldaner,
Relator

- José Augusto
Almeida

- Luis Rogério

ANEXO AO PARECER Nº 884, DE 2013

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2012 (nº 2.205, de 2011, na Casa de origem).

Cria cargos de Especialista em Infraestrutura Sênior, cargos das carreiras de Analista de Infraestrutura, de Especialista em Meio Ambiente e de Analista de Comércio Exterior, cargos nos quadros de pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus), cargos em comissão e funções gratificadas; altera as Leis nºs 9.620, de 2 de abril de 1998, e 11.539, de 8 de novembro de 2007; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º São criados, no âmbito do Poder Executivo federal, 330 (trezentos e trinta) cargos de provimento efetivo de Analista de Comércio Exterior, da carreira de mesma denominação, criada pela Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998.

Art. 2º É instituído, no Plano Especial de Cargos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, o cargo de provimento efetivo de Analista Técnico-Administrativo, de nível superior, com atribuições voltadas ao planejamento, à supervisão, à coordenação, ao controle, ao acompanhamento e à execução de atividades técnicas especializadas necessárias ao exercício das competências da Suframa, à implementação de políticas e à elaboração de estudos e pesquisas, ressalvadas as atividades privativas de carreiras específicas.

Parágrafo único. O ingresso, a estrutura, o desenvolvimento, a remuneração e os demais aspectos relativos ao cargo de que trata o *caput* deste artigo observarão as normas aplicáveis aos cargos do Plano Especial de Cargos da Suframa de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006.

Art. 3º Observado o disposto no art. 2º desta Lei, são criados no quadro de pessoal da Suframa 89 (oitenta e nove) cargos de provimento efetivo de Analista Técnico-Administrativo.

Art. 4º São criados no quadro de pessoal da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) 93 (noventa e três) cargos de provimento efetivo de Técnico Administrativo, de nível intermediário, integrantes da carreira de mesma denominação prevista no inciso XVIII do art. 1º da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004.

Parágrafo único. O quantitativo de cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), previsto no Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, passa a corresponder ao número de cargos estabelecido pelo Anexo III desta Lei.

Art. 5º São criados no Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de que trata o art. 10 da Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005, 260 (duzentos e sessenta) cargos de provimento efetivo de Agente Administrativo, de nível intermediário.

Art. 6º São criados, no âmbito do Poder Executivo federal, 400 (quatrocentos) cargos de provimento efetivo de Técnico Administrativo, de nível intermediário, na carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002.

Art. 7º São criados, no âmbito do Poder Executivo federal, os seguintes cargos de provimento efetivo, previstos na Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007:

I – 100 (cem) cargos isolados de Especialista em Infraestrutura Sênior; e

II – 150 (cento e cinquenta) cargos de Analista de Infraestrutura, integrantes da carreira de mesma denominação.

Art. 8º É acrescido à carreira da Previdência, Saúde e Trabalho, nos termos desta Lei, o cargo de provimento efetivo de Analista de Controle Interno do Sistema Único de Saúde (SUS), de nível superior, com as atribuições definidas no § 2º do art. 9º desta Lei.

Art. 9º São criados no quadro de pessoal do Ministério da Saúde, exclusivamente para exercício no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus), 1.200 (mil e duzentos) cargos de provimento efetivo de Analista de Controle Interno do SUS, integrantes da carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, prevista no art. 1º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.

§ 1º O ingresso e o desenvolvimento no cargo de que trata o *caput* deste artigo observarão as normas aplicáveis aos demais cargos da carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho.

§ 2º Os ocupantes do cargo de Analista de Controle Interno do SUS e os atuais servidores em exercício no Denasus têm por atribuições, em todo o território nacional:

I – fiscalizar a efetiva aplicação dos dispositivos legais e regulamentares que regem o Sistema Único de Saúde (SUS);

II – verificar a regularidade da aplicação dos recursos destinados à saúde e repassados mediante transferências automáticas ou em razão de convênios ou acordos nacionais e internacionais;

III – verificar a observância dos instrumentos e mecanismos de controle da aplicação dos recursos mencionados no inciso II deste parágrafo e dos resultados alcançados, bem como a eficiência, a eficácia e a efetividade desses instrumentos e mecanismos;

IV – auditar e proceder ao exame analítico e pericial dos atos administrativos, orçamentários, contábeis, financeiros e patrimoniais, bem como da regularidade dos atos

técnicos profissionais praticados por pessoas físicas e jurídicas integrantes ou participantes do SUS;

V – auditar o funcionamento dos sistemas e serviços públicos de saúde, bem como os serviços privados, conveniados e contratados, com vistas à verificação de atendimento, instalações, equipamentos e recursos físicos ou financeiros;

VI – apurar denúncias e executar perícias e auditorias por solicitação dos Ministérios Públicos Federal e Estaduais, da Polícia Federal, dos Conselhos de Saúde, dos Conselhos Gestores e dos demais interessados na área de saúde pública;

VII – prestar informações e instruir os Gestores e Conselhos de Saúde, em cooperação técnica, sobre normas e execução das ações de saúde;

VIII – verificar a execução pelos órgãos públicos e entidades privadas, integrantes e participantes do SUS, das ações e serviços de saúde e a sua qualidade;

IX – auditar a gestão do SUS, verificando a capacidade gerencial e a capacidade operacional das estruturas destinadas às ações e serviços de saúde e propondo medidas que visem ao seu aperfeiçoamento; e

X – recomendar às instâncias do SUS a adoção de providências técnicas e administrativas que inibam as situações de risco ao regular o funcionamento do Sistema.

Art. 10. A remuneração dos servidores integrantes do cargo de Analista de Controle Interno do Sistema Único de Saúde é composta das seguintes parcelas:

I – vencimento básico, conforme os valores estabelecidos no Anexo I desta Lei; e

II – Gratificação de Desempenho de Atividades de Analista de Controle Interno do SUS (GDASUS), nos termos do art. 11 desta Lei.

Art. 11. A Gratificação de Desempenho de Atividades de Analista de Controle Interno do SUS (GDASUS), prevista no inciso II do art. 10 desta Lei, será devida exclusivamente aos servidores ocupantes do cargo de Analista de Controle Interno do Sistema Único de Saúde, da carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, em exercício das atividades inerentes ao cargo efetivo.

§ 1º A GDASUS será atribuída em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos em regulamento.

§ 2º A GDASUS será paga observando-se o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo II desta Lei.

§ 3º A pontuação máxima da GDASUS será assim distribuída:

I – até 20 (vinte) pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II – até 80 (oitenta) pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional.

§ 4º A avaliação de desempenho individual visa a aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo ou função, com foco na contribuição individual para o alcance dos objetivos organizacionais.

§ 5º A avaliação de desempenho institucional visa a aferir o desempenho coletivo no alcance dos objetivos organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e

condições especiais de trabalho, além de outras características específicas do órgão ou entidade de lotação.

§ 6º Enquanto não for editado o ato a que se refere o § 1º deste artigo e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, considerando a distribuição de pontos de que trata o § 3º deste artigo, os servidores que fazem jus à GDASUS, inclusive os ocupantes de cargos ou funções comissionadas, perceberão a referida gratificação em valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

§ 7º O servidor que não se encontre no Denasus no efetivo exercício das atividades inerentes ao respectivo cargo, somente fará jus à GDASUS, observado o disposto no § 6º deste artigo:

I – quando requisitado pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei, situação na qual perceberá a gratificação de desempenho calculada com base nas regras aplicáveis como se estivesse em efetivo exercício no Denasus; e

II – quando cedido para órgãos ou entidades da União distintos dos indicados no inciso I deste artigo e investido em cargos de Natureza Especial, de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS), níveis 6, 5 e 4, ou equivalentes, percebendo a gratificação de desempenho calculada com base no resultado da avaliação institucional do órgão de lotação no período.

§ 8º O titular de cargo efetivo de Analista de Controle Interno do SUS em efetivo exercício no Denasus, quando investido em cargo em comissão ou função de confiança, fará jus à GDASUS da seguinte forma:

I – os investidos em função de confiança ou cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS), níveis 3, 2 e 1, ou equivalentes, perceberão gratificação de desempenho calculada conforme disposto no § 9º deste artigo; e

II – os investidos em cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS), níveis 6, 5 e 4, ou equivalentes, perceberão a gratificação calculada com base no valor máximo da parcela individual, somado ao resultado da avaliação institucional do órgão.

§ 9º Os valores a serem pagos a título de GDASUS serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho institucional e individual pelo valor do ponto constante do Anexo II desta Lei de acordo com o respectivo nível, classe e padrão.

§ 10. Ocorrendo exoneração do cargo em comissão, com manutenção do cargo efetivo, os servidores que fazem jus à GDASUS continuarão percebendo a respectiva gratificação de desempenho correspondente à última pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.

§ 11. Em caso de afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção de gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a GDASUS correspondente à última pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno.

§ 12. O disposto no § 11 deste artigo não se aplica aos casos de cessão.

§ 13. Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de cessão, licença sem vencimento ou outros afastamentos sem direito à percepção da

gratificação de desempenho, no decurso do ciclo de avaliação, receberá a GDASUS no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

§ 14. O servidor beneficiário da GDASUS que obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima estabelecida para esta parcela será submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade do órgão de lotação.

§ 15. A análise de adequação funcional visa a identificar as causas do resultado obtido na avaliação de desempenho e servir de subsídio para a adoção de medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor.

§ 16. A GDASUS não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.

§ 17. A GDASUS não poderá ser paga cumulativamente com quaisquer outras gratificações de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo.

§ 18. A GDASUS integrará os proventos de aposentadoria e as pensões, de acordo com os seguintes critérios:

I – quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a GDASUS será correspondente a cinquenta por cento do valor máximo do respectivo nível, classe e padrão, conforme o cargo efetivo que lhe deu origem; e

II – nos demais casos, aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Art. 12. Os cargos ocupados por servidores lotados e em exercício no Denasus, quando vagos, serão transformados em cargos efetivos de Analista de Controle Interno do SUS.

Art. 13. Os servidores lotados e em exercício no Denasus farão jus à estrutura remuneratória atribuída por esta Lei ao cargo de Analista de Controle Interno do SUS.

Art. 14. São criados os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS), cargos comissionados de gerência executiva (CGE), cargos comissionados técnicos (CCT) e Funções Gratificadas (FG):

I – destinados à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República:

- a) 12 (doze) DAS-4; e
- b) 1 (um) DAS-2;

II – destinados à Agência Nacional do Cinema (Ancine):

- a) 2 (dois) CGE-I;
- b) 3 (três) CGE-III;
- c) 6 (seis) CGE-IV; e
- d) 6 (seis) CCT-V;

III – destinados ao Ministério da Educação, ou a entidade a ele vinculada, para atividades de supervisão e avaliação da educação superior:

- a) 3 (três) DAS-5;

- b) 16 (dezesseis) DAS-4;
- c) 29 (vinte e nove) DAS-3;
- d) 33 (trinta e três) DAS-2;
- e) 16 (dezesseis) DAS-1;
- f) 3 (três) FG-2; e
- g) 5 (cinco) FG-3.

Art. 15. O aumento de despesas decorrente da aplicação do disposto nesta Lei fica condicionado à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, conforme disposto no § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 16. O inciso II do *caput* do art. 1º da Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....

II – Analista de Comércio Exterior, composta de 730 (setecentos e trinta) cargos de igual denominação, com lotação a ser definida em ato do Presidente da República e com atribuições voltadas para as atividades de gestão governamental, relativas à formulação, implementação, controle e avaliação de políticas de comércio exterior;

.....” (NR)

Art. 17. Os incisos I e II do *caput* do art. 2º da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

I – 184 (cento e oitenta e quatro) cargos de Especialista em Infraestrutura Sênior; e

II – 1.200 (mil e duzentos) cargos de Analista de Infraestrutura.”
(NR)

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

Tabela de vencimentos básicos aplicável aos servidores ocupantes do cargo de Analista de Controle Interno do SUS (valores em reais)

Classe	Padrão	Vencimento Básico
Especial	III	5.151,00
	II	5.015,58
	I	4.883,72
C	VI	4.651,16
	V	4.528,88
	IV	4.409,81
	III	4.293,88
	II	4.180,99
	I	4.071,07
B	VI	3.877,21
	V	3.775,28
	IV	3.676,03
	III	3.579,39
	II	3.485,29
	I	3.393,66
A	V	3.232,06
	IV	3.147,09
	III	3.064,35
	II	2.983,79
	I	2.905,35

ANEXO II

Tabela de pontos da Gratificação de Desempenho de Atividades de Analista de Controle Interno do SUS – GDASUS (valores em reais)

Classe	Padrão	Valor
Especial	III	50,00
	II	48,45
	I	46,95
C	VI	44,08
	V	42,71
	IV	41,39
	III	40,11
	II	38,87
	I	37,66
B	VI	35,36
	V	34,26
	IV	33,20
	III	32,17
	II	31,17
	I	30,20
A	V	28,36
	IV	27,48
	III	26,63
	II	25,80
	I	25,00

ANEXO III

Quantitativo de cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

Cargo	Quantitativo
Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária	810
Técnico em Regulação e Vigilância Sanitária	100
Analista Administrativo	175
Técnico Administrativo	243

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Discussão da redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queria discutir a redação final, declaramos encerrada a discussão da redação final.

Em votação a redação final.

As Senadoras e os Senadores que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria /PMDB – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero agradecer a V. Exª a votação dessa matéria tão importante para o Regime Único do SUS, para a saúde pública.

Nós temos feito aqui no Congresso um esforço muito grande para colocar mais recursos para a saúde; estamos, inclusive, discutindo uma emenda popular de ampliação de recursos para a saúde. Sem dúvida alguma, a fiscalização desses investimentos é algo fundamental, e, através da melhor estruturação do Denasus, do Departamento de Auditoria do SUS, esse trabalho poderá ser feito e a saúde poderá funcionar melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria /PMDB – AL) – Senador Eduardo Braga; Senador Petecão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na mesma direção, quero agradecer a V. Exª, reconhecendo o esforço da Comissão de Constituição e Justiça, do Plenário, da Mesa desta Casa para que hoje nós pudéssemos resolver um importante projeto que reforça a estrutura do Ministério da Saúde, reforça a estrutura de diversos órgãos. Isso não teria sido possível se não fosse a ação objetiva e determinada de V. Exª para que nós pudéssemos chegar a bom termo.

Portanto, agradecendo a V. Exª; agradecendo ao Senador Romero, que se empenhou enormemente nesse tema; agradecendo ao Senador Gim Argello, chegamos a bom cabo em mais uma importante ação no fortalecimento institucional, inclusive da saúde pública brasileira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria /PMDB – AL) – Agradecemos também muito a V. Exª.

Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria /PSD – AC. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan, eu queria registrar aqui, com pesar, o falecimento de um grande empreendedor do nosso Estado, o empresário Roberto Moura, que tinha várias empresas no Acre.

Esse registro já foi feito aqui pelo Senador Jorge Viana e também pelo Senador Anibal, e eu queria também me solidarizar com toda a família, com seus empregados. Foi uma morte prematura, que, de certa forma, abalou o nosso Estado.

Roberto Moura foi uma pessoa que, com muita luta, com muito trabalho, com muita garra, gerou muito emprego para os acrianos.

Então, queria aqui registrar o meu pesar, prestar as minhas condolências, os meus pêsames à família enlutada e dizer que, hoje, nós tivemos uma grande perda no empresariado acriano. Fica aqui esse registro.

Gostaria que ficasse registrada nos *Anais do Senado* essa triste notícia para todos nós acrianos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as demais matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2012 – COMPLEMENTAR

**(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 823, de 2013)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2012-Complementar (nº 362/2006-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera dispositivo da Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra– e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 598 e 599, de 2013, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Henrique, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e
– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Waldemir Moka, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CRA (Substitutivo), que oferece.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2011

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem*

comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.

Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

4**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2012**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que *cria Tribunal Regional Federal (Paraná)*

Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

5**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 46, DE 2012**

**(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012)
(Calendário Especial – Requerimento nº 809, de 2013)**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.* Pendente de novo parecer, em virtude do Requerimento nº 795, de 2013, de tramitação conjunta.

6**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 61, DE 2012**

**(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012)
(Calendário Especial – Requerimento nº 809, de 2013)**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *cria Tribunal Regional Federal com jurisdição*

nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza.

Pendente de novo parecer, em virtude do Requerimento nº 795, de 2013, de tramitação conjunta

9**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 1, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2008 (nº 7.299/2006, na Casa de origem, do deputado Beto Albuquerque), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona.*

Parecer sob nº 457, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Pedro Simon, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CI, de redação, que apresenta.

12**PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 8, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 8, de 2011, do Senador Roberto Requião, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal para disciplinar a apreciação da escolha de autoridades pelas comissões.* Parecer sob nº 751, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Taques, favorável com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

15**REQUERIMENTO
Nº 835, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimentos nº 835, de 2013, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011, dos Projetos de Lei do Senado nºs 108 e 385, de 2003; 68, de 2004; 145, de 2005; 208, 463, 581 e 586, de 2007; 301, de 2008; 466 e 539, de 2009; 303 e 326, de 2010; 16, 35, 69, 157, 214, 328, 334, 364, 373, 524, 580, 618 e 663, de 2011; 91 e 390, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (utilização do FGTS para pagamento de serviços educacionais).*

16**REQUERIMENTO
Nº 836, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 836, de 2013, do Senador Wilder Moraes, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei*

do Senado nº 137, de 2011, dos Projetos de Lei do Senado nºs 108 e 385, de 2003; 68, de 2004; 145, de 2005; 208, 463, 581 e 586, de 2007; 301, de 2008; 466 e 539, de 2009; 303 e 326, de 2010; 16, 35, 69, 157, 214, 328, 334, 364, 373, 524, 580, 618 e 663, de 2011; 91 e 390, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (utilização do FGTS para pagamento de serviços educacionais).

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 252, de 2013**, do Senador Anibal Diniz e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial em memória dos 25 anos da morte de Chico Mendes, a realizar-se na segunda-feira, dia 16 de dezembro.

Vou colocar em votação o requerimento, Senador Benedito de Lira.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Será cumprida, Senador Anibal Diniz, a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agora há um requerimento de urgência, lido no período do Expediente, para o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 46, que dispõe sobre a redução a 0% (zero por cento) das alíquotas das contribuições sociais do PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre as matérias decorrentes da atividade de transporte municipal local. Assinado pelo Senador Wellington Dias e outros Senadores.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Transfiro a presidência dos nossos trabalhos para o Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Casildo Maldaner, Suplente de Secretário.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pois não. Pela ordem, Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, tivemos uma reunião muito produtiva com a Ministra Ideli, nesta tarde de hoje – sou coordenador da Ban-

cada do Acre –, e tratamos da liberação das emendas de Bancada.

Eu queria registrar que, nesta sexta-feira, vamos ter o prazer de receber, no nosso Estado, a Ministra Ideli Salvatti, que receberá todos os nossos 22 prefeitos, para que possamos tratar assunto de interesse das nossas prefeituras. Então, eu gostaria de fazer esse registro.

Se o senhor me permite, Sr. Presidente, eu também gostaria de registrar a presença aqui do Prefeito de Ilhabela, meu amigo pessoal, Toninho Colucci, que nos visita e está tratando de interesses do Município de Ilhabela.

Obrigado, Presidente.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Ficam registradas as manifestações de V. Ex^a, Senador Petecão.

Concedo a palavra ao eminente Senador Ivo Cassol, por sessão do Líder, Senador Francisco Dornelles.

Com a palavra, o Senador Ivo Cassol, do Estado de Rondônia.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero aqui agradecer a Deus pela oportunidade de estar aqui novamente, por me dar força para poder continuar trabalhando, e à minha família, à minha esposa, aos meus filhos também, aos meus irmãos, que sempre estão ao meu lado, em todos os momentos da minha vida.

Quero aqui, em nome do nosso Presidente de honra, nosso Líder, Senador Dornelles e Senador Ciro, deixar meu abraço e cumprimentar todos os colegas presentes nesta Casa.

Venho à tribuna, nesta Casa, no dia de hoje, para dar uma breve explicação a V. Ex^{as} a respeito da decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal, na última quinta-feira, 8 de agosto, sobre a Ação Penal nº 565, em que fui condenado por aquela Corte por fragmentar licitação na época em que fui prefeito da cidade de Rolim de Moura, desconsiderando o art. 90 da Lei nº 8.663, de 1993.

Sr. Presidente, Senador Casildo Maldaner, Sr^{as} e Srs. Senadores, respeito a decisão do Supremo Tribunal Federal, mas tenho o direito, como cidadão, de discordar e, ao mesmo tempo, junto com meus advogados, recorrer, porque no meu entendimento, como cidadão, como administrador público que fui, não cometi crime algum.

A Ministra relatora do meu processo Carmem Lúcia – da ação penal – disse em seu voto que, no

período de 1998 a 2002, enquanto eu era prefeito da cidade de Rolim de Moura, fragmentei diversos procedimentos licitatórios e aqui vou simplificar.

Discordo do voto da Ministra e vou explicar a V. Ex^{as} por que discordo. Assumi a prefeitura de Rolim de Moura em 1º de janeiro de 1997, nunca tinha sido prefeito, político, nem chefe de quartelão em nenhum lugar do meu Estado, sempre fui empresário. Entrei na política, não por vaidade ou atrás de um salário, mas sim para descobrir se eu é que era muito exigente ou se os políticos que administravam Rolim de Moura infelizmente não tinham condições ou dinheiro para executar. A cidade estava abandonada, feia, com ruas intransitáveis, não tinha saúde, educação, os agricultores não conseguiam escoar sua produção, atoleiros por todos os lados, pontes caídas. No final do dia a cidade ficava encoberta por nuvens de poeira, dezenas de famílias mudavam para outras cidades, e o povo estava desacreditado com a classe política.

Assumi a prefeitura com a missão de resgatar essa credibilidade. Procurei me cercar de pessoas boas, competentes e técnicas, de conduta ilibada e que tinham os mesmos propósitos que os meus, fazer a diferença. Nomeei para a comissão de licitação uma pessoa qualificada, séria e honesta, a exemplo do Salomão da Silveira.

Conheço pessoas sérias, Sr^{as} e Srs. Senadores. Vocês podem imaginar qualquer pessoa séria, com certeza não é mais séria que o Sr. Salomão da Silveira. É um cara humilde, é um cara simples, sério, não é político, mas uma pessoa que me ajudou a mudar a cara de Rolim de Moura e o Estado de Rondônia.

Naquela época, não tínhamos tantos recursos de informação como temos hoje, basta acessar a Internet e em poucos segundos pode-se obter informações de todos os órgãos de controle: Ministérios, Tribunal de Contas, CGU, Judiciário e outros mais, tirar dúvidas e fazer questionamentos em tempo real.

Ao nomear os integrantes à comissão de licitação, determinei que os mesmos se debruçassem em cima da Legislação, principalmente respeitando a Lei nº 8.666. E que, se precisassem tirar qualquer dúvida sobre licitação, procurassem o Tribunal de Contas do Estado ou mesmo da União. Nós não podíamos errar. A esperança depositada pela população de Rolim de Moura, a minha cidade, era tamanha. E criou-se uma expectativa tão grande em torno do meu nome, não sei ao certo por que, talvez por ser filho de político e nunca ter entrado na vida pública. Sei lá. Eu sempre falei para os meus secretários e assessores que a mesma caneta que nomeia é a mesma que exonera; que eu não aceitaria de forma alguma que os meus subordinados cometessem algum deslize ou desvio

de conduta e, se isso acontecesse, eles seriam exonerados e punidos na forma da lei.

Falava para os meus secretários: “nós não podemos errar”. Olhem nos olhos da população quando vocês passam nas ruas e vejam o brilho nos olhos deles, confiantes de que nós iríamos resolver, senão todos, mas a maior parte dos problemas do Município.

Não sei se consegui atingir o nosso objetivo por completo, mas sei que arregaçamos as mangas, trabalhamos dia e noite, percorri gabinetes de governador, de secretário de Estado, de deputados estaduais, de Deputados Federais e Senadores, em busca de emenda e recursos a fundo perdidos, para implantar os projetos tão aclamados pela população de Rolim de Moura.

Fizemos daquela cidade um verdadeiro canteiro de obras, tanto na cidade como na zona rural, e o povo reconheceu o meu trabalho. Em 2000 fui reeleito com mais de 70% dos votos. Em março de 2002, renunciei ao cargo de prefeito, para concorrer ao cargo de governador do Estado de Rondônia e, mais uma vez, o povo confiou em mim sem me conhecer direito, na maioria dos Municípios do Estado de Rondônia, mas me elegeu governador.

Mas ficaram sabendo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que lá no interior do Estado, numa cidade pequena, distante mais de 500km da capital, a sétima cidade em termos de tamanho populacional, eu tinha feito um trabalho de arregalar os olhos e merecia um voto de confiança para administrar o Estado. E mesmo concorrendo com tantos políticos tarimbados e experientes, fui vencedor. Venci as eleições em segundo turno; assumi o Governo do Estado em janeiro de 2003; trabalhei dia e noite, sábado, domingo e feriados. Fizemos obras nos quatro cantos do Estado de Rondônia!

Fui o único Governador do País autorizado pela Assembleia Legislativa a ser processado, porque não aceitei barganhar, negociar com os deputados corruptos do meu Estado.

Fui o único governador do País, Senador Pedro Taques, que deixei que os deputados do meu Estado autorizassem que eu fosse processado penalmente pela administração de Rolim de Moura. Podia ter negociado com eles, mas não o fiz. Mas também não me arrependo, porque continuo com a minha consciência tranquila por não ter cedido às pressões e falcaturas de que queriam que eu participasse.

Denunciei a corrupção que estava entranhada naquele Estado, principalmente na Assembleia Legislativa, que foi notícia em todos os meios de comunicação deste País.

A população reconheceu o meu trabalho, e fui reeleito em 2006, no primeiro turno; e, em 2010, como Senador da República.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sempre zelei pela coisa pública e pela boa aplicação dos recursos.

O julgamento realizado pelo Supremo Tribunal Federal na última quinta-feira não vai manchar a história da minha vida. Machucou. Deixou tonto, mas não vou cair. Vou continuar de pé, mostrando, defendendo e provando que, por mais que pareça que houve um erro técnico, eu não errei, porque eu não roubei. E a própria Ministra disse isso no dia do julgamento, que eu não desviei recursos. Os demais Ministros, Sr. Presidente, também falaram isso, que não houve o superfaturamento e que não houve o pagamento de obra que não tinha sido executada.

Então, aqui eu quero agradecer à Ministra Relatora Cármen Lúcia, aos demais Ministros e Ministras que reconheceram isso nesse processo, que não houve desvio de nenhum centavo, não houve enriquecimento ilícito, não houve nada. A minha vida foi virada de ponta cabeça, quebrado o sigilo fiscal, bancário, telefônico, e nada, dentro desse processo, ficou provado. E os próprios Ministros falaram que não houve desvio, mas houve um erro técnico. E por esse erro técnico é que eu fui crucificado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu fui julgado, no meu entender, por uma questão técnica, que é de responsabilidade da comissão de licitação. E vou explicar.

A Corte entendeu que, de 1998 a 2002, a Prefeitura de Rolim de Moura executou inúmeras obras, tanto com recursos próprios quanto com recursos federais oriundos de emendas parlamentares.

Segundo voto e entendimento da Ministra Cármen Lúcia, acompanhada pelos demais Ministros, a Comissão de Licitação do Município deveria ter feito uma única licitação para contratos que tivessem o mesmo objeto ou que tivessem a mesma origem no mesmo exercício financeiro.

O que acontece? Os Ministérios têm o Controle de Enchente, é o nome da rubrica aqui, mas o objeto lá não é o mesmo. Nós não contratamos, não fizemos um convênio... Onde havia uma obra ou uma escola, junto com aquela escola foi feita a ampliação. Para cada convênio foi feito um projeto, uma conta aberta, uma emenda parlamentar. Primeiro começou com a emenda parlamentar e, posteriormente, foi feito o projeto. Houve o empenho, depois do empenho houve o convênio. Houve o processo licitatório e quem definia de que maneira era o processo licitatório não era o prefeito, era a Comissão de Licitação, e ficou provado nos autos isso. Todos eles frisaram várias vezes que era a Comissão de Licitação que escolhia.

Quero só lembrar aqui, Sr^{as} e Srs. Senadores e imprensa aqui presente, em 1999 uma emenda ou o

recurso de emendas parlamentares de um Senador ou de um Deputado Federal era R\$1,5 milhão. Em 2000, R\$2 milhões. Hoje são R\$15 milhões. Então, naquela época, R\$1,5 milhão para 52 Municípios iguais a Rondônia... Se um Deputado Federal tinha um reduto de 10 ou 15 prefeituras, as emendas seriam de R\$100 mil, R\$150 mil, R\$80 mil, e quem decidia esse procedimento licitatório não era o prefeito. O prefeito é um gestor público. Eu sou responsável, mas se determinava e se escolhia pelo valor de cada convênio. Mas o Supremo entendeu que os convênios de controle de enchente e canalização de córrego tinham que ser um só, se fossem três, quatro.

Mas quero lembrar: da mesma maneira as quadras de esporte. Era uma quadra para cada linha, ou para cada bairro, ou para cada distrito – e não era a mesma quadra para o mesmo lugar. Então, eu poderia ter feito, pelos entendidos de licitação (Lei 8.666), uma Carta Convite para cada quadra. E foi feito o inverso. Conforme o valor da emenda, era a quantia que dava para fazer, e foi cumprido isso. Ao mesmo tempo, quando o recurso era de R\$500 mil, a Tomada de Preço era de R\$1 milhão de emenda de bancada, como teve R\$1,370 milhão de Tomada de Preço; R\$2,5 milhões a licitação pública e, quando era de R\$100 mil, quando era de R\$150 mil, a própria Comissão de Licitação decidia que era Carta Convite. E não eram três empresas convidadas.

Eu vi nos processos em que me debrucei, meu Líder, Senador Dornelles, a maioria dos processos de Carta Convite têm cinco empresas que participaram do processo licitatório. Ou seja, independente de os recursos serem próprios no Município, ou recebidos via convênio, as obras que tivessem o mesmo objeto, no mesmo exercício financeiro, deveriam ter sido somados os valores de cada convênio ou feita uma única licitação.

Se essa moda pegar, infelizmente a maioria dos prefeitos do Brasil estará na juquira, vai estar complicada.

É o que ocorreu na Comissão de Licitação. Fez uma licitação para cada convênio, em conformidade com a lei de licitação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Comissão de Licitação tinha autonomia para decidir em conformidade com a Lei nº 8.666. A modalidade de licitação que deveria ser empregada em cada convênio ou contrato era o recurso que determinava, não era o prefeito, era o valor que estava lá. Hoje continua sendo R\$150 mil uma Carta Convite, mas na época R\$150 mil era a mesma coisa que R\$1,5 milhão hoje. Não fui eu que fiz. Eu cumpri a lei que foi feita aqui nesta Casa.

Quando se referia a obras, como é o caso do julgamento, obedeci a Lei nº 8.666, aplicada a modalidade de acordo com o valor de convênio. E se era de R\$150 mil uma Carta Convite ou R\$150 mil ou R\$ 1,5 milhão, é como expliquei agora há pouquinho, era um procedimento normal e legal.

Quero citar alguns dos convênios aqui citados na denúncia. Como exemplo, o Convênio 161/91, que corresponde ao processo licitatório 93, e o Convênio 154/97, que corresponde ao processo licitatório 94.

Aparentemente os dois do Ministério do Meio Ambiente a título de Canalização de Córrego e Controle de Enchente. O primeiro no valor de R\$150 mil, e o segundo no valor de R\$190 mil. A contrapartida, todas elas, a Normativa nº 1, bens e serviço. E o Município era pobre e dava em contrapartida o serviço.

O primeiro convênio foi feito por Carta Convite; o segundo, por uma Tomada de Preço, porque passava os R\$150 mil. Mas, mesmo assim, foi computado junto na minha condenação. Ambos oriundos de emendas parlamentares e de parlamentares diferentes; são 11, três Senadores, e oito Deputados Federais.

O primeiro tinha como objeto a construção de bueiros celulares; e o segundo, a limpeza e recuperação do leito de canal e mais a construção de bueiros em locais diferentes, nunca no mesmo local, nunca em obra continuada.

A Comissão de Licitação publicou a modalidade Carta Convite para o primeiro convênio, e Tomada de Preço para o segundo, em conformidade com o valor de cada convênio.

Se tivesse conhecimento dessa norma a qual foram condenados junto comigo, não precisava ter feito uma licitação de Convite para um convênio e a Tomada de Preço. Eu podia ter aproveitado a mesma que já tinha sido feita. Era só colocar os dois no mesmo processo. Aproveitar a mesma Tomada de Preço e o processo licitatório 94, que já era Tomada de Preço.

Sinceramente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não sabia, e acredito que a maioria aqui também não sabe que um Município, ao receber mais de um convênio com o mesmo objeto, no mesmo exercício financeiro, mesmo que em locais distintos e independente da data da assinatura de cada um deles, tem que somá-los e fazer uma única licitação, como foi decidido no Supremo Tribunal Federal. Se eu soubesse, com certeza, se eu soubesse, eu jamais aceitaria ou deixaria que isso acontecesse da maneira como aconteceu. Acredite, são 15 anos depois – ou quase 15 anos. Acredito que, com essa decisão, abre-se uma nova norma jurídica a ser seguida em todo o Brasil.

Em momento algum, houve má-fé por parte deste signatário ou dos membros da Comissão de Licitação.

Ficou provado nos autos, tanto que os ministros reconheceram que não teve desvio de dinheiro, que não teve superfaturamento – e aí eu agradeço aos ministros por reconhecerem que não houve desvio e não houve enriquecimento ilícito. O que houve foi um erro técnico de fragmentação de licitação.

Vejam, Srs. Parlamentares, que cada convênio tinha o seu próprio projeto, objeto definido, local diferente definido, número da conta bancária específica; foram assinados em datas diferentes; rubricas orçamentárias diferentes; prazos de vigência para cumprirem a execução do prazo e prestar contas também diferentes. Caso não obedecesse a esse prazo, o Município seria penalizado junto aos órgãos do Governo Federal, como inadimplente junto ao Siafi, ficaria impedido de receber novos recursos e teria que devolver os recursos que estavam na conta do convênio, e ainda corrigidos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a equipe técnica da Prefeitura sempre seguiu as orientações dos ministérios na elaboração dos projetos para execução das obras e para a prestação de contas. E todas as minhas contas foram aprovadas, tanto no Tribunal de Contas do Estado quanto no Tribunal de Contas da União. Os ministérios nunca questionaram isso, ao analisarem o processo licitatório que estava nas prestações de contas, senão as prestações de contas teriam sido reprovadas.

Os ministérios distribuíam todo ano – e quem foi prefeito aqui conhece – o Manual de Orientação de Convênios, que continha modelo de plano de trabalho, modelo de planilha orçamentária, instrução para elaboração de projeto, modelo de declarações, documentos que a Prefeitura tinha que apresentar para formalizar o convênio, bem como a instrução sobre execução de obras e prestação de contas finais. Hoje, esses manuais estão disponíveis, via Internet, para todos os administradores e os convênios são realizados no Siconv, obedecendo a Portaria Interministerial nº 507, de 2011.

Naquela época, esses manuais eram elaborados seguindo a Instrução Normativa da Secretaria do Tesouro Nacional nº 01/97, que disciplina a celebração de convênios e dava outras providências.

Cada Parlamentar tinha R\$1,5 milhão em emendas para dividir entre 52 Municípios do meu Estado.

(Soa a campanha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Vou precisar de alguns minutos a mais, Sr. Presidente, para poder esclarecer à sociedade, para poder esclarecer aos Senadores, para não deixar dúvida nenhuma aqui sobre a minha conduta como ex-Prefeito e como Governador do Estado de Rondônia.

Hoje o valor das emendas é R\$15 milhões. Por isso esses valores eram na faixa de R\$100 mil a R\$200 mil, na época em que eu era prefeito, de R\$50 mil, porque era R\$1,5 milhão para cada Parlamentar. Não tinha como ser mais. Era assim que funcionava.

Outro exemplo que quero citar aqui, Sr. Presidente e Srs. Senadores, e que foi mencionado pela Exma Ministra Cármen Lúcia, é o dos Processos Licitatórios nºs 397 e 2395, para construção de quadras poliesportivas na zona rural. São em locais diferentes. São linhas diferentes. São distantes uma da outra. Eu podia ter feito uma carta-convite para cada quadra. Não fiz; eu fiz cinco, ou três, ou quatro, dependia do recurso que eu tinha, para atender à demanda, porque quando começava o ano, você tinha um recurso, e nem todo ano você tinha para fazer o ano inteiro. Portanto, se fazia para seis meses e para mais seis meses.

O segundo Processo Licitatório, 395, também com recursos próprios do Município, só foi possível porque economizamos no dia a dia. Com contenção de despesa com os gastos de combustível, água e luz, foi possível concluir. Com isso, construímos mais de cinco quadras poliesportivas, uma em cada escola da zona rural.

Quatro meses depois da primeira licitação!

No meu entendimento, é assim que se administra os recursos públicos: com seriedade e comprometimento.

No entendimento do Supremo Tribunal Federal, a Comissão de Licitação deveria ter feito uma única licitação, somando os valores dos dois convênios e aplicando a modalidade de licitação exigida pela Lei nº 8.666, compatível com o valor global de todos os convênios de Parlamentares, que seria tomada de preço ou licitação pública.

Foi por isso que eu fui condenado, juntamente com os membros da Comissão de Licitação, o senhor presidente e o senhor vice-presidente, por ter feito uma licitação para cada convênio, respeitando a Instrução Normativa dos próprios Ministérios para prestação de contas e execução. Não foi uma obra dentro de uma obra. Não foi comprar cadeira para o teatro que precisava de mil cadeiras e fazer três procedimentos licitatórios. Eu não peguei um milhão de reais e dividi por cinco licitações; eu peguei cada recurso individual de cada parlamentar, e a Comissão de Licitação fez o procedimento licitatório.

Engraçado que esses mesmos convênios, Sr. Presidente, Srs. Senadores, foram fiscalizados pelas equipes técnicas dos respectivos ministérios e pela Controladoria-Geral da União (CGU), aprovados e arquivados.

Fui condenado, Sr^{as} e Srs. Senadores, mas não foi por desvio de recursos, não foi por superfaturamento de obras ou má gestão de recurso público.

Naquela época esses Manuais eram elaborados seguindo a Instrução Normativa da Secretaria do Tesouro Nacional nº01/97, que disciplinava a celebração de convênios e dava outras providências.

Cada parlamentar tinha apenas R\$1.500.000,00 para apresentar de Emendas para todos os 52 Municípios.

Hoje o valor das Emendas para cada parlamentar é de R\$15.000.000,00.

Por isso que os valores eram na faixa de 100 a 200 mil reais.

Outro exemplo que eu quero citar aqui Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores e que foi mencionado pela Excelentíssima Ministra Cármen Lúcia são os processos licitatórios 0397/2001 e 2395/2001, para construção de quadras poliesportivas na zona rural do Município de Rolim de Moura, no valor de R\$ 150.000,00 cada um e que foram executados com recursos próprios do Município.

O processo licitatório 0397/2001 teve início no dia 02 de fevereiro de 2001 para a construção de 05 quadras poliesportivas nas escolas da zona rural, a Comissão de Licitação aplicou a modalidade Carta Convite, as obras foram executadas, tudo bonitinho, como manda o figurino e as crianças ganharam um espaço para educação física e brincar.

O segundo processo licitatório o de nº2395/2001, também com recursos próprios do município, só foi possível porque economizamos no dia a dia na contenção de despesas, nos gastos de combustível, água, luz, telefone, diárias, etc.

Com isso construímos mais 05 quadras poliesportivas, uma para cada escola da zona rural e foi iniciado o Processo Licitatório no dia 07 de junho Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, ou seja, 04 meses depois do primeiro, quando tivemos a certeza que tínhamos recursos para poder executar essas outras quadras poliesportivas.

Quatro meses depois da primeira licitação!

No meu entendimento, é assim que se administra os recursos públicos: com seriedade e comprometimento.

No entendimento do Supremo Tribunal Federal, a Comissão de Licitação deveria ter feito uma única licitação, somando os valores dos dois convênios e aplicar a modalidade de Licitação exigido pela Lei 8.666, compatível com o valor global, que seria a Tomada de Preço.

Foi por isso que eu fui condenado juntamente com os Membros da Comissão de Licitação Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores.

Foi por ter feito uma licitação para cada convênio!

Engraçado que esses mesmos convênios Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, foram fiscalizados pelas equipes técnicas dos respectivos Ministérios e pela Controladoria-Geral da União (CGU).

Aprovados e arquivados.

Fui condenado, Senhores Senadores, mas não foi por desvio de recursos, superfaturamento de obras ou má gestão dos recursos públicos.

Fui condenado, praticamente 15 anos após a execução das obras, por uma interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal, a qual eu respeito, porque é a nossa Corte Máxima do País. Mas não concordo. Eu tenho o direito de recorrer e estou recorrendo.

Se alguém tinha que ser penalizado, não era eu que fui prefeito; era, sim, a Comissão de Licitação. Mas, ao mesmo tempo, como gestor público, no cargo de prefeito, tinha o dever de homologar e adjudicar os contratos. Mas, antes, passava pela procuradoria do Município, que dava o.k. se aquele procedimento era legal. Mas, infelizmente, fui condenado por esse motivo.

Como já falei, não fui acusado de fragmentar... como já falei, eu fui acusado de fragmentar convênios. Fui acusado e condenado, juntamente com o presidente e o vice-presidente da comissão, de fraudar o valor global dos convênios, independentemente da data da assinatura do convênio, do objeto ou do endereço de cada obra.

(Soa a campainha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Está terminando, Sr. Presidente, rapidinho, mais cinco minutinhos, eu termino.

Exemplo: se o Município recebeu um convênio em julho, eu teria que esperar até o final do ano para poder fazer licitação? Não. Como todos os anos, o Governo Federal só empenha a maioria dos recursos no final do ano. É do conhecimento dos nobres colegas Senadores e Senadoras, é só final do final que se deixa para empenhar. Então, não é por causa disso que tem que fazer depois um pacote e não ter como, depois, fazer a prestação de contas.

Acho que a maioria dos prefeitos deste País estão enrolados, se permanecer esse entendimento hoje sobre a 8.666, porque vários Parlamentares destinaram emendas para um mesmo Município e com o mesmo objeto, e, se os prefeitos fizeram uma licitação para cada convênio e não uma licitação com o somatório de todos os convênios, eles estarão na mesma situa-

ção e podem pendurar as chuteiras, como eu também estou pendurando as chuteiras.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, essas eram as considerações que tinha a fazer. Vou continuar em pé e de cabeça erguida. Não tenho vergonha de andar pelas ruas, ou olhar nos olhos das pessoas, pois não roubei, não desviei recursos, não superfaturei, não paguei por obras que não foram executadas. Pelo contrário, a própria Ministra – e eu aqui agradeço a ela e aos demais ministros – reconheceu isto em seu relatório e em seu voto: que as obras tinham sido executadas, mas não houve superfaturamento, e que não se tratava de desvio de recursos públicos, mas, simplesmente, o art. 90, por fragmentação na licitação pública.

Estou com a minha consciência tranquila de que não cometi nenhum crime. Meus advogados estão esperando a publicação do acórdão para entrar com um recurso.

Meus filhos não terão vergonha de andar pelas ruas com medo de ouvir que são filhos de um ladrão ou corrupto, porque isso nunca aconteceu. É por questão técnica. Ao contrário, poderão dizer com orgulho que, no ano 2000, o pai deles foi eleito pela Revista *Istoé*, a *Brasmarket* e o SBT um dos melhores prefeitos, o 22º do Brasil. O prêmio, inclusive, tive a honra de receber numa solenidade aqui, em Brasília, em junho de 2000, das mãos do meu ilustre colega e Presidente, hoje, desta Casa, Casildo Maldaner, como um dos melhores prefeitos do Brasil – um reconhecimento do trabalho feito à frente da administração de Rolim de Moura.

Sempre me espelhei, desde criança, nos exemplos que aprendi com minha mãe e meu pai: trabalhar, respeitar o próximo, dar valor à vida, não roubar e não matar, dar exemplo. E isso eu fiz no meu Estado, denunciando a Assembleia Legislativa. Eu podia ter deixado esse processo criminal parado anos e anos, mas eu tive a coragem de não negociar com os Deputados para que eles autorizassem que eu fosse processado.

Falo com muito orgulho de meu pai, que está aqui no plenário. Veio para me dar força – minha mãe também esteve aqui hoje, mas viajou. É um exemplo de homem público e tem um currículo invejável de serviços prestados não só ao Estado de Rondônia, mas também ao Município de Maravilha, em nosso Estado, onde foi vereador por oito anos. Tinha desistido da vida pública, quando foi para Rondônia, em 1977. Mas está no sangue. Em 1979, foi nomeado Prefeito de Colorado, depois foi Deputado Estadual e Deputado Federal, tem mais de 20 anos na vida pública e não há nada que desabone sua conduta.

Aos rondonienses, tenho uma mensagem muito especial. Continuem acreditando. Na minha vida nada foi fácil, sempre foi difícil. Posso estar magoado, por-

que também sou humano, mas jamais me furtei da responsabilidade que assumi com os eleitores. Posso perder uma batalha, mas jamais desisto da guerra. Sou inocente, e vou continuar provando a minha inocência.

Peço ao povo do meu Estado de Rondônia e aos amigos do Brasil que, quando forem à Igreja, ou mesmo em casa, continuem orando, como sempre fizeram por mim, por minha família, por todas as autoridades.

É o que tenho a dizer.

Obrigado.

O Sr. Ciro Nogueira (Bloco Maioria/PP – PI) – Senador Ivo Cassol, ao terminar, o senhor permite um aparte?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Com certeza.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Antes de conceder os apartes, eu quero fazer o registro da presença aqui, na tribuna de honra, do Prefeito de Vilhena, do Estado de Rondônia, com muita honra: o Prefeito Rover.

O Sr. Ciro Nogueira (Bloco Maioria/PP – PI) – Senador Ivo Cassol, eu imagino a sua emoção. Quero parabenizar o seu discurso sensato, esclarecedor e respeitoso, como tem de ser. Sei que é difícil, principalmente para a pessoa que, como o senhor, se sente injustiçada, mas o senhor manifestou, assim como deve ser, um respeito muito grande à mais Alta Corte deste País. Mas esse julgamento ainda não terminou. Como o senhor bem disse, cabem recursos. Eu quero dizer que o senhor conta com a solidariedade total do Partido Progressista. Confiamos na sua inocência. O senhor tem a solidariedade do nosso Partido. Tenha tranquilidade. Eu sei que isso não é fácil nestes momentos, mas eu tenho certeza de que esse julgamento pode, sim, com os recursos, ser revisto. O senhor, como bem disse, não desviou coisa alguma. Pode ter cometido um erro formal, mas o que importa na coisa pública, realmente – e o que a população não deixa a menor dúvida de que não quer dos seus homens públicos –, é se houve desvio de recursos públicos. Como a própria Ministra Relatora afirmou, não houve nesse caso em que o senhor está sendo julgado. Então, conte com a nossa solidariedade. Confiamos na sua inocência e esperamos uma revisão dessa decisão do Supremo, com o seu recurso.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado, nosso Presidente Ciro Nogueira.

Nosso Líder, Presidente de Honra do PP, ex-Ministro e Senador Dornelles.

O Sr. Francisco Dornelles (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sempre fui testemunha da sua competência

gerencial e administrativa, demonstrada na Prefeitura de Rolim de Moura e no Estado de Rondônia. V. Ex^a mostrou muito bem, respeitando a decisão do Supremo, que a ilustre Relatora Cármen Lúcia deixou muito claro que, em nenhum momento, V. Ex^a superfaturou qualquer recurso para qualquer obra ou deixou de concluir essas obras. V. Ex^a foi punido por assuntos meramente de natureza formal. Eu confio no Supremo. Estou certo de que V. Ex^a vai apresentar esses recursos, esses embargos. Estou certo de que todos os seus argumentos e todas as suas ponderações serão consideradas pela Alta Corte do País. A nossa solidariedade e o nosso carinho.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado, nosso Líder, eterno Presidente do PP.

Por gentileza, Senador.

O Sr. Eduardo Lopes (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Senador Ivo Cassol, eu fiz questão, logo ao vê-lo, de abraçá-lo e de cumprimentá-lo. Ao falar hoje, desta tribuna, apresentando os fatos, apresentando esse relatório, V. Ex^a nos dá mais clareza de tudo. Ontem, na reunião dos Líderes com a Presidenta Dilma, antes de a reunião iniciar, nós conversávamos entre nós e um assunto citado foi exatamente o que o senhor falou, que não houve desvio nenhum de recurso, não houve superfaturamento, não houve nada disso. Então, nós comentávamos exatamente isso. E hoje fico feliz por encontrá-lo aqui, fico feliz por V. Ex^a tomar essa posição de subir à tribuna e dar as explicações que foram dadas e que nos dão mais clareza e mais certeza da sua idoneidade, da sua capacidade. V. Ex^a pode contar com o nosso apoio, com a nossa solidariedade. O que me chamou mais a atenção – e quero que fique bem registrado –, é quando o senhor diz que não tem vergonha nenhuma, medo nenhum de andar pelas ruas deste País, de olhar as pessoas e cada uma delas nos olhos, porque o senhor tem a certeza da sua consciência limpa e da sua consciência tranquila. Só tem essa coragem quem realmente tem a consciência limpa e a consciência tranquila. Então, o senhor tem o nosso apoio e a nossa solidariedade. Pode contar conosco!

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado, Senador.

Senador Jayme Campos e, depois, Senador Benedito de Lira.

O Jayme primeiro, Senador Benedito.

O Sr. Jayme Campos (Bloco Minoria/DEM – MT) – Meu caro Senador Ivo Cassol, ouvi atentamente a sua fala, que tocou até o meu coração pela sua sinceridade e, sobretudo, também pela sua emoção, expressando e prestando contas naturalmente em relação a essa demanda judicial. Lamentavelmente, eu acho que um

homem público do calibre de V. Ex^a, que já foi prefeito, governador por dois mandatos e Senador, passar por este momento é doloroso, até porque todos nós políticos e homens públicos deste País estamos sujeitos a ele. Entretanto, a colocação que o senhor colocou aqui dirimiu qualquer dúvida que eventualmente tivéssemos. Tenho certeza de que aqui ninguém tem dúvida alguma de que V. Ex^a apenas cometeu um erro formal talvez, não por suas próprias mãos, mas pela comissão de licitação, não só nas prefeituras, mas nos órgãos governamentais deste País. De forma que eu quero me solidarizar, na certeza absoluta de que o povo de Rondônia, que muito deve a V. Ex^a pelo trabalho fértil que realizou em prol do desenvolvimento daquele Estado, sobretudo, de forma respeitosa e competente, quando V. Ex^a mandou apurar e denunciar aqueles que queriam achacá-lo.

(Soa a campanha.)

O Sr. Jayme Campos (Bloco Minoridade/DEM – MT) – E V. Ex^a teve coragem de ir à imprensa e aos órgãos competentes para denunciar. De maneira que eu, particularmente, quero aqui dizer-lhe que V. Ex^a conta comigo, sou solidário a V. Ex^a. Tenho aqui o prazer de dizer ao Brasil que sou seu amigo e não me envergonho, até pelo fato de acreditar em tudo o que V. Ex^a acabou de relatar desta tribuna. V. Ex^a, em bom momento, prestou seu esclarecimento e, para mim, nem precisaria prestá-lo. Mas aqui tenho de manifestar o meu apoio e a minha solidariedade.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado, Senador Jayme Campos.

Concedo um aparte ao nobre colega Benedito, nosso Senador pelo Partido Progressista.

O Sr. Benedito de Lira (Bloco Maioria/PP – AL) – Senador Ivo Cassol, surpreendeu-me, sem a menor dúvida, quando tomei conhecimento – eu estava no aeroporto e um amigo meu me disse – de que o Supremo Tribunal Federal tinha tomado uma decisão condenando V. Ex^a, na época em que foi prefeito. Fiquei a imaginar como são as coisas da vida da gente. Eu o conheci quando V. Ex^a se filiou ao nosso Partido. Temos essa convivência aqui que é salutar. Em todos os momentos, percebi a importância que V. Ex^a tem para o Estado de Rondônia e, particularmente, para o nosso Partido. Mas são coisas da vida de um homem público. Muitas vezes somos surpreendidos sem absolutamente ter nenhuma responsabilidade para com o que aconteceu – é o gestor. Então, tudo aquilo que é feito atendendo as regras da lei, mas se cometendo algum erro material, formal, pode nos levar a passar por isso. Queria-lhe dizer que V. Ex^a continua merecendo o nosso respeito. O nosso Partido tem um sen-

timento muito importante a seu respeito, pelo que V. Ex^a representa na atividade política daquele Estado e pelo que trouxe para o nosso Partido. Então, receba, nobre Senador, a minha solidariedade e os meus cumprimentos. Tenho a certeza de que vamos continuar juntos trabalhando para o engrandecimento deste País e, particularmente, pelo Estado de Rondônia. Como disse o nosso Presidente, vamos aguardar o resultado final desse julgamento. Muitas vezes faz-se um julgamento, em determinado momento, e depois, num momento de reflexão, os próprios julgadores haverão de compreender que não era aquela a sentença que V. Ex^a deveria receber. E poderão, inclusive, mudá-la, porque haverá o instrumento legal que a lei ampara. Então, nobre Senador Ivo Cassol, receba, mais uma vez, os meus cumprimentos e a minha solidariedade.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado pelo aparte, Senador Benedito. Demais Senadores que apartearam, obrigado de coração.

Meu Líder, Presidente de honra, Senador Dornelles, quero aqui dizer que qualquer Senador, Sr. Presidente Casildo Maldaner, que tiver alguma dúvida em algum ponto que eu coloquei que eu me coloco à disposição, porque eu jamais vou deixar que alguma dúvida pairasse sobre esta Casa, simplesmente para querer manter ou permanecer no meu mandato como Senador.

Esse mandato foi Deus que me deu, com o voto do povo do Estado de Rondônia e, até o momento que os senhores e a população do Estado acharem conveniente, com certeza eu estarei aqui os representando.

Então, agradeço – tenho carinho especial por todo mundo – à minha família, ao meu pai que está aqui sentado junto, a todo mundo, aos Senadores.

E digo para vocês, Senador Dornelles, que eu não envergonhei vocês. Benedito, Senador, colega, todo mundo, Jayme Campos, Senador Paim, eu não envergonhei o Senado. Eu não desviei recursos. Eu não roubei. Eu não superfaturei. Eu não paguei obra que não foi executada. Mas, enquanto isso, há muitas obras, há muitos desvios que aconteceram e acontecem e estão adormecidos.

Eu fui condenado por uma questão técnica. Respeito a Corte máxima do nosso País. E continuo buscando Justiça. Que Deus abençoe todo mundo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Senador Ivo Cassol, eu sei que o momento de V. Ex^a não é fácil. E, como V. Ex^a bem afirmou: aguarde um acórdão do Supremo para os advogados de V. Ex^a verificarem os tipos de recursos que podem ainda fazer com que essa falha técnica seja esclarecida.

E, como disse, naturalmente, o eminente Senador Francisco Dornelles, (...)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – (...) ver se é possível ainda caber algum recurso, infringentes ou coisa que o valha, para poder encontrar um caminho.

Eu também quero deixar aqui, como o Senador Ivo Cassol é catarinense de nascimento, registrada a presença do progenitor de S. Ex^a, o Senador, o sempre amigo catarinense Reditário Cassol, que se encontra aqui no plenário, assim como a presença de diversos amigos, prestigiando-o.

(Soa a campanha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pela ordem (...)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pela ordem, o Senador...

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Do lado direito aqui, também tem um “pela ordem”.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, sou eu ou o Senador Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – V. Ex^a pediu primeiro pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Ex^a quer a palavra pela ordem?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Eu estou inscrito e era isso que eu queria perguntar, se sou o próximo orador.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Senador Valadares, agora, na sequência de inscrição, nós temos aqui o Senador Wellington Dias, em permuta com o Senador Cristovam Buarque. Depois tem o Senador Pedro Simon; depois, o Senador Cícero Lucena; e temos aqui, como Líder, (...)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Eu estou inscrito como Líder. E o próximo orador?

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Como Líder, nós temos aqui, na sequência, o próximo inscrito, nós temos aqui o Senador Eduardo Amorim, Senadora Kátia Abreu, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Eu sou o próximo orador, Presidente, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Como Líder, não estando o Senador Eduardo Amorim nem Kátia Abreu, será o Senador Valadares, como Líder. Mas, antes de o Senador Valadares falar, nós vamos pelos inscritos, porque o Senador Ivo Cassol falou como Líder, cedido pelo eminente Senador Francisco Dornelles.

(Soa a campanha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Então, pela ordem, V. Ex^a.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para fazer uma comunicação.

Sr. Presidente, na tarde de ontem, nós tivemos uma reunião dos Líderes do Senado Federal com a Presidenta Dilma e eu fui designado pelo eminente Líder Francisco Dornelles para representar o Partido naquele encontro. Lá se tratou de diversos assuntos, inclusive dos vetos que serão objeto de análise do Congresso Nacional no próximo dia 20. Dizíamos à Presidenta, Senador Valadares, que os pequenos agricultores, endividados, continuavam sendo tratados como se nada representassem, pelo Banco do Nordeste, pelo Banco do Brasil, exatamente pelas contas do Tesouro Nacional. E nós dizíamos à Presidenta naquela oportunidade, Sr. Presidente, que as ações executivas continuavam sendo feitas, mesmo com a lei dizendo que estavam suspensas até dezembro de 2014, e a Presidenta, imediatamente, determinou à Ministra Gleisi que entrasse em contato com o Presidente do Banco do Nordeste, com o Presidente do Banco do Brasil, para lhes dizer que cumprissem a lei. Não admitia que a lei não fosse cumprida. Se as execuções estavam suspensas era porque estavam suspensas.

Mas não é verdade, Sr. Presidente. Está aqui. Eu recebi no meu gabinete hoje, nobre Senador Valadares, recebi no gabinete de trabalho alguns representantes desses trabalhadores do Nordeste brasileiro, trazem-

do as notas promissórias, duplicatas que estão sendo executadas, mesmo contrariando a lei.

É preciso que esta Casa cobre do Banco do Nordeste, do Banco do Brasil que cumpram a lei. Cumprir a lei não é executar. Estão suspensas as execuções fiscais.

Então, eu queria dizer nesta Casa que a Presidenta Dilma foi muito enfática ontem, muito determinada: mandou comunicar aos presidentes dessas instituições que eles eram obrigados a cumprir a lei e suspender todas e quaisquer execuções, porque é um absurdo o que está acontecendo.

E aqui aprovamos uma medida provisória, que estabelecia esse critério. Ela anunciou publicamente, no lançamento do Plano Safra, aqui no Palácio e lá na Bahia, que as operações de execução estavam suspensas por determinação de lei aprovada pelo Congresso e por ela sancionada.

Então, Sr. Presidente, é lamentável, mas é assim mesmo. Eu me lembro que, quando eu era mais jovem, mais jovem é um homem de mais idade, me dizia Valadares, porque ele glorificou a minha trajetória política, trabalhando sempre para ajudar aos pequenos, e essa pessoa me dizia o seguinte: “Você vai ter muitas frustrações e decepções na vida, porque é muito difícil ajudar os pequenos.” Mas eu vou continuar com esse trabalho. Eu vou continuar seguindo o meu roteiro político, fazendo mais por aqueles que, na verdade, merecem que sejam tratados melhor.

Por isso, Sr. Presidente, essa é a reclamação que eu faço. E apelo, daqui, para a Ministra Gleisi e para a Presidente da República: determinem a esses presidentes que, se contrariarem a decisão do Congresso Nacional, cabe à Presidenta demiti-los dos cargos, gerente ou quem quer que seja. Por quê? Porque a lei é para ser cumprida, doa a quem doer, seja ele pequeno ou grande. Não é a lei apenas para os pequenos e nada para os grandes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – A Mesa recebe a comunicação de V. Ex^a, Senador Benedito de Lira, em prol dos Municípios que representa, toda a região do Nordeste e dos produtores rurais principalmente, conforme expõe nessa comunicação.

(Soa a campanha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com a palavra, em permuta

com o Senador Cristovam Buarque, o eminente Líder Wellington Dias.

Só para deixarmos claro: logo após a palavra de V. Ex^a, nós temos aqui, como Líderes inscritos, Eduardo Amorim e Kátia Abreu. Como não se encontram, deverá ser o Senador Antonio Carlos Valadares, como Líder. Depois, serão os inscritos: Senador Pedro Simon, não estando; Cícero Lucena, não estando; nós temos aqui o Senador Paulo Paim, que falará depois.

Com a palavra V. Ex^a, Senador.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, saudar V. Ex^a, Senador Casildo, homem experiente; saudar aqui todos os produtores aqui presentes e dar aqui um testemunho da reunião que tivemos ontem com a Presidenta Dilma, onde os líderes, em nome das bancadas do Nordeste – aqui destaco a bela defesa do Senador Benedito de Lira, da nossa gloriosa Alagoas, que ali fez um contundente depoimento sobre a situação de cobranças, de execuções feitas no seu Estado –, e eu também tratei do meu Estado, o Piauí, também o Senador Eunício tratou do Estado do Ceará, para citar alguns dos líderes nordestinos.

Quero aqui, como bem disse o Senador Benedito de Lira: qual é a situação? A Presidenta esteve no Ceará, numa reunião da qual participamos, depois, na Bahia, e ali anunciou para todo o Brasil, no entendimento que fez com a bancada nordestina, com governadores do Nordeste, com a cobrança dos produtores do Nordeste, levando em conta claramente que nós tivemos um dos momentos mais duros da nossa região, não apenas no ano de 2012, mas também no ano de 2011 e continua no ano de 2013. Já vinha essa situação de anos anteriores. Eu quero destacar que aqui nós tivemos no debate alguns avanços que são fundamentais, por isso é importante. Neste instante, nós estamos negociando, na Medida Provisória nº 610, alguns pontos que foram vetados. Estamos tratando para, exatamente, melhorar essas condições.

Vejam, em projetos anteriores, nós tínhamos vários programas que ficavam de fora por duas razões principais: a primeira, a fonte dos recursos. “Ah, isso aqui é do FAT, não pode. Ah, isso aqui é de tal linha de financiamento; vem do BNDES, não pode.” E ali ficou acertado que a regra vale para qualquer fonte de financiamento. Segundo: é uma regra que também nos escapou aqui durante várias leis que fizemos na última década e também nesta. Passou-se a usar o termo Programa de Agricultura Familiar. E, na verdade, é um programa que nasceu no Governo do Presidente Lula, em 2003. Antes, em 2002, 2001, ou seja, nos

anos anteriores, o termo utilizado era mini e pequenos produtores ou pequenos produtores rurais.

Em uma reunião técnica que tivemos, da qual participei, com o Ministério da Fazenda, com os bancos e a área jurídica... Por que a gente aprova uma lei e continua a execução? Porque a lei, a rigor, é apenas para os contratos que são do Pronaf ou para os contratos que têm recursos do FNE ou...

Então, agora nós aprovamos aqui uma regra que atende a todos os produtores. É anistia? Não. Mas é uma redução de até 85%, o que é importante. E mais ainda: tem uma regra que foi negociada com a própria Presidenta da República. A regra... Disse a ela: "Presidente, se não tiver uma lei, uma regra estabelecendo que ficam suspensas todas as execuções, arquivadas e encerradas. E depois, caso o produtor requeira esse processo judicial, vai dar problema. Então, ponha na lei. E foi colocado na lei. É isso o que nós aprovamos aqui no Senado e na Câmara.

Então, ontem o que eu quero destacar é que a Presidenta ficou, inclusive – devo dizer aqui – irritada. Na mesma hora, pegou o telefone e tratou com o Presidente do Banco do Nordeste, Ari Fontana, que estava naquele instante reunido com sua diretoria, determinando que ele tomasse imediatamente uma providência. Então, deve ter sido publicada hoje uma portaria, uma circular do Banco do Nordeste para toda sua rede, obrigando todos os gerentes, todas suas equipes a obedecerem à lei. Meu querido Senador estava lá. Agora é sob pena da lei, para não usar outros termos aqui.

Então, o que quero dizer é que estão corretos os produtores em virem à luta. Infelizmente, mesmo em situações em que se tem uma vitória, como essa da lei, ainda se tem uma situação dessa de má vontade para o seu cumprimento. É a burocracia brasileira. Mas agora acho que isso vai funcionar. E estaremos atentos para o funcionamento.

Eu queria saudar todos os produtores presentes, todas as lideranças também. Quero saudar os lá do meu Estado do Piauí, que também estão sempre cobrando, presentes nessa luta.

Ao mesmo tempo, estamos trabalhando com muita preocupação em relação a esse novo período. Não é porque choveu em algumas regiões que resolveu o problema. Nós tivemos perdas reais em muitas regiões.

Por exemplo: estamos trabalhando as condições para ter o aumento inclusive da cota para o abastecimento do milho, um conjunto de outras formas de sustentação dos animais, de garantias para novos financiamentos. Por isso é importante a suspensão da execução. Por isso é importante tirar da inadimplência, para que o produtor não só tenha a solução do seu

contrato, como ainda condições de tirar o novo contrato de financiamento.

Isso interessa não a vocês, produtores. Isso interessa ao Brasil. É ao Brasil que interessa ter mais produção. E se a gente tira da capacidade, da condição de produzir dos nossos produtores, certamente, quem perde é o povo brasileiro, que tem a condição de produção rebaixada.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Senador Wellington, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Com o maior prazer, Senador Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Senador Wellington, antes de iniciar o seu pronunciamento, V. Ex^a começou falando de um assunto a que se referiu o nosso Senador Benedito de Lira, de Alagoas, que é altamente constrangedor para os produtores rurais, os pequenos produtores rurais do Nordeste, principalmente aqueles que sofreram as consequências e os efeitos da longa estiagem que se abateu sobre a nossa região nordestina. Lamentavelmente, o Brasil ainda é assim. Nós aprovamos aqui alguns dispositivos que beneficiaram substancialmente não só a agricultura familiar, mas a agricultura de modo geral. E uma luta encetada durante vários e vários anos foi em parte bloqueada com o veto da Presidenta da República, e esse veto vai ser (*Palmas.*) apreciado na próxima terça-feira, com a anuência do Relator, o Senador Eunício Oliveira, que disse que havia negociado com o Governo Federal, com a equipe econômica. Nós pensávamos que não haveria nenhuma resistência do Poder Executivo aos dispositivos contidos naquela Medida Provisória nº 610, que se converteu em lei, mesmo com o veto presidencial. De outro lado, o seguinte, como é que os bancos oficiais... Ninguém, neste País – está na Constituição –, pode desconhecer a obrigatoriedade de uma lei, o cumprimento de uma lei, ninguém pode se dar por ignorante, por analfabeto, por alguém que desconhece o cumprimento da lei depois que ela é sancionada pela Presidenta da República, com referência à suspensão das execuções judiciais. É lamentável que uma portaria, que tem um valor apenas simbólico, tenha mais força do que a lei. Quer dizer, no Brasil, as coisas se invertem. Primeiro, tem que se apresentar uma portaria para a lei valer, quando deveria ser o contrário: a portaria só deveria existir depois de uma lei. São as coisas do Brasil que precisam, de uma forma ou de outra, acabar porque nós estamos hoje numa democracia participativa. As manifestações aí estão dizendo desse jeito. E uma democracia em que o cidadão tem todo o direito de ver a lei aplicada sem nenhuma restrição. Então os bancos

oficiais, que observam diuturnamente o que acontece no âmbito financeiro, deveriam ter acompanhado também no âmbito legislativo e no âmbito da Presidência da República o que é direito do produtor rural. A portaria no Brasil, hoje, tem mais força do que uma lei aprovada pelo Parlamento. Lamentavelmente. (*Palmas.*)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Eu quero cumprimentar o nosso valoroso e experiente Senador Valadares, que teve também a experiência de governar o seu Estado, com muita competência, muito querido por todos nós e pelo seu povo.

Vejam só, hoje a gente tratou, no Colégio de Líderes, aqui no Senado, com o Presidente Renan, inclusive para que sobre a Medida Provisória nº 610 a gente possa ter as condições desse entendimento. Por quê? Porque na votação do veto nós temos duas alternativas: manter o veto ou derrubar o veto. Para derrubar o veto, precisamos de *quorum* qualificado. Precisamos de 49 aqui no Senado; precisamos de 308 lá na Câmara.

O que nós colocamos? Vou citar. Nós tivemos agora entendimento em relação ao veto que foi feito no Ato Médico, em relação ao veto que foi feito num projeto que trata de um conjunto de incentivos que foram dados ao setor produtivo, empresarial, na área da indústria, especialmente e, da mesma forma, há, da parte do Governo, uma compreensão tratada com o próprio Relator daqui, o Senador Eunício, que disse para a Presidenta: “Presidenta, as coisas que eu coloquei no projeto foram tratadas com o Governo, está certo? Então é preciso ter sustentabilidade”.

Então ela colocou ontem, claramente, a disposição de fazer esse entendimento. São 85 vetos apenas na Medida Provisória nº 610. E é verdade que tem muita coisa ali que não foi combinada, que veio da Câmara, que não foi combinada com o Palácio. Então há a ideia é separar o joio do trigo.

Mostramos, inclusive, que dessa forma ela ficou menos avançada, com menos benefícios para os produtores do que tinha na anterior. Em razão disso, nós abrimos esse processo de negociação, de entendimento, e acho que vamos ter, sim, o entendimento. Não havendo o entendimento, é no voto que vamos tratar.

Senador Eduardo Amorim, com o maior prazer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Aí são 41 votos, não é, Senador?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Quarenta e um. Eu falei 49? São 41, desculpe.

O Sr. Eduardo Amorim (Bloco União e Força/PSC – SE) – Senador Wellington Dias, obrigado pelo aparte. Quero aqui também expressar minha preocupação com vários vetos. V. Exª fala, neste momento,

na Medida Provisória nº 610. Entre outros aspectos, veja, aquela pessoa que conseguiu com muito trabalho, com muita força, com muita determinação, querendo honrar realmente os seus compromissos, colocar em ordem, cumprir os seus compromissos financeiros com as instituições bancárias em perfeita ordem, em dia, esse está sendo também penalizado. Esses terão suas dívidas refinanciadas, é verdade, um grande avanço, mas esses que conseguiram manter, com muito sacrifício, apesar das inúmeras perdas com a seca, esses realmente terão uma taxa de juros muito maior do que aqueles que não conseguiram, por motivos diversos, pagar as suas dívidas. O justo é aquilo que está na medida provisória, que, infelizmente, foi vetado: que todos tivessem a mesma oportunidade, aqueles que não puderam honrar os seus compromissos, como já foi dito, pelo que se passou e pelo que está passando ainda o Nordeste brasileiro e o Norte de Minas, e também aqueles que conseguiram cumprir, com muito sacrifício, muitas vezes se desfazendo do seu patrimônio por um valor muito menor, mas que mantivesse ali as suas contas em perfeita ordem. A gente não pode penalizar essas pessoas também; elas foram justas. Muitas vezes, para poder cumprir aquele compromisso, ela teve que se desfazer de muitos bens. Assim, o certo, o justo, é como estava na medida provisória, ou seja, os juros iguais para todos. Mas isso, infelizmente, não foi seguido e esse assunto foi vetado. Por isso a gente pede realmente o apoio de todos os amigos e colegas para que analisem com muito carinho essa situação também. São diversas situações, como aqui já foi destacado por V. Exª e pelo Senador Valadares, e, como foi discutido hoje entre os Líderes, é preciso analisar para que a justiça seja feita e para que não se traga prejuízos, nem para aqueles que não conseguiram cumprir os seus compromissos, nem para aqueles que, com muito sacrifício, também cumpriram os seus compromissos, volto a dizer, muitas vezes se desfazendo daquilo que tinham e do que não tinham para manter os seus compromissos com as instituições bancárias. Muito obrigado, Senador.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo /PT – PI) – Concordo com V. Exª e lembro que esse tema da taxa de juros é também um dos temas que foi levantado exatamente para justificar a necessidade da correção.

Sr. Presidente, quero, portanto, manifestar aqui – e tenho certeza de que falo não apenas como Senador, mas como Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores e do Bloco – essa posição nossa de buscarmos as condições de corrigir qualquer injustiça que tenha acontecido, especialmente em relação aos que mais

precisam; aqueles que ora perdem com enchentes, ora perdem por irregularidades de chuvas.

Eu quero ainda, Sr. Presidente, antes de tratar de um tema aqui bem rapidamente, dizer que hoje tivemos uma reunião importante no Ministério das Cidades, quando tratamos de uma situação na região Sul de Teresina. Nós temos lá um conjunto de projetos habitacionais que foram aprovados, somando-se a um conjunto de alguns que já foram executados ou que estão em execução, e surgiu um problema. Houve uma mudança de regra – e está correta a regra, eu devo afirmar aqui –, a necessidade de se ter o cuidado, junto com áreas em que há concentrações de habitações para quem não tinha, de se ter a escola, a creche, a unidade de saúde, enfim, os equipamentos necessários, além de um plano voltado para a mobilidade urbana, voltado para a empregabilidade, para a presença de comércios, enfim. Para quê? Para que a gente não tenha certo empurrar dos mais pobres, dos sem-teto, para regiões onde estão distantes dos serviços essenciais às pessoas, às famílias, especialmente nessas áreas como saúde, educação, a compra de serviços e manutenção do seu lar. Ali foi feito um entendimento com a prefeitura de Teresina, com a Caixa Econômica Federal, com o Ministério das Cidades, com as empresas, nessa direção. Quero saudar vários empreendimentos, como o Angicos e vários outros que estão ali para serem regularizados.

Destaco aqui, ainda, que hoje, em entendimento com a Ministra Miriam Belchior, fruto da reunião de ontem com a Presidenta Dilma, as condições para o início de uma obra que foi incluída no PAC, ainda no ano de 2010. Por razões técnicas, quando saiu o cronograma financeiro, em 2011, ela terminou não tendo plano de execução. Agora é dada a condição de retornar, que é a BR-235, o trecho que liga a região de Redenção do Gurguéia, Gilbuês, em direção a Santa Filomena. Está ficando pronta, é uma execução feita por uma parceria do Ministério dos Transportes, DNIT, com o Governo do Estado, e agora outro trecho, que vai da região dos cerrados à região de Bom Jesus do Gurguéia, passando próximo a Santa Luz, no Piauí, à cidade de Guaribas, até chegar à cidade de Caracol, próxima de São Raimundo Nonato, na divisa com a Bahia, uma região muito rica, porque de um lado estão o Parque Nacional Serra da Capivara e o Parque Nacional da Serra das Confusões e grandes reservas minerais de fósforo, níquel, calcário, manganês, argila branca. Enfim, há necessidade dessa rodovia para o seu desenvolvimento, além, é claro, da produção e criação de animais.

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – E também o compromisso de que a BR... A probabilidade é de que, na reunião do Conselho de setembro, a gente tenha as condições de inclusão do início dessa importante obra.

A outra, a BR-222, um trecho que vem de Piripiri, onde está o Parque Nacional Serra da Capivara, uma cidade já próxima a Parnaíba e ao Ceará, em direção à Batalha, à cidade de Esperantina, em direção a Matias Olímpio, saindo pelo lado do Maranhão. Destaco aqui o trabalho do ex-Deputado Federal Themístocles Sampaio, que foi um dos Parlamentares mais idosos a fazer parte desta Casa, do meu Estado, que faleceu recentemente; o Deputado Marlllos Sampaio, outro Parlamentar dessa região, que colocava emendas para essa região, botava e era perdida. Por quê? Porque não entrava no Programa de Aceleração do Crescimento. Agora a gente tem as condições de ver essa obra realizada.

Tenho defendido, desde que fui governador, a gente trabalhou as condições de projeto, precisa da sua aprovação, para que a gente possa ter a inclusão nas novas obras do PAC, como foi o compromisso da Presidenta Dilma e da Ministra Miriam Belchior.

Sr. Presidente, quero aqui, bem rapidamente, registrar que amanhã devo estar na cidade da Parnaíba, juntamente com outras lideranças do Governo Federal; do Legislativo, com Parlamentares como o Senador Cyro Miranda, que me confirmou que estará lá, o Senador João Vicente, Deputados como Assis Carvalho e vários outros; certamente o Senador Mão Santa estará lá na Parnaíba. É o aniversário de 169 anos da Parnaíba. Quero começar aqui dando os parabéns, porque esse aniversário, na verdade, é hoje.

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Em razão das votações aqui, não pude ali comparecer. São duas cidades importantes, que tocam muito, pelo meu sentimento, também o meu coração. Parnaíba, a nossa capital do litoral piauiense, e a capital do meu Estado, a nossa querida Teresina.

Parnaíba, como eu disse, celebra nesta quarta-feira, dia 14 de agosto, seus 169 anos. A antiga vila, São João da Parnaíba, uma das mais antigas do Brasil, foi um dos mais importantes centros econômicos do Brasil Colônia, com o porto exportando para a Europa manteiga, borracha da maniçoba, o couro. Por isso que se canta – e não é no Piauí que se canta, é lá em Minas Gerais: “O meu boi morreu, o que será de mim, mande buscar outro, [...] [meu bem], lá no Piauí”. Na verdade, eram os mineiros, que eram abastecidos de

carne a partir do Piauí, que cantavam “Manda buscar outro [...] lá no Piauí”...

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo /PT – PI) – ... e também Portugal. Ali saíam embarcações a vapor, por isso que a gente está cobrando as condições da conclusão do Porto de Luís Correia, porque, no passado, a gente já teve... O Barca do Sal, que foi trabalhado pelo nosso ex-governador e Senador Alberto Silva.

Então, atualmente, Parnaíba continua a mostrar sua força, sendo a segunda maior cidade do Piauí e a quarta do Nordeste em desenvolvimento econômico, segundo o anuário Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil, da Frente Nacional de Prefeitos.

Com uma população de aproximadamente 146 mil habitantes, Parnaíba tem belezas naturais indescritíveis.

É chamada carinhosamente de capital do Delta, capital da rota das emoções. Ali de um lado a região de Jericoacoara e do outro a região de Camocim, onde está o Delta do Parnaíba, é o portal de entrada para o único delta em mar aberto das Américas: o Delta do Parnaíba.

Parnaíba vive atualmente uma situação confortável de desenvolvimento que pode ser visto em setores como comércio e habitação.

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo /PT – PI) – Destaco aqui o trabalho do ex-prefeito José Hamilton, com quem fiz importantes parcerias; o atual prefeito do nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, Florentino Neto, que desenvolve ali um belíssimo trabalho com a sua equipe, com o nosso vice-prefeito, vereadores e todas as lideranças.

Mas como nos grandes centros em desenvolvimento, Parnaíba ainda apresenta algumas carências: estamos trabalhando para que o Aeroporto Internacional de Parnaíba entre na rota dos voos regulares, principalmente para que seja possível aproveitar melhor a localização turística estratégica entre o litoral do Ceará e os Lençóis Maranhenses.

Fiz um convite à Presidenta para ir agora, nos próximos dias, ao Piauí, ir a Parnaíba, para que ali possa inaugurar uma obra destacada que é o linhão que leva energia da região de Piripiri para o nosso litoral e permite inclusive a venda de energia eólica que ali é produzida na região da Pedra do Sal. Também destaco, quanto a esse aeroporto, a inclusão no plano nacional de aeroportos regionais.

Também quero fazer uma homenagem, Sr. Presidente, à minha capital Teresina, que completa 161 anos na próxima sexta-feira, dia 16.

Teresina, também chamada cidade verde, possui o melhor Índice de Desenvolvimento Humano do Piauí, acima de 0,8, muito desenvolvido pela classificação das Nações Unidas, encabeça o crescimento social e econômico pelo qual o Estado passa nos últimos 10 anos.

E como diz a música: “Ai, troca, quem troca, destróia. Minha Teresina não troco jamais”!

Essa cidade me recebeu ainda como adolescente e ali tive acesso à educação, fiz o meu ensino médio, técnico em contabilidade...

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo /PT – PI) – ... pude ingressar numa universidade, ter o meu primeiro emprego, constituir uma família com a minha esposa Rejane e ter nossos filhos, todos nascidos em Teresina.

Ainda temos muito a conquistar na nossa capital. A nossa capital é nova e tem potencial para crescer, principalmente em setores como comércio, comércio varejista e comércio atacadista, turismo e, como grande centro prestador de serviço, industrializador. Hoje somos o maior polo de negócios e serviços do meio norte do Brasil. Estamos aqui entre o Norte e Nordeste, entre a Região Amazônica e o Nordeste e a Região Centro-Oeste e podemos nos transformar num polo de desenvolvimento cada vez maior.

É hoje um grande polo de saúde, para citar um exemplo desenvolvido, referência para todo o Brasil.

Então, aliás, quero destacar aqui uma luta travada. Ligaram hoje as pessoas das entidades ligadas a pessoas com deficiência pedindo ao Governador Wilson Martins que possa garantir os recursos necessários para o complexo de reabilitação, que teve um crescimento muito grande na quantidade de atendimento durante seu Governo.

Presto aqui a minha homenagem aos homens e mulheres que acreditaram no potencial dessas duas cidades, Teresina e Parnaíba. Parabéns aos parnaibanos, aos teresinenses e a todos aqueles que acreditam no meu Piauí. Parabéns pelas conquistas e por tudo aquilo que virá!

Nas duas cidades temos uma grande agenda de inaugurações, lançamentos de obras. Se Deus quiser, estaremos presentes, na próxima quinta-feira, amanhã, em Parnaíba; na sexta-feira, à tarde, espero estar de volta, para lá do Poti Velho, que é a região onde teve origem Teresina, possamos ali cortar o bolo e cantar parabéns com o povo das origens de Teresina.

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo /PT – PI) – Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

Que Deus abençoe a todos!
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Wellington Dias, o Sr. Casildo Maldaner, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Senador Wellington Dias, Líder do Partido dos Trabalhadores, como sempre fazendo uma bela exposição sobre o trabalho da Presidenta Dilma e o seu trabalho no Estado.

Passamos de imediato a palavra, como Líder, ao Senador Antonio Carlos Valadares, que permutou com o Senador Eduardo Amorim.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar eu gostaria de agradecer ao Senador Eduardo Amorim, nosso companheiro de Bancada de Sergipe, por ter feito a permuta comigo, tendo em vista que logo em seguida terei um evento inadiável. Agradeço a V. Ex^a Senador Eduardo Amorim pela gentileza.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sob a minha coordenação, realizou na última sexta-feira, dia 9 de agosto, em Aracaju, capital do meu querido Estado, o Seminário de Desenvolvimento Regional e Turismo no Nordeste.

O encontro, que reuniu importantes lideranças políticas e empresariais de Sergipe e do Nordeste, trouxe grandes notícias para a região, notadamente para o nosso Estado.

Durante o evento foram assinados documentos que representam significativos investimentos para o desenvolvimento econômico e turístico do Nordeste.

Em primeiro lugar, a autorização para a licitação do anteprojeto da primeira etapa da construção do Canal de Xingó, com 130km, mas, no total, o canal terá 305km de extensão. Esse documento foi assinado pelo Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, e pelo Governador em exercício, Jackson Barreto.

Outro documento importante foi o acordo entre o Ministério do Turismo e o Governo de Sergipe para a potencialização da atividade turística em Aracaju, com destaque para a reforma e a ampliação do Centro de Convenções.

A construção desse Centro de Convenções iniciou-se no primeiro governo de João Alves Filho, hoje Prefeito da capital, e foi terminada quando eu fui Governador de Sergipe. Por coincidência, agora será ampliada essa obra, proporcionando, sem dúvida alguma, grandes possibilidades, grandes perspectivas

para o desenvolvimento turístico de eventos na cidade de Aracaju.

Outro documento que eu quero assinalar é o Pacto de Sinalização Turística entre o Ministério do Turismo e a Prefeitura Municipal de Aracaju para a implantação, melhoria e expansão da sinalização turística da cidade.

Nós sabemos que os turistas que visitam qualquer cidade têm que encontrar uma boa sinalização; do contrário, eles se perdem nas ruas, nas avenidas, nos bairros e não têm o direcionamento correto sobre onde ficam os centros de convenções, onde se encontram os mercados, os restaurantes, as praias. Enfim, todos aqueles monumentos históricos que integram a cidade devem ser objeto de preocupação do administrador. É importante colocar à disposição do turista uma sinalização competente e adequada.

O Ministro do Turismo assinou com o Prefeito de Aracaju justamente esse acordo para a implantação na cidade de Aracaju, nossa capital, de uma nova sinalização, beneficiando assim todos os nossos visitantes.

No seminário, Sr. Presidente, também foram feitas exposições pelos Ministros Fernando Bezerra Coelho, da Integração Nacional, e Gastão Vieira, do Turismo, sobre ações de suas pastas para o Nordeste; pelo Secretário de Turismo de Sergipe, Elber Batalha Filho, sobre a experiência em Sergipe, no turismo e no desenvolvimento; pelo Presidente da Confederação Nacional do Turismo, Nelson de Abreu Pinto, sobre a contribuição das entidades representativas do turismo para o desenvolvimento dos Municípios; e também pelo Secretário de Turismo de Pernambuco, Alberto Feitosa, sobre o potencial turístico do Nordeste como gerador de progresso e desenvolvimento da região; e pelo Coordenador de Gestão de Conteúdo e Informação de Produto da Embratur, Vicente José de Lima Neto, sobre os principais desafios para o desenvolvimento do turismo na região Nordeste.

Na ocasião, Sr. Presidente, destaquei os avanços dos investimentos de Sergipe no desenvolvimento e na promoção do turismo, lembrando a importância dessa atividade para o progresso econômico da região. O turismo é cada vez mais uma ferramenta fundamental – disse eu naquela ocasião – para o desenvolvimento regional, o que deixa clara a necessidade de fomentarmos, cada vez mais, a atividade turística, identificando suas potencialidades produtivas e o incremento de seu dinamismo econômico.

O seminário foi uma reunião histórica não só pela presença de dois Ministros de Estado, vários Senadores da República, Senadores do PSB – Rodrigo Rollemberg, Lídice da Mata e Capiberibe, do Estado do Amapá –, Senadora Maria do Carmo, Deputados Federais – Laercio Oliveira, Valadares Filho, Mendonça

Prado, Fabio Reis, Márcio Macedo e Rogério Carvalho –, empresários e outras lideranças políticas regionais, mas, principalmente, pelos resultados concretos e objetivos que já apresentou, como a assinatura para a autorização da licitação do anteprojeto do Canal de Xingó, uma obra fundamental não só para Sergipe como também...

O Sr. Eduardo Amorim (Bloco União e Força/PSC – SE) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – ... para todo o Nordeste, que transforma em realidade o sonho de todo o povo sergipano, especialmente do povo da região do Semi-árido. É a água da libertação.

Concedo, com muito prazer e alegria, um aparte ao nobre Senador Eduardo Amorim.

O Sr. Eduardo Amorim (Bloco União e Força/PSC – SE) – Obrigado, Senador Valadares. Quero aqui parabenizá-lo pelo grande feito para o nosso Estado de Sergipe, pelas conquistas, pelo grande seminário realizado, pela comissão que o senhor preside, a CDR. Como V. Ex^a já disse, o seminário contou com a presença de diversos Parlamentares, de autoridades não só do nosso Estado, mas também de outros Estados. Foi belíssimo e muito bem-organizado. Infelizmente, por um compromisso já marcado anteriormente, não pude estar presente. Justifico aqui, mais uma vez, a minha ausência. A Maternidade São José, uma instituição de caridade que funciona em Itabaiana, com quase meio século de existência, e onde nascem, por mês, quase 400 crianças de toda a região do agreste do sertão sergipano, recebeu um título importante da Câmara dos Deputados: o título de Hospital Amigo da Mulher, em homenagem ao Dr. Pinotti. Então, eu já havia marcado esse compromisso com muita antecedência e, quando retornei à capital, o seminário já estava se encerrando. Mas parabeno V. Ex^a e todos aqueles que ajudaram a realizar esse tão importante seminário, um seminário vitorioso. Parabéns, Senador! Sei que não é fácil fazer um seminário como aquele, mas os depoimentos que eu ouvi confirmam realmente a sensação de vitória e de conquista. E que bom que este sonho talvez esteja próximo agora: o Canal de Xingó. Como V. Ex^a disse, no primeiro momento, serão 130km, pegando a primeira parte da Bahia e entrando um pouco em Sergipe. Espero que o Governo Federal continue fazendo os 200km restantes, que terminam exatamente na Bahia, no Rio Sergipe, atravessando praticamente todo o nosso sertão e levando esperança.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Rio São Francisco.

O Sr. Eduardo Amorim (Bloco União e Força/PSC – SE) – Ele sai do Rio São Francisco e termina lá no Rio Sergipe...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Isso.

O Sr. Eduardo Amorim (Bloco União e Força/PSC – SE) – ... perto de Nossa Senhora da Glória. Essa esperança já vem de muitos anos com esse tão sonhado Canal de Xingó para o nosso Estado. E outra grande vitória realmente é o Centro de Convenções. Sergipe, neste ano, vai sediar um grande evento na área médica: o 60º Congresso Brasileiro de Anestesiologia, só com anesthesiologistas. Conseguimos fazer com que esse congresso fosse realizado em Sergipe há quase treze anos, mas, infelizmente, de lá para cá, não houve praticamente nenhum investimento nessa área para a renovação do nosso Centro de Convenções, para melhorar e aumentar a sua capacidade, como estamos recebendo agora. Sergipe precisa, sim, de mais investimentos, investimentos como esse, que tragam esperança para o nosso povo, para a nossa gente, porque sabemos que não está absolutamente nada fácil. Mais uma vez parabeno o senhor e toda a equipe da CDR pelo grande evento realizado lá no nosso pequenino Estado de Sergipe, mas que tem um coração enorme.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Agradeço, Senador Eduardo Amorim, o reconhecimento ao trabalho realizado pela CDR, nossa Comissão de Desenvolvimento Regional, que levou para Sergipe dois Ministros que anunciaram obras importantes para o nosso Estado e assinaram documentos com o nosso Governador em exercício, Jackson Barreto, que dão continuidade, sem dúvida alguma, àqueles pleitos realizados anteriormente pelo Governador Marcelo Deda, que está adoentado – estamos torcendo pela sua recuperação e rezando por ele.

Quero também dizer a V. Ex^a, Senador Eduardo Amorim, que realmente esta obra do Canal de Xingó é uma obra monumental, que vai levar para o Semiárido do Estado de Sergipe, a começar lá de Poço Redondo e Canindé, passando por Nossa Senhora da Glória, Monte Alegre, Feira Nova, o lenitivo da água potável durante as longas estiagens.

Hoje, nós temos ainda a humilhação do carro-pipa e também um grande prejuízo para aquela bacia leiteira, cujo centro é Glória, que precisa de água para a manutenção dos rebanhos. Sem água, não há possibilidade de produção de leite nem de carne, tampouco de fornecimento de água potável para a população.

E, assim também, o canal servirá de fonte para a produção de frutas, a fruticultura, através do processo

de irrigação. Esta água vai nascer lá em Santa Brígida e também em Paulo Afonso, na represa, na usina de Paulo Afonso, e descerá para o Estado de Sergipe, pelo sistema...

O Sr. Eduardo Amorim (Bloco União e Força/PSC – SE) – De gravidade.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – ... de gravidade, sem gastar um tostão para a produção de energia elétrica, de bombeamento.

O Sr. Eduardo Amorim (Bloco União e Força/PSC – SE) – Diferente de outros canais.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Por isso, vai ser uma grande conquista quando esta obra estiver terminada.

No nosso Estado, na primeira etapa, ela vai entrar nos Municípios de Poço Redondo e Canindé de São Francisco; na segunda etapa, vai ingressar nos demais Municípios. E será uma obra que terá repercussão não apenas no Estado de Sergipe como também em todo o Nordeste, porque a produção advinda da irrigação vai, sem dúvida alguma, servir de barateamento dos preços dos produtos alimentícios. Além do mais, é a maior obra, em termos de montante de recursos financeiros, já realizada na história de Sergipe. Quando ela estiver completamente terminada, em termos de hoje, custará em torno de R\$6 bilhões; só a primeira etapa custará cerca de R\$2 bilhões.

A maior obra que nós tivemos, que foi a Adutora do São Francisco, custou em torno de R\$200 milhões. Digo isso para que possamos fazer a comparação entre a magnitude da obra a ser realizada pelo Governo da Presidenta Dilma, através do Ministério da Integração e da Codevasf, e as demais obras que foram realizadas no Estado de Sergipe, como, por exemplo, a Ponte Gilberto Amado, a Ponte Jornalista Joel Silveira, a Ponte do Atalaia, a Ponte João Alves. Não há como compará-las, em termos de investimento financeiro, com aquilo que vai fazer o Governo da Presidenta Dilma, executando esta obra histórica, que é o Canal de Xingó, para a independência econômica do nosso Estado e a assistência hídrica aos nossos sertanejos.

O Sr. Eduardo Amorim (Bloco União e Força/PSC – SE) – Já merecíamos isso há mais tempo, Senador, mas que bom que a Presidente Dilma está proporcionando isso ao nosso Estado, aliás, não só ao nosso Estado, mas também para uma região extremamente pobre e carente, que é o noroeste da Bahia! Queria lembrar que o rio estará mais pleno, mais cheio, exatamente no período em que convivemos com a seca.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Obrigado.

Sr. Presidente, para encerrar, na oportunidade, recebi do Secretário de Turismo de Pernambuco, Sr. Alberto Feitosa, que representava todos os dez secretários ali presentes, uma carta, em nome de todos eles, solicitando a interferência da nossa Comissão junto à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para solucionar graves problemas enfrentados na aviação comercial brasileira, como a prática de preços elevados das passagens, a falta de regularização do setor quando da introdução ou subtração de voos e a falta de medidas eficazes para a correção de discrepâncias existentes no setor.

Hoje, na reunião da CDR, coloquei o assunto em pauta. Vamos convidar não só o Ministro da Aviação Civil como também, em outra audiência, os representantes da Anac e das empresas aéreas para sejam ouvidos pela Comissão e, através de um debate qualificado, possamos tirar todas as dúvidas e encaminhar soluções para o setor turístico do nosso País, notadamente o setor de aviação.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, pela oportunidade. Aproveito para agradecer a presença dos prefeitos municipais, da imprensa falada, escrita e televisada e, também, a presença da Assembleia Legislativa, que se fez representar pela nossa Deputada Estadual Conceição Vieira; do Presidente da Câmara de Vereadores, Vinícius Porto, e de vários vereadores de todo o Estado. Enfim, um acontecimento regional, que se tornou, na verdade, um acontecimento nacional, pela presença de ministros tão importantes do Governo da Presidenta Dilma.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, esse foi o Senador Antonio Carlos Valadares.

Passamos agora a palavra ao Senador Eduardo Amorim, que gentilmente tinha permutado com o Senador.

Eduardo Amorim com a palavra. Em seguida, se o Senador Eduardo Amorim puder presidir por alguns minutos, para que eu faça um pronunciamento, assim eu farei.

V. Ex^a fala pelo tempo que entender necessário.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Com muito prazer, Presidente, com muita honra.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, espectadores da TV Senado, todos os que nos acompanham pelas redes sociais, em uma entrevista recente, perguntaram-me a respeito da situação dos serviços básicos prestados à nossa popula-

ção. Infelizmente, as ruas têm manifestado e têm dito o quanto precisamos melhorar.

A situação da saúde pública, por exemplo, da educação, da segurança não é nada boa, Presidente, infelizmente. No meu Estado, o Estado de Sergipe, não é nada diferente. A situação é muito ruim. E o que está acontecendo para que estejamos em uma situação em que a sensação de insegurança seja tão grande? Inúmeros são os estudiosos do direito e de outras áreas que apontam a educação, ou a má qualidade dela, como a principal causa de situação em que o País se encontra, ou no que se refere à segurança pública especialmente.

Acredito que talvez o cerne da questão esteja relacionado à falta de investimento na área da questão dos recursos humanos, na necessidade de qualificar esses recursos humanos, bem como na própria estrutura no que diz respeito à educação pública em todo o País.

Temos bons exemplos pelo mundo. Cito aqui um, a Finlândia, que em poucos anos conseguiu sair de uma situação relativamente ruim na educação e, em menos de dez anos, chegou à situação extremamente boa, ou ótima, ou quase ótima, que levou aquele país a ser apontado como o que tem o melhor sistema educacional de todo o Planeta atualmente.

Segredo para isso? Priorizar três áreas. Primeiro: uma política de recursos humanos que qualifique e remunere justamente todos os profissionais envolvidos com a educação. Segundo: é preciso ter uma estrutura adequada, ter uma estrutura preparada para que todos, professores, educadores e alunos, estejam em ambiente extremamente sadio e propício para serem educados, para que possam ali aprender realmente aquilo que os mestres ensinam. Então, Sr. Presidente, remunerar esses profissionais, qualificá-los e ter uma estrutura é o segredo para que tenhamos uma educação muito melhor.

Para se ter uma ideia do que foi a qualidade do ensino público em Sergipe, citarei apenas um exemplo: um dos mais brilhantes juristas brasileiros da atualidade, o sergipano Carlos Ayres Britto, Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, estudou em uma escola pública. E poderia citar várias outras pessoas que se destacaram na sociedade brasileira e sergipana por suas atuações profissionais que estudaram em escolas públicas.

Infelizmente, nos últimos anos, pela situação em que se encontra, o ensino público em nosso País precisa melhorar; a situação é extremamente preocupante. É verdade que investimentos têm sido feitos, mas é preciso investir cada vez mais.

Em Sergipe, muitas das escolas do nosso Estado foram relacionadas como detentoras de um dos

piores índices do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Em contrapartida, temos no Estado o Colégio da Aplicação da Universidade Federal de Sergipe, que foi a nona mais bem colocada, segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, entre as escolas públicas de todo o País no que se refere ao ensino do sexto ao nono ano do ensino fundamental bem qualificado.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o que faz com que, no mesmo Estado, um Estado pequeno como Sergipe, tenhamos uma disparidade tão grande? A mim, o que parece é que, provavelmente, a questão está no modelo de gestão, na qualificação e na remuneração justa de todos os profissionais e no investimento, lógico, em infraestrutura. Não há segredo. Isso já tem sido demonstrado em experiências em todo o mundo, como já citei.

De fato, se tivermos um sistema educacional eficiente, com a formação de cidadão críticos e preparados para o ingresso em uma universidade ou no mercado de trabalho, certamente, teremos uma sociedade menos violenta. A questão da insegurança pública é grave em Sergipe e em todo o País.

Em uma das últimas edições do programa Fantástico da Rede Globo, foi veiculada uma matéria sobre o aumento assustador do número de latrocínios, roubos seguidos de morte, no Estado de São Paulo, por exemplo. Segundo a reportagem, números da Secretaria de Segurança Pública mostram que ocorre um roubo a cada dois minutos, Sr. Presidente – pasme! E, em média, na capital, uma pessoa foi morta por ladrões a cada dois dias, mais que em muitas e muitas guerras mundo afora, um aumento de 44% em comparação com os cinco primeiros meses de 2012.

A violência urbana, que, há algum tempo, já era concentrada nos grandes centros, hoje, espalhou-se por todas as cidades brasileiras, sem exceção, independentemente do porte. É assustadora e extremamente preocupante.

Sr. Presidente, os números da violência em Sergipe não ficam atrás. Os dados sobre os Crimes Violentos Letais Internacionais (CVLI), que englobam homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, aumentaram de 667 em 2010 para 708 em 2012, fazendo com que o Estado se tornasse o sexto mais violento do País, infelizmente. Centenas e centenas de famílias são dilaceradas, são destruídas anualmente no nosso Estado, ou seja, 33,9 por 100.000 habitantes são assassinados em Sergipe. Dizem os especialistas também que os primeiros dados deste ano apontam que, talvez, infelizmente, esse número passe da casa das 1.000 mortes em 2013. Tomara que isso não aconteça, Sr. Presidente. Tomara que isso não aconteça.

Contudo, os números relacionados a outros tipos de crimes não são menos preocupantes. Apenas para citar alguns exemplos: em 2010, houve 2 roubos a bancos e, em 2012, foram 14; roubo de veículos aumentou em 53%; roubos, 33,34%; estupro, 11,3%. Em contrapartida, os investimentos em segurança pública sofreram uma redução de 3,8%.

É de concluir que a violência social no Brasil está numa onda crescente, infelizmente. Destacam-se, desde os mais graves crimes, como o homicídio, até um simples acidente de trânsito, passando pelos furtos, roubos, contrabando, descaminho, *bullying*, falsificação de documentos e produtos diversos de tráfico de drogas e de armas, pela corrupção e pelo tráfico de seres humanos. É uma lista enorme, infelizmente. Enfim, Sr. Presidente, esses dados nos apavoram.

Por mais que o Brasil desenvolva ações públicas de combate à violência social, essa continua crescendo. Há a necessidade de aprimorarmos o sistema de segurança pública, bem como a forma de prover a educação no País. O conjunto dessas mudanças, certamente, será o grande propulsor da segurança de que todos nós precisamos e que merecemos.

Mas os problemas não param por aí. Um outro fator que nos tem preocupado sobremaneira, ao longo dos anos – e cada vez é mais preocupante –, é a questão que envolve a saúde pública no Brasil, sobretudo pela complexidade da questão, que vai do financiamento para a saúde até a falta de condições mínimas de trabalho para os profissionais que militam e trabalham na área, que se dedicam e se abnegam a salvar vidas e a evitar sofrimentos.

Ontem, participei de uma audiência na Presidência desta Casa, do Senado, com representantes do Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública. Na ocasião, foram entregues quase dois milhões de assinaturas, com o objetivo de garantir a tramitação do Projeto de Lei de iniciativa popular que garante o repasse integral e efetivo de 10% da receita corrente bruta da União para o SUS. Isso é justo, Sr. Presidente. Os Municípios e os Estados têm um percentual – foi adotado o princípio da percentualidade –, e, infelizmente, para a mãe União não foi adotado esse princípio da percentualidade ainda. Conto – creio e acredito nisso – com a sensibilidade da Presidente Dilma para isso.

Sr. Presidente, essa é uma iniciativa que tem o nosso total apoio, porque é uma necessidade. Não há vidas dignas se não há saúde, Sr. Presidente.

Uma pesquisa recente, encomendada pela CNI e realizada pelo Ibope, demonstra que 95% dos entrevistados reconhecem a importância e a necessidade de se destinarem mais recursos para a saúde.

Sr. Presidente, a questão da saúde passa por um financiamento mais justo. É investimento. Não é gasto, é investimento: mais recursos, uma política de recursos humanos.

Neste momento, o Ministério da Saúde, através da Medida Provisória nº 621, está promovendo o Mais Médicos. Diria que é preciso não só o Mais Médicos, mas que é preciso, também, o Mais Saúde, um programa que, realmente, reconheça todos os profissionais da saúde, aqueles que trabalham com a saúde, que valorize esses profissionais; que fixe esses profissionais, seja no posto de saúde, seja no pronto-socorro, seja no hospital. Como já tivemos, Sr. Presidente, no passado, em algumas situações. Ser um médico do Sesp, por exemplo, lá atrás, da Sucam, era passar em um excelente concurso público. E ele só seria profissional naquela área. Por que não, realmente, adotarmos uma medida como essa? Por que não reconhecermos um profissional somente do SUS, que se dedica e que se abnega ao SUS, dando a esse profissional uma condição digna de trabalho e também procurando valorizá-lo, pela qualificação e por uma remuneração justa? E não só para os médicos, mas para todos os profissionais da saúde, ou seja, falo de uma política de recursos humanos que saia, realmente, da mãe nação, do Governo Federal essa iniciativa.

Então, Sr. Presidente, como dizia, 82% desses entrevistados defendem que os recursos adicionais podem ser conseguidos se o Governo acabar com diversos desperdícios. É preciso investir com qualidade. Contudo, o que fica evidente é a percepção de que uma significativa parcela da população, uma parcela expressiva, entende a necessidade de maiores investimentos na saúde.

Sr. Presidente, outro aspecto que me chamou bastante a atenção nessa pesquisa foi o número de cidadãos brasileiros que classificam o serviço de saúde pública do País como “ruim” ou ainda “péssimo”: 61%. Dos entrevistados, 85% não perceberam avanços no sistema público de saúde nos últimos três anos. Portanto, apontam para uma maior necessidade de investimentos.

A pesquisa segue, Sr. Presidente, e é bastante ampla. Entretanto mais um aspecto abordado e bastante atual diz respeito à questão do número de médicos. É verdade que precisamos levar médicos para todos os cantos deste País, mas levá-los com condições dignas de trabalho, levá-los com uma boa remuneração. E não só médicos, mas psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais, enfim, diversos profissionais de várias categorias. O médico sozinho, Sr. Presidente, muitas vezes não pode fazer muita coisa. É preciso uma parceria e as mãos de muitos outros profissionais que compõem

a área da saúde. Cito o exemplo dos agentes de saúde, um grupo de profissionais abnegados que conhecem todas as famílias deste País e que devem conhecê-las.

A pesquisa, Sr. Presidente, ainda aponta que 57% dos entrevistados consideram que o aumento no número de médicos é uma das principais medidas – é verdade – que poderá contribuir, mas é preciso distribuí-los e também criar critérios para fixá-los de maneira justa e correta, não só o médico, mas todos os profissionais da saúde, como aqui eu já disse.

A situação da saúde em Sergipe, Sr. Presidente, não é nada diferente ou, às vezes, pior do que muitos outros cantos do nosso País, lembra um estado de coma profundo. É preciso construir uma política de recursos humanos que valorize não só o médico, mas todos os profissionais: o enfermeiro, o assistente social, o agente de saúde, o agente de endemia, o psicólogo, enfim todos os profissionais devem ter estabilidade e condições justas de trabalho.

E, Sr. Presidente, para finalizar, quero aqui fazer um apelo por outra situação que vivemos no nosso País: é a questão das empresas operadoras de telefonia. Elas, muitas vezes, só estão onde simplesmente parece que lhes interessa.

Gostaria de dizer que apresentei um ofício solicitando uma reunião com o presidente de uma operadora de celular, em Sergipe, solicitando a instalação de uma base em um dos maiores bairros ou povoados do nosso Estado, a Colônia Treze, no Município de Lagarto. A Colônia Treze é um povoado do Município de Lagarto, mas, com certeza, maior do que muitas outras cidades do nosso Estado, e, por incrível que pareça, essas empresas esqueceram e absolutamente nada lá instalaram. A ampliação do sinal é uma necessidade para dar uma condição melhor a todos aqueles moradores.

Temos, na região agreste do Estado, um grande contingente populacional, além de ser um importante polo econômico do nosso Estado e, por isso, precisamos melhorar esse serviço de telefonia. Sr. Presidente, muitas vezes, nós ligamos ou temos que ligar diversas e diversas vezes.

O Governo tem que prestar atenção a isso, fazer, talvez, uma fiscalização e uma cobrança maior a essas empresas que, com certeza, têm lucros exorbitantes ano a ano, mas têm que prestar um serviço de qualidade e não podem tratar de maneira desigual toda a nossa população e a nossa gente.

Então, fica aqui o apelo para que essas empresas e os órgãos de fiscalização lembrem-se da Colônia Treze, no Município de Lagarto, Estado de Sergipe, Sr. Presidente.

Parece um assunto extremamente pequeno, mas é importante para aquela comunidade que já sofre com

isso, e parece até uma discriminação e um esquecimento por parte dessas empresas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Eduardo Amorim, que convido a presidir a sessão, para que eu possa fazer um breve pronunciamento.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Amorim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Passo a palavra ao ilustre colega e amigo, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Eduardo Amorim, no dia de hoje, houve uma grande mobilização, aqui em Brasília, por parte das APAEs. Estiveram aqui no Congresso – Câmara e Senado –, estiveram no MEC.

As APAEs entendem que as escolas inclusivas para as pessoas com deficiência são fundamentais. Mas tem que haver, também, a liberdade para aqueles casos que são chamados especiais, que teriam que ter um tratamento diferenciado.

Eu tenho dialogado muito com os líderes das APAEs em todo Brasil, até porque tive uma irmã cega – já faleceu. Sou autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência e entendo a agonia em que os líderes das APAEs se encontram. Inclusão, tudo bem, mas alguns casos precisam também ter um tratamento especial, ou seja, a escola especial.

Nesse sentido, Sr. Presidente, dialoguei muito com eles, e ajustamos que, amanhã pela manhã, com início às 8 horas, nós vamos ter uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos.

Por isso, leio aqui o requerimento: com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, requeri a realização de audiência pública para debater sobre o tema: “Violação dos direitos das APAEs – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no Brasil e a Escola Bilíngue para Deficientes Auditivos”.

Os expositores convidados para essa audiência pública serão: Dr^a Aracy Maria da Silva Lêdo, Presidente da Federação Nacional das APAEs; Dr^a Fabiana Maria das Graças Soares de Oliveira, que é da Coordenação de Educação da Federação Nacional das APAEs; representante do Ministério da Educação; representante da Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência – Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, também do Governo Dilma; representante do Ministério da Previdência; e o Dr. Marcos de Brito, Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais.

Sr. Presidente, eu acho que será um grande momento. Eu sei que eles estiveram aqui na Casa hoje e tentaram dialogar com o Executivo, mas eu espero que, amanhã, não fiquem só na tentativa e a gente saia dessa audiência com alguns encaminhamentos concretos.

Queria também, Sr. Presidente, destacar a importância de um projeto de nossa autoria, aprovado de forma terminativa, relatório da Senadora Angela Portela, que visa disciplinar a alimentação nas escolas, evitando, assim, que as nossas crianças se alimentem de forma descoordenada, desordenada, bebendo nas cantinas da própria escola – “bebendo” é o termo; tomando bebidas, por exemplo, com alto teor de substâncias que prejudicam e levam à obesidade.

Vamos colocar exatamente como está aqui: a primeira alteração, Sr. Presidente, veda o licenciamento e a renovação de alvarás dos estabelecimentos comerciais situados em escolas de educação básica que vendam bebidas de baixo teor nutricional ou alimentos ricos em açúcar, gordura saturada, gordura trans ou sódio. O projeto foi aprovado, agora vai para o Senado. A obesidade é, praticamente, uma epidemia e merece uma atenção especial de todos os educadores.

Sr. Presidente, quero, neste momento, falar um pouco sobre a trajetória do Estatuto da Pessoa com Deficiência, projeto que apresentei aqui no Senado, está aprovado, se encontra na Câmara dos Deputados. Espero que a Câmara, no máximo até 21 de setembro, tenha aprovado o projeto e ele retorne ao Senado e, no dia 21 de setembro, Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, início da primavera, a gente possa ver a Presidenta Dilma sancionar o Estatuto.

Sr. Presidente, estamos vivendo um momento fundamental e histórico na trajetória do tão aclamado, lembrado Estatuto da Pessoa com Deficiência. Foram centenas de debates. As contribuições vieram de todo o Brasil. Pessoas com deficiência, juristas, especialistas, professores, enfim, toda a sociedade teve a oportunidade de participar na construção desse instrumento legal.

Foram realizadas tantas audiências, que já não tenho mais aqui o número preciso. Consultas públicas, sugestões enviadas pelas redes sociais, por telefone, audiência nos Estados, e por aí fomos caminhando. O Estatuto agora está indo para a sua versão final.

Resgato aqui, Sr. Presidente, o histórico do Estatuto apresentado por mim, quando ainda era Deputado Federal, no ano de 2000. Trouxe esse legado para o Senado, reapresentei-o aqui, em 2003. Em 2006, o Relator foi o Senador Flávio Arns, que apresentou um brilhante trabalho, foi aprovado por unanimidade, em caráter terminativo, na Comissão de Direitos Humanos, e aí, então, foi para a Câmara dos Deputados.

Nesse período, debatia-se também, em âmbito internacional, a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. O Movimento das Pessoas com Deficiência, então, corretamente entendeu por bem incorporar ao Estatuto os avanços e conceitos da Convenção Internacional.

Com esse propósito, Sr. Presidente, foi inclusive criado um grupo de trabalho, chamado GT, coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Participaram desse GT representantes do Ministério Público, especialistas, juristas, outros convidados, Parlamentares, representantes do Conade (Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência).

Após vários meses de trabalho, com muita dedicação dessa equipe, foi produzido um novo texto, bastante rico, pelas contribuições que vieram de todo o País. Assim, o GT, representado pela Ministra Maria do Rosário, entregou no mês de maio ao Congresso um texto final, contemplando todas as conquistas da legislação vigente, os conceitos da Convenção. Assim, o texto se apresenta lá na Câmara para a sua discussão e votação final.

O projeto de lei do Estatuto, PLC nº 7.699, de 2006, encontra-se agora com a relatoria da nobre e querida Deputada Mara Gabrilli.

Mara Gabrilli é especialista no assunto, sente – como a gente pode dizer – na própria pele a questão da deficiência. Não poderia, enfim, estar em melhores mãos. As sugestões da sociedade ainda são bem-vindas e isso tem sido oportunizado pelo Portal *e-Cidadania*. Entretanto, quero aqui lembrar que não podemos continuar com o debate indefinidamente. O momento é o de consolidarmos o documento e irmos para o formato final, pois tenho a tranquilidade de que as pessoas com deficiência foram ouvidas e são sujeitos desse processo.

Não podemos ter a pretensão de construir um instrumento legal, perfeito, irreparável em que todos os brasileiros sejam ouvidos. Mas, na medida em que os conceitos foram evoluindo, eu posso dizer que avançamos muito com relação à legislação atual.

As modificações serão feitas na legislação e estarão em sintonia com a convenção internacional e avançando, muito mais ainda, nesse Estatuto da Pessoa com Deficiência. A sociedade muda constantemente e com ela novos princípios. Claro que, com os anos, serão incorporados. O Estatuto acompanha a evolução da sociedade. Não é um documento estático e poderá ser revisto sempre para melhor, se a sociedade assim entender.

Temos a tranquilidade para assegurar que nenhum artigo do Estatuto trará retrocesso. Todos os artigos do Estatuto são avanços – repito: avanços conquista-

dos pelas pessoas com deficiência e pela sociedade brasileira. Precisamos garantir que as pessoas com deficiência tenham seus direitos ampliados em acordo com as realidades atuais. Por isso, ele só pode avançar. Nesse sentido, podemos citar as reivindicações de todos como, por exemplo, as da Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos do DF, expresso em uma carta onde estão refletidos seus anseios e suas expectativas.

Sr. Presidente, mais acessibilidade por meio de serviços de comunicação em Libras, melhor qualificação de seus intérpretes, concursos públicos para a admissão de servidores intérpretes, garantia de direito da presença de intérpretes em prova de vestibulares, concursos públicos e quaisquer outros processos seletivos, estímulo à formação de mais otorrinos, fonoaudiólogos e demais profissionais da área, indispensáveis ao atendimento dos surdos.

Estou lendo aqui a questão dos surdos, mas poderia falar de todos os setores da deficiência.

Esta é uma carta específica que recebi e encaminhei para a relatoria. A Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos, na pessoa do seu presidente, Marco Brito, entregou-me uma carta, que aqui eu resumo:

Venho por meio desta, Sr. Senador, solicitar a V. Exª o empenho em tornar algumas recomendações voltadas para a pessoa com surdez com força de lei, cito:

Recomendação nº 27, de 16/12/2009, do Conselho Nacional de Justiça, referente à adoção de medidas que garantem a acessibilidade de pessoas com surdez;

Recomendação nº 001, de 15/07/2010, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, referente à adoção de medidas de adequação de avaliações para a pessoa com surdez em concursos, sendo as provas executadas em Libras.

Aproveitamos a oportunidade para solicitar também o esforço de V. Exª no que se refere a:

1. A Anatel, que ainda não regulou a acessibilidade, disponibilizando a legenda e audiodescrição nas TVs por assinatura, e não cumpre a Norma 01/2006 do Ministério das Comunicações, que estabelece legendagem na programação da TV aberta;

2. A Lei de cotas para o mercado de trabalho seja efetivada mediante fiscalização constante (e ainda diz ele)

3. As famílias recebam incentivos para que os filhos surdos adultos frequentem instituições

que promovam a socialização, que sejam efetivamente contempladas;

4. Tenham a garantia de atendimento a estimulação precoce para bebês surdos em centros de referência;

5. Tenham a garantia de informação aos pais pela equipe médica sobre as possibilidades de desenvolvimento linguístico (Libras, oralismo, bilinguismo);

6. A Escassez de profissionais otorrinos e fonoaudiólogos (aqui é outro destaque que ele dá).” Ainda é necessário, segundo ele:

7. Cobrar o cumprimento do Decreto 5.626/2005 no que se refere à execução da prova de proficiência em Libras, que deveria

ser anual, e não está acontecendo desta forma;

8. Exigir a sinalização visual em transportes públicos, indicando onde o cidadão se encontra, evitando que um surdo se encontre perdido em uma cidade e com dificuldade em se comunicar;

9. Solicitar que haja uma instituição fiscalizadora dos profissionais.

Sr. Presidente, diz ele ainda mais:

10. Que o Censo demográfico deve estar efetivamente preparado para entrar em uma residência de família surda e saber fazer a coleta de dados;

11. A necessidade da criação de concurso público para intérprete de Libras em todas as esferas de governo.

Mas, enfim, Sr. Presidente, eu aqui estou levantando alguns exemplos de temas que o Estatuto tratou, ouvindo a sociedade, para dizer, por fim: chegou a hora de mostrarmos ao Brasil os resultados dessa trajetória pela construção do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O diálogo já foi oportunizado e continua. Estamos agora na reta final. Não podemos passar mais anos e anos e anos discutindo o que já foi amplamente discutido. O Senado e a Câmara estão prontos para votar a matéria a partir do trabalho que a relatora apresentará.

Sr. Presidente, quero aqui agradecer mais uma vez a todos que, de uma forma ou de outra, deram sua parcela de contribuição nessa história. Tem sido uma longa caminhada, mas uma caminhada bonita de trabalho, de sonho, de garra, de debates intensos e acalorados, mas o que prevaleceu em todo esse tempo foi o desejo de oferecer à pessoa com deficiência o acesso a uma realidade mais equânime e a toda a sociedade a oportunidade de ombrear com o que há de mais humano no ser humano, que é a diversidade.

Sr. Presidente, com o apoio dos senhores, o Estatuto do Idoso, da Igualdade Racial, o Estatuto que resultou depois na Lei do Motorista, nós estamos caminhando para o Estatuto do Motorista, mesmo para uma política de salário mínimo – essa é a lei mais demorada porque a mais complexa. Essa, se o Estatuto do Idoso demorou 15 anos, se o da Igualdade demorou uns 17 anos, esse, está há mais de 20 anos em debate.

Eu acredito que é possível, sim, Sr. Presidente, que esse ano o sonho se torne realidade e 41 milhões, ou seja, mais de 40 milhões de pessoas que têm algum tipo de deficiência vejam o Estatuto aprovado, e, assim, os seus direitos ampliados.

Era isso.

Agradeço V. Ex^a.

E considere na íntegra os meus pronunciamentos.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre a mobilização das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs).

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro, que amanhã, quarta-feira, dia 14, a partir das 9 horas,

em frente ao Museu da República, aqui na Explanada dos Ministérios, Brasília, haverá concentração para grande movimento nacional, que culminará em frente ao Congresso Nacional, em defesa das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs).

As informações que nos chegam é a de que várias caravanas de todo o país, não só das capitais, de cidades do interior também, já estão rumando aqui para a Capital Federal.

Da mesma maneira, informo, que na quinta-feira, dia 15, às 8 horas, a Comissão de Direitos Humanos, a nosso pedido, vai realizar importante audiência pública para debater a manutenção das escolas especiais e os direitos das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs). Atualmente, são mais de 2.500 escolas das APAEs espalhadas pelo país e que atendem mais de 250 mil alunos. Os brasileiros podem acompanhar pelos veículos de Comunicação do Senado.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

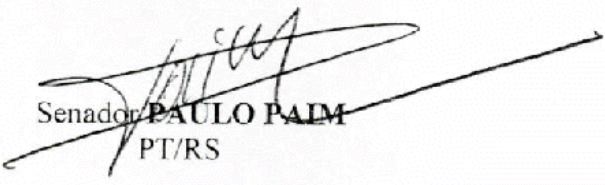
Senhora Presidenta da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal,

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, **REQUEIRO** a realização de audiência pública para debater sobre o tema: **“Violação dos direitos das APAEs – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no Brasil e a Escola Bilingue para Deficientes Auditivos”**.

Os convidados para compor a mesa dos expositores e respectivos temas a serem abordados, são:

1. **Aracy Maria da Silva Ledo** – Presidente da Federação Nacional das APAEs – Tema: A situação das APAEs no Brasil.
2. **Fabiana Maria das Graças Soares de Oliveira**- Coordenação de Educação da Federação Nacional das APAEs.Tema: A educação das APAEs no Brasil.
3. **Representante do Ministério da Educação** – Tema: Violação dos direitos e conquistas de repasse de verbas por órgãos governamentais e repasse de valores do FUNDEB Lei 11.494/07;
4. **Representante da Secretaria Nacional da Pessoa Com deficiência- Secretaria Nacional dos Direitos Humanos**- Tema: Plano Viver sem Limites- Portaria interministerial nº 362/12 – direcionada as APAEs;
5. **Representante do Ministério da previdência Social** – Tema: Formas de equacionamento das dívidas das APAEs; possibilidade de isenção do INSS e BPC (possibilidade de alteração de valor que atualmente não cobre os medicamentos necessários).
6. **Marco Brito** – **Presidente da APADA**- Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos – apada@apadadf.org.br (61) 3346 8025 (61) 81791077

Sala das Comissões,



Senador **PAULO PALM**
PT/RS

Identificação da Matéria**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2008****Autor: DEPUTADO - Solange Amaral****Ementa:** Cria o Dia Nacional do Ciclista.**Assunto:** Honorífico - Data comemorativa**Data de apresentação:** 09/04/2008**Situação atual:** Local: 31/07/2009 - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**Situação:** 28/05/2008 - AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA**Outros números:** Origem no Legislativo: CD PL. 00832 / 2007**Indexação da matéria:** **Indexação:** CRIAÇÃO, DIA NACIONAL DO CICLISTA, COMEMORAÇÃO, MÊS, AGOSTO.

Sumário da Tramitação**Em tramitação****Despacho: Nº 1.Despacho inicial**

(SF) CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Relatoria: CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte**Relatores:** Gerson Camata (encerrado em 13/05/2008 - Parecer Oferecido)**Prazos: 20/05/2008 - 27/05/2008** - Recebimento de emendas perante a Mesa (Art. 235, II, "d", do RISF)

TRAMITAÇÕES (ordem ascendente)**09/04/2008** PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Este processo contém 07 (sete) folhas numeradas e rubricadas. À SSCLSF.

09/04/2008 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Aguardando leitura.

10/04/2008 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Leitura.

À Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Publicação em 11/04/2008 no DSF Página(s): 9060 - 9061 ([Ver Diário](#))**11/04/2008** CE - Comissão de Educação

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido nesta Comissão em 11/04/2008.

Aguardando distribuição.

06/05/2008 CE - Comissão de Educação

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Gerson Camata, para relatar.

12/05/2008 CE - Comissão de Educação

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Devolvido pelo Senador, Relator Gerson Camata, com relatório favorável, estando em condições de ser incluído em pauta.

13/05/2008 CE - Comissão de Educação

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova o parecer favorável de autoria do Senador Gerson Camata.

Anexado às fls. 12 e 13, Requerimento de Urgência de autoria do Senador Gerson Camata, aprovado no dia de hoje.

13/05/2008 CE - Comissão de Educação

Ação: À SSCLSF, para as devidas providências.

13/05/2008 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Recebido neste órgão, nesta data.

16/05/2008 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Encaminhado ao Plenário.

16/05/2008 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Leitura do Parecer nº 456, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Gerson Camata, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2008.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, de acordo com o art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

À SCLSF.

Publicação em 17/05/2008 no DSF Página(s): 14792 - 14796 ([Ver Diário](#))

19/05/2008 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Prazo para recebimento de emendas perante a Mesa: 20/05/2008 a 27/05/2008.

27/05/2008 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Encaminhado ao Plenário para comunicação de término de prazo para apresentação de emendas.

28/05/2008 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Encerrou-se ontem o prazo sem apresentação de emendas à matéria, que será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

À SCLSF.

Publicação em 29/05/2008 no DSF Página(s): 17018 ([Ver Diário](#))

28/05/2008 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA

Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia.

12/11/2008 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: ** AÇÃO DE SANEAMENTO ** Nesta data foi realizada a verificação de dados nos sistemas informatizados, em atendimento aos objetivos definidos no Ato nº 24, de 2008, do Presidente do Senado Federal. Este registro não representa um novo andamento na tramitação desta matéria.

31/07/2009 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Juntamos à fl. 16, Ofício nº 82/2009, do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, manifestando a possibilidade de incluir na Ordem do Dia a referida matéria.

Matéria aguardando inclusão em Ordem do Dia.

Matéria não apreciada na sessão do dia 04.11.2009, transferida para a sessão deliberativa ordinária de 05.11.2009.

NÚMERO DA PROPOSIÇÃO: PLS 406/2005**AUTOR:** Senador Paulo Paim

EMENTA: Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar, e promover ações para a alimentação e nutrição adequadas de crianças e adolescentes.

ÚLTIMA TRAMITAÇÃO: CAS incluído na pauta do dia 14/08/2013**RELATOR:** Angela Portela**PARECER:** pela aprovação, na forma do substitutivo.**Assunto:**

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 406, de 2005, objetiva a promoção da alimentação saudável nas escolas.

Para tanto, introduz modificações em três normas: o Decreto-Lei nº 986, de 1969, que *institui normas básicas sobre alimentos*; a Lei nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); e a Medida Provisória (MPV) nº 2.178-36, de 2001, que dispõe sobre o *Programa Nacional de Alimentação Escolar*, respectivamente.

A primeira alteração – acréscimo de parágrafo único ao art. 46 do Decreto-Lei nº 986, de 1969 – veda o licenciamento e a renovação de alvarás dos estabelecimentos comerciais situados em escolas de educação básica que venderem bebidas de baixo teor nutricional ou alimentos ricos em açúcar, gordura saturada, gordura trans ou sódio.

A segunda medida legislativa proposta – alteração da redação do art. 14 do Estatuto da Criança e do Adolescente – determina que o Sistema Único de Saúde (SUS) desenvolva ações voltadas para a educação nutricional de pais, educadores e alunos, para a promoção da alimentação saudável e para a prevenção e o controle das doenças associadas à alimentação e à nutrição de crianças e adolescentes.

A terceira inovação introduzida pelo PLS – alteração do art. 6º da MPV nº 2.178-36, de 2001 – veda a utilização, nos cardápios de alimentação escolar, de bebidas de baixo teor nutricional e de alimentos ricos em açúcar, gordura saturada, gordura trans ou sódio.

EMENDA Nº – CAS (SUBSTITUTIVO)**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 406, DE 2005**

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, e as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e 11.947, de 16 de junho de 2009, para disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar, bem como promover ações para a alimentação e a nutrição adequadas de crianças e de adolescentes.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 45 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 45.

Parágrafo único. Os estabelecimentos situados em escolas de educação básica ficam proibidos de vender bebidas com baixo teor nutricional e alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans ou de sódio, sujeitando-se os infratores às penalidades estabelecidas na legislação sanitária federal.” (NR)

Art. 2º O art. 46 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 46.

Parágrafo único. Não serão licenciados nem terão seus alvarás renovados os estabelecimentos situados em escolas de educação básica que venderem bebidas com baixo teor nutricional ou alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans ou de sódio.” (NR)

Art. 3º O art. 14 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o parágrafo único como § 1º:

“Art. 14.

§ 1º

§ 2º O Sistema Único de Saúde desenvolverá ações de educação nutricional, de promoção de alimentação saudável e de prevenção e controle de distúrbios nutricionais e de doenças associadas à alimentação e à nutrição de crianças e de adolescentes.” (NR)

Art. 4º O art. 2º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:

“Art. 2º

.....

VII – a manutenção do equilíbrio energético e do peso saudável dos alunos.” (NR)

Art. 5º O art. 12 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o parágrafo único como § 1º:

“Art. 12.

§ 1º

§ 2º É vedada, na forma do regulamento, a utilização, nos cardápios da alimentação escolar, de bebidas de baixo teor nutricional e de alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans ou de sódio.” (NR)

Art. 6º Aplicam-se aos serviços de alimentação e aos alimentos preparados nas escolas de educação básica, públicas e privadas, as disposições desta Lei, observada a regulamentação aplicável.

Art. 7º As definições de bebidas de baixo teor nutricional e de alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans ou de sódio serão dispostas em regulamento.

Art. 8º A critério da autoridade sanitária, outros alimentos e bebidas, além daqueles mencionados no art. 7º, poderão sofrer restrições de uso na alimentação escolar.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Pronunciamento sobre a trajetória do Estatuto da Pessoa com Deficiência e as solicitações da comunidade das Pessoas com Deficiência Auditiva.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, percebo que estamos vivendo um momento fundamental e histórico na trajetória do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Foram inúmeros os debates e as contribuições, vindas de todo Brasil. Pessoas com deficiência, juristas, especialistas, professores e toda a sociedade tiveram a oportunidade de participar da construção desse instrumento legal. Foram realizadas centenas de audiências, consultas públicas e sugestões enviadas pelos meios eletrônicos.

Sr. Presidente, resgato aqui o histórico do Estatuto apresentado por mim, quando ainda era Deputado Federal, no ano de 2000.

Trouxe esse legado comigo para o mandato de Senador. Apresentei-o também nesta casa, no ano de 2003.

Em 2006, o Relator, Senador Flávio Arns apresentou um brilhante substitutivo que foi aprovado por unanimidade em caráter terminativo na Comissão de Direitos Humanos.

Neste período, debatia-se também, em âmbito internacional, a convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

O movimento das pessoas com deficiência, então, entendeu por bem incorporar ao Estatuto os avanços conceituais das discussões internacionais.

Com esse propósito, foi criado um Grupo de Trabalho (GT), coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Participaram deste GT, representantes do Ministério Público, Especialistas, Juristas convidados, Parlamentares e representantes do CONADE – Conselho Nacional da Pessoa com deficiência.

Após vários meses de trabalho com muita dedicação, foi produzido um texto bastante rico.

Assim, o GT representado pela Ministra Maria do Rosário, entregou no mês de maio, ao Congresso um texto sugestão contemplando tanto as conquistas da legislação vigente, os conceitos da convenção, quanto as contribuições vindas da sociedade.

O projeto de lei do estatuto, PLC 7699 de 2006, encontra-se agora com a relatoria da Deputada Mara Gabrielli e não poderia estar em melhores mãos.

As sugestões da sociedade ainda são bem-vindas e isso tem sido oportunizado pelo portal “cidadania”, entretanto não podemos continuar o debate indefinidamente.

O momento é de consolidarmos o documento e dar-lhe um formato final, pois tenho a tranquilidade de que as pessoas com deficiência foram ouvidas.

Não podemos ter a pretensão de construir um instrumento legal perfeito, irreparável. Na medida em que os conceitos forem evoluindo

As modificações serão feitas na legislação e exigirão atualização do Estatuto. A sociedade muda constantemente e com ela novos princípios deverão ser incorporados.

O Estatuto acompanha a evolução da sociedade, não é um documento estático e poderá ser revisto, sempre que se considerar necessário.

Temos a tranquilidade para assegurar que nenhum artigo do Estatuto significará um retrocesso ou perda de qualquer Direito já adquirido pela sociedade.

Precisamos garantir que as pessoas com deficiência vejam seus direitos ampliados e em acordo com as realidades atuais que pedem por avanços.

Neste sentido, podemos citar as reivindicações da Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo do Distrito Federal (APADA/DF).

Expressas em uma carta, onde estão refletidos os anseios de toda uma comunidade. Mais acessibilidade por meio de serviços de comunicação em LIBRAS, melhor qualificação dos seus intérpretes, concursos públicos para admissão de servidores intérpretes, garantia do direito da presença de intérpretes em provas de vestibulares, concursos públicos e quaisquer outros processos seletivos, estímulo à formação de mais otorrinos, fonoaudiólogos e demais profissionais da área indispensáveis ao atendimento dos surdos.

A Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos do DF, na pessoa do seu Presidente, Marco Brito, me entregou uma carta que diz em seu inteiro teor:

“A APADA/DF, vem por meio desta, solicitar a V.Ex^a o empenho em tornar algumas recomendações voltadas para a pessoa com surdez com força de lei, cito:

Recomendação nº 27 de 16/12/2009 do Conselho Nacional de Justiça referente a adoção de medidas que garantem a acessibilidade de pessoas com surdez;

Recomendação nº 001 de 15/07/2010 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República referente a adoção de medidas de adequação de avaliações para a pessoa com surdez em concursos, sendo as provas executadas em Libras;

Aproveitamos a oportunidade para solicitar também o esforço de V.Ex^a no que se refere a;

1. A Anatel que ainda não regulou a acessibilidade, disponibilizando a legenda e audiodescrição nas TVs por assinatura, e não cumprem a Norma 01/2006 do Ministério das Comunicações que estabelece legendagem na programação da TV aberta;

2. A Lei de cotas para o mercado de trabalho seja efetivada mediante fiscalização constante e sem aviso prévio aos empresários, evitando a contratação por apenas o período da fiscalização;

É ainda uma luta da sociedade dos deficientes auditivos que:

3. As famílias recebam incentivos para que os filhos Surdos adultos freqüentem instituições que promovam a socialização;

4. Tenham a garantia de atendimento a estimulação precoce para bebês Surdos em centros de referência;

5. Tenham a garantia de informação aos pais pela equipe médica sobre as possibilidades de desenvolvimento lingüístico (Libras, Oralismo, bilinguismo);

6. A Escassez de profissionais Otorrinos e Fonoaudiólogos e audiômetros para o atendimento a comunidade Surda. São obrigados a atualizar a audiometria a cada ano;

Ainda é necessário;

7. Cobrar o cumprimento do Decreto 5626/2005 no que se refere a execução da prova de proficiência em Libras, que deveria ser anual e não está acontecendo desta forma;

8. Exigir a sinalização visual em transportes públicos indicando onde o cidadão se encontra, evitando que um Surdo se encontre perdido em uma cidade e com dificuldade em se comunicar;

9. Solicitar que haja uma instituição fiscalizadora dos profissionais intérpretes, hoje muitos “profissionais” estão atuando em instituições de nível básico e superior sem capacidade ou competência para isso;

10. Que o Censo demográfico deve estar efetivamente preparado para entrar em uma residência de família Surda e saber fazer a coleta de dados;

11. A necessidade da criação de concurso público para intérprete de Libras em todas as esferas de governo.”

E, por último a Associação dos deficientes

Auditivos reivindicam a criação de uma central de intérpretes online otimizando e nacionalizando o atendimento a pessoa Surda.

Essas solicitações vêm da comunidade surda, mas se somam a um conjunto de reivindicações pela aprovação do Estatuto da Pessoa com deficiência.

Tenho certeza que com a dedicação da relatoria da Câmara, brevemente receberemos aqui no Senado para comemorarmos a luta de mais de doze anos de discussão, organização e contribuições de todos os segmentos.

Sr. Presidente, chegou a hora de mostrarmos ao Brasil os resultados dessa trajetória pela construção do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O dialogo já foi oportunizado. Estamos agora na reta final, não podemos passar mais anos discutindo o que já foi amplamente discutido.

O senado já está pronto para receber da relatoria da Câmara o Estatuto da Pessoa com deficiência que será a concretização dos avanços na luta dos Direitos dessa população.

Sr^{as} e Srs., quero aqui agradecer mais uma vez a todos que de uma forma ou de outra deram a sua parcela de contribuição nessa história.

Tem sido uma longa caminhada, mas uma caminhada bonita, de trabalho, de sonho, de garra, de debates intensos, acalorados, mas o que prevaleceu em todo esse tempo foi o desejo de oferecer à pessoa com deficiência o acesso a uma realidade mais equânime e a toda a sociedade a oportunidade de ombrear com o que há de mais humano no ser humano: a diversidade.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Parabéns, Senador Paulo Paim, pela iniciativa de sempre, pela determinação, pelo compromisso, pela luta para materializar todos os seus sonhos, que, nesse caso, não só são seus, mas de milhares e milhares de brasileiros, que buscam o reconhecimento, que buscam a igualdade, que buscam a humanidade, tudo isso garantido lá pelo nosso texto constitucional. Parabéns por materializar a esperança de muitos. E coloco-me aí, na medida do possível, na necessidade que for, como um soldado também para materializar esse sonho, justo, correto, humano e extremamente brasileiro, por que não dizer?

Parabéns!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Concedo a palavra ao amigo e Senador Eduardo Lopes, do PRB, partido do amigo também e Vereador Jony, lá na capital, em Aracaju, Sergipe, na certeza de que deve estar nos assistindo ou nos ouvindo neste momento.

Em seguida, também fará seu pronunciamento o Senador Cristovam Buarque.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu cumprimento a todos os que acompanham agora a TV Senado, a Rádio Senado, a Internet, e quero começar o meu pronunciamento agradecendo.

Hoje, no final da tarde, estive no TST, Tribunal Superior do Trabalho, onde, com muita honra, com muita alegria, fui agraciado com a comenda do Tribunal Superior do Trabalho, por indicação do Ministro Alexandre Belmonte.

Como eu disse, foi uma honra, uma alegria poder participar de um momento tão importante. Então, fica aqui o meu agradecimento, em primeiro lugar.

Quero nesta noite falar de assunto que, por enquanto, está na Câmara. Mas, ontem, participando da reunião de Líderes, da qual o meu amigo, o Senador Eduardo Amorim também participou, nós ali discutimos a questão dos vetos, nessa que vai ser a sessão inaugural desse novo modo – novo, porque vai ser aplicado, mas, na verdade, em termos constitucionais, é o que deveria ser feito o tempo todo.

Mas é um sistema e, agora, cumprir a resolução é muito bom para o Congresso. Eu me lembro de que, numa reunião do Congresso, da qual participaram Deputados e Senadores, naquela grande polêmica dos mais de três mil vetos que estavam aí parados, sem voto, naquela oportunidade eu disse que, na verdade, a situação chegava aonde chegou por culpa do próprio Congresso, que permitiu o acúmulo desses vetos, não os votava. Tradicionalmente, historicamente, não se derrubava veto presidencial. Então, eles foram se acumulando. Foi culpa nossa mesmo não obedecer àquilo que já determinava a Constituição.

Mas há essa resolução, e essa nova sistemática que vamos adotar vai ser muito boa, traz para o Congresso, novamente, o fim do processo legislativo. E isso também, hoje, nós até conversávamos na reunião de Líderes hoje à tarde, que o próprio Governo também, mediante essa sistemática, vai ser mais cuidadoso, mais zeloso na própria produção das MPs, porque ele sabe que, na hora em que vetar alguma coisa, 30 dias depois, o veto vai ser julgado, o veto vai ser votado. Isso, é claro, traz um trabalho maior, um debate maior.

O Governo também, por sua vez, como tem feito – e eu quero aqui neste momento parabenizar a nossa Presidenta Dilma; quero parabenizar a nossa Ministra das Relações Institucionais, a Ideli; também a nossa Ministra da Casa Civil, a Gleisi Hoffmann; o nosso Vice-Presidente, Michel Temer, que têm participado das reuniões com os Líderes aqui do Senado, com os Líderes da Câmara, quer dizer, com os Líderes do Congresso, momento em que nós estamos conversando.

Quer dizer, é o Governo ouvindo o Legislativo; é o Legislativo ouvindo o Executivo; e daí, certamente, a possibilidade e a probabilidade de acertos é muito maior. Nós estamos acertando em muitas coisas, e, com certeza, iremos acertar ainda mais exatamente por isso, porque a Presidenta está ouvindo o Congresso, e o Congresso está ouvindo a Presidenta.

Foi dessas reuniões que surgiu a aprovação, na semana passada, da PEC nº 122, da qual nós falamos aqui várias vezes, a PEC dos médicos militares. Foi em conversa ontem que nós acertamos as questões dos

vetos que serão analisados na próxima terça-feira, dia 20; quer dizer, esse diálogo é muito bom.

Mas, como eu disse, o assunto que eu comentei que estava na Câmara é a questão do Orçamento Impositivo. Na verdade, Senador Cristovam Buarque, eu, desde quando era Deputado Federal, sempre defendi que eu gostaria desse Orçamento Impositivo. Isso porque todos nós aqui temos experiência do que é você, no final do ano, preparar as suas emendas; do que é você atender praticamente a todos os prefeitos dos Estados, e, fora os prefeitos, as instituições, atender as Forças Armadas, os representantes das Forças Armadas, todos nós sabemos o trabalho que é você montar e indicar as suas emendas.

Então, do mês de setembro em diante já começam a chegar as demandas, os prefeitos fazem os seus pedidos legítimos, justos, para atender à população, para atender à base. Eu sempre disse que é um trabalho difícil, é trabalhoso. Nós movimentamos o gabinete nesse sentido; pessoas são destacadas especialmente para essa função, para cadastro, para registro das emendas, mas, efetivamente, depois, pouco é realizado.

Nós cumprimos um mandato juntos, de 2007 a 2011, como Deputados Federais, eu e o presidente, e agora estamos juntos no Senado e, efetivamente, ao longo desse tempo, quais foram as emendas que realmente foram efetivadas? Quais as emendas que, realmente, na ponta, aconteceram? É uma proporção pequena.

Então, eu sempre falava que eu tinha uma queda, vamos assim dizer, pelo Orçamento Impositivo. Agora, fruto dessa conversa, desse debate, e também, por que não, como ouvi dos Deputados ontem, fruto da coragem do Presidente da Câmara, Deputado Henrique Alves, de colocar essa PEC para votar, fez a PEC colocando o Orçamento Impositivo. Ontem, conversando com a Presidenta de forma clara, de forma aberta, porque é um assunto que, Senador Amorim, assim como temos de estar atentos às ruas, e estamos atentos às ruas, àquilo que a sociedade quer, àquilo que a sociedade deseja, assim também o Governo tem de ter esse termômetro do que os Parlamentares estão querendo, a voz dos Parlamentares. A voz dos Parlamentares está mostrando que chegou a hora de colocar, de mudar essa questão, de, realmente, se aprovar o Orçamento Impositivo, de realmente colocar isso em prática.

Mas, para minha alegria, ficou melhor ainda a sugestão que nasceu da nossa conversa, que nasceu do diálogo. Qual foi a solução? O Orçamento Impositivo, não podendo ultrapassar 1% da receita e, dentro da Emenda de cada Parlamentar, na Câmara ontem foi aprovado 1/3 do valor das emendas para a saúde. Então, ficaram 33,33% para a saúde.

Nós, líderes do Senado, já conversamos e chegamos a um entendimento, e aqui vamos trabalhar para que isso seja aprovado. Uma vez aprovado, isso vai voltar para a Câmara e também vai ser trabalhado na Câmara um acordo. Da minha parte, já conversei com a Bancada do PRB na Câmara dos Deputados, já conversei com o nosso Líder na Câmara dos Deputados, o Deputado George Hilton, e com os outros Deputados e já consegui, Senador Amorim, o apoio da Bancada do PRB na Câmara, dos dez Deputados, para, assim que o Senado aprovar e voltar para a Câmara a questão da saúde, que nós colocamos 50% das emendas individuais no Orçamento Impositivo, que seja para a saúde, inclusive para custeio.

Foi este ponto que trouxe essa convergência dos Líderes do Senado: as emendas serem também para a questão do custeio, que é a grande necessidade dos Municípios, dos prefeitos, como falamos hoje. Tem prefeito que, se você falar que vai colocar um hospital na cidade dele, ele diz: eu não quero, porque não vou conseguir manter o hospital, eu não tenho condições de manter o hospital.

Lembro-me de que falei ao Ministro Padilha, já faz algum tempo, da emenda de 2010 para 2011, por uma portaria, por causa da apreensão de um lote de remédios em Curitiba – se não me engano, foi apreendido um lote de remédios. Por causa disso o Ministério da Saúde cortou todas as emendas destinadas a remédio, a insumo. Eu até disse para o Ministro: se houve um erro – até entendo o cuidado do Ministro –, apure o erro e puna quem errou. Agora, tomar uma decisão e, por causa da exceção, condenar a regra, eu não acho bom. Mas, tudo bem, a portaria foi feita e essa portaria, então, cancelou as emendas que eram para remédios, e nos foi dada a UBS no valor da emenda. As minhas emendas de saúde eram de R\$2 milhões. Cada UBS era no valor de R\$200 mil. Então me foram dadas dez UBSs para que eu colocasse nos Municípios que eu indicasse, as Unidades Básicas de Saúde. Só que, quando peguei o projeto e fui estudar a portaria do Ministério, o que encontrei? Você tem que construir a UBS com R\$200 mil, sendo que 25% eram de projeto. A prefeitura tinha que dar a contrapartida do terreno, e você construía a UBS. O valor, a tabela do metro quadrado dada pelo Ministério era de R\$116,00, quando a tabela da Emop era de R\$180,00. Quem ia construir isso? Ninguém iria construir. A tabela da Emop, 180; a tabela do Ministério, 116? Quem é que conseguiria fazer isso?

Falei para ele: Ministro, com todo o respeito, eu não quero, porque fica parecendo que vocês estão dando uma grande coisa e, na verdade, eu não vou conseguir executar. E, quando não conseguir executar,

vou ser criticado por isso lá na base. Imagine, falei, começar uma obra dessa, de UBS, e não terminar. Como fica? Daqui a pouco estão fotografando, filmando, dizendo que é uma obra com dinheiro público jogado fora.

Então, Ministro, não vou tocar em nenhuma UBS. Não adianta construir. E, ainda que consiga construir, eu vou ter a obra de alvenaria pronta. E para aparelhar, para equipar? A prefeitura já deu a contrapartida do terreno, como vai equipar? Se o senhor se comprometer a equipar, eu faço a UBS. Depois veio o custeio. E manter? Agora estamos tendo a solução disso.

Por isso estou aqui relatando tudo isso, mas, ao mesmo tempo, feliz, porque agora, sinceramente, com toda tranquilidade, eu vou indicar 50% ou até mais da minha emenda individual para a saúde, principalmente com essa definição de que vai ser também para o custeio, tanto para investimento como para o custeio.

Então, vamos poder ajudar efetivamente os Municípios. Fiquei feliz com essa decisão.

A PEC foi aprovada ontem, na Câmara, em primeiro turno. Agora houve uma mudança na redação. Ela voltou para comissão, depois vai ser votada em segundo turno e vai vir para o Senado. No Senado, nós vamos debater isso e já temos a convergência dos líderes para que seja realmente aprovada a PEC do orçamento impositivo, sendo que 50% do valor das emendas individuais serão para a saúde, para investimentos e para custeio.

Isso é muito bom. Assim estaremos colocando mais dinheiro na saúde, inclusive com um detalhe que é muito importante. O senhor citava na reunião de líderes que faremos isso sem mexer no orçamento da saúde. Veja só que coisa: quando eu fazia emenda para saúde, então vamos imaginar que no Congresso todo as emendas da saúde de todos os Deputados, que no ano passado foi de cerca 2 milhões no mínimo para cada um, vamos colocar 513 mais 81 Senadores com 2 milhões cada um, vamos dizer que dê 10 bilhões arredondando. Os 10 bilhões que eram colocados como emenda individual na saúde eram tirados do próprio orçamento da saúde.

Então, veja que coisa. A emenda que colocávamos na saúde era tirada do próprio orçamento da saúde para pagar a emenda. Então, como diz o ditado: cobria um santo e descobria outro, ou aquele cobertor curto: se cobre a cabeça o pé fica descoberto; se cobre o pé, a cabeça fica descoberta. Quer dizer, não adiantava.

Agora não, o Ministro já nos informou que essas emendas, nesse novo modelo, no orçamento impositivo, não vão sair do orçamento da saúde. Então, é um acréscimo real. É um acréscimo verdadeiro para o orçamento da saúde brasileira. Então, estamos au-

mentando os recursos para a saúde. É importante que o povo brasileiro tenha essa noção.

Fico feliz porque, efetivamente, como falei, as emendas pouco se realizavam e, na verdade, nós, Parlamentares, sempre sofremos, por causa das emendas, críticas e acusações. As emendas sempre foram vistas como uma coisa ruim, mas eu sempre disse na minha base: as emendas não são ruins. Podem alguns fazer coisas ruins com as emendas, mas as emendas não são ruins, não; são para atender à base. Elas são para atender à nossa base, para atender ao nosso Estado, para atender aos nossos Municípios.

Então, isso é muito bom. É com muito prazer e muita alegria que quando chegar a PEC vou me manifestar novamente. Creio que trago aqui de primeira mão a notícia, pelo menos não percebi ou se aconteceu eu não ouvi outro Senador que hoje tenha falado sobre isso. Então, se é de primeira mão, como eu penso, trago ao povo brasileiro de primeira mão essa boa notícia. Nós vamos aprovar, no Congresso Nacional, o orçamento impositivo e as emendas individuais, sendo que 50% delas serão destinadas à saúde.

Hoje, no que diz respeito aos cálculos, isso corresponde aproximadamente a 10,5 milhões para cada Parlamentar. Então, de 10,5 milhões, 5 milhões e 250 mil da minha emenda serão para a saúde. Conversando com os meus prefeitos, conversando com o meu Estado, creio que neste primeiro momento a maior parte desses recursos vai ser colocada exatamente para custeio, para manter hospitais, postos de saúde, UPAs, UBS, enfim. Com certeza, a maior parte ou talvez toda a minha emenda da saúde vai ficar para o custeio. Claro, o pensamento é agora, mas depois, conversando com os prefeitos, vamos atender a essas necessidades. Então, mais dinheiro para a saúde através dessa PEC do Orçamento Impositivo.

Também, na questão dos *royalties*, é outro assunto que nós aqui também colocamos. O desejo do Governo era de 100% para a educação, mas nós aprovamos aqui 75% para a educação e 25% para a saúde. Então são atitudes, são passos que nós estamos dando, que o Congresso está dando para que realmente este seja um País melhor.

Então eu fico feliz e trago essa notícia ao povo brasileiro. E com muito prazer, com muita alegria, eu vou colocar nas minhas emendas de saúde, eu vou poder colocar, finalmente, o custeio, que tanto é necessidade dos nossos prefeitos, tanto é necessidade dos nossos Municípios.

Então agradeço. Uma boa noite para todos. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Parabéns Senador Edu-

ardo Lopes pelo seu pronunciamento. Você vê como o diálogo faz bem. Em uma semana, tivemos o privilégio de conversar com a Presidência e discutir assuntos importantes por duas vezes. Sei que nem sempre isso será possível, não tanto pela nossa agenda, mas sobretudo pela agenda da Presidente, mas é preciso dialogar, sim, sobre questões importantes de que estamos tratando, como a saúde, os vetos, enfim.

Sobre essa anomalia legislativa a que V. Ex^a se referiu, que é o veto, que às vezes passa mais de uma década, é impossível entender isso. Isso realmente é uma... Desculpe a expressão. Não dá para aceitar. Não se podia continuar daquele jeito. Muitas vezes o Parlamentar... O que está aqui não foi aquilo que se aprovou. Então agora, de forma muito sábia, o veto será apreciado, e tem que ser apreciado, no mesmo mês, no mesmo tempo, portanto provavelmente dentro da mesma sessão legislativa.

Com relação aos 33% que V. Ex^a falou de recursos para a saúde, todos nós sabemos que precisamos de mais recursos para a saúde. V. Ex^a tem razão quando diz que, quando colocávamos, na verdade “descobríamos um santo para cobrir outro”, embora tudo fosse saúde, mas o que eu gostei da reunião que tivemos ontem com a Presidente Dilma foi a sensibilidade dela em concordar que é recurso novo, é dinheiro novo, como se diz no linguajar da saúde. É recurso novo para o Ministério.

Agora o próprio Ministério vai ter interesse mais ainda em que realmente as emendas sejam emperadas, especialmente – é lógico – aquelas da área da saúde. Existem muitas anomalias, é preciso corrigir muita coisa ainda na nossa saúde. Muitas vezes o que o SUS remunera não é condizente com a realidade, não se pagam determinados tipos de procedimentos, com raríssimas exceções. A saúde precisa, sim, como já disse aqui, de mais recursos.

Infelizmente, o Brasil investe menos do que países vizinhos. Isso é incompreensível. Não dá nem para comparar com um país europeu ou da América do Norte. O caminho é investir mais. Não é gasto; é investir.

Acho que essa medida das emendas está no caminho certo. V. Ex^a foi muito feliz nessa colocação e tudo colocado com muita transparência. Também o que não pode haver é o Parlamentar ser medido pela emenda que é liberada. Não pode haver uma classificação de Parlamentares que liberam ou que não liberam.

Dessa vez, todos são iguais, como de farto são iguais. Podem ter ideias diferentes e devem ter ideias diferentes. Só assim ocorre a evolução, o progresso em qualquer área, especialmente na área legislativa.

Parabéns pelo pronunciamento muito feliz nesta noite.

Passo a palavra ao ilustre colega, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Eduardo Amorim, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente, nesses últimos meses, todos aqui já falamos da surpresa com essas manifestações, da surpresa como elas cresceram, da surpresa com o tamanho delas, da surpresa com suas reivindicações.

Eu quero dizer que nada me surpreendeu mais, nada me demonstrou mais a ruptura que houve no Brasil antes de junho, com o Brasil depois de junho quanto as cenas de ontem na televisão, em que os vereadores do Rio de Janeiro precisaram pedir licença, permissão, autorização aos jovens para que esses vereadores se reunissem no plenário da Câmara de Vereadores, porque isso é o que aconteceu. Eles se reuniram porque os jovens permitiram.

Eu não sei se todos tiveram a sensação que eu tive, mas a sensação que tive é que o poder tinha mudado de mão. Não o poder de decidir o Orçamento, não o poder de decidir como as coisas funcionam, mas o poder de controlar o espaço aonde funciona a política. É como se a Casa do Povo de repente para ser Casa do Povo tinha precisado que o povo invadisse. E que os vereadores, de representantes do povo, passassem a ser personalidades que só se reuniriam se os jovens que ali estavam permitissem.

Esse momento, claro que é preocupante, mas ao mesmo tempo, se nós percebemos bem é extremamente estimulante para um país que está com o seu modelo se esgotando, um modelo de crescimento que se esgota não porque cresce pouco, mas porque cresce feio, cresce aumentando automóveis e aumentando o tempo que se gasta para ir de casa para o trabalho. É um crescimento feio. Não é apenas um crescimento pequeno. Um crescimento tão concentrador de renda que para aliviar a concentração nós temos que usar recursos públicos para pagar transferências de renda sob a forma de bolsas famílias que felizmente existem, porque, se não, a tragédia social era muito maior. Mas é prova da falência de um modelo que não é capaz de ser distributivo dentro dele, porque não é capaz de dar empregos com rendas altas para as pessoas, porque o modelo se esgotou a não ver a importância da saúde do povo, da educação do povo, mantendo um país dividido em que uns têm tudo e os outros não têm nada ou têm apenas uma bolsa.

É um momento rico, Sr. Presidente, se nós formos capaz de perceber o que aconteceu até aqui como um alerta do que vai acontecer a partir daqui. A tomada da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro é óbvio que

é o prenúncio da tomada de câmaras de vereadores por todo o Brasil, gente! Será que alguém não percebe que cada primeiro passo há um passo segundo, há um passo terceiro? O que os jovens estão fazendo hoje? O que essas manifestações fizeram? Eles nos alertaram. Eles nos alertaram pelas pesquisas de opinião que diziam que não confiavam nos parlamentares. Eles nos avisaram pelas claras manifestações de que nos tratam como privilegiados que usamos mais do que direitos, privilégios que não chegam ao povo.

Eles nos avisaram mostrando as piadas que contam por aí de quem é Deputado e Senador. É inacreditável que nós não tenhamos despertado para o fato da descrença demonstrada nas piadas constantes.

Presidente, a mim chegou um *e-mail* em que aparece uma pessoa carregando um desses cartazes que estão aparecendo nas passeatas em que dizia – não vou entrar nos detalhes – simplesmente que algumas senhoras – entendam o que eu quero dizer – garantiam que não tinham DNA de parlamentares. São piadas! Essas piadas representam o que se chama de inconsciente coletivo do povo brasileiro de descrença em nós. E não digam aqui que esse nós é ele ou outro. Todos nós, inclusive o que está falando aqui, obviamente.

Eles nos alertaram quando falaram, com clareza, nas pesquisas de opinião, da baixa credibilidade que nós temos: 13% de credibilidade, numa pesquisa que saiu esta semana, gente! Treze por cento de credibilidade! A gente não vem tomando esse alerta. Até porque esses 13% é melhor do que algum tempo atrás. O instituto que fez a pesquisa disse que já foi ainda pior. Quando foi pior, por que a gente não despertou para saber que as coisas não estavam bem no nosso casamento com o povo?

A invasão daquela Câmara de Vereadores, pode-se dizer que é um grupo de radicais, pode-se dizer que é um grupo pequeno; mas é um sintoma claro do descontentamento do povo com o Parlamento.

Eles nos avisaram quando, mesmo coisas corretas como o Orçamento Participativo – de que o Senador há pouco falou aqui –, mesmo isso, o que está parecendo para a opinião pública é que nós queremos impor ao Governo liberar os recursos das nossas emendas. E é mesmo. Só que o povo não vê nossas emendas como sendo a serviço do povo e, sim, como se fosse a serviço nosso. Nós não conseguimos passar a ideia de que, ao dar o orçamento para uma escola, estamos beneficiando aquela escola. Sabe por quê? Porque a história das emendas parlamentares não tem sido bonita.

A quantidade de escândalos que já ocorreram no passado, com pessoas colocando emendas em projetos de que elas próprias se beneficiavam, criou

essa imagem negativa que hoje nós temos e de que o povo está nos avisando.

O povo nos avisou do sentimento que tem de nossa ausência aqui. Mesmo uma coisa positiva, que é sairmos daqui para irmos às nossas bases, para o povo o que aparece é que nós não estamos aqui.

Eu costumo dizer que quando quero descansar eu venho para o plenário, porque político trabalha ainda mais quando está nas bases, quando está correndo seu Estado, quando está visitando as bases, quando está ouvindo o povo; mas para o povo o que parece é que nós estamos ausentes daquilo que nós deveríamos fazer para ganhar o nosso salário. Não estamos sabendo trabalhar. Mesmo no caso de coisas positivas o que aparece para o povo é negativo.

O povo nos avisou quando disse do seu descontentamento com votações secretas. Alguém acha hoje que o povo não está descontente, profundamente, com o fato de que aqui, escondidos, nós votamos coisas que o povo não gosta que nós votemos e que nós não votaríamos se o voto fosse aberto? Mas nós continuamos não apenas com o voto secreto, que está acabando felizmente, pela pressão popular, mas nós usamos o voto secreto para esconder o nosso voto do povo, que nos elegeu, que tem todo o direito de saber como a gente vota. Eu quando dou aqui meu voto secreto, porque a Constituição diz que assim é, eu fico envergonhado. Eu fico achando que o povo está pensando que eu votei não conforme o povo quer, nem conforme a minha crença, conforme minha posição, mas conforme algum interesse que está por trás, inclusive interesses, como nós vimos aqui – vamos falar com franqueza – na recusa de um procurador por *vendetta*, como se diz, por vingança contra o Ministério Público.

O povo vem nos avisando há tempo. O povo nos avisou quando se escandalizou com a nossa subserviência, por exemplo, na votação da Lei dos Portos, quando nós fizemos de conta que tínhamos lido 1.200 páginas em quatro horas. O povo nos avisou que aquilo era errado.

O povo nos avisou quando nós elegemos aqui dentro colegas nossos que o povo achava que não deveriam ser eleitos. O povo nos avisou. E o povo cansou. O povo cansou e está invadindo.

Há alguns anos que alguns de nós vêm alertando para o perigo dessa descrença, o perigo dessa descrença tirando a nossa credibilidade, que é a única força que nós temos, porque nós não temos canhões nem tanques de guerra, nós não temos cadeias para colocar as pessoas, como regimes militares ditatoriais têm. Nossa força é nossa credibilidade. Perdida a credibilidade, perdida a nossa força. Podemos até aprovar leis, podemos até fazer discursos, mas a força que vem

do poder da moral nós estamos perdendo, na medida em que perdemos credibilidade.

Alguns de nós vêm alertando sobre isso, e sempre fomos chamados, os que alertaram, de agourentos, como se o dicionário não tivesse feito essa diferença tão clara entre alerta e agouro, entre aviso e praga, são diferentes. O dicionário diz com clareza o que é alerta e o que é agouro, o que é jogar uma praga e dar um aviso. Muitos já avisaram, muitos já disseram e alertaram, mas não têm sido ouvidos, e agora o povo está nos alertando de que cansou. É isso.

Ainda hoje, eu conversei com um Parlamentar europeu que perguntava o que estava acontecendo no Brasil, e eu disse: caiu a ficha, caiu a ficha do povo. Caiu a ficha daqueles que ficaram desiludidos, porque conseguiram entrar na universidade, mas não têm um emprego; caiu a ficha daqueles que agora conseguem ter um carro, mas levam mais tempo ainda para chegar em casa e gastam 30% da renda para pagar a prestação do carro; caiu a ficha daqueles que realmente têm um bolsa família, mas não veem os filhos melhorando e sabem que os filhos vão continuar dependendo de bolsa família. Caiu a ficha.

E nós estamos aqui, Senador Ricardo Ferraço, sem, a meu ver, ter consciência plena de que o que está acontecendo na Câmara de Vereadores vai acontecer em muitas outras câmaras, em assembleias legislativas e pode acontecer aqui. Alguns vão dizer: “Jamais, porque nós vamos agora cercar as câmaras de vereadores com a polícia, cercar o Congresso com a polícia, as assembleias legislativas serão cercadas.” No dia em que nós fizermos isso para podermos funcionar, perderemos a razão de existir. Quando um Parlamento, para existir, precisa ser cercado para que o povo não entre, perdemos a razão de existir.

Em alguns momentos, é necessário, sim, proteção. Eu acompanhei bem a votação de medidas duras, mas necessárias, pelo parlamento grego, e o povo, na rua, era impedido de entrar. Ali foi um momento, necessário, para que o parlamento tomasse medidas duras, necessárias algumas delas, que o povo, no seu imediatismo natural, não queria. Mas, passadas as medidas, o povo percebeu que os resultados começavam a aparecer e não houve mais manifestações.

Mas aqui, se nós não tomarmos cuidado, isso vai ser uma constante, até porque agora surgiu essa força incrível chamada Internet, e cada jovem, sozinho, é uma trincheira inteira. Em sua casa, sozinho, com computador e Internet, ele mobiliza dezenas, centenas e às vezes milhares de pessoas. E mobilizar mais do que algumas dezenas basta para fazer o sistema não funcionar bem; com poucas centenas de pessoas se

para qualquer ministério, se para uma câmara legislativa, uma câmara de vereadores.

Esse poder foi o que senti, Senador Ricardo, quando vi ontem na televisão os vereadores pedindo permissão aos jovens para poderem se reunir no plenário deles. Aquilo para mim foi um choque, maior do que o choque de ver cem mil pessoas na rua. E quando eu digo “choque”, não estou usando a palavra no sentido negativo, mas no sentido de despertar. Eu fui mais balançado quando vi vereadores pedindo permissão aos jovens para que eles, vereadores, se reunissem dentro da Câmara Legislativa do que quando vi 100 mil pessoas na rua.

Agora imaginem quando os dois se casarem: 100 mil pessoas na rua e jovens invadindo câmaras legislativas. Se fossem só esses jovens, diríamos: “Não, é um grupinho isolado. Amanhã eles vão para casa.” Mas não é: há 100 mil também se manifestando de vez em quando, casados, obviamente, com alguns infiltrados que de vez em quando cometem violências que não deveriam cometer, mas não é a maioria. A maioria está ali por total, absoluta descrença no funcionamento do Poder Legislativo local, e isso vai se ampliar.

Digo isso – embora não vá falar muito mais – como introdução, Senador Ricardo Ferraço. E o senhor, como presidente de uma comissão, pode ajudar a pensar, a refletir e, se for o caso, a agir.

Eu creio que temos uma boa chance de trazer o povo aqui para dentro. E, para o povo vir, ele não precisa vir fisicamente; basta virem as suas ideias, as suas intenções, as suas reivindicações.

É o momento de elaborar o Orçamento. De agora até o final do ano, nós vamos trabalhar na elaboração do Orçamento. Esse Orçamento vai demonstrar se nós ouvimos ou não a voz do povo, porque essa nossa agenda positiva é absolutamente insuficiente para nos levar a uma sintonia com o povo. Eles não estão achando que há sintonia, e as pesquisas mostram isso. A Presidenta Dilma ganhou muito mais que o Congresso nas semanas posteriores. As decisões que ela tomou deram-lhe muito mais prestígio que aquelas que nós tomamos aqui. O povo está mais sintonizado com as propostas da Presidenta que com as nossas – e olhem que, com as delas, não estão muito.

O Orçamento seria um bom momento. Se a gente conseguir fazer um Orçamento diferente do que a gente vem fazendo há muito tempo, em que colocamos um dinheirão para algumas coisas e pouco dinheiro para outras, e colocar dinheiro naquilo que o povo quer e tirar dinheiro daquilo que o povo já disse que é privilégio, que deve ser reduzido ou eliminado, o povo vai começar a se sintonizar com a gente. É a elaboração

do Orçamento que vai permitir dizer se estamos ou não ouvindo, no concreto, a voz do povo.

Eu lembro que, anos e anos atrás, eu dizia que a Comissão de Orçamento é tão importante que a gente deveria ir à comissão vestido de guerrilheiro, porque é ali que se dá a luta de para onde vão os recursos públicos. Eu disse isso e confesso que eu não entro na Comissão de Orçamento, porque lá a gente sabe que não é isso que se faz. A gente sabe que ali não há debates sérios sobre o uso do dinheiro público para construir um novo país. Ali, a gente recebe pronta do Governo Federal a parte mais substancial; depois, a gente coloca emendas pessoais, das quais o povo hoje desconfia, e, em alguns momentos, interesses que não são muito republicanos. Mas é ali que a gente pode fazer.

Imaginem, Senador Amorim, Senador Ricardo, que a gente consiga fazer um Orçamento que sirva realmente para fazer o Brasil mais eficiente, eficiente em todos os sentidos. Eficiente no transporte público, que fez com que essas manifestações surgissem...

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... apesar de estarem sendo preparadas, há muitos anos, na cabeça e no inconsciente das pessoas.

Imaginem que a gente faça com que seja eficiente, de tal maneira que o Produto Interno Bruto volte a crescer, mas que cresça de uma maneira bonita, servindo às grandes massas.

Imaginem que a gente ponha no Orçamento o que for necessário para que o Brasil fique um país pacífico – e pacífico não é seguro, apenas. Paz não é sinônimo de segurança. Mais uma vez recorro ao dicionário, onde há duas palavras bem diferentes: paz e segurança. Segurança é a polícia para impedir o crime; paz é não haver crime.

Imaginem se a gente fizer um Orçamento que comece a construir um Brasil pacífico, onde nós não assassinemos uns aos outros, como estamos fazendo todos os dias, todas as semanas, todos os meses, todos os anos, no Brasil, um país em que há mais mortes por violência do que os países que estão em guerra civil.

Imaginem que a gente faça com que o Brasil seja um país educado, graças ao Orçamento de 2014, colocando ali os recursos necessários e dizendo como eles vão ser aplicados.

Imaginem se a gente conseguir colocar no Orçamento o necessário para o Brasil ser um país saudável, não apenas gastando dinheiro no atendimento com médicos na saúde, mas também na prevenção, com saúde, com água, com esgoto.

Imaginem se a gente conseguir colocar no Orçamento o que for necessário para que o Brasil fique um país limpo; limpo na ética. E aí não basta o Orçamento. Há uma porção de medidas que nós precisamos tomar para que este País fique ético, e não basta dizer que o crime de corrupção é hediondo para a corrupção acabar. É preciso muito mais do que isso.

Imaginem se, no momento em que discutir o Orçamento, a gente debater também como mudar o funcionamento desta Casa, para que todos participem, uns ouvindo os outros, uns criticando os outros; nós, juntos, parlamentando – isso significa conversa, o que não temos feito – e daí tirando aquilo de que o Brasil precisa.

O povo vem nos alertando há muito tempo nas suas manifestações de descontentamento, nas suas respostas às pesquisas de opinião, nas suas piadas repetidas sobre os Parlamentares. O povo nos avisou; agora o povo está agindo. Se continuar agindo dessa maneira, em um divórcio entre o povo e o Parlamento, o resultado não será bom nem para o povo, porque a democracia não funciona sem o Parlamento. Mas, se o Parlamento, para funcionar, precisa colocar a polícia na frente...

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Governo/PDT – DF) – ... para que os jovens não entrem, também a democracia não vai estar bem.

É hora de resgatar o prestígio do Parlamento. Alguns dizem que já passou da hora, mas não dá para dizermos que já passou, porque temos que encontrar um caminho. É hora de encontrar, portanto, um Parlamento que o povo admire. Em lugar desses treze porcentozinhos de apoio e de credibilidade que temos, precisamos de 50%, 60%, para que sejamos uma das instituições com maior credibilidade, tanto quanto os Bombeiros, que é a de maior credibilidade.

Ainda é tempo, Sr. Presidente – termino em um minuto –, porque não há como fugir dizendo que o tempo passou. A cada dia é mais difícil fazer isso de uma maneira tranquila. Cada dia fica mais difícil porque a paciência do povo, que já se esgotou, quando caiu a ficha, pode diminuir ainda mais e essa realidade ficar ainda mais grave.

Não estou aqui, obviamente, agourando nada, como muitos me dizem pelo Twitter, quando faço alertas. Alertei sobre a economia: escrevi, falei e disse. Nós estávamos bem há dois anos, mas não estamos indo bem. Era um alerta, não era um agouro.

Eu já disse – e muitos já disseram – que o povo se afastou de nós e que isso é muito ruim para a democracia, para nós, para o Brasil, mas a culpa não

é do povo. O povo se afasta do Parlamento porque o Parlamento se afastou do povo. O povo está lá, no mesmo lugar, com os mesmos desejos, e nós nos afastamos dele. Não estamos refletindo, Senador, sobre isso, não estamos aqui discutindo como retomar a nossa credibilidade.

Usamos uma agenda positiva que é um golpe de *marketing*, basicamente, que não está em sintonia plena. Vamos fazer um Orçamento, lamentavelmente, sem perceber que aí está a chance de o Congresso se redimir, na elaboração do Orçamento para 2014, em que estejam as ideias e os sonhos do povo brasileiro. É uma chance que nós temos, Senador Ferraço. Para isso a gente precisa conseguir convencer os nossos pares de que não se pode brincar de orçamento em nenhum momento, ainda menos quando o povo está longe da gente. E a maneira de trazê-lo de volta é dizer: olhem aqui como serão gastos...

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... os recursos públicos, os impostos que vocês pagaram. Olhem aqui como a gente vai gastar o dinheiro que vocês pagaram de impostos para atender àquilo que estão pedindo nas ruas e, quando necessário, invadindo Casas Legislativas.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Senador Cristovam Buarque, parabéns pelo seu pronunciamento. Concordo com quase tudo o que V. Ex^a disse e peço-lhe desculpas por não concordar com tudo e explico por quê.

O que o povo com certeza está nos dizendo, no meu entender, é muito simples: política, mandato não é profissão. Não; não é. Política, mandato é missão; tem que ser missão. Quem está aqui tem que estar para servir, para lutar pelo que é certo, para lutar para materializar a esperança e o sonho de muitos brasileiros. A única coisa de que eu discordo de V. Ex^a é que, sendo missão, nós não temos que ter medo de enfrentá-la.

Eu estou na Comissão de Orçamento. Mas eu estou na Comissão de Orçamento para dar o melhor de mim, por acreditar que ali é um espaço, realmente, no qual podemos lutar por tudo isso, fazendo modificações e dando opiniões naquilo que é necessário. Sendo vencido ou vencedor, estarei cumprindo a minha missão.

Desculpe-me por estar opinando ou fazendo algum comentário sobre a sua fala. Eu acho que V. Ex^a tem razão em tudo isso. Eu estou aqui, com toda sinceridade, com toda honestidade, para cumprir uma missão. Isso aqui para mim não é profissão. Minha profissão é Medicina; eu sou médico. Talvez fosse muito mais cômodo e mais fácil estar trabalhando em

um hospital do SUS, em uma maternidade do SUS, muitas vezes sem medicamento, anestésico ou equipamento necessário, como muitas e muitas vezes eu enfrentei na minha vida. Mas eu percebi que política não é lugar de gente descomprometida, não é lugar de gente egoísta nem individualista.

Como mudar este País se não dermos a nossa parcela? Se não lutarmos, realmente, como muitos ao longo da nossa história com certeza lutaram – e continuam lutando –, para que este País realmente chegue ao grau de dignidade, de civilidade que tanto merecemos?

Quem acredita em Deus, como eu acredito, sabe que Ele foi e continua sendo, se não brasileiro, extremamente generoso com os brasileiros. Digo isso, porque, com certeza, estamos pisando o melhor solo do Planeta, o solo mais rico do Planeta. Não estamos no encontro das placas tectônicas, como estão os japoneses, talvez os coreanos e outros, que sentem os abalos sísmicos e que, ver por outra, passam por surpresas geológicas e, com certeza, muito sofrimento. Nem isso temos, graças a Deus.

O que temos aqui é uma oportunidade de sermos uma nação diferente, uma nação justa, uma nação verdadeiramente humana e de respeito. Como fazer isso? Não foi porque Deus falhou, não. Foi porque, com certeza, falhamos na parte que nos cabia.

Se o Nordeste brasileiro, a minha região, ainda sofre a mazela da seca, com certeza não foi prioridade extinguir ou diminuir todo o sofrimento da seca, porque o sol é energia, dá a fotossíntese e mantém a vida.

Enquanto os rios estão cheios, como o Rio São Francisco, nós estamos convivendo com a seca, porque faltou fazer a nossa parte: os canais, os pequenos canalículos que nos garantissem a dignidade tão querida e tão merecida, como outros países já alcançaram.

Então, desculpe-me por discordar de V. Ex^a. Eu sou um sonhador, como o senhor, com certeza, o é, e a gente sabe de toda a sua história. Tenho consciência de que, para aliviar essa dor coletiva – sou especialista em dor física, pois me especializei nessa área –, para aliviar esse sofrimento de todos, porque dor é sofrimento, só há um jeito: levar política com muita seriedade, com muita abnegação, com o entendimento de que é missão, a missão de servir.

Repito: eu estou aqui para cumprir essa missão e, com certeza, ajudar a materializar a esperança não só minha, mas, sobretudo, daqueles tantos outros que não têm oportunidade neste País.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Peço licença ao Senador Ricardo Ferraço (*Fora do microfone.*). Pode ser, Senador? Bem rapidinho. O

senhor vai embora? Então eu não respondo. Se o senhor vai embora...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Por favor, por favor. Por favor, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, não, não. É uma pena. Eu gostaria muito de comentar, mas não vou fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Eu também gostaria de ouvi-lo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, fica para outra vez. Não vou impedir o Senador Ricardo de falar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. *Fora do microfone.*) – Não, não. Por favor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Eu acho que ele está pedindo para o senhor se manifestar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está bem. Eu o vi andando e pensei que já estava indo embora.

Sr. Presidente, há essa ideia de que Deus é brasileiro. Eu falei aqui que as piadas deveriam nos despertar. Uma das piadas que correm por aí é que Deus é brasileiro, mas o demônio infiltrou aqui os políticos. A gente precisa despertar para aquilo que o povo está dizendo.

Fico muito contente com a ideia de que política é uma missão. Por isso eu até queria pedir o seu apoio para um projeto de lei de minha autoria que proíbe reeleição mais de uma vez para todos os cargos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Já apresentei um parecido.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Para todos os cargos: Senador, por duas vezes, se for reeleito; governador, prefeito, deputado, vereador, dirigente de clube de futebol, etc.

Eu fico até contente com o fato de o senhor acreditar no trabalho da Comissão de Orçamento, porque é preciso alguém acreditar e estar lá. Depois de um ano que estive lá, sinceramente perdi, porque achei que o que se fazia ali não era discutir o Orçamento a serviço do Brasil, e a prova é que nunca colocamos recursos para enfrentar corretamente a seca do Nordeste. Eu espero que, neste ano, o senhor tenha mais sucesso e vou usá-lo como meu representante lá.

Obrigado, Presidente.

E muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Muito obrigado pelas palavras, Senador Cristovam Buarque.

Passo a palavra ao nobre colega Senador Ricardo Ferraço, para fazer o seu pronunciamento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Presidente, venho à tribuna do Senado Federal para alertar o Ministério dos Transportes e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para os erros e as falhas de modelagem que estão sendo sinalizados por meio do processo de concessão da BR-262, uma das mais importantes BRs, não apenas para o meu Estado, mas também para o País.

Vou me referir especificamente à BR-262, que corta o Espírito Santo, Estado que tenho o prazer de representar nesta Casa, que liga a nossa capital a Belo Horizonte.

A obra de duplicação da BR-262 é esperada há muito tempo pelos capixabas, e não apenas pelos capixabas, também pelos mineiros. A BR-262 é um importantíssimo corredor de escoamento de parte relevante da produção brasileira.

Um grande contingente, enfim, de brasileiros passam pela BR-262, e um grande contingente, naturalmente, de capixabas por lá trafegam no dia a dia. Mas essa rodovia não serve apenas ao uso da atividade estratégica, no sentido do escoamento da produção, ela é uma rodovia utilizada no dia a dia, por muitos Municípios, tanto do Estado de Minas Gerais, como do Estado do Espírito Santo. Somente em meu Estado, ela corta 22 Municípios.

A duplicação da BR-262 é, portanto, fundamental, é estratégica para o desenvolvimento do Espírito Santo, mas, sobretudo, é importante para garantir um deslocamento seguro e confortável para tantos capixabas e brasileiros que a utilizam no dia a dia.

A intensidade do uso, a relevância econômica e o longo tempo de espera pela duplicação não autorizam o Governo Federal e a ANTT a realizarem um processo de concessão sem o devido cuidado e com extraordinárias inconsequências, se for levado a cabo essa concessão como deseja o Governo Federal. E eu explico por quê.

Vou abordar quatro aspectos que poderão inviabilizar o processo de concessão e de operação adequada dessa importante rodovia para o meu Estado do Espírito Santo: a cobrança de tarifas com a incorporação do conceito de subsídio cruzado; a duplicação do trecho do território capixaba com recursos do PAC e gerenciamento pelo DNIT; a eliminação de obras

fundamentais para a qualidade da via com objetivo de redução de custos e de investimentos; e a imposição até mesmo de uma taxa de retorno que salta aos olhos.

A cobrança de tarifas com subsídio cruzado é uma prática já conhecida e reprovada pelos capixabas, pois impõe ônus em demasia a muitos usuários em benefício de outros. Nós, capixabas, temos no Espírito Santo uma malsucedida experiência com o subsídio cruzado urbano por intermédio do Sistema Rodovia do Sol, com 67km, que liga nossa capital Vitória até Guarapari, que incorporou a terceira ponte, que liga Vitória a Vila Velha e foi construída com recursos públicos: recursos do contribuinte!

O pedágio pago na ponte não se destina apenas a custear sua manutenção, o que é razoável e, em geral, aceito pelo cidadão usuário, porque a conservação e a manutenção de um equipamento como esse é algo fundamental. Mas esse pedágio se destina também a amortizar o investimento feito pela empresa Concessionária RodoSol S/A na duplicação da rodovia que liga a cidade de Vila Velha até a cidade de Guarapari.

Assim, um grande, um grande contingente de capixabas, moradoras de Vitória e Vila Velha, cidades conectadas em um ambiente metropolitano, pagam uma tarifa elevada e desproporcional de pedágio, tendo em vista o pequeno trecho percorrido.

Enfim, uma distorção que sempre foi questionada pelos capixabas e se tornou o ponto central das recentes mobilizações populares.

O contrato de concessão encontra-se sob auditoria e a Justiça Estadual determinou, em compartilhamento com o Ministério Público local, a redução da tarifa de R\$1,90 para R\$0,80, sendo este último valor, supostamente, em análise, o custo da manutenção e conservação da ponte.

Pois bem, é essa experiência malsucedida que agora o Governo Federal quer reproduzir em terras capixabas. Um trecho de 180km situado dentro do território capixaba será duplicado pelo DNIT com recursos públicos do PAC. O trecho de 188km situado no território mineiro será duplicado pela concessionária vencedora da licitação com recursos próprios.

As tarifas de pedágio serão cobradas em cinco pontos da rodovia, sendo dois no Espírito Santo e três em Minas Gerais, de forma a remunerar a concessionária pelos investimentos realizados, pelos custos de manutenção da rodovia e pela taxa interna de retorno, como forma de viabilizar os investimentos.

As tarifas determinadas para os dois pontos de pedágio situados no território capixaba são as mais elevadas e se prestarão a amortizar investimentos realizados no território mineiro.

Como explicar ao contribuinte capixaba, ao cidadão brasileiro, que uma rodovia construída com recursos públicos possa ser pedagiada como forma de você viabilizar a concessão de investimentos num Estado que é Estado-irmão, que é um Estado com o qual compartilhamos desafios. Mas esta é uma explicação, esta é uma sustentação que não há como se fazer.

Com esses valores de pedágio, um pequeno agricultor capixaba da região do Caparaó, da região serrana, enfim, do meu Estado que terá que se dirigir a Vitória para comercializar os seus produtos – porque é no Município de Cariacica que se encontra a nossa central de abastecimentos, que faz a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros produzidos nessa região do meu Estado, uma região liderada pela pequena propriedade de base familiar –, um produtor que diariamente vai usar essa região terá que gastar aproximadamente R\$38,00 por dia, portanto, R\$1 mil por mês. Isto é inexplicável. É inaceitável.

Associado a esta questão, encontramos outro problema. O edital estabelece o prazo de cinco anos para a duplicação da rodovia e a cobrança a partir do segundo ano da concessão.

Como a previsão de assinatura do contrato de concessão é do dia 09/12/2013, o edital prevê que no ano de 2014 deverão ser duplicados pelo menos 10% da rodovia, e a concessionária fica autorizada a cobrar o pedágio a partir de 2015.

Ou seja, primeiro pagamos o pedágio para depois recebermos benefícios e investimentos, que vão proporcionar a duplicação da BR-262. E, através da duplicação, vamos corrigir, retificar pontos críticos porque essa é uma rodovia extremamente delicada, com muitos acidentes.

Os capixabas poderão ser obrigados a pagar o pedágio antes de ter a rodovia duplicada, uma vez que é o DNIT o responsável pela duplicação do trecho capixaba da rodovia.

As obras de duplicação de responsabilidade do DNIT ainda não foram iniciadas. Perguntamos: como podem os capixabas acreditar que o DNIT dará conta de duplicar 180km de rodovia em área de relevo acidentado e traçado sinuoso que demanda muitas obras de desmonte e remoção de rochas, aterros, pontes e viadutos?

O DNIT, Sr. Presidente, há 13 anos está empenhado em duplicar um trecho de 25km da BR-101 que contorna a Região Metropolitana da Grande Vitória e ainda não conseguiu concluir essas obras.

O DNIT é um mau exemplo de órgão público, pois é ineficiente na execução de suas funções e ainda sujeita os brasileiros a inúmeros casos de malversação de recursos públicos.

Em matéria do fim de semana, da jornalista Rita Bridi, do jornal *A Gazeta*, que fez um belo trabalho jornalístico, ouvindo especialistas e conhecedores de BRs e rodovias, ficou muito clara a necessidade de o Governo Federal repensar, ainda há tempo. Há tempo para que o bom senso prevaleça; há tempo para que o bom senso possa se fazer presente, possa presidir e possa mover as autoridades que estão liderando esse processo equivocado, um processo que não tem pé e não tem cabeça, um processo que vai produzir em nosso Estado muita angústia.

Foram eliminadas ainda as obras inicialmente previstas de ruas laterais, de vias marginais nos entroncamentos com rodovias estaduais, e a construção de quatro passarelas e interseções em dois níveis. Enfim, essas eliminações foram feitas visando manter o pedágio abaixo de R\$10,00. Mas podem comprometer o programa de melhorias inicialmente previsto e condições de segurança do tráfego no trecho localizado em território capixaba.

Por isso, Sr. Presidente, estamos, desde ontem, num debate muito forte com o Governo Federal, com as pastas que lidam diretamente com esse tema. Ontem, estivemos com o Ministro César Borges, que nos recebeu muito bem, que ouviu atentamente as colocações da bancada capixaba.

Eu estive lá pessoalmente, mas também os nossos colegas Senadores, os nossos colegas Deputados Federais, manifestando ao Ministro que essa obra é importante, é uma obra que aguardamos há muito tempo. E fizemos um histórico para o Ministro, que está recentemente no Ministério dos Transportes.

Essa é uma obra que consta do PAC e do Orçamento desde 2010. A sua primeira etapa, que liga o Município de Viana ao Município de Marechal Floriano, na localidade de Vitor Hugo, já foi até licitada. Está em vias de ser aberta e assinada não apenas a licitação, mas o contrato. Só não foi feito isso porque o DNIT está em greve.

Então, como explicar uma obra que faz parte do compromisso, enfim, do Governo Federal com os capixabas? O meu Estado tem contribuído muito para o desenvolvimento nacional e merece esse reconhecimento por parte do Governo Federal.

Não faz sentido alterarmos a regra do jogo. Nós aguardamos por essa obra há alguns anos. Há alguns anos a bancada federal luta em favor desse empreendimento e desse investimento. Por isso mesmo conseguimos incluí-lo no PAC em 2010. E, agora, o Governo anuncia uma modelagem em que a obra será financiada com recursos públicos do contribuinte capixaba e brasileiro e, ainda assim, será pedagiada.

É essa, Sr. Presidente, a manifestação que faço, não apenas de protesto, mas faço manifestação de confiança e de esperança. Que o Governo Federal, que a Presidente Dilma, que o Ministro César Borges possam pensar e refletir sobre essas questões, e que o Espírito Santo possa ser reconhecido. Reconhecido pelo valor de sua gente, reconhecido pela contribuição que tem dado ao desenvolvimento econômico e social.

É hora de o Governo Federal reparar os passivos que tem com a infraestrutura capixaba.

É hora de o Governo Federal reconhecer o valor do capixaba. É hora de o Governo Federal cumprir os seus compromissos com os capixabas e realizar essas obras como foi acordado, como foi programado, enfim, com recursos financiados pelo Orçamento Geral da União, até porque são recursos que constam do Orçamento desde 2010.

É o protesto que faço, mas um protesto carregado de expectativa e de esperança. Expectativa, esperança e confiança de que o Governo Federal possa, ao fim e ao cabo, fazer uma reflexão, e que nós possamos alterar o rumo dessa proposta, que é uma proposta que não tem nenhuma chance de dar certo em solo capixaba.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força /PSC – SE) – Senador Ricardo Ferraço, a gente vê muita emoção, muita indignidade também nas suas palavras, o que nos faz lembrar...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria / PMDB – ES) – Indignidade não. Indignação!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força /PSC – SE) – Indignação, desculpe-me; indignação, corrijo-me, perdão, que nos faz lembrar e pensar e refletir que parece que o cimento, o asfalto e os equipamentos necessários que aqui se tem são

extremamente diferentes do que a gente vê em países como o Japão.

O Japão sofreu toda aquela catástrofe com o *tsunami*, e a gente via suas estradas e seus aeroportos serem reconstruídos em pouquíssimo tempo. Por que é que se demora tanto terminar, concluir uma obra pública neste País? Será que o nosso suor é diferente do de outros? Por que é que se demora tanto? É isso que o povo, como disse o Senador Cristovam Buarque aqui, já não aceita; já está tão indignado que já está realmente extravasando.

Mas eu quero também manifestar, como disse o Papa Francisco, e aprendi isso lidando com pacientes com câncer, que nunca se deve perder a esperança. Não devemos nunca deixar que a nossa esperança seja roubada. Eu acredito, sinceramente, no Ministro César Borges, e espero que ele possa dar uma solução não só para o Espírito Santo, mas também para Sergipe, que tem obras que se arrastam há anos e anos também no mesmo DNIT. Então espero que isso se realize e se materialize o quanto antes, da forma mais justa e mais correta possível.

É com isso que sonhamos e, com certeza, o seu sonho não é muito diferente do sonho de muitos sergipanos não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria / PMDB – ES) – Muito obrigado pela vossa manifestação de solidariedade e de entendimento para com a importância da infraestrutura para o desenvolvimento econômico e social dos nossos Estados.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força /PSC – SE) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 915, DE 2013

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 199, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, destinada a homenagear a Polícia Militar do Estado de Goiás, que completou no dia 28 de julho de 2013, 155 anos de existência. Em decorrência de já haver outras sessões especiais agendadas, solicitamos que a mesma seja incluída no dia 4 de novembro de 2013.

JUSTIFICAÇÃO

Em 28 de julho de 1858, o então presidente da província de Goyaz, Dr. Januário da Gama Cerqueira, sancionou a Resolução nº 13, criando a Força Policial de Goyaz, com ação limitada à capital da província (Vila Boa), Arraial e Palma, fixando seu efetivo em: 01 (um) Tenente: João Pereira de Abreu, 02 (dois) Alferes: Aquiles Cardoso de Almeida e Alferes Antônio Xavier Nunes da Silva, 02 (dois) sargentos, 1 (um) Furiel e 41 (quarenta e uma) praças.

Para sediar a Força Policial foi adquirida pela fazenda Provincial, em junho de 1863, uma área de 724m², destinada à construção do primeiro Quartel da Força Policial de Goyaz, que abrigou o Comando da Corporação de 1863 à 1936, e atualmente é a sede do 6º BPM na Cidade de Goiás. Com as constantes transformações sociais, o desenvolvimento econômico e principalmente o aumento no número de habitantes de Goiás, nas primeiras décadas do século XX, a Polícia goiana recebeu várias denominações, entre elas a de Força Policial de Goyaz; Companhia de Polícia de Goyaz; Batalhão de Polícia de Goyaz, até chegar a Polícia Militar de Goiás, estabelecida pela Constituição Estadual de 05 de outubro de 1989. A cada denominação que a corporação recebia a estrutura administrativa também sofria modificações.

A história da Polícia Militar do Estado de Goiás apresentou grande crescimento ao longo de seus 150 anos de existência, tornando-se “Patrimônio dos Goianos”, e para essa evolução foi necessário o aumento constante do efetivo que gerou a criação de várias unidades na capital e interior. Devido à necessidade de se adequar às imposições da sociedade, foi elaborado um estudo aprofundado da descentralização de Comandos da Polícia Militar que resultou a aprovação da nova metodologia de comando na corporação e foi decretado de imediato a descentralização do Comando de Policiamento do Interior e da Capital. Os antigos CPI e CPM se dividiram em Comandos Regionais. A descentralização em Regionais permitiu maior agilidade nas soluções e uma resposta efetiva aos anseios da comunidade local.

No ano de seu sesquicentenário, a Polícia Militar do Estado de Goiás possui: 07 (sete) Seções do Estado Maior (PM-1; PM-2; PM-3; PM-4; PM-5; PM-6 e PM-7), e uma Chefia de Gabinete, ligadas diretamente ao Comando Geral; 14 (catorze) Comandos Regionais, localizados nas regiões estratégicas do estado, como Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anápolis, Rio Verde, Cidade de Goiás e outras; 07 (sete) Unidades de Ensino, sendo a Gerência de Ensino em Goiânia e as seis Unidades do Colégio da Polícia Militar de Goiás (03 em Goiânia, 01 em Itumbiara, 01 em Rio Verde e 01 em Anápolis) e 12 (doze) Unidades de Apoio em todo o Estado. E ainda 64 Unidades operacionais distribuídos nos 246 (duzentos e quarenta e seis) municípios goianos.

Para a Corporação, século XXI já começou com a mudança e adequação dos conceitos cultivados pela Polícia Militar de Goiás à realidade e exigências sociais por que passam o país e mais especificamente o Estado de Goiás. Para isso são constantes os aprimoramentos, capacitações e investimentos em qualificação e aquisição de armamentos e equipamentos, bem como a implantação de estratégias operacionais como a RAS – Rede de Apoio a Segurança e a Setorização, que compreende a divisão de grandes áreas de atuação em pequenas regiões sob o comando de um oficial, aproximando assim o policial da comunidade em que atua. A centralização das atividades administrativas, possibilitando maior foco na operacionalidade.

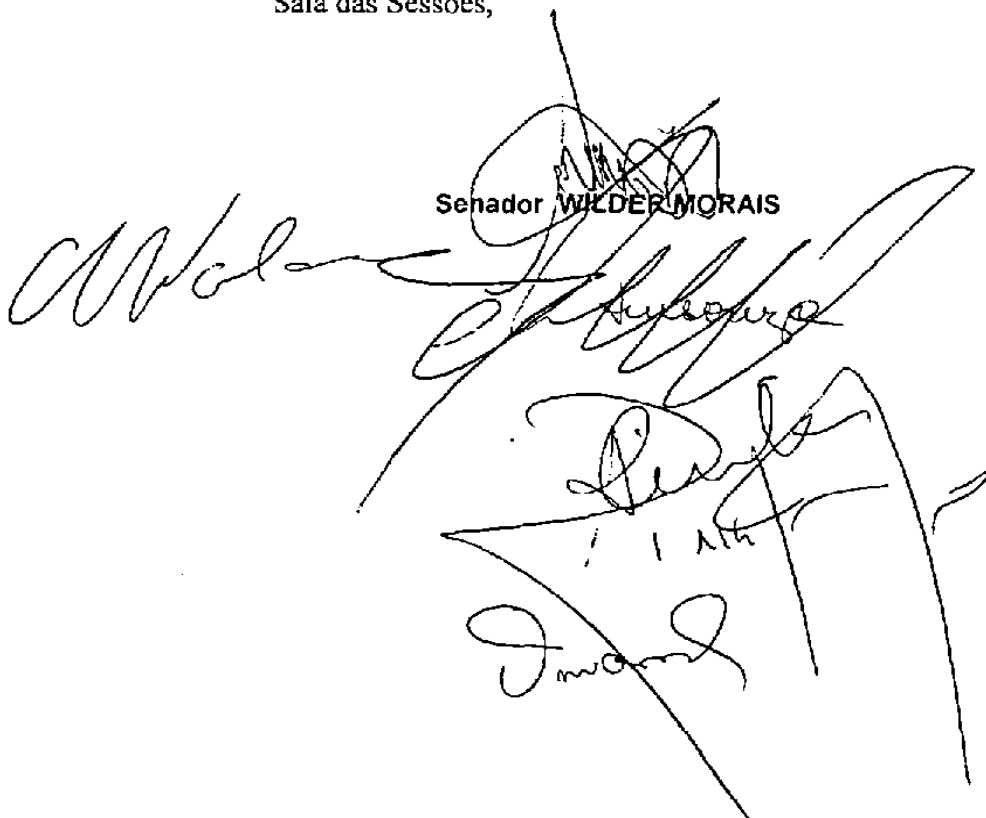
Além disso, de forma pioneira no Brasil, a Corporação está desenvolvendo o Programa de Modernização da Polícia Militar (PMPM), que tem como objetivo estabelecer através de bases científicas, um estudo aprofundado da instituição, desde sua estrutura até sua forma de funcionamento, buscando a excelência no serviço prestado ao cidadão. Todas estas ações são fruto do Plano de Combate e Redução à Criminalidade instituído em 11 de maio de 2006, pelo Governo do Estado de Goiás.

Mesmo com o pensamento voltado para a modernização, o atual comando da PMGO conserva as tradições, mantendo o que é essencial para o desenvolvimento da Corporação, sem perdas de referenciais, por esse motivo o maior patrimônio da Instituição é a confiança que transmite a quem a ela recorre. Resultado de um trabalho intenso, árduo e competente para a garantia da segurança pública e da cidadania.

Ao completar o seu sesquicentenário no ano de 2008, a Corporação reconstrói sua história, trabalha seu presente e planeja seu futuro. Tendo como alicerce o trabalho digno, devotado e altaneiro dos homens e mulheres que dedicam suas vidas em busca do bem estar de todos, sendo motivo de orgulho para a sociedade goiana e referência nacional. Assim, a Polícia Militar se apresenta com verdadeiro PATRIMÔNIO DOS GOIANOS.

Com isso, nota-se a importância e o papel indispensável da Polícia Militar do Estado de Goiás, tanto para o estado como para o país.

Sala das Sessões,


Senador WILDER MORAIS

REQUERIMENTO Nº 916, DE 2013

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos artigos 154, inciso III e § 5º e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Solene Especial destinada a homenagear os 60 anos do Correio da Paraíba, comemorados no dia 05 de agosto do corrente ano.

Justificação

Nada mais justo que prestar uma homenagem ao Jornal Correio da Paraíba e a todos que fazem parte da família, que tanto tem contribuído com a sociedade paraibana, veiculando

informações de qualidade. Um veículo consagrado, que conta com excelentes profissionais, desde que foi fundado por Teotônio Neto, até os dias de hoje, tendo à frente o empresário Roberto Cavalcanti, sua filha Beatriz Ribeiro, que conduzem de forma brilhante e com muita competência, não só o Jornal Correio, mas todo o Sistema Correio de Comunicação. Capintaneado pelo Jornal Correio, o Sistema Correio é a empresa que possui o maior quadro de jornalistas do Estado e um dos grupos de comunicação que mais investem em equipamentos na Paraíba e no Brasil. Trata-se do maior grupo de comunicação da Paraíba, com 17 veículos em atividade, sendo dois jornais, uma revista, duas emissoras de televisão, um portal de internet e 11 emissoras de rádio.

O Correio da Paraíba, em seus 60 anos de atividade, além de ser o mais lido do Estado da Paraíba, é motivo de orgulho para os seus leitores, trazendo notícias e informações sobre política, economia, esportes, lazer, seja nos âmbitos estadual, nacional e internacional. Um verdadeiro exemplo de veículo de comunicação na história da imprensa paraibana.

Diante dessa trajetória de tamanha importância, faz-se necessário homenagear aos 60 anos do Jornal Correio da Paraíba.

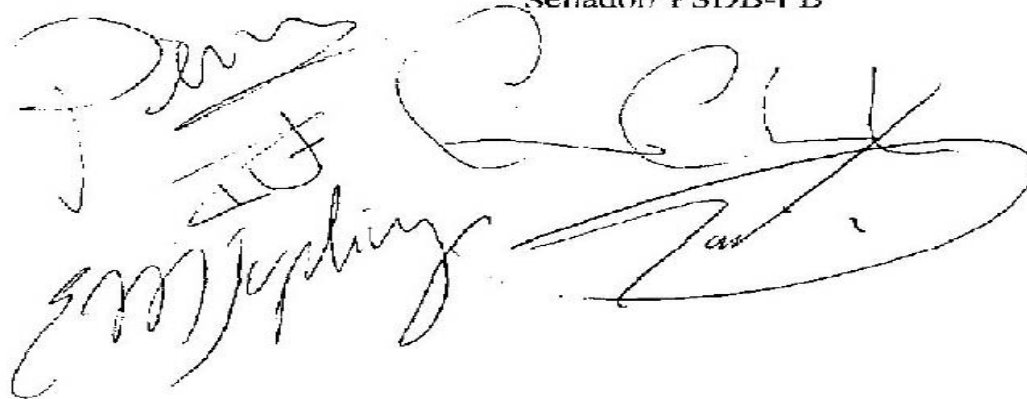
Sala das Sessões, em

de 2013.



Cícero Lucena

Senador/ PSDB-PB



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força /PSC – SE) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força /PSC – SE) – A Presidência comunica ao Plenário o recebimento dos seguintes expedientes:

– **Ofício nº 1, de 2013**, do Presidente Eventual da Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 620, de 2013**, comunicando a instalação do Colegiado bem como a eleição de sua Presidente, Deputada Rose de Freitas, Vice-Presidente, Senador Casildo Maldaner, Relatora, Senadora Ana Rita e Relator Revisor, Deputado Zezéu Ribeiro;

– **Ofício nº 1, de 2013**, do Presidente Eventual da Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 621, de 2013**, comunicando a instalação do Colegiado bem como a eleição de seu Presidente, Senador João Alberto Souza, Vice-Presidente, Deputado Francisco Escórcio, Relator, Deputado Rogério Carvalho e Relator Revisor, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes os Ofícios:

Ofício nº 001/MPV620-2013

Brasília, 14 de agosto de 2013

Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Excelência a instalação da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 620, de 12 de junho de 2013, em reunião realizada nesta data, com o seguinte resultado:

Presidente: Deputada Rose de Freitas

Vice-Presidente: Senador Casildo Maldaner

Relatora: Senadora Ana Rita

Relator Revisor: Deputado Zezéu Ribeiro

Respeitosamente, Senador **José Pimentel**, Presidente Eventual – Senador **Casildo Maldaner**, Vice-Presidente.

Ofício nº 001/MPV621-2013

Brasília, 14 de agosto de 2013

Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Excelência a instalação da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 621, de 9 de julho de 2013, em reunião realizada nesta data, com o seguinte resultado:

Presidente: Senador **João Alberto Souza**

Vice-Presidente: Deputado **Francisco Escórcio**

Relator: Deputado **Rogério Carvalho**

Relator Revisor: Senador **Mozarildo Cavalcanti**

Respeitosamente, Senador **José Pimentel**, Presidente Eventual – Senador **João Alberto Souza**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força /PSC – SE) – A Presidência designou, como membro titular, o Deputado Eduardo Cunha, em substituição ao Deputado Arthur Oliveira Maia, e este como membro suplente, em substituição ao Deputado Júnior Coimbra, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 613, de 2013**, conforme o **Ofício nº 949, de 2013**, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

O ofício foi encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

OF/GAB/I/Nº 949

Brasília, 14 de agosto de 2013

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que passo a integrar, na qualidade de TITULAR, a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à Medida Provisória nº 613/2013, que “Institui crédito presumido da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na venda de álcool, inclusive para fins carburantes; altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre incidências das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica, e dá outras providências”, em substituição ao Deputado **Arthur Oliveira Maia**, que passa a condição SUPLENTE, em substituição ao Deputado **Júnior Coimbra**.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Eduardo Cunha**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força /PSC – SE) – A Presidência comunica o término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, em 11 de agosto do corrente, para edição do decreto legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da **Medida Provisória nº 606, de 2013**, cujo prazo integral de vigência expirou em 18 de junho de 2013.

Comunica, ainda, a extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força /PSC – SE) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 59, de 2013**, do Senador Ricardo

Ferrão, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para determinar o envio à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional das mensagens propondo perdão e reescalonamento de dívidas de que o Brasil seja credor.

Ao Projeto foi oferecida uma emenda.

É a seguinte a Emenda:

EMENDA
Nº 1, DE 2013-PLEN
(Ao PRS nº 59, de 2013)

Art. 1º. O art. 1º do PRS nº 59, de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 390.

.....
Parágrafo único. No caso de mensagens propondo perdão e reescalonamento de dívidas de que o Brasil seja credor, a matéria será encaminhada para parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, antes de seu exame pela Comissão de Assuntos Econômicos.” (NR)

Art. 2º. Dê-se ao caput do Projeto de Resolução nº 59, de 2013, a seguinte redação:

“Altera o Regimento Interno do Senado Federal para determinar o envio à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa das mensagens propondo perdão e reescalonamento de dívidas de que o Brasil seja credor”

Justificação

No complexo sistema de relações internacionais estabelecido na segunda metade do século XX, ganhou importância e destaque o estabelecimento de critérios relacionados à garantia e respeito aos direitos humanos como parâmetro de desenvolvimento societário.

O estabelecimento de mecanismos de proteção da pessoa, respeitando-se os mínimos critérios estabelecidos em convenções e acordos internacionais capitaneados pela Organização das Nações Unidas, tem sido objeto de programas de cooperação e de solidariedade internacionais e indicador de desenvolvimento dos países.

Por isso, é fundamental que o Brasil, seguindo o que preceitua o inciso II do art. 4º da Constituição Federal, oriente sua política externa, inclusive no que disser respeito às trocas financeiras, pela observância do respeito aos direitos humanos.

Dessa forma, ao decidir sobre a concordância ou não com alterações em financiamentos externos dos quais o Brasil é credor, com perdão ou reescalonamento de dívidas, o Senado Federal deve ouvir sua Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que analisará os aspectos de mérito relacionados à garantia dos direitos humanos ligados ao país beneficiado.

Sala das Sessões, – Senador **Cristovam Buarque**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força /PSC – SE) – A matéria vai à Comissão Constituição, Justiça e Cidadania, onde se encontra o **Projeto de Resolução nº 17, de 2009**, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, uma vez que o projeto supracitado também modifica a referida Norma Interna seguindo, posteriormente, à Comissão Especial da Reforma do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força /PSC – SE) – O Senado Federal recebeu a **Mensagem nº 334, de 2013**, na origem, comunicando a ausência do País da Senhora Presidente da República, nos dias 14 e 15 de agosto, em viagem oficial a Assunção, República do Paraguai, por ocasião da Posse Presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força /PSC – SE) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 169, de 2013**, da Comissão de Assuntos Sociais, comunicando a aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2005.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 169/2013 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 14 de agosto de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em turno único, a Emenda nº 3-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar, e promover ações para a alimentação e nutrição adequadas de crianças e adolescentes.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Respeitosamente, Senador **Waldemir Moka**,
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força /PSC – SE) – Com referência ao **Ofício nº 169, de 2013**, a Presidência comunica ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à matéria até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força /PSC – SE) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 333, DE 2013**

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para permitir, excepcionalmente, a guarda de crianças e adolescentes por pessoas interessadas na adoção antes do julgamento definitivo do procedimento para destituição do poder familiar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), fica acrescida do art. 50-A, e seu art. 157 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 50-A. Nos registros e nos cadastros mencionados no art. 50 desta Lei, a autoridade judiciária competente deverá determinar a inclusão das crianças e adolescentes que estejam aptos à guarda por pessoas interessadas na adoção, na forma do parágrafo único do art. 157.

§ 1º Aplicam-se, no couber, o disposto no art. 50 desta Lei ao registro e cadastro de que trata o caput deste artigo.

§ 2º As pessoas interessadas na guarda das crianças e adolescentes antes do trânsito em julgado da ação de destituição de poder familiar terão preferência na adoção.

§ 3º A frustração da adoção em razão de eventual improcedência da ação de destituição do poder familiar não acarretará qualquer responsabilidade civil ao Estado ou aos agentes públicos envolvidos.”

“Art. 157.

Parágrafo único. Caso seja decretada a suspensão do poder familiar, a autoridade judiciária poderá determinar que a criança ou o adolescente seja considerado apto à guarda de pessoas interessadas na adoção, desde que, cumulativamente:

I – haja indícios veementes de caracterização das hipóteses legais autorizadoras da destituição de poder familiar;

II – a criança ou o adolescente esteja submetido a regime de acolhimento institucional ou familiar;

III – inexistir outra medida que melhor garanta os direitos da criança e do adolescente assegurados nesta Lei.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

Justificação

Século XXI e, ainda, temos muito a avançar na proteção dos nossos pequenos cidadãos.

O esforço do Congresso Nacional em entregar um Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e uma Lei Nacional de Adoção não é motivo de acomodação para nós, parlamentares.

Muitas crianças e adolescentes estão sofrendo a angustiante sensação de crescer longe do calor de uma família, em abrigos que, apesar do elevado espírito solidário dos que os mantêm, revelam-se inadequados a um ser em formação.

Os motivos dessa lotação dos abrigos são variados. A presente proposição combate um desses principais vilões.

A experiência demonstra que milhares de crianças e adolescentes que estão em abrigos (ou, na expressão do ECA, em programas de acolhimento institucional) não são adotados por terem de aguardar o demorado desfecho de ação de destituição do poder familiar. Por exemplo, “das 2.377 crianças que vivem hoje em abrigos públicos no Estado do Rio, 1.008 aguardam o julgamento de ações de destituição do poder familiar e, portanto, não estão aptas à adoção”, conforme matéria divulgada pelo jornal “O Globo” em 28 de maio de 2013.

O problema é que a inevitável demora desses feitos judiciais de destituição do poder familiar pune duplamente os nossos mirins: imola parte de sua vida em abrigos e desestimula a sua futura adoção. Como se sabe, quanto mais elevada a idade, menores as chances de adoção.

Nesse contexto, convém que o ECA seja aprimorado mediante ajuste legislativo que permita a inscrição, no Cadastro Nacional de Adoção, de crianças ou adolescentes que estejam em abrigos e cujos pais muito provavelmente haverão de ser destituídos do poder familiar, conforme juízo feito pelo magistrado incumbido do feito de destituição.

Dessa forma, o Cadastro Nacional de Adoção possuirá duas categorias de crianças e adolescentes:

(a) os infantes aptos à adoção e (b) os que provavelmente estarão aptos à adoção e que podem ser colocados em guarda.

Estes últimos poderão ser colocados na guarda daqueles pretendentes que queiram assumir a guarda do mirim com a ciência do risco (remoto, mas é um risco) de não obterem a adoção caso a ação de destituição do poder familiar seja julgada improcedente.

A experiência demonstra que esse risco não inibirá os pretendentes. Conforme a reportagem jornalística já citada, os compromissados juízes cariocas Dra. Mônica Labuto e o Dr. Eduardo Hablitschek relataram que, atualmente, fora do Cadastro Nacional de Adoção, várias pessoas se dispõem a adotar crianças e adolescentes antes mesmo de os trâmites da ação de destituição do poder familiar darem-se por findos.

E esses ilustres magistrados, ao som de vários outros operadores do Direito que lidam com os nossos pequenos brasileiros, costuraram a brilhante ideia de adaptar o ECA à realidade atual, ideia essa que deve vestir uma iniciativa do Congresso Nacional, a bem da infância e da adolescência brasileiras.

É sob essas luzes que caminha a presente proposição legislativa, voltada a permitir que os mirins brasileiros escapem ao obscuro ambiente dos abrigos e encontrem um seio familiar antes mesmo do trânsito em julgado da ação de destituição de poder familiar.

Deixamos bem claro que a proposta legislativa em tela aplica-se a situações excepcionais, em que a perda do poder familiar é extremamente previsível, com base em indícios veementes (expressão já conhecida pelo ordenamento jurídico, a exemplo do art. 3º do Decreto-Lei nº 3.240, de 8 de maio de 1941, do art. 126 do Código de Processo Penal, do art. 3º da já revogada Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962, e do art. 64, inciso II, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005).

Com a presente proposição, muitas crianças e adolescentes brasileiros poderão ganhar o que o estado normativo atual ainda não lhe consegue proporcionar na integralidade: uma família.

E é à força da certeza de que o futuro de nosso País depende do bem-estar de nossos pequenos que conclamo todos os nobres Parlamentares a aderirem à célere tramitação e aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 50. A autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas interessadas na adoção.

Art. 157. Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar a suspensão do poder familiar, liminar ou incidentalmente, até o julgamento definitivo da causa, ficando a criança ou adolescente confiado a pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade.

DECRETO-LEI

Nº 3.240, DE 8 DE MAIO DE 1941

Sujeita a sequestro os bens de pessoas indicadas por crimes de que resulta prejuízo para a fazenda pública, e outros

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, Decreta:

Art. 3º Para a decretação do sequestro é necessário que haja indícios veementes da responsabilidade, os quais serão comunicados ao juiz em segredo, por escrito ou por declarações orais reduzidas a termo, e com indicação dos bens que devam ser objeto da medida.

DECRETO-LEI

Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Código de Processo Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

Art. 126. Para a decretação do seqüestro, bastará a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens.

LEI Nº 4.137, DE 10 DE SETEMBRO DE 1962

Regula e repressão ao abuso do Poder Econômico.

(revogada pela Lei nº 8.884, de 1994)

Art. 3º Quando em relação a uma empresa exista um restrito número de empresas que não tenham condições de fazer concorrência num determinado ramo de negócio ou de prestação de serviços, ficará,

aquela obrigada à comprovação do custo de sua produção, se houver indícios veementes de que impõe preços excessivos.

LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005

Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 64. Durante o procedimento de recuperação judicial, o devedor ou seus administradores serão mantidos na condução da atividade empresarial, sob fiscalização do Comitê, se houver, e do administrador judicial, salvo se qualquer deles:

II – houver indícios veementes de ter cometido crime previsto nesta Lei;

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força /PSC – SE) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Maioria/PP – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, a cidade de Parnaíba chega neste dia 14 de agosto ao seu aniversário de 169 anos – celebrado pelo marco de sua elevação à categoria de Vila, pela lei nº 166, promulgada pelo então governador José Idelfonso de Souza Ramos.

Mas a Parnaíba de Nossa Senhora da Graça, do pioneirismo na adesão à causa da Independência e no Republicanismo da Confederação do Equador, é uma cidade com raízes mais profundas no tempo.

Sob o ponto de vista legal, sua origem remonta a 20 de setembro de 1759, quando João Pereira Caldas, então governador da província do Piauí, fundou a vila de São João da Parnaíba. Mas antes disso, no que hoje é o lindo Casario do Porto das Barcas, a atividade comercial demonstrava não somente a origem da cidade, mas sua vocação para ser grande.

Grande – a maior cidade piauiense depois da capital, Teresina, que também faz aniversário neste

mês de agosto – Parnaíba é uma cidade de futuro, que se assenta sobre o trabalho de sua gente, da gente simples que tira seu sustento no trabalho diário, em lugares como o mercado de Caramuru, na pesca, no comércio, na agricultura irrigada do Projeto Tabuleiros Litorâneos, na crescente rede de comércio e serviços de Parnaíba.

Parnaíba é hoje não apenas a segunda maior cidade do Piauí; é também uma cidade que está em crescimento. Dados do Cadastro Industrial do Piauí, publicação da Federação das Indústrias do Estado, indicam que a cidade exerce influência econômica, social e cultural sobre uma população superior a 600 mil habitantes, em 28 cidades do Piauí, Maranhão e Ceará.

Segundo o registro da Federação das Indústrias do Piauí, Parnaíba exerce influência direta sobre nove cidades próximas a leste, no Estado do Maranhão, que têm uma população de 253 mil moradores. No lado cearense, seis cidades na área de influência de Parnaíba reúnem 250 mil habitantes. No Piauí, Parnaíba é polo e referência para 13 cidades, nas quais moram 160 mil pessoas.

Não é sem razão, portanto, que Parnaíba deva ser vista como uma cidade com enorme potencial para crescer.

Estudos de consultorias especializadas demonstram que o potencial de consumo da cidade e da região supera R\$ 2 bilhões anuais, em valores de 2012. Para os próximos sete anos, as famílias de Parnaíba vão, praticamente, dobrar o valor de consumo, tendo como resultado o crescimento da classe média da cidade.

Um estudo da consultoria americana MacKinsey, publicada na Revista Exame de 22 de agosto de 2012, indica que Parnaíba está entre as 40 cidades brasileiras com maior ritmo de crescimento de consumo.

Mas a minha percepção sobre o grande potencial dos parnaibanos, da coragem e da força de trabalho dessa gente, diz que a cidade vai muito além do que os estudos e as pesquisas são capazes de indicar. Basta que andemos na Parnaíba de Nossa Senhora da Graça para perceber claramente que o desenvolvimento da cidade resulta do esforço dos parnaibanos anônimos, de trabalhadores e empresários, de estudantes, de donas de casa, de gente que merece hoje e sempre a nossa homenagem, mas também o nosso empenho para ajudar na construção de um futuro melhor.

Cito, como parte do esforço a que me dedico, o projeto de lei de minha autoria que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento, e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Baixo Parnaíba. Esse projeto deve favorecer sobremaneira o progresso de Parnaíba e de toda a região sobre a qual a cidade exerce influência.

Quero estar sempre ao lado de Parnaíba e dos parnaibanos, ajudando no que for possível. Sou um parceiro para auxiliar no crescimento da cidade e acolher as boas ideias, defendendo o interesse público desta cidade, para a qual vislumbro um futuro de desenvolvimento. Parabéns Parnaíba.

Era o que tinha dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Senhoras e aos Senhores Senadores que será realizada sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia previamente designada.

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2012 – COMPLEMENTAR

**(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 823, de 2013)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2012-Complementar (nº 362/2006-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivo da Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra – e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 598 e 599, de 2013, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Henrique, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e
– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Waldemir Moka, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CRA (Substitutivo), que oferece.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2011

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.

Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2012

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que cria Tribunal Regional Federal. (Paraná) Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 2012

**(Tramitam em conjunto as Propostas
de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012)
(Calendário Especial – Requerimento
nº 809, de 2013)**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins. Pendente de novo parecer, em virtude do Requerimento nº 795, de 2013, detramitação conjunta.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 2012

**(Tramitam em conjunto as Propostas
de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012)
(Calendário Especial – Requerimento
nº 809, de 2013)**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza. Pendente de novo parecer, em virtude do Requerimento nº 795, de 2013, de tramitação conjunta

6**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 7, DE 2013**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vincular a duração dos benefícios fiscais concedidos às Áreas de Livre Comércio (ALC) e à Amazônia Ocidental ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus. Parecer favorável, sob nº 462, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, com voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

7**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2010**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Valter Pereira, que altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência. Parecer favorável, sob nº 1.846, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

8**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 1, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2008 (nº 7.299/2006, na Casa de origem, do deputado Beto Albuquerque), que inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona. Parecer sob nº 457, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Pedro Simon, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CI, de redação, que apresenta.

9**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 38, DE 2013**

Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 2013 (nº 567/2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Fe-

derativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia, celebrado em Brasília, em 26 de abril de 2010. Parecer favorável, sob nº 837, de 2013, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

10**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 39, DE 2013**

Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 2013 (nº 333/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Lesoto, celebrado em Brasília, em 8 de setembro de 2010. Parecer favorável, sob nº 838, de 2013, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Aníbal Diniz.

11**PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 8, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 8, de 2011, do Senador Roberto Requião, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para disciplinar a apreciação da escolha de autoridades pelas comissões. Parecer sob nº 751, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Taques, favorável com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

12**REQUERIMENTO
Nº 835, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimentos nº 835, de 2013, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011, dos Projetos de Lei do Senado nºs 108 e 385, de 2003; 68, de 2004; 145, de 2005; 208, 463, 581 e 586, de 2007; 301, de 2008; 466 e 539, de 2009; 303 e 326, de 2010; 16, 35, 69, 157, 214, 328, 334, 364, 373, 524, 580, 618 e 663, de 2011; 91 e 390, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (utilização do FGTS para pagamento de serviços educacionais).

13**REQUERIMENTO
Nº 836, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 836, de 2013, do Senador Wilder Moraes, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011, dos Projetos de Lei do Senado nºs 108 e 385, de 2003; 68, de

2004; 145, de 2005; 208, 463, 581 e 586, de 2007; 301, de 2008; 466 e 539, de 2009; 303 e 326, de 2010; 16, 35, 69, 157, 214, 328, 334, 364, 373, 524, 580, 618 e 663, de 2011; 91 e 390, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (utilização do FGTS para pagamento de serviços educacionais).

14

**REQUERIMENTO
Nº 849, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 849, de 2013, do Senador **Ciro Nogueira**, soli-

citando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2012, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Relações Exteriores e Defesa Nacional (proíbe a venda de produtos de tabaco nos locais que especifica).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Que Deus nos ilumine na missão de cada um de nós.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 33 minutos.)

**PARECER
Nº 27, DE 2013-CN**

Da COMISSÃO MISTA, sobre a Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013, que altera a Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera a Lei no 11.526, de 4 de outubro de 2007; e dá outras providências.

RELATOR: Deputado **ROBERTO SANTIAGO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão Mista, para fins do disposto no art. 62, § 9º, da Constituição Federal, a Medida Provisória (MPV) nº 614, de 14 de maio de 2013, que *altera a Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera a Lei no 11.526, de 4 de outubro de 2007; e dá outras providências.*

A MPV nº 614, de 2013, é composta de seis artigos.

O art. 1º altera a Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2012 estabelecendo os planos de Carreira de Magistério Superior e de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

O art. 2º estabelece que os docentes concursados para cargo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal serão enquadrados de acordo com as alterações proposta no artigo 1º.

O art. 3º, por sua vez, altera os anexos da Lei 12.772, de 2012 os quais determinam a estrutura do plano de carreiras e cargos de magistério federal, a tabela de correlação do plano de carreiras e cargos de magistério federal, os valores do vencimento básico do plano de carreiras e os cargos de magistério federal e retribuição por titulação do plano de carreiras e cargos de magistério federal – RT.

O art. 4º altera a Lei no 11.526, de 4 de outubro de 2007 objetivando-se em permitir que o docente em Regime de Dedicação Exclusiva, poderá ocupar Cargo de Direção - CD ou Função Gratificada – FG e poderá optar pela remuneração do cargo efetivo, caso em que perceberá o vencimento acrescido da vantagem relativa ao regime de dedicação exclusiva.

O art. 5º estabelece que as alterações nos requisitos de acesso a cargos públicos realizadas não produzem efeitos para os concursos cujo edital tenha sido publicado até 15 de maio de 2013, ressalvada deliberação em contrário do Conselho Superior da IFE.

O artigo 6º estabelece a vigência da MP para a data de sua publicação.

Encerrado o prazo regimental no dia 21/5/2013, foram apresentadas 146 (cento e quarenta e seis) emendas à Medida Provisória, de autoria dos Senhores Parlamentares: Nelson Marquezelli (Emendas nº 1 e 2); Eduardo Cunha (Emenda nº 3); Rodrigo Rollemberg (Emendas nºs 4 e 5); Zé Geraldo (Emendas nºs 6 e 7); Fatima Bezerra (Emendas nºs 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16); Randolfe Rodrigues (Emendas nºs 17 e 18); Laercio Oliveira (Emendas nºs 19 e 20); Antonio Balhmann (Emendas nºs 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28); Flexa Ribeiro (Emenda nº 29); Newton Lima (Emenda nº 30); José Agripino (Emenda nº 31); Eduardo Barbosa (Emendas nº 32); Estepan Nercessian (Emendas nºs 33 e 34); Hugo Napoleão (Emenda nº 35); Professora Dorinha Seabra Rezende Deputado Beto Faro (Emenda nº 36, 37 e 38); Cyro Miranda (Emendas nº 39 e 96); Erika Kokay (Emendas nº 40, 41 e 42); Artur Bruno (Emendas nº 43, 61, 62 e 63); Assis do Couto (Emendas nºs 44, 45, 46 e 47); Biffi (Emendas nº 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55 e 56); Fernando Ferro (Emendas nº 57, 58, 59 e 60); Waldenor Pereira (Emendas nºs 64, 65, 66 e 67); Paulo Rubem Santiago (Emendas nºs 68, 69, 70 e 71); Vanessa Grazziotin (Emendas nº 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79 e 80); Aloysio Nunes (Emendas nº 81, 82 e 83); Inácio Arruda (Emendas nº 84, 85, 86, 87, 88, 89 e 90); Paulo Teixeira (Emenda nº 91); Andreia Zito (Emendas nº 92 e 93); Dr. Ubiali (Emenda nº 94); Cassio Cunha Lima (Emenda nº 95); Alice Portugal (Emendas nº 97, 98, 99 e 100); Cida Borghetti (Emenda nº 101); Ivar/

Valente (Emendas nº 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129 e 130); Anselmo de Jesus (Emendas nº 131, 132, 133 e 134); Magela (Emendas nº 135, 136, 137 e 138); Fernando Marroni (Emendas 139, 140, 141 e 142); José Airtton (Emendas 143, 144, 145 e 146).

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão Mista, nos termos do art. 62, § 9º, da Constituição Federal, emitir parecer sobre a MPV nº 614, de 2013, antes de sua apreciação, em sessões separadas, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

De acordo com o art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 8 de maio de 2002, a Comissão Mista deve se pronunciar sobre:

(i) a constitucionalidade da MPV, inclusive quanto ao atendimento aos pressupostos de relevância e urgência;

(ii) a adequação financeira e orçamentária da medida;

(iii) o atendimento da exigência do § 1º do art. 2º daquela Resolução, segundo o qual o Presidente da República deve encaminhar ao Congresso Nacional, no dia da publicação da MPV no Diário Oficial da União, seu texto, acompanhada da respectiva Mensagem e Exposição de Motivos; e

(iv) o mérito da MPV.

A Medida Provisória nº 614, de 2013, atende à **exigência constitucional de relevância e urgência**. Cabe reconhecer como correta a iniciativa do Poder Executivo, pois no caso desta Medida Provisória, se aplica bem o previsto no *caput* do art. 62 da Constituição Federal: *“Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional”*.

A Presidente da República exerceu a prerrogativa que lhe confere o art. 62 da Carta Magna, sem incorrer nas limitações materiais constantes do § 1º desse artigo, submetendo-a de imediato à deliberação do Congresso Nacional.

No que se refere ao impacto orçamentário e financeiro da proposta apresentada para revisão da Carreira do Magistério Superior, a

presente medida tem por finalidade mudanças conceituais e não impactam o orçamento programado para pessoal docente das Instituições Federais de Ensino. Em consonância com esse entendimento, aduzimos que a MPV atende aos **requisitos de adequação financeira e orçamentária**.

Quanto ao requisito do § 1º do art. 2º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, **os elementos constantes do processado da MPV demonstram o seu atendimento**, pois a Presidente da República encaminhou ao Poder Legislativo o texto da MPV, acompanhado da respectiva Mensagem e Exposição de Motivos, no dia de sua publicação.

Quanto ao mérito da medida a carreira dos docentes vinculados às Instituições Federais de Ensino foi objeto de discussão nos últimos anos com as entidades representativas da categoria, que após amplo debate e negociação, resultou no envio ao Congresso Nacional da proposta de reestruturação da carreira, atual Lei no 12.772, de 2012, com o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal.

Entretanto, após a edição da Lei no 12.772, de 2012, alguns segmentos da sociedade acadêmica e científica, apresentaram ao Ministério da Educação - MEC novas contribuições para o aperfeiçoamento da carreira e fortalecimento da gestão das Instituições Federais de Ensino, com propostas referentes a denominações de classes, estrutura de desenvolvimento na carreira, regime de trabalho e titulação acadêmica.

Tendo em vista a necessidade de revisão da carreira para o fortalecimento da carreira e do ensino no país, destacam-se a indicação para revisão do ingresso na Carreira de Magistério Superior, conforme disposto no art. 8º da Lei no 12.772, de 2012, com alterações para o ingresso no nível inicial da classe, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, tendo como requisito de ingresso o título de doutor na área exigida no concurso. A IFE poderá dispensar, no edital do concurso, a exigência de título de doutor, substituindo-a pelo título de mestre, de especialista ou por diploma de graduação, quando se tratar de provimento para área de conhecimento ou em localidade com grave carência de detentores da titulação acadêmica de doutor, conforme decisão fundamentada de seu Conselho Superior.

Cabe salientar que ocorreram manifestações contrárias ao ingresso do docente portador do título de Doutor no nível inicial, principalmente

com a denominação “Auxiliar”. Preservando-se o ingresso na classe inicial – que é requisito constitucional que caracteriza o provimento de cargos em carreira, e que inexistia no caso dos Professores por estarem regulados, antes da edição da Lei no 12.772, de 2012, por norma infralegal pré-constitucional. No entanto, a fim de atender as reivindicações sobre a questão, a classe inicial passa a ser chamada de “Classe A”, e a denominação da Classe variará de acordo com a titulação do docente, e será de “Adjunto A” (se Doutor), “Assistente A” (se Mestre) e “Auxiliar” (se graduado ou portador de título de especialista). Ressalte-se, ainda, que a Lei no 12.772, de 2012, já prevê que após o período de estágio probatório, de três anos, o docente poderá sair da classe inicial diretamente para classes superiores da carreira, conforme a titulação acadêmica que possuir.

Também é proposto a redução do prazo de 20 (vinte) anos de experiência ou de obtenção do título de Doutor para o ingresso no cargo de Professor Titular-Livre do Magistério Superior e Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Desse modo, está sendo proposta a redução do prazo de experiência para 10 anos para ingresso nos respectivos cargos, ambos na área de conhecimento exigida no concurso, conforme disciplinado pelo Conselho Superior de cada IFE.

Alterações no artigo 21, que trata do regime de dedicação exclusiva, quanto à percepção de bolsas e outras formas de retribuição a serem permitidas ao professor, se faz necessária com o intuito de fomentar e incrementar a pesquisa no âmbito das instituições de ensino, entre elas, o recebimento de bolsas de ensino, pesquisa, inovação ou extensão pagas por agências oficiais de fomento e organismos internacionais que mantêm acordo de cooperação com o Brasil referendado pelo Congresso Nacional e, ainda, retribuição pecuniária, pela participação esporádica em palestras, conferências, atividades artísticas e culturais relacionadas à área de atuação do docentes, que, no total não exceda 30 horas anuais, bem como pela colaboração esporádica de natureza científica ou tecnológica, que, no total, não exceda 120 horas anuais.

Por fim, está sendo proposta alteração no art. 2º da Lei no 11.526, de 4 de outubro de 2007, que fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e

fundacional, e dá outras providências, para atualizar a redação do § 1º, em razão da edição da Lei no 12.772, de 2012, bem como a inclusão do § 4º para prever a possibilidade de cessão de docentes para Estados, Municípios e Distrito Federal para ocupação de cargos em comissão nos termos de regulamento do Poder Executivo.

Assim, no mérito, **entendemos adequadas essas medidas propostas**, tendo em vista que as medidas propostas não oneram o Estado e possibilitam um avanço na carreira dos professores federais e consequentemente poderá desenvolver a educação do Brasil.

Também devemos ter o cuidado de que a presente medida venha incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica para que se aproveite ao máximo o potencial da IFE que apresento algumas alterações para o referido desenvolvimento.

Para alcançarmos o objetivo apresentado na MP, apreciamos as 146 Emendas parlamentares apresentadas à Medida Provisória nº 614, de 2013, perante a Comissão Mista.

Do total, 129 deixaram de ser acatadas, seja por versarem sobre matérias conexas com temas tratados em outras proposições em tramitação seja por gerarem impacto financeiro. Nessa condição ficaram as Emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145 e 146.

Por outro lado, as demais 17 Emendas propostas foram contempladas integral ou parcialmente, em conformidade com as diretrizes iniciais da Medida Provisória. Nessa condição ficaram as Emendas de nºs 7, 13, 14, 15, 16, 29, 31, 44, 52, 54, 76, 77, 83, 84, 85, 90 e 126.

III – VOTO

Ante o exposto, nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, votamos pelo **atendimento dos pressupostos** de relevância e urgência da Medida Provisória nº 614, de 2013, e sua constitucionalidade, juridicidade, adequação orçamentária e financeira e de técnica legislativa.

No mérito, votamos pela aprovação da MPV nº 614, de 2013, pela **aprovação integral ou parcial** das Emendas nºs 7, 13, 14, 15, 16, 29, 31, 44, 52, 54, 76, 77, 83, 84, 85, 90 e 126, na forma do seguinte Projeto de Lei de Conversão que oferecemos, e pela **rejeição** das demais emendas.

Sala das Sessões,

, Presidente



, Relator

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2013

Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007; altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

.....

§ 1º A Carreira de Magistério Superior é estruturada em classes A, B, C, D e E, e respectivos níveis de vencimento, na forma do Anexo I.

§ 2º As classes da Carreira de Magistério Superior receberão as seguintes denominações de acordo com a titulação do ocupante do cargo:

I - Classe A, com as denominações de:

- a) Professor Adjunto A, se portador do título de doutor;
- b) Professor Assistente A, se portador do título de mestre ou;
- c) Professor Auxiliar, se graduado ou portador de título de especialista.

II - Classe B, com a denominação de Professor Assistente;

III - Classe C, com a denominação de Professor Adjunto;

IV - Classe D, com a denominação de Professor Associado; e

V - Classe E, com a denominação de Professor Titular.

§ 3º A Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico é composta das seguintes classes, observado o Anexo I:

I - D I;

II - D II;

III - D III;

IV- D IV; e

V - Titular.

§ 4º Os Cargos Isolados do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal são estruturados em uma única classe e nível de vencimento.

§ 5º O regime jurídico dos cargos do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal é o instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observadas as disposições desta Lei.

§ 6º Os cargos efetivos das Carreiras e Cargos Isolados de que trata o **caput** integram os Quadros de Pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação e ao Ministério da Defesa que tenham por atividade-fim o desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino, pesquisa e extensão, ressalvados os cargos de que trata o § 11 do art. 108-A da Lei nº 11.784, de 2008, que integram o Quadro de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão." (NR)

“Art. 4º

Parágrafo único. Os cargos vagos da carreira de que trata o **caput** passam a integrar o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal e o ingresso nos cargos deverá ocorrer na forma e condições disposta nesta Lei.” (NR)

“Art. 8º O ingresso na Carreira de Magistério Superior ocorrerá sempre no primeiro nível de vencimento da Classe A, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.

§ 1º O concurso público de que trata o **caput** tem como requisito de ingresso o título de doutor na área exigida no concurso.

§ 3º A IFE poderá dispensar, no edital do concurso, a exigência de título de doutor, substituindo-a pelo título de mestre, de especialista ou por diploma de graduação, quando se tratar de provimento para área de conhecimento ou em localidade com grave carência de detentores da titulação acadêmica de doutor, conforme decisão fundamentada de seu Conselho Superior.

§ 4º Quando o candidato habilitado no concurso já for docente de outra IFE, o respectivo ingresso dar-se-á como previsto no **caput**, podendo ser posicionado, a critério da IFE, na classe e nível a que pertencia na instituição anterior.” (NR)

“Art. 9º

II - dez anos de experiência ou de obtenção do título de doutor, ambos na área de conhecimento exigida no concurso, conforme disciplinado pelo Conselho Superior de cada IFE;

§ 3º O concurso para o cargo isolado de Titular-Livre será realizado por comissão especial composta, no mínimo, por setenta e cinco por cento de profissionais externos à IFE, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação.” (NR)

“Art. 10

§ 4º Quando o candidato habilitado no concurso já for docente de outra IFE, o respectivo ingresso dar-se-á como previsto no **caput**, podendo

ser posicionado, a critério da IFE, na classe e nível a que pertencia na instituição anterior.” (NR)

“Art. 11.

II - dez anos de experiência ou de obtenção do título de doutor, ambos na área de conhecimento exigida no concurso, conforme disciplinado pelo Conselho Superior de cada IFE;

§ 3º O concurso para o cargo isolado de Titular-Livre será realizado por comissão especial composta, no mínimo, por setenta e cinco por cento de profissionais externos à IFE, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação.” (NR)

“Art. 12.

§ 3º

I - para a Classe B, com denominação de Professor Assistente: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

II - para a Classe C, com denominação de Professor Adjunto: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

III - para a Classe D, com denominação de Professor Associado:

IV - para a Classe E, com denominação de Professor Titular:

§ 5º O processo de avaliação para acesso à Classe E, com denominação de Titular, será realizado por comissão especial composta por, no mínimo, setenta e cinco por cento de profissionais externos à IFE, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação.

.....” (NF

“Art. 13. Os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo que atenderem os seguintes requisitos de titulação farão jus a processo de aceleração da promoção:

I - para o nível inicial da Classe B, com denominação de Professor Assistente, pela apresentação de titulação de Mestre; e

II - para o nível inicial da Classe C, com denominação de Professor Adjunto, pela apresentação de titulação de Doutor.

....." (NF)

"Art. 15. Os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo que atenderem os seguintes requisitos de titulação farão jus a processo de aceleração da promoção:

....." (NF)

"Art. 20.
.....

§ 4º O professor, inclusive em regime de dedicação exclusiva, desde que não investido em cargo em comissão ou função de confiança, poderá:

I - participar dos órgãos de direção de fundação de apoio de que trata a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, nos termos definidos pelo Conselho Superior da IFE, observado o cumprimento de sua jornada de trabalho e vedada a percepção de remuneração paga pela fundação de apoio; e

II - ser cedido a título especial, mediante deliberação do Conselho Superior da IFE, para ocupar cargo de dirigente máximo de fundação de apoio de que trata a Lei nº 8.958, de 1994, com ônus para o cessionário." (NR)

"Art. 21.
.....

III - bolsas de ensino, pesquisa, extensão ou de estímulo à inovação pagas por agências oficiais de fomento ou organismos internacionais amparadas por ato, tratado ou convenção internacional;

.....
VIII - retribuição pecuniária, na forma de **pro labore** ou cachê pago diretamente ao docente por ente distinto da IFE, pela participação esporádica em palestras, conferências, atividades artísticas e culturais relacionadas à área de atuação do docente, que, no total, não exceda a trinta horas anuais;

.....
X - Função Comissionada de Coordenação de Curso - FCC, de que trata o art. 7º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012;

XI - retribuição pecuniária, em caráter eventual, por trabalho prestado no âmbito de projetos institucionais de ensino, pesquisa e extensão, na forma da Lei nº 8.958, de 1994; e

XII - retribuição pecuniária por colaboração esporádica de natureza científica ou tecnológica, inclusive no âmbito de projetos de cooperação técnica internacional e polos de inovação tecnológica, em assuntos de especialidade do docente.

§ 1º A participação nas atividades descritas nos incisos III, VIII e XII do **caput**, deverão ser autorizadas pela IFE, de acordo com o interesse institucional e as diretrizes aprovadas por seu Conselho Superior.

§ 4º As atividades de que tratam os incisos XI e XII do **caput** não excederão, computadas isoladamente ou em conjunto, a cento e vinte horas anuais, ressalvada a situação de excepcionalidade a ser justificada, previamente aprovada pelo Conselho Superior da IFE, que poderá autorizar o acréscimo de até cento e vinte horas exclusivamente para atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação.” (NR)

“Art. 26. Será instituída uma Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD, eleita pelos seus pares, em cada IFE que possua em seus quadros pessoal integrante do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal

§1º.....

§2º.....” (NR)

“Art. 30.

I - participar de programa de pós-graduação **stricto sensu** ou de pós-doutorado, independentemente do tempo ocupado no cargo ou na instituição;

.....” (NF)

“Art. 34.

§ 1º.....

§ 2º Respeitado o interstício estabelecido no caput e não havendo todos os pré-requisitos para a progressão, fica a cargo da IFE estabelecer mecanismos de promoção ao magistrado ”(NR)

“Art. 35.

I - ao Professor de que trata o **caput** que contar com no mínimo dezessete anos de obtenção do título de doutor será concedido reposicionamento para a Classe D, com denominação de Professor Associado, nível 2;

II - ao Professor de que trata o **caput** que contar com no mínimo dezenove anos de obtenção do título de doutor será concedido reposicionamento para a Classe D, com denominação de Professor Associado, nível 3; e

III - ao Professor de que trata o **caput** que contar com no mínimo vinte e um anos de obtenção do título de doutor será concedido

reposicionamento para a Classe D, com denominação de Professor Associado, nível 4.

....." (NF

Art. 2º Os docentes concursados para cargo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal de que trata a Lei nº 12.772, de 2012, que tenham sido ou venham a ser nomeados, serão enquadrados de acordo com o disposto nesta Medida Provisória.

Art. 3º Os Anexos I, II, III e IV à Lei nº 12.772, de 2012, passam a vigorar com as alterações constantes dos Anexos I, II, III e IV a esta Medida Provisória.

Art. 4º A Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º

§ 1º O docente do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, a que se refere a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro 2012, submetido ao Regime de Dedicação Exclusiva, poderá ocupar Cargo de Direção - CD ou Função Gratificada - FG, nas Instituições Federais de Ensino, sendo-lhe facultado optar, quando ocupante de CD, nos termos do inciso III do **caput**.

§ 4º O docente a que se refere o § 1º cedido para Estados, Distrito Federal e Municípios para a ocupação de cargos em comissão especificados em regulamento do Poder Executivo federal, poderá optar pela remuneração do cargo efetivo, caso em que perceberá o vencimento acrescido da vantagem relativa ao regime de dedicação exclusiva, cabendo o ônus da remuneração ao órgão ou entidade cessionária.

§ 5º O docente a que se refere o § 1º manterá a remuneração do cargo efetivo, caso em que perceberá o vencimento acrescido da vantagem relativa ao regime de dedicação exclusiva, quando em cessão especial de que trata o art. 14 da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, para organizações sociais qualificadas pelo Poder Executivo federal." (NR)"

Art. 5º As alterações nos requisitos de acesso a cargos públicos realizadas por esta Medida Provisória não produzem efeitos para os concursos cujo edital tenha sido publicado até 15 de maio de 2013, ressalvada deliberação em contrário do Conselho Superior da IFE.

Art. 6º A Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º As Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e as demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICT, de que trata a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, poderão celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do **caput** do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos.

.....” (NR)

“Art. 1º-A. A Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, como secretaria-executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, as agências financeiras oficiais de fomento e empresas públicas ou sociedades de economia mista, suas subsidiárias ou controladas, poderão celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do **caput** do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, por prazo determinado, com as fundações de apoio, com finalidade de dar apoio às IFES e às demais ICT, inclusive na gestão administrativa e financeira dos projetos mencionados no **caput** do art. 1º, com a anuência expressa das instituições apoiadas.” (NR)

“Art. 1º-B. As organizações sociais e entidades privadas poderão realizar convênios e contratos, por prazo determinado, com as fundações de apoio, com a finalidade de dar apoio às IFES e às demais ICT, inclusive na gestão administrativa e financeira dos projetos mencionados no **caput** do art. 1º, com a anuência expressa das instituições apoiadas.

Parágrafo Único A celebração de convênios entre a IFES ou demais ICT apoiada, fundação de apoio, entidades privadas, empresas públicas ou sociedades de economia mista, suas subsidiárias ou controladas, e organizações sociais, para finalidades de pesquisa, desenvolvimento, estímulo e fomento à inovação, será realizada mediante critérios de habilitação das empresas, regulamentados em ato do Poder Executivo federal, não se aplicando nesses casos a legislação federal que institui normas para licitações e contratos da administração pública para a identificação e escolha das empresas convenientes.” (NR)

“Art. 1º - C. Os convênios de que tratam esta Lei serão regulamentados por ato do Poder Executivo federal”

“Art. 2º

.....
Parágrafo único. Em caso de renovação do credenciamento, prevista no inciso III do **caput**, o Conselho Superior ou o órgão competente da instituição federal a ser apoiada deverá se manifestar quanto ao cumprimento, pela fundação de apoio, das disposições contidas no art. 4º-A.” (NR)

“Art. 3º Na execução de convênios, contratos, acordos e demais ajustes abrangidos por esta Lei, inclusive daqueles que envolvam recursos provenientes do Poder Público, as fundações de apoio adotarão regulamento específico de aquisições e contratações de obras e serviços, a ser editado por meio de ato do Poder Executivo federal.

§ 1º As fundações de apoio, com a anuência expressa das instituições apoiadas, poderão captar e receber diretamente os recursos financeiros necessários à execução dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, sem ingresso na Conta Única do Tesouro Nacional.

§ 2º As fundações de apoio não poderão:

I - contratar cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de:

- a) servidor das IFES e demais ICT que atue na direção das respectivas fundações; e
- b) ocupantes de cargos de direção superior das IFES e demais ICT por elas apoiadas;

II - contratar, sem licitação, pessoa jurídica que tenha como proprietário, sócio ou cotista:

- a) seu dirigente;
- b) servidor das IFES e demais ICT; e

c) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau de seu dirigente ou de servidor das IFES e demais ICT por elas apoiadas; e

III - utilizar recursos em finalidade diversa da prevista nos projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de estímulo à inovação.” (NR)

“Art. 3º-A. Na execução de convênios, contratos, acordos e demais ajustes na forma desta Lei, as fundações de apoio deverão:

- I - prestar contas dos recursos aplicados aos entes financiadores;
- e

II - submeter-se ao controle finalístico e de gestão pelo órgão máximo da Instituição Federal de Ensino ou similar da entidade contratante” (NR)

“Art. 4º

§ 4º Os servidores ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança nas IFES e demais ICT poderão desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos projetos apoiados pelas fundações de apoio com recebimento de bolsas.

§ 5º É permitida a participação não remunerada de servidores das IFES e demais ICT nos órgãos de direção de Fundações de Apoio, não lhes sendo aplicável o disposto no inciso X do **caput** do art. 117 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990..

§ 6º Não se aplica o disposto no § 5º aos servidores das IFES e demais ICT investidos em cargo em comissão ou função de confiança.

§ 7º Os servidores das IFES e demais ICT somente poderão participar de atividades nas fundações de apoio quando não houver prejuízo ao cumprimento de sua jornada de trabalho na entidade de origem, ressalvada a hipótese de cessão especial prevista no inciso II do § 4º do art. 20 da Lei nº 12.772, de 2012.” (NR)

“Art. 4º-A. Serão integralmente divulgados, em sítios mantidos pela fundação de apoio e pelos Ministérios da Educação e Ciência, Tecnologia e Inovação na internet:

I - os convênios, contratos, acordos e demais ajustes de que trata esta Lei firmados e mantidos pela fundação de apoio com as IFES e demais ICT, e a FINEP, o CNPq, as agências financeiras oficiais de fomento, as organizações sociais e entidades privadas ou sociedades de economia mista e empresas públicas, suas subsidiárias e controladas;

II - os relatórios semestrais de execução dos instrumentos de que trata o inciso I do **caput**, com indicação dos valores executados, das atividades, das obras e dos serviços realizados, discriminados por projeto, unidade acadêmica ou pesquisa beneficiária;

III - a relação dos pagamentos efetuados a servidores ou agentes públicos de qualquer natureza em decorrência dos instrumentos de que trata o inciso I do **caput**;

IV - a relação dos pagamentos de qualquer natureza efetuados a pessoas físicas e jurídicas em decorrência dos instrumentos de que trata o inciso I do **caput**; e

V - as prestações de contas dos instrumentos de que trata esta Lei, firmados e mantidos pela fundação de apoio com as IFES e demais

ICT, e a FINEP, o CNPq, as agências financeiras oficiais de fomento, as organizações sociais e entidades privadas ou sociedades de economia mista e empresas públicas, suas subsidiárias e controladas.

Parágrafo Único. Ficam excluídas da obrigatoriedade de divulgação prevista no caput as informações classificadas como segredo industrial, protegido pela Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, mediante previsão expressa nos respectivos convênios, contratos, acordos e demais ajustes.” (NR)

“Art. 4º-B. As fundações de apoio poderão conceder bolsas de ensino, pesquisa e extensão e de estímulo à inovação aos estudantes de cursos técnicos, de graduação e pós-graduação e aos servidores vinculados a projetos institucionais, inclusive em rede, das IFES e demais ICT apoiadas, na forma da regulamentação específica, observados os princípios referidos no art. 2º.” (NR)

“Art. 4º-C. É assegurado o acesso dos órgãos e das entidades públicas concedentes ou contratantes e do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal aos processos, aos documentos e às informações referentes aos recursos públicos ou privados recebidos pelas fundações de apoio enquadradas na situação prevista no art. 1º e aos locais de execução do objeto do contrato ou convênio.” (NR)

“Art. 4º-D A movimentação dos recursos dos projetos gerenciados pelas fundações de apoio deverá ser realizada exclusivamente por meio eletrônico, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços devidamente identificados.

§ 1º Poderão ser realizados, mediante justificativa circunstanciada e em caráter excepcional, saques para pagamento em dinheiro a pessoas físicas que não possuam conta bancária ou saques para atender a despesas de pequeno vulto, definidas em regulamento específico previsto no art. 3º desta Lei, adotando-se, em ambas as hipóteses, mecanismos que permitam a identificação do beneficiário final, devendo as informações sobre tais pagamentos constar em item específico da prestação de contas.

§ 2º Os recursos provenientes de convênios, contratos, acordos e demais ajustes que envolvam recursos públicos gerenciados pelas fundações de apoio deverão ser mantidos em contas específicas abertas para cada projeto.

§ 3º As fundações de apoio deverão garantir o controle contábil específico dos recursos aportados e utilizados em cada projeto, de forma a garantir o ressarcimento às IFES, previsto no art. 6º desta Lei.” (NR)

“Art. 6º No cumprimento das finalidades referidas nesta Lei, poderão as fundações de apoio, por meio de instrumento legal próprio,

utilizar-se de bens e serviços das IFES e demais ICT apoiadas, pelo prazo necessário à elaboração e execução do projeto de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de estímulo à inovação, mediante ressarcimento previamente definido para cada projeto.

§ 1º Nos projetos que envolvam risco tecnológico, para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto ou processo inovador, o uso de bens e serviços das IFES ou demais ICT poderá ser contabilizado como contrapartida da instituição ao projeto, mediante previsão contratual de participação da instituição nos ganhos econômicos dele derivados, na forma da Lei nº10.973, de 2004.

§ 2º Na hipótese de que trata o § 1º, o ressarcimento previsto no **caput** poderá ser dispensado, mediante justificativa circunstanciada constante no projeto a ser aprovado pelo Conselho Superior das IFES ou órgão competente nas demais ICT.” (NR)

Art. 7º A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º
.....

§ 6º Os Institutos Federais poderão conceder bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio a alunos, docentes e pesquisadores externos ou de empresas, a serem regulamentadas por órgão técnico competente do Ministério da Educação.” (NR)

Art. 8º A Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º
.....

§ 1º A Bolsa-Formação Estudante será destinada aos beneficiários previstos no art. 2º para cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas concomitante, integrada ou subsequente, e para cursos de formação de professores em nível médio na modalidade normal, nos termos definidos em ato do Ministro de Estado da Educação.

.....” (NR)

"Art. 5º

.....

II - de educação profissional técnica de nível médio; e

III - de formação de professores em nível médio na modalidade normal.

....." (NR)

Art. 9º Fica revogado o § 2º do art. 7º da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011.

Art. 10 Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

(Anexo I à Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012)

"ESTRUTURA DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE MAGISTÉRIO FEDERAL

a) Carreira de Magistério Superior

CARGO	CLASSE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL
Professor de Magistério Superior	E	Titular	Único
	D	Associado	4
			3
			2
			1
	C	Adjunto	4
			3
			2
			1
	B	Assistente	2
			1
	A	Adjunto-A – se Doutor Assistente-A – se Mestre Auxiliar – se Graduado ou Especialista	2
			1

....." (NR)

ANEXO II

(Anexo II à Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012)

"TABELA DE CORRELAÇÃO DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE MAGISTÉRIO
FEDERAL

a) Carreira de Magistério Superior

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA			
CARREIRA	CLASSE	NÍVEL	NÍVEL	CLASSE	DENOM.	CARREIRA
Carreira de Magistério Superior do PUCRCE, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987	Titular	1	1	E	Titular	Carreira de Magistério Superior do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal
	Associado	4	4	D	Associado	
		3	3			
		2	2			
		1	1			
	Adjunto	4	4	C	Adjunto	
		3	3			
		2	2			
		1	1			
	Assistente	4	2	B	Assistente	
		3				
		2	1			
		1				
	Auxiliar	4	2	A	Adjunto A - se Doutor Assistente A - se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialista	
		3				
		2	1			
		1				

" (NR)

ANEXO III

(Anexo III à Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012)

“VALORES DO VENCIMENTO BÁSICO DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE
MAGISTÉRIO FEDERAL

a) Efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2013

Tabela 1 - Carreira de Magistério Superior

CLASSE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	VENCIMENTO BÁSICO EM R\$		
			REGIME DE TRABALHO		DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
			20 HORAS	40 HORAS	
E	Titular	1	2.584,28	3.937,63	6.042,34
		4	2.516,23	3.802,56	5.834,89
D	Associado	3	2.483,09	3.737,02	5.733,71
		2	2.450,89	3.673,36	5.635,45
		1	2.447,10	3.666,51	5.625,24
C	Adjunto	4	2.224,05	3.224,68	4.304,72
		3	2.187,19	3.159,83	4.205,81
		2	2.151,22	3.096,70	4.109,39
		1	2.039,91	2.959,02	4.015,41
B	Assistente	2	1.988,85	2.858,53	3.849,74
		1	1.963,39	2.809,26	3.762,54
A	Adjunto-A - se Doutor Assistente-A - se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialista	2	1.938,65	2.761,39	3.677,52
		1	1.914,58	2.714,89	3.594,57

b) Efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2014

Tabela I - Carreira de Magistério Superior

CLASSE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	VENCIMENTO BÁSICO EM R\$		
			REGIME DE TRABALHO		DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
			20 HORAS	40 HORAS	
E	Titular	1	2.801,70	4.146,71	6.363,17
		4	2.708,47	4.004,47	6.144,71
		3	2.662,87	3.935,45	6.038,15
		2	2.618,31	3.868,40	5.933,80
D	Associado	1	2.588,51	3.861,19	5.923,92
		4	2.357,53	3.392,96	4.704,71
		3	2.326,77	3.343,15	4.629,98
		2	2.296,57	3.269,38	4.556,75
C	Adjunto	1	2.193,83	3.118,50	4.484,99
		2	2.093,40	3.010,32	4.176,95
		1	2.069,79	2.938,37	4.111,05
		2	1.999,75	2.834,24	3.865,83
B	Assistente	1	1.966,67	2.764,45	3.804,29
		2			
A	Adjunto-A - se Doutor Assistente-A - se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialista	1			
		2			

c) Efeitos Financeiros a partir de 1º de março de 2015
Tabela I - Carreira de Magistério Superior

CLASSE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	VENCIMENTO BÁSICO EM R\$		
			REGIME DE TRABALHO		
			20 HORAS	40 HORAS	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
E	Titular	1	3.019,13	4.355,79	6.684,00
D	Associado	4	2.900,70	4.206,37	6.454,52
		3	2.842,65	4.133,87	6.342,60
		2	2.785,73	4.063,45	6.232,15
		1	2.729,93	4.055,87	6.222,60
		4	2.491,01	3.561,24	5.104,69
C	Adjunto	3	2.466,35	3.526,47	5.054,15
		2	2.441,93	3.442,05	5.004,11
		1	2.347,75	3.277,97	4.954,56
B	Assistente	2	2.197,96	3.162,10	4.504,15
		1	2.176,19	3.067,48	4.459,55
A	Adjunto-A - se Doutor	2	2.060,86	2.907,08	4.054,14
	Assistente-A - se Mestre				
	Auxiliar - se Graduado ou Especialista	1	2.018,77	2.814,01	4.014,00

” (NR)

ANEXO IV
(Anexo IV à Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012)

**“RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE MAGISTÉRIO
FEDERAL - RT**

a) Efeitos Financeiros a partir de 1º de março de 2013

Tabela I - Carreira de Magistério Superior - Valores da RT para o Regime de 20 horas semanais

CLASSE	DENOM.	NÍVEL	RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO EM R\$			
			APERFEIÇOAMENTO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
E	Titular	1	198,50	441,18	921,92	1.533,03
D	Associado	4	197,20	436,80	812,19	1.351,17
		3	195,50	415,80	770,83	1.226,87
		2	194,10	405,26	757,03	1.157,96
		1	192,71	401,23	746,99	1.125,43
C	Adjunto	4	187,05	229,85	546,97	1.000,49
		3	175,12	219,38	529,49	972,47
		2	167,52	207,67	513,27	948,13
		1	82,29	197,48	497,32	917,13
B	Assistente	2	74,43	183,76	472,55	837,82
		1	73,58	173,22	457,74	823,54
A	Adjunto-A - se Doutor	2	72,59	161,35	443,28	802,60
	Assistente-A - se Mestre					
	Auxiliar - se Graduado ou Especialista	1	69,82	152,35	428,07	785,93

Tabela II - Carreira de Magistério Superior - Valores da RT para o Regime de 40 horas semanais

CLASSE	DENOM.	NÍVEL	RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO EM R\$			
			APERFEIÇOAMENTO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
E	Titular	1	211,64	528,22	1.387,22	2.756,08
D	Associado	4	186,80	525,40	1.220,66	2.515,50
		3	184,50	523,10	1.199,45	2.436,53
		2	182,85	520,50	1.195,44	2.385,67
		1	181,78	518,19	1.192,68	2.364,04
C	Adjunto	4	146,85	430,10	1.030,63	2.301,31
		3	143,82	416,93	997,75	2.238,26
		2	140,87	403,96	970,44	2.181,00
		1	137,99	391,29	941,93	2.123,32
B	Assistente	2	131,60	353,14	918,68	2.041,45
		1	126,94	330,22	905,31	1.995,64
A	Adjunto-A - se Doutor	2	118,09	294,46	867,31	1.965,32
	Assistente-A - se Mestre					
	Auxiliar - se Graduado ou Especialista	1	110,22	253,13	835,05	1.934,76

Tabela III - Carreira de Magistério Superior - Valores da RT para o Regime de Dedicação Exclusiva

CLASSE	DENOM.	NÍVEL	RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO EM R\$			
			APERFEIÇOAMENTO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
E	Titular	1	575,20	994,60	3.293,40	7.747,80
D	Associado	4	553,89	976,50	3.155,10	7.619,34
		3	535,96	961,25	3.154,25	7.322,48
		2	522,60	945,87	3.153,36	7.204,30
		1	511,60	933,12	3.151,25	6.987,79
C	Adjunto	4	332,51	679,30	2.501,25	4.994,99
		3	322,76	641,40	2.403,19	4.860,74
		2	314,89	602,82	2.332,03	4.730,14
		1	307,26	568,27	2.261,88	4.603,12
B	Assistente	2	292,85	533,95	2.008,63	4.486,67
		1	285,84	519,87	1.945,10	4.473,70
A	Adjunto-A - se Doutor Assistente-A se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialista	2	279,05	507,80	1.916,09	4.465,66
		1	272,46	496,08	1.871,98	4.455,20

b) Efeitos Financeiros a partir de 1º de março de 2014

Tabela I - Carreira de Magistério Superior - Valores da RT para o Regime de 20 horas semanais

CLASSE	DENOM.	NÍVEL	RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO EM R\$			
			APERFEIÇOAMENTO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
E	Titular	1	198,50	441,18	921,92	1.533,03
D	Associado	4	197,20	436,80	812,19	1.351,17
		3	195,50	415,80	770,83	1.226,87
		2	194,10	405,26	757,03	1.157,96
		1	192,71	401,23	746,99	1.145,43
C	Adjunto	4	187,05	229,85	566,97	1.030,49
		3	175,12	219,38	529,49	1.002,47
		2	167,52	207,67	513,27	968,13
		1	82,29	197,48	497,32	917,13
B	Assistente	2	74,43	183,76	487,55	877,82
		1	73,58	173,22	457,74	823,54
A	Adjunto-A - se Doutor Assistente-A - se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialista	2	72,59	161,35	443,28	802,60
		1	69,82	152,35	428,07	785,93

Tabela II - Carreira de Magistério Superior - Valores da RT para o Regime de 40 horas semanais

CLASSE	DENOM.	NÍVEL	RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO EM R\$			
			APERFEIÇOAMENTO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO
E	Titular	1	211,64	547,75	1.387,22	2.906,08
D	Associado	4	205,85	546,95	1.220,66	2.595,50
		3	204,15	545,85	1.199,45	2.536,53
		2	202,85	544,25	1.195,44	2.520,67
		1	201,78	543,19	1.192,68	2.510,25
C	Adjunto	4	146,85	430,10	1.070,63	2.450,68
		3	143,82	416,93	997,75	2.315,20
		2	140,87	403,96	970,44	2.285,87
		1	137,99	391,29	941,93	2.189,50
B	Assistente	2	131,60	353,14	918,68	2.111,45
		1	126,94	330,22	905,31	2.025,64
A	Adjunto-A - se Doutor Assistente-A - se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialista	2	118,09	294,46	867,31	1.965,32
		1	110,22	253,13	835,05	1.934,76

Tabela III - Carreira de Magistério Superior - Valores da RT para o Regime de Dedicação Exclusiva

CLASSE	DENOM.	NÍVEL	RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO EM R\$			
			APERFEIÇOAMENTO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO
E	Titular	1	838,46	1.427,12	3.293,40	9.592,90
D	Associado	4	656,77	1.106,48	3.155,10	8.914,38
		3	653,42	1.079,36	3.154,25	8.499,36
		2	650,95	1.052,98	3.153,36	8.076,97
		1	563,78	997,67	3.151,25	7.680,58
C	Adjunto	4	462,05	803,71	2.501,25	5.668,86
		3	438,29	771,14	2.403,19	5.430,55
		2	413,36	749,12	2.332,03	5.203,58
		1	401,09	716,91	2.261,88	5.051,87
B	Assistente	2	377,95	711,25	2.035,40	4.651,67
		1	375,93	659,70	2.020,25	4.628,98
A	Adjunto-A - se Doutor Assistente-A - se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialista	2	373,14	635,66	2.016,09	4.614,91
		1	351,49	608,22	1.931,98	4.540,35

Tabela III - Carreira de Magistério Superior - Valores da RT para o Regime de Dedicação Exclusiva

CLASSE	DENOM.	NÍVEL	RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO EM R\$			
			APERFEIÇOAMENTO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
E	Titular	1	937,46	1.495,39	3.628,48	10.373,74
D	Associado	4	739,64	1.236,45	3.288,57	9.009,93
		3	706,88	1.197,47	3.154,25	8.512,98
		2	683,30	1.160,08	3.153,36	8.085,35
		1	565,95	1.032,22	3.151,25	7.692,01
C	Adjunto	4	466,36	812,88	2.501,25	5.847,50
		3	439,97	781,02	2.403,19	5.516,51
		2	415,06	772,66	2.332,03	5.204,25
		1	402,97	717,60	2.261,88	5.052,67
B	Assistente	2	380,16	715,66	2.035,40	4.816,67
		1	377,15	666,66	2.020,25	4.784,25
A	Adjunto-A - se Doutor Assistente-A - se Mestre	2	374,15	660,44	2.016,09	4.764,16
	Auxiliar - se Graduado ou Especialista	1	352,98	616,83	1.931,98	4.625,50

" (NR)

COMISSÃO MISTA**MEDIDA PROVISÓRIA 614, DE 2013**

Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007; e dá outras providências.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado ROBERTO SANTIAGO

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO**I – RELATÓRIO**

Vem ao exame desta Comissão Mista, para fins do disposto no art. 62, § 9º, da Constituição Federal, a Medida Provisória (MPV) nº 614, de 14 de maio de 2013, que altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que

dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera a Lei no 11.526, de 4 de outubro de 2007; e dá outras providências.

A MPV nº 614, de 2013, é composta de seis artigos.

O art. 1º altera a Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2012 estabelecendo os planos de Carreira de Magistério Superior e de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

O art. 2º estabelece que os docentes concursados para cargo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal serão enquadrados de acordo com as alterações proposta no artigo 1º.

O art. 3º, por sua vez, altera os anexos da Lei 12.772, de 2012 os quais determinam a estrutura do plano de carreiras e cargos de magistério federal, a tabela de correlação do plano de carreiras e cargos de magistério federal, os valores do vencimento básico do plano de carreiras e os cargos de magistério federal e retribuição por titulação do plano de carreiras e cargos de magistério federal – RT.

O art. 4º altera a Lei no 11.526, de 4 de outubro de 2007 objetivando-se em permitir que o docente em Regime de Dedicação Exclusiva, poderá ocupar Cargo de Direção - CD ou Função Gratificada – FG e poderá optar pela remuneração do cargo efetivo, caso em que perceberá o vencimento acrescido da vantagem relativa ao regime de dedicação exclusiva.

O art. 5º estabelece que as alterações nos requisitos de acesso a cargos públicos realizadas não produzem efeitos para os concursos cujo edital tenha sido publicado até 15 de maio de 2013, ressalvada deliberação em contrário do Conselho Superior da IFE.

O artigo 6º estabelece a vigência da MP para a data de sua publicação.

Na reunião anterior, foi lido o relatório como a matéria não foi apreciada e, por essa razão, complemento com a seguinte alteração.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Para complementar o voto já proferido nesta comissão acrescento o dispositivo ao artigo 3º-A da Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007 constantes no artigo 4º do projeto de Lei de Conversão que ~~apresentei com a finalidade~~ de atribuir melhor as funções de fiscalização da execução de convênios, contratos, acordos e demais ajustes.

Também, complemento com a aprovação integral das emendas 39 e 82.

Ante o exposto, voto pela **Aprovação** da MPV nº 614, de 2013, pela **aprovação integral ou parcial** das Emendas nºs 7, 13, 14, 15, 16, 31, 39, 44, 52, 54, 76, 77, 82, 83, 84, 85, 90 e 126, na forma do Projeto de Lei de Conversão que já oferecemos, com a presente complementação e pela **rejeição** das demais emendas.

Sala da Comissão, em 13 de agosto de 2013.



Deputado ROBERTO SANTIAGO

Relator

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Altera o artigo 3º-A da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, constantes no artigo 4º do projeto de Lei de Conversão.

Substitua-se o artigo 3º-A da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, constantes no artigo 4º do projeto de Lei de Conversão.

“Art. 3º-A. Na execução de convênios, contratos, acordos e demais ajustes na forma desta Lei, as fundações de apoio deverão:

- I - prestar contas dos recursos aplicados aos entes financiadores;
- II - submeter-se ao controle de gestão pelo órgão máximo da Instituição Federal de Ensino ou similar da entidade contratante; e
- III - submeter-se ao controle finalístico pelo órgão de controle governamental competente” (NR)

Ofício nº 002/MPV-614/2013


Brasília, 13 de agosto de 2013.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 14 do Regimento Comum, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão Mista aprovou, em reunião realizada nesta data, Relatório do Deputado Roberto Santiago, que passa a constituir Parecer da Comissão, o qual conclui pela aprovação da MPV nº 614, de 2013, pela aprovação integral ou parcial das Emendas nºs 7, 13, 14, 15, 16, 31, 39, 44, 52, 54, 76, 77, 82, 83, 84, 85, 90 e 126, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição das demais emendas.

Presentes à reunião os Senadores Valdir Raupp, Benedito de Lira, Paulo Davim, Ana Amélia, José Pimentel, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Gim, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Anibal Diniz, Angela Portela, Lídice da Mata, Aloysio Nunes Ferreira e Armando Monteiro; e os Deputados Dalva Figueiredo, Luciana Santos, Manoel Junior, Roberto Santiago, Nilson Pinto, Anthony Garotinho, Alex Canziani, Artur Bruno, Edinho Araújo e Eurico Júnior.

Respeitosamente,


Senador José Pimentel
Presidente da Comissão Mista

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2013

Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007; altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º

.....

§ 1º A Carreira de Magistério Superior é estruturada em classes A, B, C, D e E, e respectivos níveis de vencimento, na forma do Anexo I.

§ 2º As classes da Carreira de Magistério Superior receberão as seguintes denominações de acordo com a titulação do ocupante do cargo:

I - Classe A, com as denominações de:

- a) Professor Adjunto A, se portador do título de doutor;
- b) Professor Assistente A, se portador do título de mestre ou;
- c) Professor Auxiliar, se graduado ou portador de título de

especialista.

II - Classe B, com a denominação de Professor Assistente;

III - Classe C, com a denominação de Professor Adjunto;

IV - Classe D, com a denominação de Professor Associado; e

V - Classe E, com a denominação de Professor Titular.

§ 3º A Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico é composta das seguintes classes, observado o Anexo I:

- I - D I;
- II - D II;
- III - D III;
- IV - D IV; e
- V - Titular.

§ 4º Os Cargos Isolados do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal são estruturados em uma única classe e nível de vencimento.

§ 5º O regime jurídico dos cargos do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal é o instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observadas as disposições desta Lei.

§ 6º Os cargos efetivos das Carreiras e Cargos Isolados de que trata o **caput** integram os Quadros de Pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação e ao Ministério da Defesa que tenham por atividade-fim o desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino, pesquisa e extensão, ressalvados os cargos de que trata o § 11 do art. 108-A da Lei nº 11.784, de 2008, que integram o Quadro de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.” (NR)

“Art. 4º

Parágrafo único. Os cargos vagos da carreira de que trata o **caput** passam a integrar o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal e o ingresso nos cargos deverá ocorrer na forma e condições disposta nesta Lei.” (NR)

“Art. 8º O ingresso na Carreira de Magistério Superior ocorrerá sempre no primeiro nível de vencimento da Classe A, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.

§ 1º O concurso público de que trata o **caput** tem como requisito de ingresso o título de doutor na área exigida no concurso.

.....

§ 3º A IFE poderá dispensar, no edital do concurso, a exigência de título de doutor, substituindo-a pelo título de mestre, de especialista ou por diploma de graduação, quando se tratar de provimento para área de conhecimento ou em localidade com grave carência de detentores da titulação acadêmica de doutor, conforme decisão fundamentada de seu Conselho Superior.

§ 4º Quando o candidato habilitado no concurso já for docente de outra IFE, o respectivo ingresso dar-se-á como previsto no **caput**, podendo ser posicionado, a critério da IFE, na classe e nível a que pertencia na instituição anterior.” (NR)

"Art. 9º

II - dez anos de experiência ou de obtenção do título de doutor, ambos na área de conhecimento exigida no concurso, conforme disciplinado pelo Conselho Superior de cada IFE;

§ 3º O concurso para o cargo isolado de Titular-Livre será realizado por comissão especial composta, no mínimo, por setenta e cinco por cento de profissionais externos à IFE, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação." (NR)

"Art. 10

§ 4º Quando o candidato habilitado no concurso já for docente de outra IFE, o respectivo ingresso dar-se-á como previsto no caput, podendo ser posicionado, a critério da IFE, na classe e nível a que pertencia na instituição anterior." (NR)

"Art. 11.

II - dez anos de experiência ou de obtenção do título de doutor, ambos na área de conhecimento exigida no concurso, conforme disciplinado pelo Conselho Superior de cada IFE;

§ 3º O concurso para o cargo isolado de Titular-Livre será realizado por comissão especial composta, no mínimo, por setenta e cinco por cento de profissionais externos à IFE, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação." (NR)

"Art. 12.

§ 3º

I - para a Classe B, com denominação de Professor Assistente: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

II - para a Classe C, com denominação de Professor Adjunto: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

III - para a Classe D, com denominação de Professor Associado:

IV - para a Classe E, com denominação de Professor Titular:

§ 5º O processo de avaliação para acesso à Classe E, com denominação de Titular, será realizado por comissão especial composta por, no mínimo, setenta e cinco por cento de profissionais externos à IFE, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação.

....." (NF

"Art. 13. Os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo que atenderem os seguintes requisitos de titulação farão jus a processo de aceleração da promoção:

I - para o nível inicial da Classe B, com denominação de Professor Assistente, pela apresentação de titulação de Mestre; e

II - para o nível inicial da Classe C, com denominação de Professor Adjunto, pela apresentação de titulação de Doutor.

....." (NF

"Art. 15. Os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo que atenderem os seguintes requisitos de titulação farão jus a processo de aceleração da promoção:

....." (NF

"Art. 20.....

§ 4º O professor, inclusive em regime de dedicação exclusiva, desde que não investido em cargo em comissão ou função de confiança, poderá:

I - participar dos órgãos de direção de fundação de apoio de que trata a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, nos termos definidos pelo Conselho Superior da IFE, observado o cumprimento de sua jornada de trabalho e vedada a percepção de remuneração paga pela fundação de apoio; e

II - ser cedido a título especial, mediante deliberação do Conselho Superior da IFE, para ocupar cargo de dirigente máximo de fundação de apoio de que trata a Lei nº 8.958, de 1994, com ônus para o cessionário." (NR)

"Art. 21.

III - bolsas de ensino, pesquisa, extensão ou de estímulo à inovação pagas por agências oficiais de fomento ou organismos internacionais amparadas por ato, tratado ou convenção internacional;

VIII - retribuição pecuniária, na forma de **pro labore** ou cachê pago diretamente ao docente por ente distinto da IFE, pela participação esporádica em assuntos de especialidade do docente, palestras, conferências, atividades artísticas e culturais devidamente autorizadas pela instituição de acordo com suas regras;

X - Função Comissionada de Coordenação de Curso - FCC, de que trata o art. 7º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012;

XI - retribuição pecuniária, em caráter eventual, por trabalho prestado no âmbito de projetos institucionais de ensino, pesquisa e extensão, na forma da Lei nº 8.958, de 1994; e

XII - retribuição pecuniária por colaboração esporádica de natureza científica ou tecnológica em assuntos de especialidade do docente, inclusive em polos de inovação tecnológica, devidamente autorizadas pela IFE de acordo com suas regras.

§ 1º A participação nas atividades descritas nos incisos III, VIII e XII do **caput**, deverão ser autorizadas pela IFE, de acordo com o interesse institucional e as diretrizes aprovadas por seu Conselho Superior.

§ 4º As atividades de que tratam os incisos XI e XII do **caput** não excederão, computadas isoladamente ou em conjunto, a cento e vinte horas anuais, ressalvada a situação de excepcionalidade a ser justificada, previamente aprovada pelo Conselho Superior da IFE, que poderá autorizar o acréscimo de até cento e vinte horas exclusivamente para atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação." (NR)

"Art. 26. Será instituída uma Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD, eleita pelos seus pares, em cada IFE que possua em seus quadros pessoal integrante do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal

§1º.....

§2º....." (NR)

"Art. 30.

I - participar de programa de pós-graduação **stricto sensu** ou de pós-doutorado, independentemente do tempo ocupado no cargo ou na instituição;

....." (NR)

"Art. 34.

§ 1º.....

§ 2º Respeitado o interstício estabelecido no caput e não havendo todos os pré-requisitos para a progressão, fica a cargo da IFE estabelecer mecanismos de promoção ao magistrado "(NR)

"Art. 35.

I - ao Professor de que trata o **caput** que contar com no mínimo dezessete anos de obtenção do título de doutor será concedido reposicionamento para a Classe D, com denominação de Professor Associado, nível 2;

II - ao Professor de que trata o **caput** que contar com no mínimo dezenove anos de obtenção do título de doutor será concedido reposicionamento para a Classe D, com denominação de Professor Associado, nível 3; e

III - ao Professor de que trata o **caput** que contar com no mínimo vinte e um anos de obtenção do título de doutor será concedido reposicionamento para a Classe D, com denominação de Professor Associado, nível 4.

....." (NI

Art. 2º Os docentes concursados para cargo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal de que trata a Lei nº 12.772, de 2012, que tenham sido ou venham a ser nomeados, serão enquadrados de acordo com o disposto nesta Lei.

Art. 3º Os Anexos I, II, III e IV à Lei nº 12.772, de 2012, passam a vigorar com as alterações constantes dos Anexos I, II, III e IV a esta Lei.

Art. 4º A Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º

§ 1º O docente do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, a que se refere a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro 2012, submetido ao Regime de Dedicção Exclusiva, poderá ocupar Cargo de Direção - CD ou Função Gratificada - FG, nas Instituições Federais de Ensino, sendo-lhe facultado optar, quando ocupante de CD, nos termos do inciso III do **caput**.

§ 4º O docente a que se refere o § 1º cedido para Estados, Distrito Federal e Municípios para a ocupação de cargos em comissão especificados em regulamento do Poder Executivo federal, poderá optar pela

remuneração do cargo efetivo, caso em que perceberá o vencimento acrescido da vantagem relativa ao regime de dedicação exclusiva, cabendo o ônus da remuneração ao órgão ou entidade cessionária.

§ 5º O docente a que se refere o § 1º manterá a remuneração do cargo efetivo, caso em que perceberá o vencimento acrescido da vantagem relativa ao regime de dedicação exclusiva, quando em cessão especial de que trata o art. 14 da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, para organizações sociais qualificadas pelo Poder Executivo federal.” (NR)”

Art. 5º As alterações nos requisitos de acesso a cargos públicos realizadas por esta Lei não produzem efeitos para os concursos cujo edital tenha sido publicado até 15 de maio de 2013, ressalvada deliberação em contrário do Conselho Superior da IFE.

Art. 6º A Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º As Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e as demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICT, de que trata a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, poderão celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do **caput** do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos.

.....” (NR)

“Art. 1º-A. A Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, como secretaria-executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, as agências financeiras oficiais de fomento e empresas públicas ou sociedades de economia mista, suas subsidiárias ou controladas, poderão celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do **caput** do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, por prazo determinado, com as fundações de apoio, com finalidade de dar apoio às IFES e às demais ICT, inclusive na gestão administrativa e financeira dos projetos mencionados no **caput** do art. 1º, com a anuência expressa das instituições apoiadas.” (NR)

“Art. 1º-B. As organizações sociais e entidades privadas poderão realizar convênios e contratos, por prazo determinado, com as fundações de apoio, com a finalidade de dar apoio às IFES e às demais ICT, inclusive na gestão administrativa e financeira dos projetos mencionados no **caput** do art. 1º, com a anuência expressa das instituições apoiadas.

Parágrafo único A celebração de convênios entre a IFES ou demais ICT apoiada, fundação de apoio, entidades privadas, empresas públicas ou sociedades de economia mista, suas subsidiárias ou controladas, e organizações sociais, para finalidades de pesquisa, desenvolvimento, estímulo e fomento à inovação, será realizada mediante critérios de habilitação das empresas, regulamentados em ato do Poder Executivo federal, não se aplicando nesses casos a legislação federal que institui normas para licitações e contratos da administração pública para a identificação e escolha das empresas convenientes." (NR)

"Art. 1º - C. Os convênios de que tratam esta Lei serão regulamentados por ato do Poder Executivo federal"

"Art. 2º

.....
Parágrafo único. Em caso de renovação do credenciamento, prevista no inciso III do caput, o Conselho Superior ou o órgão competente da instituição federal a ser apoiada deverá se manifestar quanto ao cumprimento, pela fundação de apoio, das disposições contidas no art. 4º-A." (NR)

"Art. 3º Na execução de convênios, contratos, acordos e demais ajustes abrangidos por esta Lei, inclusive daqueles que envolvam recursos provenientes do Poder Público, as fundações de apoio adotarão regulamento específico de aquisições e contratações de obras e serviços, a ser editado por meio de ato do Poder Executivo federal.

§ 1º As fundações de apoio, com a anuência expressa das instituições apoiadas, poderão captar e receber diretamente os recursos financeiros necessários à execução dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, sem ingresso na Conta Única do Tesouro Nacional.

§ 2º As fundações de apoio não poderão:

I - contratar cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de:

- a) servidor das IFES e demais ICT que atue na direção das respectivas fundações; e
- b) ocupantes de cargos de direção superior das IFES e demais ICT por elas apoiadas;

II - contratar, sem licitação, pessoa jurídica que tenha como proprietário, sócio ou cotista:

- a) seu dirigente;
- b) servidor das IFES e demais ICT; e
- c) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau de seu dirigente ou de servidor das IFES e demais ICT por elas apoiadas; e

III - utilizar recursos em finalidade diversa da prevista nos projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento Institucional, científico e tecnológico e de estímulo à inovação.” (NR)

“Art. 3º-A. Na execução de convênios, contratos, acordos e demais ajustes na forma desta Lei, as fundações de apoio deverão:

- I - prestar contas dos recursos aplicados aos entes financiadores;
- II - submeter-se ao controle de gestão pelo órgão máximo da Instituição Federal de Ensino ou similar da entidade contratante; e
- III - submeter-se ao controle finalístico pelo órgão de controle governamental competente” (NR)

“Art. 4º

§ 4º Os servidores ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança nas IFES e demais ICT poderão desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos projetos apoiados pelas fundações de apoio com recebimento de bolsas.

§ 5º É permitida a participação não remunerada de servidores das IFES e demais ICT nos órgãos de direção de Fundações de Apoio, não lhes sendo aplicável o disposto no inciso X do caput do art. 117 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990..

§ 6º Não se aplica o disposto no § 5º aos servidores das IFES e demais ICT investidos em cargo em comissão ou função de confiança.

§ 7º Os servidores das IFES e demais ICT somente poderão participar de atividades nas fundações de apoio quando não houver prejuízo ao cumprimento de sua jornada de trabalho na entidade de origem, ressalvada a hipótese de cessão especial prevista no inciso II do § 4º do art. 20 da Lei nº 12.772, de 2012.” (NR)

“Art. 4º-A. Serão integralmente divulgados, em sítios mantidos pela fundação de apoio e pelos Ministérios da Educação e Ciência, Tecnologia e Inovação na internet:

I - os convênios, contratos, acordos e demais ajustes de que trata esta Lei firmados e mantidos pela fundação de apoio com as IFES e demais ICT, e a FINEP, o CNPq, as agências financeiras oficiais de fomento, as organizações sociais e entidades privadas ou sociedades de economia mista e empresas públicas, suas subsidiárias e controladas;

II - os relatórios semestrais de execução dos instrumentos de que trata o inciso I do caput, com indicação dos valores executados, das atividades, das obras e dos serviços realizados, discriminados por projeto, unidade acadêmica ou pesquisa beneficiária;

III - a relação dos pagamentos efetuados a servidores ou agentes públicos de qualquer natureza em decorrência dos instrumentos de que trata o inciso I do caput;

IV - a relação dos pagamentos de qualquer natureza efetuados a pessoas físicas e jurídicas em decorrência dos instrumentos de que trata o inciso I do caput; e

V - as prestações de contas dos instrumentos de que trata esta Lei, firmados e mantidos pela fundação de apoio com as IFES e demais ICT, e a FINEP, o CNPq, as agências financeiras oficiais de fomento, as organizações sociais e entidades privadas ou sociedades de economia mista e empresas públicas, suas subsidiárias e controladas.

Parágrafo Único. Ficam excluídas da obrigatoriedade de divulgação prevista no caput as informações classificadas como segredo industrial, protegido pela Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, mediante previsão expressa nos respectivos convênios, contratos, acordos e demais ajustes." (NR)

"Art. 4º-B. As fundações de apoio poderão conceder bolsas de ensino, pesquisa e extensão e de estímulo à inovação aos estudantes de cursos técnicos, de graduação e pós-graduação e aos servidores vinculados a projetos institucionais, inclusive em rede, das IFES e demais ICT apoiadas, na forma da regulamentação específica, observados os princípios referidos no art. 2º." (NR)

"Art. 4º-C. É assegurado o acesso dos órgãos e das entidades públicas concedentes ou contratantes e do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal aos processos, aos documentos e às informações referentes aos recursos públicos ou privados recebidos pelas fundações de apoio enquadradas na situação prevista no art. 1º e aos locais de execução do objeto do contrato ou convênio." (NR)

"Art. 4º-D A movimentação dos recursos dos projetos gerenciados pelas fundações de apoio deverá ser realizada exclusivamente por meio eletrônico, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços devidamente identificados.

§ 1º Poderão ser realizadas, mediante justificativa circunstanciada e em caráter excepcional, saques para pagamento em dinheiro a pessoas físicas que não possuam conta bancária ou saques para atender a despesas de pequeno vulto, definidas em regulamento específico previsto no art. 3º desta Lei, adotando-se, em ambas as hipóteses, mecanismos que permitam a identificação do beneficiário final, devendo as informações sobre tais pagamentos constar em item específico da prestação de contas.

§ 2º Os recursos provenientes de convênios, contratos, acordos e demais ajustes que envolvam recursos públicos gerenciados pelas fundações de apoio deverão ser mantidos em contas específicas abertas para cada projeto.

§ 3º As fundações de apoio deverão garantir o controle contábil específico dos recursos aportados e utilizados em cada projeto, de forma a garantir o ressarcimento às IFES, previsto no art. 6º desta Lei.” (NR)

“Art. 6º No cumprimento das finalidades referidas nesta Lei, poderão as fundações de apoio, por meio de instrumento legal próprio, utilizar-se de bens e serviços das IFES e demais ICT apoiadas, pelo prazo necessário à elaboração e execução do projeto de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de estímulo à inovação, mediante ressarcimento previamente definido para cada projeto.

§ 1º Nos projetos que envolvam risco tecnológico, para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto ou processo inovador, o uso de bens e serviços das IFES ou demais ICT poderá ser contabilizado como contrapartida da instituição ao projeto, mediante previsão contratual de participação da instituição nos ganhos econômicos dele derivados, na forma da Lei nº10.973, de 2004.

§ 2º Na hipótese de que trata o § 1º, o ressarcimento previsto no **caput** poderá ser dispensado, mediante justificativa circunstanciada constante no projeto a ser aprovado pelo Conselho Superior das IFES ou órgão competente nas demais ICT.” (NR)

Art. 7º A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º

§ 6º Os Institutos Federais poderão conceder bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio a alunos, docentes e pesquisadores externos ou de empresas, a serem regulamentadas por órgão técnico competente do Ministério da Educação.” (NR)

Art. 8º A Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º

§ 1º A Bolsa-Formação Estudante será destinada aos beneficiários previstos no art. 2º para cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas concomitante, integrada ou subsequente, e para cursos de formação de professores em nível médio na modalidade normal, nos termos definidos em ato do Ministro de Estado da Educação.

.....” (NR)

"Art. 5º

II - de educação profissional técnica de nível médio; e

III - de formação de professores em nível médio na modalidade normal.

....." (NR)

Art. 9º Fica revogado o § 2º do art. 7º da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011.

Art. 10. A alínea "a" do § 2º do art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art 12

§ 2º

- a) não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associação assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações;

....." (NR)

Art. 11. A alínea "c" do art. 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

- c) que os cargos de sua diretoria, conselhos fiscais, deliberativos ou consultivos não são remunerados, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações." (NR)

Art. 12. O inciso I do art. 29 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29

I – não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações;

.....(NR)

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Senador JOSÉ PIMENTEL
Presidente da Comissão Mista

ANEXO I

(Anexo I à Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012)

"ESTRUTURA DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE MAGISTÉRIO FEDERAL

a) Carreira de Magistério Superior

CARGO	CLASSE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL
Professor de Magistério Superior	E	Titular	Único
	D	Associado	4
			3
			2
			1
	C	Adjunto	4
			3
			2
			1
	B	Assistente	2
			1
	A	Adjunto-A – se Doutor Assistente-A – se Mestre Auxiliar – se Graduado ou Especialista	2
			1

....." (NR)

ANEXO II

(Anexo II à Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012)

"TABELA DE CORRELAÇÃO DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE MAGISTÉRIO
FEDERAL

a) Carreira de Magistério Superior

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA			
CARREIRA	CLASSE	NÍVEL	NÍVEL	CLASSE	DENOM.	CARREIRA
Carreira de Magistério Superior do PUCRCE, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987	Titular	1	1	E	Titular	Carreira de Magistério Superior do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal
	Associado	4	4	D	Associado	
		3	3			
		2	2			
		1	1			
	Adjunto	4	4	C	Adjunto	
		3	3			
		2	2			
		1	1			
	Assistente	4	2	B	Assistente	
		3				
		2	1			
		1				
	Auxiliar	4	2	A	Adjunto A - se Doutor Assistente A - se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialista	
		3				
		2	1			
		1				

" (NR)

ANEXO III

(Anexo III à Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012)

"VALORES DO VENCIMENTO BÁSICO DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE
MAGISTÉRIO FEDERAL

a) Efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2013

Tabela I - Carreira de Magistério Superior

CLASSE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	VENCIMENTO BÁSICO EM R\$		
			REGIME DE TRABALHO		
			20 HORAS	40 HORAS	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
E	Titular	1	2.584,28	3.937,63	6.042,34
		4	2.516,23	3.802,56	5.834,89
D	Associado	3	2.483,09	3.737,02	5.733,71
		2	2.450,89	3.673,36	5.635,45
		1	2.447,10	3.666,51	5.625,24
C	Adjunto	4	2.224,05	3.224,68	4.304,72
		3	2.187,19	3.159,83	4.205,81
		2	2.151,22	3.096,70	4.109,39
		1	2.039,91	2.959,02	4.015,41
B	Assistente	2	1.988,85	2.858,53	3.849,74
		1	1.963,39	2.809,26	3.762,54
A	Adjunto-A - se Doutor Assistente-A - se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialista	2	1.938,65	2.761,39	3.677,52
		1	1.914,58	2.714,89	3.594,57

b) Efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2014

Tabela I - Carreira de Magistério Superior

CLASSE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	VENCIMENTO BÁSICO EM R\$		
			REGIME DE TRABALHO		
			20 HORAS	40 HORAS	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
E	Titular	1	2.801,70	4.146,71	6.363,17
		4	2.708,47	4.004,47	6.144,71
D	Associado	3	2.662,87	3.935,45	6.038,15
		2	2.618,31	3.868,40	5.933,80
		1	2.588,51	3.861,19	5.923,92
C	Adjunto	4	2.357,53	3.392,96	4.704,71
		3	2.326,77	3.343,15	4.629,98
		2	2.296,57	3.269,38	4.556,75
		1	2.193,83	3.118,50	4.484,99
B	Assistente	2	2.093,40	3.010,32	4.176,95
		1	2.069,79	2.938,37	4.111,05
A	Adjunto-A - se Doutor Assistente-A - se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialista	2	1.999,75	2.834,24	3.865,83
		1	1.966,67	2.764,45	3.804,29

c) Efeitos Financeiros a partir de 1º de março de 2015
Tabela I - Carreira de Magistério Superior

CLASSE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	VENCIMENTO BÁSICO EM R\$		
			REGIME DE TRABALHO		
			20 HORAS	40 HORAS	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
E	Titular	1	3.019,13	4.355,79	6.684,00
D	Associado	4	2.900,70	4.206,37	6.454,52
		3	2.842,65	4.133,87	6.342,60
		2	2.785,73	4.063,45	6.232,15
		1	2.729,93	4.055,87	6.222,60
C	Adjunto	4	2.491,01	3.561,24	5.104,69
		3	2.466,35	3.526,47	5.054,15
		2	2.441,93	3.492,05	5.004,11
		1	2.347,75	3.277,97	4.954,56
B	Assistente	2	2.197,96	3.162,10	4.504,15
		1	2.176,19	3.067,48	4.459,55
A	Adjunto-A - se Doutor Assistente-A - se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialista	2	2.060,86	2.907,08	4.054,14
		1	2.018,77	2.814,01	4.014,00

” (NR)

ANEXO IV

(Anexo IV à Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012)

“RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE MAGISTÉRIO
FEDERAL - RT

a) Efeitos Financeiros a partir de 1º de março de 2013

Tabela I - Carreira de Magistério Superior - Valores da RT para o Regime de 20 horas semanais

CLASSE	DENOM.	NÍVEL	RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO EM R\$			
			APERFEIÇOAMENTO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
E	Titular	1	198,50	441,18	921,92	1.533,03
		4	197,20	436,80	812,19	1.351,17
D	Associado	3	195,50	415,80	770,83	1.226,87
		2	194,10	405,26	757,03	1.157,96
		1	192,71	401,23	746,99	1.125,43
C	Adjunto	4	187,05	229,85	546,97	1.000,49
		3	175,12	219,38	529,49	972,47
		2	167,52	207,67	513,27	948,13
B	Assistente	1	82,29	197,48	497,32	917,13
		2	74,43	183,76	472,55	837,82
		1	73,58	173,22	457,74	823,54
A	Adjunto-A - se Doutor	2	72,59	161,35	443,28	802,60
	Assistente-A - se Mestre	1	69,82	152,35	428,07	785,93

Tabela II - Carreira de Magistério Superior - Valores da RT para o Regime de 40 horas semanais

CLASSE	DENOM.	NÍVEL	RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO EM R\$			
			APERFEIÇOAMENTO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
E	Titular	1	211,64	528,22	1.387,22	2.756,08
D	Associado	4	186,80	525,40	1.220,66	2.515,50
		3	184,50	523,10	1.199,45	2.436,53
		2	182,85	520,50	1.195,44	2.385,67
		1	181,78	518,19	1.192,68	2.364,04
C	Adjunto	4	146,85	430,10	1.030,63	2.301,31
		3	143,82	416,93	997,75	2.238,26
		2	140,87	403,96	970,44	2.181,00
		1	137,99	391,29	941,93	2.123,32
B	Assistente	2	131,60	353,14	918,68	2.041,45
		1	126,94	330,22	905,31	1.995,64
		2	118,09	294,46	867,31	1.965,32
A	Adjunto-A - se Doutor Assistente-A se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialista	1	110,22	253,13	835,05	1.934,76

b) Efeitos Financeiros a partir de 1º de março de 2014

Tabela I - Carreira de Magistério Superior - Valores da RT para o Regime de 20 horas semanais

CLASSE	DENOM.	NÍVEL	RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO EM R\$			
			APERFEIÇOAMENTO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
E	Titular	1	198,50	441,18	921,92	1.533,03
D	Associado	4	197,20	436,80	812,19	1.351,17
		3	195,50	415,80	770,83	1.226,87
		2	194,10	405,26	757,03	1.157,96
		1	192,71	401,23	746,99	1.145,43
C	Adjunto	4	187,05	229,85	566,97	1.030,49
		3	175,12	219,38	529,49	1.002,47
		2	167,52	207,67	513,27	968,13
		1	82,29	197,48	497,32	917,13
B	Assistente	2	74,43	183,76	487,55	877,82
		1	73,58	173,22	457,74	823,54
A	Adjunto-A - se Doutor Assistente-A - se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialista	2	72,59	161,35	443,28	802,60
		1	69,82	152,35	428,07	785,93

Tabela II - Carreira de Magistério Superior - Valores da RT para o Regime de 40 horas semanais

CLASSE	DENOM.	NÍVEL	RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO EM R\$			
			APERFEIÇOAMENTO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO
E	Titular	1	211,64	547,75	1.387,22	2.906,08
D	Associado	4	205,85	546,95	1.220,66	2.595,50
		3	204,15	545,85	1.199,45	2.536,53
		2	202,85	544,25	1.195,44	2.520,67
		1	201,78	543,19	1.192,68	2.510,25
C	Adjunto	4	146,85	430,10	1.070,63	2.450,68
		3	143,82	416,93	997,75	2.315,20
		2	140,87	403,96	970,44	2.285,87
		1	137,99	391,29	941,93	2.189,50
B	Assistente	2	131,60	353,14	918,68	2.111,45
		1	126,94	330,22	905,31	2.025,64
A	Adjunto-A - se Doutor	2	118,09	294,46	867,31	1.965,32
	Assistente-A - se Mestre					
	Auxiliar - se Graduado ou Especialista	1	110,22	253,13	835,05	1.934,76

Tabela III - Carreira de Magistério Superior - Valores da RT para o Regime de Dedicação Exclusiva

CLASSE	DENOM.	NÍVEL	RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO EM R\$			
			APERFEIÇOAMENTO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
E	Titular	1	838,46	1.427,12	3.293,40	9.592,90
D	Associado	4	656,77	1.106,48	3.155,10	8.914,38
		3	653,42	1.079,36	3.154,25	8.499,36
		2	650,95	1.052,98	3.153,36	8.076,97
		1	563,78	997,67	3.151,25	7.680,58
C	Adjunto	4	462,05	803,71	2.501,25	5.668,86
		3	438,29	771,14	2.403,19	5.430,55
		2	413,36	749,12	2.332,03	5.203,58
		1	401,09	716,91	2.261,88	5.051,87
B	Assistente	2	377,95	711,25	2.035,40	4.651,67
		1	375,93	659,70	2.020,25	4.628,98
A	Adjunto-A - se Doutor	2	373,14	635,66	2.016,09	4.614,91
	Assistente-A - se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialista	I	351,49	608,22	1.931,98	4.540,35

c) Efeitos Financeiros a partir de 1º de março de 2015

Tabela I - Carreira de Magistério Superior - Valores da RT para o Regime de 20 horas semanais

CLASSE	DENOM.	NÍVEL	RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO EM R\$			
			APERFEIÇOAMENTO	ESPECIALIZA- ÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
E	Títular	1	211,34	571,89	1.177,46	2.022,81
D	Associado	4	210,57	562,81	905,74	1.556,01
		3	205,83	556,89	879,36	1.510,69
		2	201,24	543,45	853,74	1.466,69
		1	196,77	535,58	828,88	1.423,97
C	Adjunto	4	187,44	230,05	637,60	1.095,36
		3	175,17	220,50	595,89	1.023,70
		2	168,13	208,10	556,90	1.007,89
		1	97,05	197,75	540,68	997,13
B	Assistente	2	92,42	193,50	514,94	989,55
		1	92,06	173,70	512,88	971,36
A	Adjunto-A - se Doutor	2	91,33	164,39	508,81	968,99
	Assistente-A - se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialista	1	86,16	155,08	480,01	964,82

Tabela II - Carreira de Magistério Superior - Valores da RT para o Regime de 40 horas semanais

CLASSE	DENOM.	NÍVEL	RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO EM R\$			
			APERFEIÇOAMENTO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
E	Titular	1	265,75	614,97	1.476,87	3.503,82
D	Associado	4	264,25	613,97	1.294,36	2.997,68
		3	259,69	612,37	1.242,33	2.846,85
		2	247,75	611,77	1.233,26	2.691,05
		1	219,46	587,98	1.227,34	2.687,96
C	Adjunto	4	208,67	521,68	1.222,23	2.682,95
		3	204,58	511,46	1.198,27	2.630,34
		2	200,57	501,43	1.174,77	2.578,77
		1	196,64	491,60	1.151,74	2.528,20
B	Assistente	2	192,78	431,96	1.129,15	2.478,63
		1	190,87	427,18	1.117,97	2.454,09
A	Adjunto-A - se Doutor	2	178,39	395,97	1.044,84	2.330,79
	Assistente-A - se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialista	1	168,29	370,72	985,69	2.329,40

Tabela III - Carreira de Magistério Superior - Valores da RT para o Regime de Dedicação Exclusiva

CLASSE	DENOM.	NÍVEL	RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO EM R\$			
			APERFEIÇOAMENTO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
E	Titular	1	937,46	1.495,39	3.628,48	10.373,74
D	Associado	4	739,64	1.236,45	3.288,57	9.009,93
		3	706,88	1.197,47	3.154,25	8.512,98
		2	683,30	1.160,08	3.153,36	8.085,35
		1	565,95	1.032,22	3.151,25	7.692,01
C	Adjunto	4	466,36	812,88	2.501,25	5.847,50
		3	439,97	781,02	2.403,19	5.516,51
		2	415,06	772,66	2.332,03	5.204,25
		1	402,97	717,60	2.261,88	5.052,67
B	Assistente	2	380,16	715,66	2.035,40	4.816,67
		1	377,15	666,66	2.020,25	4.784,25
A	Adjunto-A - se Doutor	2	374,15	660,44	2.016,09	4.764,16
	Assistente-A - se Mestre	1	352,98	616,83	1.931,98	4.625,50

» (NR)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

LEI Nº 91, DE 28 DE AGOSTO DE 1935.

Determina regras pelas quaes são as sociedades declaradas de utilidade publica.

Art 1º As sociedades civis, as associações e as fundações constituídas no paiz com o fim exclusivo de servir desinteressadamente á collectividade podem ser declaradas de utilidade publica, provados os seguintes requisitos:

- a) que adquiriram personalidade juridica;
- b) que estão em effectivo funcionamento e servem desinteressadamente á collectividade;
- c) que o cargos de sua directoria não são remunerados.

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Art. 117. Ao servidor é proibido:

X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário; (Redação dada pela Lei nº 11.784, de 2008)

LEI Nº 8.958, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1994.

Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências.

Art. 1º As Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e as demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, sobre as quais dispõe a Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004, poderão celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de dar apoio a projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, inclusive na gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução desses projetos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

§ 1º Para os fins do que dispõe esta Lei, entendem-se por desenvolvimento institucional os programas, projetos, atividades e operações especiais, inclusive de natureza infraestrutural, material e laboratorial, que levem à melhoria mensurável das condições das IFES e demais ICTs, para cumprimento eficiente e eficaz de sua missão, conforme descrita no plano de desenvolvimento institucional, vedada, em qualquer caso, a contratação de objetos genéricos, desvinculados de projetos específicos. (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

§ 2º A atuação da fundação de apoio em projetos de desenvolvimento institucional para melhoria de infraestrutura limitar-se-á às obras laboratoriais e à aquisição de materiais, equipamentos e outros insumos diretamente relacionados às atividades de inovação e pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

§ 3º É vedado o enquadramento no conceito de desenvolvimento institucional, quando financiadas com recursos repassados pelas IFES e demais ICTs às fundações de apoio, de: (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

I - atividades como manutenção predial ou infraestrutural, conservação, limpeza, vigilância, reparos, copeiragem, recepção, secretariado, serviços administrativos na área de informática, gráficos, reprográficos e de telefonia e demais atividades administrativas de rotina, bem como as respectivas expansões vegetativas, inclusive por meio do aumento no número total de pessoal; e (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

II - outras tarefas que não estejam objetivamente definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional da instituição apoiada. (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

§ 4º É vedada a subcontratação total do objeto dos ajustes realizados pelas IFES e demais ICTs com as fundações de apoio, com base no disposto nesta Lei, bem como a subcontratação parcial que delegue a terceiros a execução do núcleo do objeto contratado. (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

§ 5º Os materiais e equipamentos adquiridos com recursos transferidos com fundamento no § 2º integrarão o patrimônio da contratante. (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

Art. 1º-A. A Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, como secretaria executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e as Agências Financeiras Oficiais de Fomento poderão realizar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com as fundações de apoio, com finalidade de dar apoio às IFES e às ICTs, inclusive na gestão administrativa e financeira dos projetos mencionados no caput do art. 1º, com a anuência expressa das instituições apoiadas. (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

Art. 2º As fundações a que se refere o art. 1º deverão estar constituídas na forma de fundações de direito privado, sem fins lucrativos, regidas pela Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre a

observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, e sujeitas, em especial: (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

I - a fiscalização pelo Ministério Público, nos termos do Código Civil e do Código de Processo Civil;

II - à legislação trabalhista;

III - ao prévio registro e credenciamento no Ministério da Educação e do Desporto e no Ministério da Ciência e Tecnologia, renovável bienalmente.

Art. 4º As IFES e demais ICTs contratantes poderão autorizar, de acordo com as normas aprovadas pelo órgão de direção superior competente e limites e condições previstos em regulamento, a participação de seus servidores nas atividades realizadas pelas fundações referidas no art. 1º desta Lei, sem prejuízo de suas atribuições funcionais. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

§ 1º A participação de servidores das IFES e demais ICTs contratantes nas atividades previstas no art. 1º desta Lei, autorizada nos termos deste artigo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, podendo as fundações contratadas, para sua execução, conceder bolsas de ensino, de pesquisa e de extensão, de acordo com os parâmetros a serem fixados em regulamento. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

§ 2º É vedada aos servidores públicos federais a participação nas atividades referidas no caput durante a jornada de trabalho a que estão sujeitos, excetuada a colaboração esporádica, remunerada ou não, em assuntos de sua especialidade, de acordo com as normas referidas no caput.

§ 3º É vedada a utilização dos contratados referidos no caput para contratação de pessoal administrativo, de manutenção, docentes ou pesquisadores para prestar serviços ou atender a necessidades de caráter permanente das contratantes. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

LEI Nº 9.274, DE 7 DE MAIO DE 1996.

Dispõe sobre anistia relativamente às eleições de 3 de outubro e de 15 de novembro dos anos de 1992 e 1994.

LEI Nº 9.532, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997.

Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

Art. 2º Os percentuais dos benefícios fiscais referidos no inciso I e no § 3º do art. 11 do Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, com as posteriores alterações, nos arts. 1º, inciso II, 19 e 23, da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, e no art. 4º, inciso V, da Lei nº 8.661, de 02 de junho de 1993, ficam reduzidos para:

I - 30% (trinta por cento), relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 1998 até 31 de dezembro de 2003; (Vide Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001)

II - 20% (vinte por cento), relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2008;

III - 10% (dez por cento), relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013.

Art. 12. Para efeito do disposto no art. 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos. (Vide artigos 1º e 2º da Mpv 2.189-49, de 2001) (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)

§ 1º Não estão abrangidos pela imunidade os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

§ 2º Para o gozo da imunidade, as instituições a que se refere este artigo, estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

a) não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados; (Vide Lei nº 10.637, de 2002)

b) aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;

c) manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;

d) conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

e) apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;

f) recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;

g) assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público;

h) outros requisitos, estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento das entidades a que se refere este artigo.

§ 3º Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais. (Redação dada pela Lei nº 9.718, de 1998)

.....

.....

LEI Nº 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998.

Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.

.....

Art. 14. É facultado ao Poder Executivo a cessão especial de servidor para as organizações sociais, com ônus para a origem.

§ 1º Não será incorporada aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pela organização social.

§ 2º Não será permitido o pagamento de vantagem pecuniária permanente por organização social a servidor cedido com recursos provenientes do contrato de gestão, ressalvada a hipótese de adicional relativo ao exercício de função temporária de direção e assessoria.

§ 3º O servidor cedido perceberá as vantagens do cargo a que fizer juz no órgão de origem, quando ocupante de cargo de primeiro ou de segundo escalão na organização social.

.....

.....

LEI Nº 10.973, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004.

Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.

.....

.....

LEI Nº 11.526, DE 4 DE OUTUBRO DE 2007.

Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; revoga dispositivos das Leis nºs 10.470, de 25 de junho de 2002, 10.667, de 14 de maio de 2003, 9.650, de 27 de maio de 1998, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 8.216, de 13 de agosto de 1991, 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 10.609, de 20 de dezembro de 2002, 9.030, de 13 de abril de 1995, 10.233, de 5 de junho de

2001, 9.986, de 18 de julho de 2000, 10.869, de 13 de maio de 2004, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 10.871, de 20 de maio de 2004, e da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e dá outras providências.

.....

Art. 2º O servidor ocupante de cargo efetivo, o militar ou o empregado permanente de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal investido nos cargos a que se refere o art. 1º desta Lei poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas: (Redação dada pela Lei nº 12.094, de 2009)

I - a remuneração do cargo em comissão, acrescida dos anuênios;

II - a diferença entre a remuneração do cargo em comissão e a remuneração do cargo efetivo, do posto ou graduação, ou do emprego; ou (Redação dada pela Lei nº 12.094, de 2009)

III - a remuneração do cargo efetivo, do posto ou graduação, ou do emprego, acrescida do percentual de 60% (sessenta por cento) do respectivo cargo em comissão. (Redação dada pela Lei nº 12.094, de 2009)

§ 1º O docente do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, a que se refere a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, submetido ao Regime de Dedicação Exclusiva, poderá ocupar Cargo de Direção - CD ou Função Gratificada - FG, nas Instituições Federais de Ensino, sendo-lhe facultado optar, quando ocupante de CD, nos termos do inciso III do caput. (Redação dada pela Medida Provisória nº 614, de 2013)

§ 2º O docente a que se refere o § 1º deste artigo cedido para órgãos e entidades da União, para o exercício de cargo em comissão de Natureza Especial ou do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, de níveis DAS 4, DAS 5 ou DAS 6, ou equivalentes, quando optante pela remuneração do cargo efetivo, perceberá o vencimento acrescido da vantagem relativa ao regime de dedicação exclusiva.

§ 3º O acréscimo previsto no § 2º deste artigo poderá ser percebido, no caso de docente cedido para o Ministério da Educação para o exercício de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, de nível DAS 3.

§ 4º O docente a que se refere o § 1º cedido para Estados, Distrito Federal e Municípios para a ocupação de cargos em comissão especificados em regulamento do Poder Executivo federal, poderá optar pela remuneração do cargo efetivo, caso em que perceberá o vencimento acrescido da vantagem relativa ao regime de dedicação exclusiva, cabendo o ônus da remuneração ao órgão ou entidade cessionária. (Incluído pela Medida Provisória nº 614, de 2013)

.....

.....

LEI Nº 11.784, DE 22 DE SETEMBRO DE 2008.

Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, do Plano Especial de Cargos da Cultura, de que trata a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, da Carreira de Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003, do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Carreira de Perito Federal Agrário, de que trata a Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, de que trata a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, e a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, dos Cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, Agente de Atividades Agropecuárias, Técnico de Laboratório e Auxiliar de Laboratório do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de que tratam respectivamente as Leis nºs 11.090, de 7 de janeiro de 2005, e 11.344, de 8 de setembro de 2006, dos Empregos Públicos de Agentes de Combate às Endemias, de que trata a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, da Carreira de Policial Rodoviário Federal, de que trata a Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de que trata a Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - GDASUS, do Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas - PCCHFA, do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, e do Plano de Carreira do Ensino Básico Federal; fixa o escalonamento vertical e os valores dos soldos dos militares das Forças Armadas; altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a Lei nº 10.484, de 3 de julho de 2002, que dispõe sobre a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATFA, a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, a Lei nº 11.507, de 20 de julho de 2007; institui sistemática para avaliação de desempenho dos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; revoga dispositivos da Lei nº 8.445, de 20 de julho de 1992, a Lei nº 9.678, de 3 de julho de 1998, dispositivo da Lei

nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, a Tabela II do Anexo I da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, a Lei nº 11.359, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências.

Art. 4º Os Anexos III e V da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar na forma dos Anexos I e II desta Lei, respectivamente.

Art. 9º Os Anexos I e II da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos XI e XII desta Lei.

Art. 10. A Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, passa a vigorar acrescida dos Anexos IV-A, V-A, V-B e V-C, nos termos, respectivamente, dos Anexos VII, VIII, IX e X desta Lei.

Art. 11. Em razão do disposto nos arts. 2º-C e 2º-D da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, fica extinta, a partir de 14 de maio de 2008, a Gratificação Específica de Atividade Cultural - GEAC, instituída pelo art. 3º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005.

Parágrafo único. Observado o disposto no caput deste artigo, os valores eventualmente percebidos pelo servidor a título de GEAC de 1º de março de 2008 até 14 de maio de 2008 deverão ser deduzidos dos valores devidos ao servidor a título de GTEMPCULT ou GEAC, conforme o nível do servidor, a partir 1º de março de 2008.

Art. 12. Os arts. 6º, 12 e 14 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º O Plano de Carreira está estruturado em 5 (cinco) níveis de classificação, com 4 (quatro) níveis de capacitação cada, conforme Anexo I-C desta Lei.” (NR)

“Art. 12. O Incentivo à Qualificação terá por base percentual calculado sobre o padrão de vencimento percebido pelo servidor, na forma do Anexo IV desta Lei, observados os seguintes parâmetros:

.....” (NR)

“Art. 14. Os vencimentos básicos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação estão estruturados na forma do Anexo I-C desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

.....” (NR)

Art. 20. A partir de 1º de fevereiro de 2009, a estrutura remuneratória dos cargos integrantes da Carreira do Magistério Superior de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, será composta de:

I - Vencimento Básico;

II - Retribuição por Titulação - RT; e

III - Gratificação Específica do Magistério Superior - GEMAS.

ANEXO I

(Anexo III da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)

TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DO PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

Tabela I - Vencimento Básico dos cargos de níveis superior, intermediário e auxiliar do PGPE
(Efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2006)

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	CARGOS		
		Nível Superior	Nível Intermediário	Nível Auxiliar
ESPECIAL	III	565,45	387,13	221,89
	II	529,07	358,07	211,32
	I	494,41	343,15	201,27
C	VI	487,08	328,84	191,75
	V	473,00	326,49	182,66
	IV	459,39	312,93	174,04
	III	446,17	299,92	165,81
	II	433,34	287,44	158,00
	I	420,88	275,55	150,61
B	VI	408,79	264,10	143,57
	V	397,05	253,20	136,86
	IV	385,65	242,73	130,49
	III	374,58	232,72	124,46
	II	363,82	223,13	118,70
	I	353,41	213,96	113,22
A	V	343,29	205,18	108,00
	IV	333,45	196,75	103,06
	III	279,61	162,54	87,19
	II	271,59	155,87	83,20
	I	263,80	149,49	79,40

Tabela II - Vencimento Básico dos cargos de Nível Superior do PGPE
(Efeitos financeiros a partir das datas especificadas na Tabela a seguir)

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2008	A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2009	A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2009	A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2010	A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2011
ESPECIAL	III	565,45	1.530,04	1.746,19	2.595,70	3.383,00
	II	557,09	1.508,30	1.720,38	2.537,34	3.290,86
	I	548,86	1.486,91	1.694,96	2.480,29	3.201,23
C	VI	537,05	1.456,20	1.645,59	2.408,05	3.107,99
	V	529,11	1.435,56	1.621,27	2.353,91	3.023,34
	IV	521,29	1.415,22	1.597,31	2.300,99	2.940,99
	III	513,59	1.395,20	1.573,70	2.249,26	2.860,89
	II	506,00	1.375,47	1.550,44	2.198,69	2.782,97
	I	498,52	1.356,02	1.527,53	2.149,26	2.707,17
B	VI	487,79	1.328,12	1.483,04	2.086,66	2.628,32
	V	480,58	1.309,38	1.461,12	2.039,75	2.556,73
	IV	473,48	1.290,92	1.439,53	1.993,89	2.487,09
	III	466,48	1.272,72	1.418,26	1.949,06	2.419,35
	II	459,59	1.254,80	1.397,30	1.905,24	2.353,45
	I	452,80	1.237,15	1.376,65	1.862,40	2.289,35
	V	443,05	1.211,80	1.336,55	1.808,16	2.222,67

A	IV	436,50	1.194,77	1.316,80	1.767,51	2.162,13
	III	430,05	1.178,00	1.297,34	1.727,77	2.103,24
	II	423,69	1.161,46	1.278,17	1.688,92	2.045,95
	I	417,43	1.145,19	1.259,28	1.650,95	1.990,22

Tabela III - Vencimento Básico dos cargos de Nível Intermediário do PGPE
(Efeitos financeiros a partir das datas especificadas na Tabela a seguir)

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2008	A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2009	A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2009	A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2010	A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2011
ESPECIAL	III	435,99	1.338,44	1.338,44	1.733,65	1.923,11
	II	435,12	1.303,18	1.303,18	1.719,89	1.904,07
	I	434,25	1.261,92	1.294,63	1.706,24	1.885,22
C	VI	432,09	1.183,30	1.284,36	1.681,02	1.857,36
	V	431,23	1.181,06	1.276,70	1.667,68	1.838,97
	IV	430,37	1.178,82	1.269,09	1.654,44	1.820,76
	III	429,51	1.176,59	1.261,52	1.641,31	1.802,73
	II	428,65	1.174,36	1.254,00	1.628,28	1.784,88
	I	427,79	1.172,14	1.246,52	1.615,36	1.767,21
B	VI	425,67	1.166,60	1.236,63	1.591,49	1.741,09
	V	424,82	1.164,39	1.229,25	1.578,86	1.723,85
	IV	423,97	1.162,19	1.221,92	1.566,33	1.706,78
	III	423,12	1.159,99	1.214,63	1.553,90	1.689,88

	II	422,28	1.157,79	1.207,39	1.541,57	1.673,15
	I	421,43	1.155,60	1.200,19	1.529,34	1.656,58
A	V	419,34	1.150,15	1.190,66	1.506,74	1.632,10
	IV	418,50	1.147,97	1.183,56	1.494,78	1.615,94
	III	417,67	1.145,80	1.176,50	1.482,92	1.599,94
	II	416,83	1.143,63	1.169,48	1.471,15	1.584,10
	I	416,00	1.141,47	1.162,50	1.459,47	1.568,42

Tabela IV - Vencimento Básico dos cargos de Nível Auxiliar do PGPE
(Efeitos financeiros a partir das datas especificadas na Tabela a seguir)

Quadro I

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2008
ESPECIAL	III	422,96
	II	422,53
	I	422,11
C	VI	421,69
	V	421,27
	IV	420,85
	III	420,43
	II	420,01
	I	419,59
B	VI	419,17
	V	418,75
	IV	418,33
	III	417,91

	II	417,50
	I	417,08
A	V	416,66
	IV	416,25
	III	415,83
	II	415,42
	I	415,00

Quadro II

CLASSE	PADRÃO	A PARTIR DE 1ª DE JANEIRO DE 2009
ESPECIAL	III	1.159,56
	II	1.158,46
	I	1.157,36

ANEXO II

(Anexo V da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)

TABELA DOS VALORES MÁXIMOS DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA E DE SUPORTE - GDPGTAS (art. 7º)

a) Efeitos financeiros: valores máximos da GDPGTAS a partir de 1º de julho de 2006

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	CARGOS		
		Nível Superior	Nível Intermediário	Nível Auxiliar
ESPECIAL	III	1.330,00	836,00	418,00
	II			
	I			
C	VI	1.276,80	760,00	410,40
	V			
	IV			
	III			

B	II	1.238,80	737,20	399,00
	I			
	VI			
	V			
	IV			
	III			
	II			
	I			
A	V	1.216,00	722,00	383,80
	IV			
	III			
	II			
	I			

b) Efeitos financeiros: valores máximos da GDPGTAS a partir de 1º de fevereiro de 2007

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	CARGOS		
		Nível Superior	Nível Intermediário	Nível Auxiliar
ESPECIAL	III	1.750,00	1.100,00	550,00
	II			
	I			
C	VI	1.680,00	1.000,00	540,00
	V			
	IV			
	III			

	II			
	I			
B	VI	1.630,00	970,00	525,00
	V			
	IV			
	III			
	II			
	I			
A	V	1.600,00	950,00	505,00
	IV			
	III			
	II			
	I			

c) Efeitos financeiros: valores máximos da GDPGTAS a partir de 1^a de março de 2008

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	CARGOS		
		Nível Superior	Nível Intermediário	Nível Auxiliar
ESPECIAL	III	1.875,00	1.100,00	550,00
	II			
	I			
C	VI	1.805,00	1.000,00	540,00
	V			
	IV			

	III			
	II			
	I			
B	VI	1.755,00	970,00	525,00
	V			
	IV			
	III			
	II			
	I			
A	V	1.725,00	950,00	505,00
	IV			
	III			
	II			
	I			

ANEXO VII

(Anexo IV-A da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005)

TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA CULTURA

a) Vencimento Básico dos Cargos de Nível Superior:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2008	A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2009
ESPECIAL	III	1.530,04	3.383,00
	II	1.482,60	3.290,86
	I	1.436,63	3.201,23

C	VI	1.394,79	3.107,99
	V	1.351,54	3.023,34
	IV	1.309,63	2.940,99
	III	1.269,02	2.860,89
	II	1.229,67	2.782,97
	I	1.191,54	2.707,17
B	VI	1.156,83	2.628,32
	V	1.120,96	2.556,73
	IV	1.086,20	2.487,09
	III	1.052,52	2.419,35
	II	1.019,88	2.353,45
	I	988,26	2.289,35
A	V	959,48	2.222,67
	IV	929,73	2.162,13
	III	900,90	2.103,24
	II	872,97	2.045,95
	I	845,90	1.990,22

b) Vencimento Básico dos Cargos de Nível Intermediário:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2008	A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2009
ESPECIAL	III	1.066,41	1.923,11
	II	1.047,55	1.904,07
	I	1.029,03	1.885,22

C	VI	1.018,84	1.857,36
	V	1.000,83	1.838,97
	IV	983,13	1.820,76
	III	965,75	1.802,73
	II	948,67	1.784,88
	I	931,90	1.767,21
B	VI	922,67	1.741,09
	V	906,36	1.723,85
	IV	890,33	1.706,78
	III	874,59	1.689,88
	II	859,13	1.673,15
	I	843,94	1.656,58
A	V	835,58	1.632,10
	IV	820,81	1.615,94
	III	806,30	1.599,94
	II	792,04	1.584,10
	I	778,04	1.568,42

c) Vencimento Básico dos Cargos de Nível Auxiliar:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2008	A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2009
ESPECIAL	III	807,83	1.159,56
	II	784,30	1.158,46
	I	761,46	1.157,36

ANEXO VIII

(Anexo V-A da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005)

GRATIFICAÇÃO TEMPORÁRIA DE ATIVIDADE CULTURAL - GTEMPCULT

EFEITOS FINANCEIROS: A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2008 ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2008

Cargos de Nível Superior e Intermediário:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	NÍVEL DO CARGO	
		SUPERIOR	INTERMEDIÁRIO
ESPECIAL	III	1.852,96	856,70
	II	1.808,26	856,52
	I	1.764,60	856,19
C	VI	1.713,20	838,52
	V	1.671,80	838,14
	IV	1.631,36	837,63
	III	1.591,87	836,98
	II	1.553,30	836,21
	I	1.515,63	835,31
B	VI	1.471,49	818,42
	V	1.435,77	817,49
	IV	1.400,89	816,45
	III	1.366,83	815,29
	II	1.333,57	814,02
	I	1.301,09	812,64
A	V	1.263,19	796,52
	IV	1.232,40	795,13
	III	1.202,34	793,64
	II	1.172,98	792,06
	I	1.144,32	790,38

ANEXO IX

(Anexo V-B da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005)

GRATIFICAÇÃO ESPECÍFICA DE ATIVIDADES AUXILIARES DA CULTURA - GEAAC

Cargos de Nível Auxiliar:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DA GEAAC		
		A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2008	A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2009	A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2010
ESPECIAL	III	787,17	462,00	713,27
	II	749,35	453,00	649,88
	I	713,20	425,00	588,75

ANEXO X

(Anexo V-C da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005)

TABELA DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE CULTURAL - GDAC

a) Valor do Ponto da GDAC para os Cargos de Nível Superior:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO		
		A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2008	A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2009	A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2010
ESPECIAL	III	12,41	15,77	22,67
	II	12,34	15,61	22,23
	I	12,27	15,46	21,79
C	VI	12,03	15,16	21,40
	V	11,96	15,01	20,98
	IV	11,89	14,86	20,57
	III	11,82	14,71	20,17

	II	11,75	14,56	19,77
	I	11,68	14,42	19,38
B	VI	11,45	14,14	18,91
	V	11,38	14,00	18,54
	IV	11,31	13,86	18,18
	III	11,24	13,72	17,82
	II	11,17	13,58	17,47
	I	11,10	13,45	17,13
A	V	10,88	13,19	16,71
	IV	10,82	13,06	16,38
	III	10,76	12,93	16,06
	II	10,70	12,80	15,75
	I	10,64	12,67	15,44

b) Valor do Ponto da GDAC para os Cargos de Nível Intermediário:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO		
		A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2008	A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2009	A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2010
ESPECIAL	III	6,75	9,82	9,83
	II	6,71	9,66	9,68
	I	6,67	9,50	9,54
C	VI	6,54	9,31	9,35
	V	6,50	9,15	9,21
	IV	6,46	9,00	9,07

	III	6,42	8,85	8,94
	II	6,38	8,70	8,81
	I	6,34	8,55	8,68
B	VI	6,22	8,38	8,51
	V	6,18	8,24	8,38
	IV	6,14	8,10	8,26
	III	6,10	7,96	8,14
	II	6,06	7,83	8,02
	I	6,02	7,70	7,90
A	V	5,90	7,55	7,75
	IV	5,86	7,42	7,64
	III	5,83	7,30	7,53
	II	5,80	7,18	7,42
	I	5,77	7,06	7,31

c) Valor do Ponto da GDAC para os Cargos de Nível Auxiliar:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO
		A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2008
ESPECIAL	III	1,92
	II	1,86
	I	1,81

ANEXO XI

(Anexo I da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005)

ESTRUTURA DE CLASSES E PADRÕES DOS CARGOS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA CULTURA

Tabela I

Cargos	Classe	Padrão
Cargos de nível superior, intermediário e auxiliar do Plano Especial de Cargos da Cultura ⁽¹⁾	ESPECIAL	III
		II
		I
	C	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	B	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I

⁽¹⁾ A partir de 1º de março de 2008, a estrutura de classes e padrões dos cargos de nível auxiliar do Plano Especial de Cargos da Cultura passa a ser a estabelecida pela Tabela II deste Anexo.

Tabela II
ESTRUTURA DE CLASSES E PADRÕES DOS CARGOS DE NÍVEL AUXILIAR DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA CULTURA A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2008

CARGO	CLASSE	PADRÃO
Cargos de nível auxiliar	ESPECIAL	III
		II
		I

ANEXO XII

(Anexo II da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005)

TABELA DE CORRELAÇÃO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA CULTURA

Quadro I

Situação Atual			Situação Nova		
Cargos	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargos
Cargos de Provimento Efetivo de Nível Superior, Intermediário e Auxiliar, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que estejam não organizados em carreiras, pertencentes ao Quadro de Pessoal do	A	III	III	ESPECIAL	Cargos de nível superior, intermediário e auxiliar do Plano Especial de Cargos da Cultura ⁽¹⁾
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI	B	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		

Ministério da Cultura, do IPHAN, da FUNARTE, da FBN e da FCP	D	I	I	A	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

(1) A partir de 1º de março de 2008, a Tabela de Correlação das classes e padrões dos cargos de nível auxiliar do Plano Especial de Cargos da Cultura passa a ser a estabelecida pelo Quadro II deste Anexo.

Quadro II

Correlação dos cargos de nível auxiliar do Plano Especial de Cargos da Cultura, a partir de 1º de março de 2008

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGOS	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGOS
Cargos de provimento efetivo de nível auxiliar do Plano Especial de Cargos da Cultura	ESPECIAL	III	III	ESPECIAL	Cargos de provimento efetivo de nível auxiliar do Plano Especial de Cargos da Cultura
		II	II		
		I	I		
	C	VI			
		V			
		IV			
		III			
		II			
		I			
	B	VI			
		V			
		IV			

		III			
		II			
		I			
	A	V			
		IV			
		III			
		II			
		I			

LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008.

Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Art. 5º Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:

- I - Instituto Federal do Acre, mediante transformação da Escola Técnica Federal do Acre;
- II - Instituto Federal de Alagoas, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas e da Escola Agrotécnica Federal de Satuba;
- III - Instituto Federal do Amapá, mediante transformação da Escola Técnica Federal do Amapá;
- IV - Instituto Federal do Amazonas, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e das Escolas Agrotécnicas Federais de Manaus e de São Gabriel da Cachoeira;
- V - Instituto Federal da Bahia, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia;
- VI - Instituto Federal Baiano, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, de Guanambi (Antonio José Teixeira), de Santa Inês e de Senhor do Bonfim;
- VII - Instituto Federal de Brasília, mediante transformação da Escola Técnica Federal de Brasília;

VIII - Instituto Federal do Ceará, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu;

IX - Instituto Federal do Espírito Santo, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo e das Escolas Agrotécnicas Federais de Alegre, de Colatina e de Santa Teresa;

X - Instituto Federal de Goiás, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás;

XI - Instituto Federal Goiano, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Rio Verde e de Urutaí, e da Escola Agrotécnica Federal de Ceres;

XII - Instituto Federal do Maranhão, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão e das Escolas Agrotécnicas Federais de Codó, de São Luís e de São Raimundo das Mangabeiras;

XIII - Instituto Federal de Minas Gerais, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Ouro Preto e de Bambuí, e da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista;

XIV - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária e da Escola Agrotécnica Federal de Salinas;

XV - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba e da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena;

XVI - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, de Machado e de Muzambinho;

XVII - Instituto Federal do Triângulo Mineiro, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba e da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia;

XVIII - Instituto Federal de Mato Grosso, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Mato Grosso e de Cuiabá, e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres;

XIX - Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, mediante integração da Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina;

XX - Instituto Federal do Pará, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e de Marabá;

XXI - Instituto Federal da Paraíba, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba e da Escola Agrotécnica Federal de Sousa;

XXII - Instituto Federal de Pernambuco, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco e das Escolas Agrotécnicas Federais de Barreiros, de Belo Jardim e de Vitória de Santo Antão;

XXIII - Instituto Federal do Sertão Pernambucano, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina;

XXIV - Instituto Federal do Piauí, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí;

XXV - Instituto Federal do Paraná, mediante transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná;

XXVI - Instituto Federal do Rio de Janeiro, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis;

XXVII - Instituto Federal Fluminense, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos;

XXVIII - Instituto Federal do Rio Grande do Norte, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte;

XXIX - Instituto Federal do Rio Grande do Sul, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, da Escola Técnica Federal de Canoas e da Escola Agrotécnica Federal de Sertão;

XXX - Instituto Federal Farroupilha, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete;

XXXI - Instituto Federal Sul-rio-grandense, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas;

XXXII - Instituto Federal de Rondônia, mediante integração da Escola Técnica Federal de Rondônia e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;

XXXIII - Instituto Federal de Roraima, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima;

XXXIV - Instituto Federal de Santa Catarina, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina;

XXXV - Instituto Federal Catarinense, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, de Rio do Sul e de Sombrio;

XXXVI - Instituto Federal de São Paulo, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo;

XXXVII - Instituto Federal de Sergipe, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe e da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão; e

XXXVIII - Instituto Federal do Tocantins, mediante integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins.

§ 1º As localidades onde serão constituídas as reitorias dos Institutos Federais constam do Anexo I desta Lei.

§ 2º A unidade de ensino que compõe a estrutura organizacional de instituição transformada ou integrada em Instituto Federal passa de forma automática, independentemente de qualquer formalidade, à condição de campus da nova instituição.

§ 3º A relação de Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades Federais que passam a integrar os Institutos Federais consta do Anexo II desta Lei.

§ 4º As Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais não mencionadas na composição dos Institutos Federais, conforme relação constante do Anexo III desta Lei, poderão, mediante aprovação do Conselho Superior de sua respectiva universidade federal, propor ao Ministério da Educação a adesão ao Instituto Federal que esteja constituído na mesma base territorial.

§ 5º A relação dos campi que integrarão cada um dos Institutos Federais criados nos termos desta Lei será estabelecida em ato do Ministro de Estado da Educação.

LEI Nº 12.101, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009.

Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências

Art. 29. A entidade beneficente certificada na forma do Capítulo II fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- I - não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
 - II - aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
 - III - apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
 - IV - mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
 - V - não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
 - VI - conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
 - VII - cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
 - VIII - apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
-
-

LEI Nº 12.550, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.

Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH; acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.

Art. 7º No âmbito dos contratos previstos no art. 6º, os servidores titulares de cargo efetivo em exercício na instituição federal de ensino ou instituição congênere que exerçam atividades relacionadas ao objeto da EBSEH poderão ser a ela cedidos para a realização de atividades de assistência à saúde e administrativas.

§ 1º Ficam assegurados aos servidores referidos no caput os direitos e as vantagens a que façam jus no órgão ou entidade de origem.

§ 2º A cessão de que trata o caput ocorrerá com ônus para o cessionário.

LEI Nº 12.513, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011.

Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronep); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências.

Art. 4º O Pronep será desenvolvido por meio das seguintes ações, sem prejuízo de outras:

- I - ampliação de vagas e expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica;
- II - fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de educação profissional;
- III - incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem;
- IV - oferta de bolsa-formação, nas modalidades:
 - a) Bolsa-Formação Estudante; e
 - b) Bolsa-Formação Trabalhador;
- V - financiamento da educação profissional e tecnológica;

VI - fomento à expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância;

VII - apoio técnico voltado à execução das ações desenvolvidas no âmbito do Programa;

VIII - estímulo à expansão de oferta de vagas para as pessoas com deficiência, inclusive com a articulação dos Institutos Públicos Federais, Estaduais e Municipais de Educação; e

IX - articulação com o Sistema Nacional de Emprego.

X - articulação com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM, nos termos da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008. (Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013)

§ 1º A Bolsa-Formação Estudante será destinada aos beneficiários previstos no art. 2º para cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas concomitante, integrada ou subsequente, nos termos definidos em ato do Ministro de Estado da Educação. (Redação dada pela Lei nº 12.816, de 2013)

§ 2º A Bolsa-Formação Trabalhador será destinada ao trabalhador e aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda, para cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

§ 3º O Poder Executivo definirá os requisitos e critérios de priorização para concessão das bolsas-formação, considerando-se capacidade de oferta, identificação da demanda, nível de escolaridade, faixa etária, existência de deficiência, entre outros, observados os objetivos do programa.

§ 4º O financiamento previsto no inciso V poderá ser contratado pelo estudante, em caráter individual, ou por empresa, para custeio da formação de trabalhadores nos termos da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, nas instituições habilitadas na forma do art. 10 desta Lei.

Art. 5º Para os fins desta Lei, são consideradas modalidades de educação profissional e tecnológica os cursos:

I - de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; e

II - de educação profissional técnica de nível médio.

§ 1º Os cursos referidos no inciso I serão relacionados pelo Ministério da Educação, devendo contar com carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas.

§ 2º Os cursos referidos no inciso II submetem-se às diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, bem como às demais condições estabelecidas na legislação aplicável, devendo constar do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, organizado pelo Ministério da Educação.

§ 3º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013)

.....
.....

LEI Nº 12.677, DE 25 DE JUNHO DE 2012.

Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino; altera as Leis nºs 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga as Leis nºs 5.490, de 3 de setembro de 1968, e 5.758, de 3 de dezembro de 1971, e os Decretos-Leis nºs 245, de 28 de fevereiro de 1967, 419, de 10 de janeiro de 1969, e 530, de 15 de abril de 1969; e dá outras providências.

Art. 7º Fica instituída a Função Comissionada de Coordenação de Curso - FCC, a ser exercida, exclusivamente, por servidores que desempenhem atividade de coordenação acadêmica de cursos técnicos, tecnológicos, de graduação e de pós-graduação stricto sensu, regularmente instituídos no âmbito das instituições federais de ensino.

§ 1º Somente poderão ser designados para FCC titulares de cargos da Carreira do Magistério Superior de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e Professores do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, integrantes do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.

§ 2º É vedada a percepção de FCC cumulativa com a retribuição de funções gratificadas, cargos de direção ou com qualquer outra forma de retribuição pelo exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

LEI Nº 12.772, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012.

Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nºs 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências.

CAPÍTULO I

DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE MAGISTÉRIO FEDERAL

Art. 1º Fica estruturado, a partir de 1º de março de 2013, o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, composto pelas seguintes Carreiras e cargos:

I - Carreira de Magistério Superior, composta pelos cargos, de nível superior, de provimento efetivo de Professor do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987;

II - Cargo Isolado de provimento efetivo, de nível superior, de Professor Titular-Livre do Magistério Superior;

III - Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, composta pelos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; e

IV - Cargo Isolado de provimento efetivo, de nível superior, de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

§ 1º A Carreira de Magistério Superior é composta das seguintes classes, observado o Anexo I:

I - Professor Auxiliar;

II - Professor Assistente;

III - Professor Adjunto;

IV - Professor Associado; e

V - Professor Titular.

§ 2º A Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico é composta das seguintes classes, observado o Anexo I:

I - D I;

II - D II;

III - D III;

IV - D IV; e

V - Titular.

§ 3º Os Cargos Isolados do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal são estruturados em uma única classe e nível de vencimento.

§ 4º O regime jurídico dos cargos do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal é o instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observadas as disposições desta Lei.

§ 5º Os cargos efetivos das Carreiras e Cargos Isolados de que trata o caput integram os Quadros de Pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação e ao Ministério da Defesa que tenham por atividade-fim o desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino, pesquisa e extensão, ressalvados os cargos de que trata o § 11 do art. 108-A da Lei nº 11.784, de 2008, que integram o Quadro de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 4º A partir de 1º de março de 2013, a Carreira de Magistério Superior do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos - PUCRCE, de que trata a Lei nº 7.596, de 1987, passa a pertencer ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal de que trata esta Lei, observada a Tabela de Correlação constante do Anexo II.

§ 1º No concurso público de que trata o caput, será exigido o diploma de curso superior em nível de graduação.

§ 2º O concurso público referido no caput poderá ser organizado em etapas, conforme dispuser o edital de abertura do certame, que estabelecerá as características de cada etapa e os critérios eliminatórios e classificatórios.

Art. 8º O ingresso na Carreira de Magistério Superior ocorrerá sempre no primeiro nível de vencimento da Classe A, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos. (Redação dada pela Medida Provisória nº 614, de 2013)

§ 1º O concurso público de que trata o caput tem como requisito de ingresso o título de doutor na área exigida no concurso. (Redação dada pela Medida Provisória nº 614, de 2013)

§ 2º O concurso público referido no caput poderá ser organizado em etapas, conforme dispuser o edital de abertura do certame, que estabelecerá as características de cada etapa e os critérios eliminatórios e classificatórios.

§ 3º A IFE poderá dispensar, no edital do concurso, a exigência de título de doutor, substituindo-a pelo título de mestre, de especialista ou por diploma de graduação, quando se tratar de provimento para área de conhecimento ou em localidade com grave carência de detentores da titulação acadêmica de doutor, conforme decisão fundamentada de seu Conselho Superior. (Incluído pela Medida Provisória nº 614, de 2013)

Art. 9º O ingresso no Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior ocorrerá na classe e nível únicos, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, no qual serão exigidos:

I - título de doutor; e

II - 20 (vinte) anos de experiência ou de obtenção do título de doutor, ambos na área de conhecimento exigida no concurso.

§ 1º O concurso público referido no caput será organizado em etapas, conforme dispuser o edital de abertura do certame, e consistirá de prova escrita, prova oral e defesa de memorial.

§ 2º O edital do concurso público de que trata este artigo estabelecerá as características de cada etapa e os critérios eliminatórios e classificatórios do certame.

Seção II

Da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e do Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Art. 10. O ingresso nos cargos de provimento efetivo de Professor da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e da Carreira do Magistério do Ensino Básico Federal ocorrerá sempre no Nível 1 da Classe D I, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 1º No concurso público de que trata o caput, será exigido diploma de curso superior em nível de graduação.

§ 2º O concurso público referido no caput poderá ser organizado em etapas, conforme dispuser o edital de abertura do certame.

§ 3º O edital do concurso público de que trata este artigo estabelecerá as características de cada etapa do concurso público e os critérios eliminatórios e classificatórios do certame.

Art. 11. O ingresso no Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorrerá na classe e nível únicos, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, no qual serão exigidos:

I - título de doutor; e

II - 20 (vinte) anos de experiência ou de obtenção do título de doutor, ambos na área de conhecimento exigida no concurso.

§ 1º O concurso público referido no caput será organizado em etapas, conforme dispuser o edital de abertura do certame, e consistirá de prova escrita, prova oral e defesa de memorial.

§ 2º O edital do concurso público de que trata este artigo estabelecerá as características de cada etapa e os critérios eliminatórios e classificatórios do certame.

CAPÍTULO III

DO DESENVOLVIMENTO NAS CARREIRAS DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE MAGISTÉRIO FEDERAL

Seção I

Da Carreira de Magistério Superior

Art. 12. O desenvolvimento na Carreira de Magistério Superior ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

§ 1º Para os fins do disposto no caput, progressão é a passagem do servidor para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente, na forma desta Lei.

§ 2º A progressão na Carreira de Magistério Superior ocorrerá com base nos critérios gerais estabelecidos nesta Lei e observará, cumulativamente:

I - o cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível; e

II - aprovação em avaliação de desempenho.

§ 3º A promoção ocorrerá observados o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses no último nível de cada Classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção e, ainda, as seguintes condições:

I - para a Classe de Professor Assistente: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

II - para a Classe de Professor Adjunto: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

III - para a Classe de Professor Associado:

a) possuir o título de doutor; e

b) ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; e

IV - para a Classe de Professor Titular:

a) possuir o título de doutor;

b) ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; e

c) lograr aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou defesa de tese acadêmica inédita.

§ 4º As diretrizes gerais para o processo de avaliação de desempenho para fins de progressão e de promoção serão estabelecidas em ato do Ministério da Educação e do Ministério da Defesa, conforme a subordinação ou vinculação das respectivas IFE e deverão contemplar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, cabendo aos conselhos competentes no âmbito de cada Instituição Federal de Ensino regulamentar os procedimentos do referido processo.

§ 5º O processo de avaliação para acesso à Classe de Professor Titular será realizado por comissão especial composta por, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de profissionais externos à IFE e será objeto de regulamentação em ato do Ministro de Estado da Educação.

§ 6º Os cursos de mestrado e doutorado, para os fins previstos neste artigo, serão considerados somente se credenciados pelo Conselho Nacional de Educação e, quando realizados no exterior, revalidados por instituição nacional competente.

.....
Art. 13. Os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo que atenderem os seguintes requisitos de titulação farão jus a processo de aceleração da promoção: (Redação dada pela Medida Provisória nº 614, de 2013)

I - para o nível inicial da Classe B, com denominação de Professor Assistente, pela apresentação de titulação de Mestre; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 614, de 2013)

II - para o nível inicial da Classe C, com denominação de Professor Adjunto, pela apresentação de titulação de Doutor. (Redação dada pela Medida Provisória nº 614, de 2013)

Parágrafo único. Aos servidores ocupantes de cargos da Carreira de Magistério Superior em 1º de março de 2013 ou na data de publicação desta Lei, se posterior, é permitida a aceleração da promoção de que trata este artigo ainda que se encontrem em estágio probatório no cargo.

.....

Art. 15. Os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo que atenderem os seguintes requisitos de titulação farão jus a processo de aceleração da promoção: (Redação dada pela Medida Provisória nº 614, de 2013)

I - de qualquer nível da Classe D I para o nível 1 da classe D II, pela apresentação de título de especialista; e

II - de qualquer nível das Classes D I e D II para o nível 1 da classe D III, pela apresentação de título de mestre ou doutor.

Parágrafo único. Aos servidores ocupantes de cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico em 1º de março de 2013 ou na data de publicação desta Lei, se posterior, é permitida a aceleração da promoção de que trata este artigo ainda que se encontrem em estágio probatório no cargo.

CAPÍTULO V

DO REGIME DE TRABALHO DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE MAGISTÉRIO FEDERAL

Art. 20. O Professor das IFE, ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:

I - 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional; ou

II - tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho.

§ 1º Excepcionalmente, a IFE poderá, mediante aprovação de órgão colegiado superior competente, admitir a adoção do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando 2 (dois) turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas.

§ 2º O regime de 40 (quarenta) horas com dedicação exclusiva implica o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, com as exceções previstas nesta Lei.

§ 3º Os docentes em regime de 20 (vinte) horas poderão ser temporariamente vinculados ao regime de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva após a verificação de inexistência de acúmulo de cargos e da existência de recursos orçamentários e financeiros para as despesas decorrentes da alteração do regime, considerando-se o caráter especial da atribuição do regime de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva, conforme disposto no § 1º, nas seguintes hipóteses:

I - ocupação de cargo de direção, função gratificada ou função de coordenação de cursos; ou

II - participação em outras ações de interesse institucional definidas pelo conselho superior da IFE.

Art. 21. No regime de dedicação exclusiva, será admitida, observadas as condições da regulamentação própria de cada IFE, a percepção de:

I - remuneração de cargos de direção ou funções de confiança;

II - retribuição por participação em comissões julgadoras ou verificadoras relacionadas ao ensino, pesquisa ou extensão, quando for o caso;

III - bolsas de ensino, pesquisa, extensão ou de estímulo à inovação pagas por agências oficiais de fomento ou organismos internacionais amparadas por ato, tratado ou convenção internacional; (Redação dada pela Medida Provisória nº 614, de 2013)

IV - bolsa pelo desempenho de atividades de formação de professores da educação básica, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil ou de outros programas oficiais de formação de professores;

V - bolsa para qualificação docente, paga por agências oficiais de fomento ou organismos nacionais e internacionais congêneres;

VI - direitos autorais ou direitos de propriedade intelectual, nos termos da legislação própria, e ganhos econômicos resultantes de projetos de inovação tecnológica, nos termos do art. 13 da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004;

VII - outras hipóteses de bolsas de ensino, pesquisa e extensão, pagas pelas IFE, nos termos de regulamentação de seus órgãos colegiados superiores;

VIII - retribuição pecuniária, na forma de pro labore ou cachê pago diretamente ao docente por ente distinto da IFE, pela participação esporádica em palestras, conferências, atividades artísticas e culturais relacionadas à área de atuação do docente, que, no total, não exceda a trinta horas anuais; (Redação dada pela Medida Provisória nº 614, de 2013)

IX - Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, de que trata o art. 76-A da Lei nº 8.112, de 1990;

X - Função Comissionada de Coordenação de Curso - FCC, de que trata o art. 7º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; (Redação dada pela Medida Provisória nº 614, de 2013)

XI - retribuição pecuniária, em caráter eventual, por trabalho prestado no âmbito de projetos institucionais de pesquisa e extensão, na forma da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 614, de 2013)

XII - retribuição pecuniária por colaboração esporádica de natureza científica ou tecnológica em assuntos de especialidade do docente, inclusive em polos de inovação tecnológica, que, no total, não exceda a cento e vinte horas anuais. (Incluído pela Medida Provisória nº 614, de 2013)

§ 1º A participação nas atividades descritas nos incisos III, VIII e XII do caput, deverão ser autorizadas pela IFE, de acordo com o interesse institucional e as diretrizes aprovadas por seu Conselho Superior. (Redação dada pela Medida Provisória nº 614, de 2013)

§ 2º Os limites de valor e condições de pagamento das bolsas e remunerações referidas neste artigo, na ausência de disposição específica na legislação própria, serão fixados em normas da IFE.

§ 3º O pagamento da retribuição pecuniária de que trata o inciso XI do caput será divulgado na forma do art. 4º-A da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

.....
Art. 26. Será instituída uma Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD, em cada IFE vinculada ao Ministério da Educação que possua em seus quadros pessoal integrante do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal.

§ 1º À CPPD caberá prestar assessoramento ao colegiado competente ou dirigente máximo na instituição de ensino, para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente, no que diz respeito a:

I - dimensionamento da alocação de vagas docentes nas unidades acadêmicas;

II - contratação e admissão de professores efetivos e substitutos;

III - alteração do regime de trabalho docente;

IV - avaliação do desempenho para fins de progressão e promoção funcional;

V - solicitação de afastamento de docentes para aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado; e

VI - liberação de professores para programas de cooperação com outras instituições, universitárias ou não.

§ 2º Demais atribuições e forma de funcionamento da CPPD serão objeto de regulamentação pelo colegiado superior ou dirigente máximo das instituições de ensino, conforme o caso.

§ 3º No caso das IFE subordinadas ao Ministério da Defesa, a instituição da CPPD é opcional e ficará a critério do dirigente máximo de cada IFE.

Art. 30. O ocupante de cargos do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, sem prejuízo dos afastamentos previstos na Lei no 8.112, de 1990, poderá afastar-se de suas funções, assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus, para:

I - participar de programa de pós-graduação stricto sensu ou de pós-doutorado, independentemente do tempo ocupado no cargo ou na instituição; (Redação dada pela Medida Provisória nº 614, de 2013)

II - prestar colaboração a outra instituição federal de ensino ou de pesquisa, por período de até 4 (quatro) anos, com ônus para a instituição de origem; e

III - prestar colaboração técnica ao Ministério da Educação, por período não superior a 1 (um) ano e com ônus para a instituição de origem, visando ao apoio ao desenvolvimento de programas e projetos de relevância.

§ 1º Os afastamentos de que tratam os incisos II e III do caput somente serão concedidos a servidores aprovados no estágio probatório do respectivo cargo e se autorizado pelo dirigente máximo da IFE, devendo estar vinculados a projeto ou convênio com prazos e finalidades objetivamente definidos.

§ 2º Aos servidores de que trata o caput poderá ser concedido o afastamento para realização de programas de mestrado ou doutorado independentemente do tempo de ocupação do cargo.

§ 3º Ato do dirigente máximo ou Conselho Superior da IFE definirá, observada a legislação vigente, os programas de capacitação e os critérios para participação em programas de pós-graduação, com ou sem afastamento do servidor de suas funções.

Art. 34. Aos servidores ocupantes de cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, na data de 1º de março de 2013, será aplicado, para a primeira progressão a ser realizada, observando os critérios de desenvolvimento na Carreira estabelecidos nesta Lei, o interstício de 18 (dezoito) meses.

Parágrafo único. O interstício de que trata o caput não será, em nenhuma hipótese, utilizado para outras progressões ou para servidores ingressos na Carreira após a data de 1º de março de 2013.

Art. 35. Anteriormente à aplicação da Tabela de Correlação do Anexo II, o titular de cargo de provimento efetivo da Carreira do Magistério Superior do PUCRCE, em 31 de dezembro de 2012, posicionado na Classe de Professor Associado daquela Carreira, será reposicionado, satisfeitos os requisitos, da seguinte forma:

I - ao Professor de que trata o caput que contar com no mínimo dezessete anos de obtenção do título de doutor será concedido reposicionamento para a Classe D, com denominação de Professor Associado, nível 2; (Redação dada pela Medida Provisória nº 614, de 2013)

II - ao Professor de que trata o caput que contar com no mínimo dezenove anos de obtenção do título de doutor será concedido reposicionamento para a Classe D, com denominação de Professor Associado, nível 3; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 614, de 2013)

III - ao Professor de que trata o caput que contar com no mínimo vinte e um anos de obtenção do título de doutor será concedido reposicionamento para a Classe D, com denominação de Professor Associado, nível 4. (Redação dada pela Medida Provisória nº 614, de 2013)

§ 1º O reposicionamento de que trata este artigo será efetuado mediante requerimento do servidor à respectiva IFE, no prazo de até 90 (noventa) dias a partir da publicação desta Lei, com a apresentação da devida comprovação do tempo de obtenção do título de doutor.

§ 2º O reposicionamento de que trata o caput será supervisionado pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Defesa, conforme a vinculação ou subordinação da IFE.

§ 3º Os efeitos do reposicionamento de que trata este artigo serão considerados por ocasião da aplicação da Tabela de Correlação do Anexo II.

§ 4º O reposicionamento de que trata este artigo não gera efeitos financeiros retroativos anteriores a 1º de março de 2013.


§ 5º O reposicionamento de que trata este artigo não se aplica aos servidores que já se encontrem no respectivo nível ou em nível superior ao qual fariam jus a serem reposicionados.

.....

.....

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 614, DE 2013, PUBLICADA EM 15 DE MAIO DE 2013, QUE "ALTERA A LEI Nº 12.772, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE MAGISTÉRIO FEDERAL; ALTERA A LEI Nº 11.526, DE 4 DE OUTUBRO DE 2007; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE AGOSTO DE 2013, ÀS 15H, NO PLENÁRIO Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e vinte e dois minutos do dia sete de agosto de dois mil e treze, no Plenário número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador José Pimentel, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 614, de 2013, com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Benedito de Lira, Luiz Henrique, Paulo Davim, Ana Amélia, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Cyro Miranda, Eduardo Braga, Ciro Nogueira, Anibal Diniz, Angela Portela, Lídice da Mata, Armando Monteiro; e dos Deputados Dalva Figueiredo, Luciana Santos, Manoel Junior, Osmar Serraglio, Roberto Santiago, Alex Canziani, Artur Bruno, Danilo Forte, Edinho Araújo, Hélio Santos, Professora Dorinha Seabra Rezende, Anthony Garotinho, Glauber Braga, André Figueiredo, Eurico Júnior e Dr. Carlos Alberto. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação do Relatório. O Relator, Deputado Roberto Santiago, procede à leitura do Relatório, que conclui pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência da Medida Provisória nº 614, de 2013, e sua constitucionalidade, juridicidade, adequação orçamentária e financeira e de técnica legislativa; no mérito, pela aprovação da MPV nº 614, de 2013, pela aprovação integral ou parcial das Emendas nºs 7, 13, 14, 15, 16, 29, 31, 44, 52, 54, 76, 77, 83, 84, 85, 90 e 126, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição das demais emendas. Após a leitura, o Presidente concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. O Presidente declara prejudicado requerimento do Deputado Antonio Balhmann solicitando a realização de audiência pública para debater a matéria, por estar ausente o autor, nos termos do art. 242 do Regimento Interno do Senado Federal. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da primeira Reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Rodrigo Ribeiro Bedritichuk, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador José Pimentel, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.



Senador JOSÉ PIMENTEL
Presidente da Comissão

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Governo. PT – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a segunda reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 614/2013.

A presente reunião destina-se à discussão e votação do relatório. O relatório a ser lido encontra-se sobre as bancadas reservadas aos Parlamentares.

Passo a palavra ao Deputado Roberto Santiago para proceder à leitura do relatório.

O SR. ROBERTO SANTIAGO (PSD – SP) – Quer dispensar a leitura e eu disponibilizar o relatório? (*Pausa.*)

Faço a leitura?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Governo. PT – CE) – Deixa ele fazer a apresentação. Você não sabe o trabalho que deu a ele fazer isso.

O SR. ROBERTO SANTIAGO (PSD – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, esta é a Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013, que altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do plano de carreiras e cargos de magistério federal, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, e dá outras providências.

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão Mista, para fins do disposto no art. 62, §9º, da Constituição Federal, a Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013, que altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do plano de carreiras e cargos de magistério federal, altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, e dá outras providências.

A Medida Provisória nº 614, de 2013, é composta de seis artigos.

O art. 1º altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, estabelecendo os planos de carreira de magistério superior e de magistério do ensino básico, técnico e tecnológico.

O art. 2º estabelece que os docentes concursados para o cargo do plano de carreira e cargos de magistério federal serão enquadrados de acordo com alterações propostas no art. 1º.

O art. 3º, por sua vez, altera os anexos da Lei nº 12.772, de 2012, os quais determinam a estrutura do plano de carreiras e cargos de magistério federal, a tabela de correlação do plano de carreiras e cargos de magistério federal, os valores do vencimento básico do plano de carreiras e os cargos de magistério federal e a retribuição por titulação do plano de carreiras, cargos e magistério federal (RT).

O art. 4º altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, objetivando permitir que o docente em regime de dedicação exclusiva possa ocupar cargo de direção (CD), ou função gratificada (FG), e possa optar pela remuneração do cargo efetivo, caso em que perceberá o vencimento acrescido da vantagem relativa ao regime de dedicação exclusiva.

O art. 5º estabelece que as alterações nos requisitos de acesso ao cargo público realizadas não produzem efeitos para os concursos cujo edital tenha sido publicado até 15 de maio de 2013, ressalvada a deliberação em contrário do Conselho Superior da IFE.

O art. 6º estabelece a vigência da MP para a data da sua publicação. Encerrado o prazo regimental no dia 21/05/2013, foram apresentadas 146 emendas à Medida Provisória de autoria dos Srs. Parlamentares: Nelson Marquezelli (Emendas nº 1 e 2); Eduardo Cunha (Emenda nº 3); Rodrigo Rollemberg (Emenda nºs 4 e 5); Zé Geraldo (Emendas nºs 6 e 7); Fátima Bezerra (Emendas nºs 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16); Randolfe Rodrigues (Emendas nºs 17 e 18); Laercio Oliveira (Emendas nºs 19 e 20); Antonio Balhmann (Emendas nºs 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28); Flexa Ribeiro (Emenda nº 29); Newton Lima (Emenda nº 30); José Agripino (Emenda nº 31); Eduardo Barbosa (Emenda nº 32); Stepan Nercessian (Emendas nº 33 e 34); Hugo Napoleão (Emenda nº 35); Professora Dorinha Seabra Rezende e Deputado Beto Faro (Emendas nºs 36, 37 e 38); Cyro Miranda (Emendas nºs 39 e 96); Erika Kokay (Emendas nºs 40, 41 e 42); Artur Bruno (Emendas nºs 43, 61, 62 e 63); Assis do Couto (Emendas nºs 44, 45, 46 e 47); Biffi (Emendas nºs 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56); Fernando Ferro (Emendas nºs 57, 58, 59 e 60); Waldenor Pereira (Emendas nºs 64, 65, 66 e 67); Paulo Rubem Santiago (Emendas 68, 69, 70 e 71); Vanessa Grazziotin (Emendas nºs 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79 e 80); Aloysio Nunes (Emendas nºs 81, 82 e 83); Inácio Arruda (Emendas nºs 84, 85, 86, 87, 88, 89 e 90); Paulo Teixeira (Emenda nº 91); Andreia Zito (Emendas nºs 92 e 93); Dr. Ubiali (Emenda nº 94); Cassio Cunha Lima (Emenda nº 95); Alice Portugal (Emendas nºs 97, 98, 99 e 100); Cida Borghetti (Emenda 101); Ivan Valente (Emendas nºs 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, na sequência até 130); Anselmo de Jesus (Emendas nºs 131, 132, 133 e 134); Magela (Emendas nºs 135, 136, 137 e 138); Fernando Marroni (Emendas nºs 139, 140, 141 e 142); José Airtton (Emendas nº 143, 144, 145 e 146).

Análise.

Compete a esta Comissão Mista, nos termos do art. 62, §9º, da Constituição Federal, emitir parecer sobre a MP nº 614, de 2013, antes de sua apreciação em sessões separadas, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

De acordo com o art. 5º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 8 de maio de 2002, a Comissão Mista deve se pronunciar sobre constitucionalidade da MPV, inclusive quanto ao atendimento dos pressupostos de relevância e urgência; adequação financeira e orçamentária da medida; o atendimento das exigências do § 1º, do art. 2º, daquela resolução, segundo a qual o Presidente da República deve encaminhar ao Congresso Nacional no dia da publicação da MPV no Diário Oficial da União seu texto, acompanhada da respectiva mensagem e exposição de motivos e o mérito da Medida Provisória.

A Medida Provisória nº 614, de 2013, atende à exigência constitucional de relevância e urgência.

Cabe reconhecer como correta a iniciativa do Poder Executivo, pois, no caso desta Medida Provisória, se aplica bem o previsto no *caput*, do art. 2, da Constituição Federal: “Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.”

A Presidente da República exerceu a prerrogativa que lhe confere o art. 62 da Carta Magna, sem incorrer nas limitações materiais constantes do §1º desse artigo, submetendo-a de imediato à deliberação do Congresso Nacional.

No que se refere ao impacto orçamentário e financeiro da proposta apresentada para revisão da carreira do magistério superior, a presente medida tem por finalidade mudanças conceituais e não impactam o orçamento programado para o pessoal docente das instituições federais de ensino.

Em consonância com esse entendimento, aduzimos que a MPV atende aos requisitos de adequação financeira e orçamentária.

Quanto ao requisito do § 1º do art. 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, os elementos constantes do processado da medida provisória demonstram o seu atendimento, pois a Presidente da República encaminhou ao Poder Legislativo o texto da medida provisória acompanhado da respectiva mensagem e exposição de motivos, no dia de sua publicação.

Quanto ao mérito da medida, a carreira dos docentes vinculados às instituições federais de ensino foi objeto da discussão nos últimos anos com as entidades representativas da categoria, que, após amplo debate e negociação, resultou no envio ao Congresso Nacional da proposta de reestruturação da carreira, atual Lei nº 12.772, de 2012, com o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal.

Entretanto, após a edição da Lei nº 12.772, de 2012, alguns segmentos da sociedade acadêmica e científica apresentaram ao Ministério da Educação (MEC) novas contribuições para o aperfeiçoamento da carreira e fortalecimento da gestão das instituições federais de ensino, com propostas referentes a denominações de classes, estruturas de desenvolvimento na carreira, regime de trabalho e titulação acadêmica.

Tendo em vista a necessidade de revisão da carreira para o fortalecimento da carreira e do ensino no País, destacam-se a indicação para a revisão do ingresso na carreira de magistério superior, conforme o disposto no art. 8º da Lei nº 12.772, de 2012, com alterações para o ingresso no nível inicial da classe, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, tendo como requisito de ingresso o título de doutor na área exigida no concurso.

A IFE poderá dispensar no edital de concurso a exigência de título de doutor, substituindo-a pelo título de mestre, de especialista ou por diploma de graduação, quando se tratar de provimento para a área de conhecimento em localidade com grave carência de detentores de titulação acadêmica de doutor, conforme decisão fundamentada de seu conselho superior.

Cabe salientar que ocorreram manifestações contrárias ao ingresso do docente portador de título de doutor no nível inicial, principalmente com a denominação auxiliar, preservando-se o ingresso na classe inicial, que é requisito constitucional que caracteriza o provimento de cargos em carreira e que inexistia no caso de professores, por estarem regulados, antes da edição da Lei nº 12.772, de 2012, por norma infralegal, pré-constitucional.

No entanto, a fim de atender às reivindicações sobre a questão, a classe inicial passa a ser chamada de Classe A, e a denominação de classe variará de acordo com a titulação do docente e será de Adjunto A, se doutor; Assistente A, se mestre; e Auxiliar, se graduado ou portador de título de especialista.

Ressalte-se ainda que a Lei nº 12.772, de 2012, já prevê que, após o período de estágio probatório de três anos, o docente poderá sair da classe inicial diretamente para as classes superiores da carreira, conforme titulação acadêmica que possuírem.

Também é proposto a redução do prazo de 20 anos de experiência ou de obtenção de título de doutor para ingresso no cargo de professor titular livre do magistério superior e professor titular livre do ensino básico, técnico e tecnológico.

Desse modo, está sendo proposta a redução do prazo de experiência para dez anos para ingresso nos respectivos cargos, ambos na área de conhecimento exigida no concurso, conforme disciplinado pelo Conselho Superior de cada IFE.

Alterações no art. 21, que trata do regime de dedicação exclusiva, quanto à percepção de bolsas e outras formas de retribuição a serem permitidas ao professor, se fazem necessárias com o intuito de fomentar e incrementar a pesquisa no âmbito das instituições de ensino, entre elas, o recebimento de bolsas de ensino, pesquisa, inovação ou extensão pagas por agências oficiais de fomento e organismos internacionais que mantêm acordo de cooperação com o Brasil referendado pelo Congresso Nacional e, ainda, retribuição pecuniária, pela participação esporádica em palestras, conferências, atividades artísticas e culturais relacionadas à área de atuação do docentes, que, no total não excedam 30 horas anuais, bem como pela colaboração esporádica de natureza científica ou tecnológica, que, no total, não exceda 120 horas anuais.

Por fim, está sendo proposta alteração no art. 2º da Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, que fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências, para atualizar a redação do § 1º, em razão da edição da Lei nº 12.772, de 2012, bem como a inclusão do § 4º para prever a possibilidade de cessão de docentes para Estados, Municípios e Distrito Federal para ocupação de cargos em comissão nos termos de regulamento do Poder Executivo.

Assim, no mérito, entendemos adequadas essas medidas propostas, tendo em vista que as medidas propostas não oneram o Estado e possibilitam um avanço na carreira dos professores federais e consequentemente poderá desenvolver a educação do Brasil.

Também devemos ter o cuidado de que a presente medida venha incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica para que se aproveite ao máximo o potencial da IFE que apresento algumas alterações para o referido desenvolvimento.

Para alcançarmos o objetivo apresentado na MP, apreciamos 146 emendas parlamentares apresentadas à Medida Provisória nº 614, de 2013, perante a Comissão Mista.

Do total, 129 deixaram de ser acatadas, seja por versarem sobre matérias conexas com temas tratados em outras proposições em tramitação, seja por gerarem impacto financeiro. Nessa condição ficaram as Emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, na sequência até a 146.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Não tem sequência.

O SR. ROBERTO SANTIAGO (PSD – SP) – Está em sequência sim.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Da 30 passa para a 32. Pula a 31.

O SR. ROBERTO SANTIAGO (PSD – SP) – Onde é que você está vendo? Ajude-me aqui.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Da 30 vai para a 32.

O SR. ROBERTO SANTIAGO (PSD – SP) – Porque foi acatada a 31.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ROBERTO SANTIAGO (PSD – SP) – Essas não foram acatadas.

Por outro lado, as demais 17 emendas propostas foram contempladas integral ou parcialmente, em conformidade com as diretrizes iniciais da Medida Provisória. Nessa condição ficaram as Emendas de nº 7, 13, 14, 15, 16, 29, 31, 44, 52, 54, 76, 77, 83, 84, 85, 90 e 126.

Ante o exposto, nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, votamos pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência da Medida Provisória nº 614, de 2013, e sua constitucionalidade, juridicidade, adequação orçamentária e financeira e de técnica legislativa.

No mérito, votamos pela aprovação da MPV nº 614, de 2013, pela aprovação integral ou parcial das Emendas nºs 7, 13, 14, 15, 16, 29, 31, 44, 52, 54, 76, 77, 83, 84, 85, 90 e 126, na forma do seguinte Projeto de Lei de Conversão que oferecemos e pela rejeição das demais emendas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Governo/PT – CE) – Eu quero parabenizar o nobre Relator pelo seu parecer, sem prejuízo das intervenções, vou conceder vista coletiva, conforme acordado no início dos trabalhos.

E terça-feira, às 15h, nós retomaremos a discussão desta matéria.

Antes quero declarar prejudicado o requerimento do Deputado Antonio Balhmann, que solicitava a realização de audiência pública para debater a matéria. Portanto, não estando presente o autor, declaro prejudicado o requerimento, nos termos do art. 242 do Regimento Interno do Senado Federal.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da primeira reunião e sua aprovação nesta reunião.

Os Srs. Senadores e Deputados e as Sras. Senadoras e Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a presente ata, que vai à publicação.

Terça-feira, às 15h, voltaremos a nos reunir.

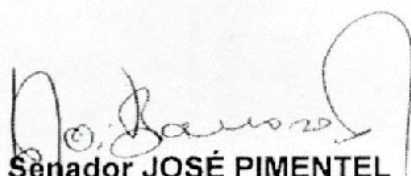
Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 15 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 44 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 614, DE 2013, PUBLICADA EM 15 DE MAIO DE 2013, QUE "ALTERA A LEI Nº 12.772, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE MAGISTÉRIO FEDERAL; ALTERA A LEI Nº 11.526, DE 4 DE OUTUBRO DE 2007; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE AGOSTO DE 2013, ÀS 15H, NO PLENÁRIO Nº 03, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e vinte e seis minutos do dia treze de agosto de dois mil e treze, no Plenário número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador José Pimentel, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 614, de 2013, com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Benedito de Lira, Paulo Davim, Ana Amélia, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Gim, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Anibal Diniz, Angela Portela, Lídice da Mata, Aloysio Nunes Ferreira e Armando Monteiro; e dos Deputados Dalva Figueiredo, Luciana Santos, Manoel Junior, Roberto Santiago, Nilson Pinto, Anthony Garotinho, Alex Canziani, Artur Bruno, Edinho Araújo e Eurico Júnior. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação do Relatório. O Relator, Deputado Roberto Santiago, apresenta Complementação de Voto ao Relatório anteriormente apresentado. São apresentados os Requerimentos nºs 1 e 2 de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando destaque para votação em separado das emendas nºs 39 e 82, respectivamente. O Relator acata as referidas emendas em seu Relatório e os Requerimentos são retirados pelo autor. Encerrada a discussão e colocado em votação, o Relatório com as alterações propostas é aprovado, passando a constituir Parecer da Comissão, o qual conclui pela aprovação da MPV nº 614, de 2013, pela aprovação integral ou parcial das Emendas nºs 7, 13, 14, 15, 16, 31, 39, 44, 52, 54, 76, 77, 82, 83, 84, 85, 90 e 126, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição das demais emendas. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da segunda e da terceira Reuniões, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Rodrigo Ribeiro Bedritichuk, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Senador José Pimentel, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.



Senador JOSÉ PIMENTEL
Presidente da Comissão

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista, destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 614, de 2013, lembrando que nós já fizemos a leitura do parecer e abrimos vista coletiva e, hoje, vamos fazer a discussão e, em seguida, se tivermos acordo, fazer a votação.

A Presidência comunica que, na última reunião, realizada no dia 7 de agosto, o Deputado Roberto Santiago fez a leitura do seu relatório, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria. Portanto, retomar o início dos trabalhos desta reunião é para fazer a discussão.

Quero registrar que a Mesa recebeu dois destaques no que diz respeito à Emenda nº 39 e à Emenda nº 82 e que o nosso nobre Relator estava aqui analisando. Vou abrir a palavra ao nobre relator, para que ela possa fazer alguma complementação, alguma sugestão e, também, se puder, manifestar-se sobre os dois destaques, nós ficaríamos muito gratos, para, em seguida, repassar para o Plenário.

O SR. ROBERTO SANTIAGO (PSD – SP) – Perfeito, Presidente, Senador José Pimentel. Eu tenho uma complementação de voto. Então, vou falar, primeiro, sobre a complementação de voto e, depois, sobre os dois destaques do Senador Aloysio Nunes.

A complementação de voto é no art. 3º-A, que fica da seguinte maneira:

Na execução de convênios, contratos, acordos e demais ajustes na forma desta lei, as fundações de apoio deverão:

1 – Prestar contas dos recursos aplicados aos entes financiadores;

2 – Submeter-se ao controle de gestão pelo órgão máximo da instituição federal de ensino ou similar da entidade contratante; e – o item 3 é este que estou acrescentando –

3 – Submeter-se ao controle finalístico pelo órgão de controle governamental competente.

Então, agregando o item 3 que se refere à fiscalização dos contratos das fundações.

Então, dentro dos dois destaques apresentados, eu acolho aqui o destaque do Senador Cyro Miranda, do PSDB de Goiás, que é o Destaque 39, que trata do seguinte:

A alínea “a”, do § 2º, do art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12

§ 2º

a) Não remunerar por qualquer forma seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso de fundações.”

Art. [mudança do artigo]. A alínea "c" do art. 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, passa a vigorar com a seguinte redação:

"c) – que os cargos de sua diretoria, conselhos fiscais, deliberativos ou consultivos não são remunerados, exceto nos casos de associações assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como valores máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações."

O inciso I, do art. 29 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"I – não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações."

Então, essa é a Emenda nº 39, que está acatada. Agora, vamos para a Emenda nº 82, do Senador Aloysio Nunes Ferreira:

Dê-se ao inciso 8º e 11º do art. 21, da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, alterado pelo art. 1º da Medida Provisória nº 614, de 2013, a seguinte redação:

"VIII. retribuição pecuniária, na forma de pro labore ou cachê pago diretamente ao docente por ente distinto da IFE, pela participação esporádica em assuntos de especialidade do docente, palestras, conferências, atividades artísticas e culturais, devidamente autorizadas pela instituição de acordo com suas regras.

XII. retribuição pecuniária por colaboração esporádica de natureza científica ou tecnológica em assuntos de especialidade do docente, inclusive em polos de inovação tecnológica devidamente autorizadas pelo IFE, de acordo com suas regras."

Então, fica também acatada a Emenda nº 82 – é isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE)

– Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente, em face do acolhimento dessas duas emendas, eu retiro os pedidos de destaque, com meus agradecimentos ao ilustre Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE)

– Eu pergunto, após o acordo, se nós podemos encerrar a discussão. *(Pausa.)*

Está encerrada a discussão.

Tendo em vista o acordo firmado em torno do parecer, eu coloco em votação simbólica o parecer.

Os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras que concordam e os Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas que concordam com o parecer e o adendo aqui apresentado permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Antes de encerrar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior e desta reunião. Os Srs. Congressistas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Portanto, as atas estão aprovadas.

Está encerrada a presente reunião. Muito obrigado.

(Iniciada às 15 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 33 minutos.)

Agenda cumprida pelo Presidente Renan Calheiros

14/08/2013

Quarta-feira

11h	Lançamento da Constituição Federal em formato ePUB Sala de Audiências
12h	Recebe os representantes da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil, Comissão Nacional e Indústria Sucroenergético Sala de Audiências
12h30	Recebe Luciano Almeida, Coordenador do Colégio de Presidentes da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas acompanhado de Membros da Associação Sala de Audiências
13h	Recebe José Ronaldo Marques da Silva, presidente do Sindicato dos Cegonheiros do Brasil acompanhado de representantes da Categoria Sala de Audiências
15h	Reunião de Líderes Sala de Audiências
15h30	Recebe o senador Aécio Neves, o deputado Fabio Ramalho e o deputado Diniz Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais Sala de Audiências
16h	Ordem do Dia Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PCdoB - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 28

PMDB-20 / PP-5 / PSD-2 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Garibaldi Alves.	PMDB/RN
Ivo Cassol.	PP/RO
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
João Alberto Souza.	PMDB/MA
José Sarney.	PMDB/AP
Kátia Abreu.	PSD/TO
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Petecão.	PSD/AC
Sérgio Souza.	PMDB/PR
Valdir Raupp.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 24

PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PCdoB-2

PSOL-1

Acir Gurgacz.	PDT/RO
Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Anibal Diniz.	PT/AC
Antonio Carlos Valadares.	PSB/SE
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PCdoB/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT
Randolfe Rodrigues.	PSOL/AP

Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF
Vanessa Grazziotin.	PCdoB/AM
Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 15

PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Ruben Figueiró.	PSDB/MS
Wilder Moraes.	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 14

PTB-6 / PR-6 / PSC-1 / PRB-1

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues.	PR/SP
Armando Monteiro.	PTB/PE
Blairo Maggi.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Eduardo Lopes.	PRB/RJ
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim.	PTB/DF
João Ribeiro.	PR/TO
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti.	PTB/RR
Vicentinho Alves.	PR/TO

Bloco Parlamentar da Maioria.	28
Bloco de Apoio ao Governo.	24
Bloco Parlamentar Minoria.	15
Bloco Parlamentar União e Força.	14
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Inácio Arruda* (Bloco-PCdoB-CE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Ribeiro** (Bloco-PR-TO)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PCdoB-AM)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vicentinho Alves** (Bloco-PR-TO)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Kátia Abreu* (Bloco-PSD-TO)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Wilder Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (62,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24</p> <p>Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Aníbal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82)</p> <p>Líder do PCdoB - 2 Inácio Arruda (89,99)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Mário Couto - Bloco (34,61)</p> <p>Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Cyro Miranda (31,103)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,68)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 14</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 6 Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72)</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.

2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
63. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
66. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
68. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
69. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
70. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
71. Em 04.02.2013, lido o Ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
76. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
77. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.

78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.
109. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. 142/2013-BLUFOR, lido na sessão de 2 de julho de 2013.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (2,7)	1. VAGO (2,7)
VAGO (2,7)	2.
VAGO (2,7)	3.
VAGO (2,7)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
VAGO (5,8)	1. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	2. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (4,6)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

2) CPI DA ESPIONAGEM

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem, estruturado pelo governo dos Estados Unidos, com o objetivo de monitorar emails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 10/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
	1.
	2.
	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

***. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

****. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

*****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antioissio@senado.gov.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

Designação: 28/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

***. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

4) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Designação: 17/07/2012

Instalação: 08/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 28/11/2012

Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 11/02/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 26/02/2013

Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 12/03/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) ^(4,5)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽²⁾	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. VAGO ⁽¹²⁾
	4. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB) ^(7,9)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. VAGO ^(6,10,11,13)

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 236, de 2012**

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 09/08/2012 a 04/12/2012 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Suspensão de Prazo : 28/11/2012 a (Art. 118, § 4º, do RISF)

Notas:

*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

***. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).

****. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).

*****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.

*****. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.

*****. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).

2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).

3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios N°s 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).

4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 135/2012-GLDBAG).

6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).

7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

9. Em 28.11.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).

10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

11. Em 27.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 36/2013, designando o Senador João Costa, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

12. Vago, em razão de o Senador Luiz Henrique não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDB nº 132/2013).

13. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33031176

E-mail: rprado@senado.gov.br

5) CT- DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

Prazo final: 12/06/2013

Prazo prorrogado: 10/09/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Luiz Henrique (PMDB) ^(2,4)
Senador Paulo Davim (PV) ^(2,4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Jayme Campos (DEM) ^(5,6)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

***. Em 11.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 561, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 90 dias.

***. **Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.**

1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

3. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CTS, que comunica a instalação da Comissão, bem como a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa para Presidente e Relator, respectivamente.

4. Em 19.03.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 116/2013).

5. Vaga cedida ao DEM.(Of. nº107/13-GLPSDB).

6. Em 3.4.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 22/13-GLDEM).

7. Em 4.4.2013, foi lido o Ofício 002/2013-CTS, que comunica a eleição do Senador Psulo Davim para Vice-Presidente nesse colegiado.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues martins

Telefone(s): 061 33033501

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@ssenado.leg.br

**6) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO
CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo final: 07/08/2013

Relatórios Parciais - prazo final: 02/10/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 30/10/2013

Parecer Final da Comissão - prazo final: 28/11/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁹⁾	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB) ^(2,11)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO ^(8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(1,3,4)	

Notas:

*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.

****. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSEF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

*****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Morais como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

*****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.

*****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).

*****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).

*****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).

*****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).

*****. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).

*****. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.

*****. Em 06.08.2013, foi lido o Ofício nº 37/2013-CTCDC, comunicando o cumprimento da finalidade do Requerimento nº 14, de 2013, que suspendeu os prazos previstos no art. 374 do RISF, que voltam a correr a partir desta data.

1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).

3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).

4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).

5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).

10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).

11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 61 33033514

Fax: 61 33031176

**7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP**

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 16

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti

RELATORA: Maria Tereza Uille Gomes ⁽¹⁾

Designação: 22/11/2012

Instalação: 04/04/2013

Prazo final: 02/06/2013

Prazo prorrogado: 30/09/2013

MEMBROS

Sidnei Agostinho Beneti

Gamil Föppel El Hireche

Carlos Pessoa de Aquino

Edemundo Dias de Oliveira Filho

Denis de Oliveira Praça

Maria Tereza Uille Gomes

Marcellus Ugiette

Roberto Charles de Menezes Dias

Técio Lins e Silva

Luís Alexandre Rassi

Sergio Alexandre Meneses Habib

Marco Aurélio Belizze

Maurício Kuehne

Augusto Eduardo de Souza Rossini

Luciano Losekann

Nídea Rita Coltro Sorci

Notas:

*. Em 29.05.2013, foi aprovado o Requerimento nº 476, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias; e amplia em 5 o quantitativo de vagas da Comissão.

**. Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.

1. Em 10.05.2013, a Comissão reunida designou como Relatora a Doutora Maria Tereza Uille Gomes (Of. 15/2013 - SSCEPI).

Secretário(a): REINILSON PRADO

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: rprado@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR
ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO**

Finalidade: Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Requerimento nº 702, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 29.08.2012, aditado pelo Requerimento nº 854, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão

Designação: 22/11/2012

Instalação: 03/04/2013

Prazo final: 30/09/2013

MEMBROS

Luis Felipe Salomão

Marco Maciel

José Antônio Fichtner

Caio Cesar Rocha

José Rogério Cruz e Tucci

Marcelo Rossi Nobre

Francisco Antunes Maciel Müssnich

Tatiana Lacerda Prazeres

Adriana Braghetta

Carlos Alberto Carmona

Eleonora Coelho

Pedro Paulo Guerra de Medeiros

Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski

Francisco Maia Neto

Ellen Gracie Northfleet

André Chateaubriand Pereira Diniz Martins

José Roberto de Castro Neves

Marcelo Henriques Ribeiro de Oliveira

Walton Alencar Rodrigues

Roberta Maria Rangel

Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim

Adacir Reis

Notas:

*. Em 28.11.2012, aprovado o Requerimento nº 1.022, de 2012, que amplia em 4 o quantitativo de vagas da Comissão.

***. Em 27.03.2013, aprovado o Requerimento nº 216, de 2013, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão.

****. Em 17.04.2013, aprovado o Requerimento nº 262, de 2013, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão.

*****. Em 07.05.2013, aprovado o Requerimento nº 355, de 2013, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão.

*****. Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.

9) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mário Couto (PSDB-PA) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 28/11/2012

Instalação: 17/04/2013

Prazo final: 16/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Requião (PMDB) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(1,3,9)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
VAGO ^(5,8)	1. Senador Magno Malta (PR) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPSDB nº 4/2013, designando o Senador Mário Couto como membro titular e o Senador Flexa Ribeiro como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
2. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 208/2012, designando Magno Malta como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
3. Em 09.04.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 116/2013-GLPSDB).
4. Em 10.04.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 149/2013, designando o Senador Jarbas Vasconcelos como membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
5. Em 16.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 92/2013-BLUFOR).
6. Em 16.04.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 152/2013-GLPMDB).
7. Em 17.04.2013, a Comissão reunida elegeu o Senador Mário Couto como Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2013-CTEFPP).
8. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 109/2013-BLUFOR).
9. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.leg.br

**10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
DE ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO COMERCIAL**

Finalidade: Elaborar anteprojeto destinado a substituir o Código Comercial que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Ato do Presidente nº 13, de 2013)

Número de membros: 19

PRESIDENTE: João Otávio de Noronha

VICE-PRESIDENTE: Alfredo de Assis Gonçalves Neto

RELATOR: Fábio Ulhoa Coelho

Instalação: 07/05/2013

Prazo final: 03/11/2013

MEMBROS

João Otávio de Noronha

Fábio Ulhoa Coelho

Alfredo de Assis Gonçalves Neto

Arnoldo Wald

Bruno Dantas Nascimento

Cleantho de Moura Rizzo Neto

Clóvis Cunha da Gama Malcher Filho

Daniel Beltrão de Rossiter Correia

Eduardo Montenegro Serur

Felipe Lückmann Fabro

Jairo Saddi

Marcelo Guedes Nunes

Márcio Souza Guimarães

Newton de Lucca

Osmar Brina Corrêa-Lima

Paulo de Moraes Penalva Santos

Ricardo Lupion Garcia

Tiago Asfor Rocha Lima

Unie Caminha

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 13, de 2013**

PRAZOS

Notas:

*. Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.

11) CT - MODERNIZAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (LEI Nº 8.666/1993)**Finalidade:** Atualizar e modernizar a Lei nº 8.666, de 21 de junho, de 1993, no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Ato do Presidente nº 19, de 2013)

Número de membros: 8**PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)**RELATOR:** Senadora Kátia Abreu (PSD-TO)**RELATOR REVISOR:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)**Ato do Presidente do Senado Federal:** 28/05/2013**Instalação:** 13/06/2013**Prazo final:** 12/08/2013**Prazo final prorrogado:** 11/10/2013**MEMBROS**

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senadora Kátia Abreu (PSD)

Senador Waldemir Moka (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)

Senador Armando Monteiro (PTB)

Senador Wilder Moraes (DEM)

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 19, de 2013****PRAZOS****Notas:**

*. Em 13.06.2013, ocorreu a instalação da Comissão, nos termos do Of. 001/2013-CTLICON.

**. Em 2.7.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 28, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 60 dias.

***. Prazos recontados, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins**Telefone(s):** 61 33033501**Fax:** 61 33031176**E-mail:** sscepi@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(68,13)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) ^(10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³³⁾
José Pimentel (PT) ^(9,10)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(41,42)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ⁽⁵⁷⁾
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) ^(34,35,46,47,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) ^(8,70)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(62,65)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(62,66)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	1. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(17,22,60)
Valdir Raupp (PMDB) ^(36,37,49,50,60,73)	3. VAGO ⁽⁶⁰⁾
Roberto Requião (PMDB) ^(60,64)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	5. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(3,7,16,26,27,60)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	7. Ana Amélia (PP) ⁽⁶⁰⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽⁶⁰⁾	8. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ^(11,12,18,20,60)	9. Benedito de Lira (PP) ^(5,60)
Kátia Abreu (PSD) ^(23,25,43,44,55,59,60)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	2. Aécio Neves (PSDB) ^(2,56)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(30,31,32)
Jayme Campos (DEM) ⁽³⁰⁾	5. Wilder Moraes (DEM) ^(4,15,40)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(45,29)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁷⁾	1. Gim (PTB) ^(67,74)
João Vicente Claudino (PTB) ^(67,74,78)	2. Alfredo Nascimento (PR) ^(48,67,75,78)

Blairo Maggi (PR) (26,27,28,53,67)	3. Eduardo Amorim (PSC) (38,39,51,52,67,71,72,76)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (6,54,67)	4. Vicentinho Alves (PR) (21,67,77)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares, e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Domelles e Ivo Cassol como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares, e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares, e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).
11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
12. Em 14.07.2011, o Senador Rediatario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrellá é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Domelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 88/2013-BLUFOR)
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

Instalação: 09/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PSD)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Moraes (DEM) ⁽¹⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)

2. Em 09.07.2013, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, na Subcomissão (Of. nº 183/2013-CAE).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Delcídio do Amaral (PT) ^(5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Benedito de Lira (PP) ⁽⁸⁾	1. Sérgio Souza (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁷⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
 4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
 5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
 7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
 8. Em 25.06.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Domelles (OF. nº 165/2013-PRESIDÊNCIA/CAE).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
- ***. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Domelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como membro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR)

Notas:

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como membro titular e do Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:

1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).

2. Em 25.6.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 167/2013 - Presidência/CAE).

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽³⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽³⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(42,8)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Ângela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁶⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁸⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ^(23,35)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(6,17,23,30,35)
Roberto Requião (PMDB) ^(2,23,35,37)	2. VAGO ^(23,30,35,49)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(3,4,23,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(23,30,35)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(23,30,35,37)
João Alberto Souza (PMDB) ^(23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) ^(23,30,35)
Ana Amélia (PP) ^(14,15,16,21,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) ^(10,23,30,35)
Paulo Davim (PV) ^(23,25,30,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) ^(23,30,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁴⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁴⁾	2. Cyro Miranda (PSDB) ^(9,11,13,34)
José Agripino (DEM) ^(7,9,34,40,43,44)	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(27,22)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(31,38,41,45,46)	1. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁴¹⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,5,41)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(24,41)
Vicentinho Alves (PR) ^(28,29,32,39,41,47,48)	3. VAGO ^(19,20,33,41)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 - GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (Of. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (Of. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 85/2013-BLUFOR).
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 192/2013-GLPMDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾

RELATOR:

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) ^(3,4)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

4. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).

5. Em 21.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 38/2013 - Presidência/CAS).

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

***. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁷⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽⁷⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(83,23)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) ^(9,88,90)
Ana Rita (PT) ^(54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) ^(9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) ^(7,9,76)
Anibal Diniz (PT) ^(6,75)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(24,25,49,51,60,61)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) ^(8,79)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) ^(32,33)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁸⁷⁾	8. Lindbergh Farias (PT) ^(92,94)
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁸⁸⁾	9. Wellington Dias (PT) ⁽⁹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁸⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ^(39,50,77)	1. Ciro Nogueira (PP) ^(2,4,16,20,27,39,50,77,95,99)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(1,15,39,50,77)	2. Roberto Requião (PMDB) ^(3,16,36,39,46,50,77)
Pedro Simon (PMDB) ^(39,50,77)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(13,16,39,50,52,53,63,64,77)
Sérgio Souza (PMDB) ^(39,50,77)	4. Clésio Andrade (PMDB) ^(14,16,39,50,77)
Luiz Henrique (PMDB) ^(20,39,50,77)	5. Valdir Raupp (PMDB) ^(39,77)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(26,39,77)	6. Benedito de Lira (PP) ^(39,77)
Francisco Dornelles (PP) ^(39,77)	7. Waldemir Moka (PMDB) ^(39,77)
Sérgio Petecão (PSD) ^(40,41,43,70,73,74,77)	8. Kátia Abreu (PSD) ^(29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69,73,74,77)
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁹⁵⁾	9. Paulo Davim (PV) ^(89,96,97,98)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) ⁽⁷¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB) ^(22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁷¹⁾	2. VAGO ^(71,72,100)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁷¹⁾	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(11,71,86)
José Agripino (DEM) ^(17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) ^(18,42,44)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁸⁶⁾	5. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁸⁶⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(59,38)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁸²⁾	1. Gim (PTB) ^(5,45,65,81,82)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(62,82,84,85)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(10,45,80,82)
Magno Malta (PR) ⁽⁸²⁾	3. Blairo Maggi (PR) ^(19,21,34,35,66,67,82)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁸²⁾	4. Vicentinho Alves (PR) ^(47,48,82,91)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

*****. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of.GLPMDDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Atáides Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
75. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
74. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
76. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
77. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

78. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 01/2013 - CCJ).
79. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
80. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
81. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 029/2013).
82. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
83. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
84. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
85. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 81/2013-BLUFOR).
86. Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
87. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
88. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
89. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
90. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
91. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
92. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
93. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
94. Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).
95. Em 09.07.2013, o Senador Romero Jucá deixa a suplência e passa a ser titular do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 217/2013-GLPMDB).
96. Em 10.07.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 225/2013-GLPMDB).
97. Em 11.07.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. 243/2013-GLPMDB).
98. Em 06.08.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 243/2013-GLPMDB).
99. Em 06.08.2013, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofício nº 236/2013-GLPMDB).
100. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁶³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(68,15)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁶⁾
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) ⁽⁴⁷⁾
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(13,23)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁶⁾
Inácio Arruda (PCdoB)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³⁰⁾
	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁹⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(2,19,41,44,60)
Roberto Requião (PMDB) ^(26,27,28,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(41,44,54,60)
Romero Jucá (PMDB) ^(6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) ^(41,60)
João Alberto Souza (PMDB) ^(29,31,37,41,60)	4. Luiz Henrique (PMDB) ^(41,44,60)
VAGO ^(17,41,60,74)	5. Pedro Simon (PMDB) ^(41,44,75)
Ana Amélia (PP) ^(41,44,60)	6. VAGO ^(20,41,44)
Benedito de Lira (PP) ^(41,44,45,46,52,53,60)	7. VAGO ^(10,41)
Ciro Nogueira (PP) ^(41,44,60)	8. ⁽⁴¹⁾
Kátia Abreu (PSD) ^(41,44,60)	9. ⁽⁴¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(3,59)	1. Cícero Lucena (PSDB) ^(32,59)
Alvaro Dias (PSDB) ^(14,22,59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(5,59,70)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁹⁾	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(18,51,59)
José Agripino (DEM) ⁽⁷⁾	5. VAGO ^(8,42,43,59,61,62,76)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(48,39)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁶⁾	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(55,64,66)
VAGO ^(66,71,72,73)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(1,40,66,67)
VAGO ^(11,24,66)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(34,35,57,66,73)
VAGO ^(24,58,66)	4. VAGO ^(49,50,56,65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Domelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e à decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Domelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o OF. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
50. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB).
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).
76. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(64,11)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(63,67)
Acir Gurgacz (PDT) ^(8,12,35,36,43,44)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT) ⁽⁶²⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB) ⁽⁶⁰⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³³⁾	
Romero Jucá (PMDB) ^(13,55)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(37,38,47,48,55)
Luiz Henrique (PMDB) ^(16,17,34,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
Garibaldi Alves (PMDB) ^(55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(17,18,55)
Valdir Raupp (PMDB) ^(4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) ^(14,55,61,68)
Ivo Cassol (PP) ⁽⁵⁵⁾	5. Eunício Oliveira (PMDB) ^(28,29,31,57)
Kátia Abreu (PSD) ^(9,10,19,21,55)	6. VAGO ^(6,25,26,27,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(50,52,72,73)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁰⁾
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7,50,53)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(50,54)
José Agripino (DEM) ^(15,23,24)	3. VAGO ^(23,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(40,33)	
Blairo Maggi (PR) ^(1,22,46,59,65)	1. Gim (PTB) ^(2,56,59,65)
Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,49,51,59,65)	2. VAGO ^(39,59,65,69,70,71)
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁵⁾	3. Armando Monteiro (PTB) ^(65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 - GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF n° 154/2012-GLPMDb).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1° 08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDb n° 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 105/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB n° 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDb n° 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício n° 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. n° 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício n° 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício n° 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício n° 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDb n° 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDb).
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. n° 27/2013-BLUFOR).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. n° 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR n° 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF n° 87/2013 - GLPMDb).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 89/2013-BLUFOR).
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (Of. nº 103/2013 - BLUFOR).
72. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
73. Em 12.08.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 155/2013-GLPSDB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁰⁾	
VAGO ⁽⁹⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	2. VAGO ^(4,9,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,8)	1. VAGO ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Eduardo Amorim (PSC) ^(5,14)	1. VAGO ⁽¹³⁾

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
 6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
 7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. n° 34/2012/CMA).
 9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
 8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
 10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. n° 154/2012-GLPMDB).
 12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
 13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. n° 52/2013-CMA).
 14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. n° 52/2013/CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os

Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽¹⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁸⁾

RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁸⁾

Instalação: 16/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. VAGO ^(7,16)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO ^(7,9,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽²⁰⁾	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(8,19)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) ^(16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(3,7,12)	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(7,13,14,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).

15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).

19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).

20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPOMDB).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾

RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹³⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	1. Aníbal Diniz (PT) ^(6,9)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,3,4,7)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹⁰⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽⁸⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(5,9,12)	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, os Senadores Aníbal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.3.2013, bem como a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.

14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
VAGO ^(2,3,4)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

2. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

3. Em 19.10.2012 o Senador João Costa é designado como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 278/2012/CMA).

4. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

*. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁶⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁰⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(66,14)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) ^(47,50,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁸⁾	4. Anibal Diniz (PT) ^(13,24,26)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) ^(10,37,38)	6. Lídice da Mata (PSB) ^(21,59)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴¹⁾	
VAGO ^(58,67)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(6,8,25,32,58)
VAGO ^(2,11,27,28,29,40,58,70)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(36,58)
Paulo Davim (PV) ^(31,33,39,58)	3. VAGO
VAGO ^(16,30,58,62)	4. VAGO ⁽¹⁹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ^(18,58)	5. VAGO ⁽¹¹⁾
VAGO	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(3,7,15,34,44,61,71)	1. VAGO ^(5,22,57)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ⁽⁵⁶⁾
VAGO ^(17,35,43,52)	3. Wilder Moraes (DEM) ⁽⁴⁶⁾
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(49,41)	
Magno Malta (PR) ^(1,54,65)	1. VAGO ^(45,53,65)
Gim (PTB) ^(9,42,64,65,69)	2. VAGO ^(63,65)
VAGO ⁽⁶⁵⁾	3. VAGO ^(48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

28. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012-BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012-BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabipiribe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Cabipiribe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of. nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).

64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).
65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 191/2013-GLPMDB).
71. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) ⁽⁷⁾
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
 5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
 7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1.

Notas:

1. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

2. Em 10.04.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).

3. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽⁴¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(48,7)	
Jorge Viana (PT) ⁽⁴³⁾	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(43,44,49)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(4,6)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾
Anibal Diniz (PT) ^(44,5,8,9)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(18,17)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁶⁾
Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴²⁾	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Pedro Simon (PMDB) ^(23,24,27,40)	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	5. Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(21,28,32,33,40,12,13,14)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(38,39)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁸⁾
Paulo Bauer (PSDB) ^(38,2)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁸⁾
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) ^(30,45,10)
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁰⁾	4. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(29,22)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(47,51,52)	1. Gim (PTB) ^(34,46,47)
Fernando Collor (PTB) ^(31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(47,1)
Magno Malta (PR) ^(25,26,35,36,47)	3. Armando Monteiro (PTB) ^(19,20,37,47,54)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

13. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012-BLUFOR/SF).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).
54. Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) ^(8,9,10,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(2,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(5,6)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PCdoB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

****. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

*****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
 4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
 5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
 7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
 8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
 9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
 10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- ****. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(15,16,18,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(11,12)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(4,7)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(1,5,9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹³⁾	
VAGO ^(14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ⁽¹³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽²⁰⁾	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
10. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
12. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
13. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n.ºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n.ºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N.º 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. N.º 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. N.º 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento n.º 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. N.º 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n.º 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N.º 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽⁵²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(59,8)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(19,20)
Acir Gurgacz (PDT) ^(30,31,43,44)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁸⁾	6. Lídice da Mata (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Inácio Arruda (PCdoB)	7. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁴⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ^(25,32,33,46,47,54)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(25,54)
Lobão Filho (PMDB) ^(25,54)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(2,3,10,25,54)
Eduardo Braga (PMDB) ^(25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(25,54)
Valdir Raupp (PMDB) ^(25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) ^(9,25,54)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(25,54,58)	5. Waldemir Moka (PMDB) ^(11,21,22,25,54)
Jader Barbalho (PMDB) ^(25,54,64)	6. Ivo Cassol (PP) ^(25,54)
Ciro Nogueira (PP) ^(25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) ^(15,16,17,23,25,54)
Sérgio Petecão (PSD) ^(26,29,38,39,49,50,53,54)	8. Kátia Abreu (PSD) ^(5,6,12,14,26,27,29,50,53,54)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ^(51,55,65)	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ^(1,4,51)	3. VAGO ^(4,7,51,61)
Wilder Moraes (DEM) ^(28,36)	4. Jayme Campos (DEM) ^(28,37)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(40,24)	
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁰⁾	1. Gim (PTB) ⁽⁶⁰⁾
Blairo Maggi (PR) ^(35,45,57,60)	2. VAGO ^(60,66)
Vicentinho Alves (PR) ^(34,60,62,63)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,48,56,60)
Alfredo Nascimento (PR) ⁽⁶⁰⁾	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁶⁰⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 272/2011 - GLPMDB).

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).

23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício n° 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1° 08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. N° 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. N° 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (OF. N° 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 140/2012 - GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO n° 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. n° 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (Of. GLPMDB nº 114/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 86/2013-BLUFOR).
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 134/2013-GLPSDB).
66. Vago, em 6.8.2013, em virtude de o Senador Armando Monteiro não pertencer mais à Comissão (Of. 154/2013-BLUFOR).
67. Em 13.08.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg (Of. nº 112/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,6,10)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1. VAGO (3,4,7,8,9,11)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

***. Em 10.05.2012, foi lido o Of. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PCdoB)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:

*. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽⁴⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(49,10)	
Wellington Dias (PT) ⁽¹⁾	1. João Capiberibe (PSB) ⁽⁴⁴⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴³⁾	2. Zeze Perrella (PDT) ^(7,11)
Inácio Arruda (PCdoB) ⁽⁴⁵⁾	3. Walter Pinheiro (PT) ^(2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(32,33,38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴²⁾	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(20,21,22,28,31,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴²⁾
Ana Amélia (PP) ⁽⁴²⁾	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) ^(15,34,42)	4. Ivo Cassol (PP) ^(26,42)
Benedito de Lira (PP) ⁽⁴²⁾	5. VAGO ^(8,9,16,18)
Kátia Abreu (PSD) ⁽⁴²⁾	6. VAGO ^(23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(5,12,19,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴¹⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁴¹⁾	2. Lúcia Vânia (PSDB) ^(6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Moraes (DEM) ^(4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(36,29)	
Armando Monteiro (PTB) ^(40,48,50)	1. VAGO ⁽⁵⁰⁾
VAGO ^(30,50,51,52,55)	2. VAGO ⁽⁵⁰⁾
Vicentinho Alves (PR) ^(50,53,54)	3. ⁽⁵⁰⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular, e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).

6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).

12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).

14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)

20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).

25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.

30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).

31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).

32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 87/2013-BLUFOR).
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim ^(3,4,5,7,8)	

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽⁴⁾	
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. VAGO ^(10,11)
VAGO ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹²⁾
Ivo Cassol (PP) ^(3,5,6,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012-GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁹⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
 4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
 5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
 8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
 9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(15,65)	
Dalcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(7,10,22,23,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Zeze Perrella (PDT) ^(11,16)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(38,47)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) ^(4,67)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁷⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁶²⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ^(28,29,35,52,62)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁶²⁾	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶²⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ^(25,26,27,36,49,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) ⁽⁶²⁾	4. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶²⁾
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,21,62)	5. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶²⁾
Benedito de Lira (PP) ⁽⁶²⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(17,62)
Kátia Abreu (PSD) ^(31,59,61,62)	7. Garibaldi Alves (PMDB) ^(32,43,44,58,59,61,63)
Waldemir Moka (PMDB) ^(24,33,34,46,66,68,69)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,60)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁰⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(3,9,14,60)
Jayme Campos (DEM)	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(5,18,48,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(45,37)	
Gim (PTB) ^(1,8,49,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(6,54)
	2. Blairo Maggi (PR) ^(24,41,42,55,56)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Dalcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular, e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).

5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).

7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).

9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).

11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).

23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).

24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

26. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 329/2011).

30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).

67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).

68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).

69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).

70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽³⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) ⁽³⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(38,7)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) ⁽³²⁾	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(33,40)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(10,12)
João Capiberibe (PSB) ^(8,9,17)	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT) ⁽⁴⁰⁾	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(1,19,20)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²¹⁾	
Lobão Filho (PMDB) ⁽³¹⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,4,11,31)
João Alberto Souza (PMDB) ^(22,23,27,28,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽³¹⁾	3. Ivo Cassol (PP) ⁽³¹⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(31,36)	4. Benedito de Lira (PP) ^(26,31)
Ciro Nogueira (PP) ⁽³¹⁾	5. Sérgio Souza (PMDB) ^(5,6,13,15,35)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(30,37)	1. VAGO ^(30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁰⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁰⁾
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) ^(24,21)	
Gim (PTB) ^(25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽³⁹⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(3,16,39)	2. VAGO ^(16,29,39)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁹⁾	3. ⁽³⁹⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 026/2011-GLDBAG).

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).

12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zezé Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:

1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).

*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 11/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
Sérgio Souza (PR)		1.	VAGO
Valdir Raupp (RO)		2.	VAGO
João Alberto Souza (MA)		3.	VAGO
Romero Jucá (RR)		4.	VAGO
PT			
Wellington Dias (PI)		1.	Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)		2.	Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)		3.	Angela Portela (RR)
PSDB			
Mário Couto (PA)		1.	Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)		2.	VAGO
PTB			
Gim (DF)		1.	João Vicente Claudino (PI)
PP			
Ciro Nogueira (PI)		1.	
PDT			
Acir Gurgacz (RO)		1.	
PSB			
Lídice da Mata (BA)		1.	Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM			
Jayme Campos (MT)		1.	Maria do Carmo Alves (SE)
PR			
Antonio Carlos Rodrigues (SP)		1.	VAGO

PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 03/04/2013

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros: 5 titulares**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP) ⁽¹⁾	PR

Atualização: 11/03/2013

Notas:

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013**Notas:**

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br**5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 15/03/2013**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 11/02/2011**5ª Designação:** 11/03/2013**6ª Designação:** 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS)
PT
Angela Portela (RR)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
VAGO
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Lídice da Mata (BA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (TO)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB

Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB n° 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽²⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS)
PT
Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
Armando Monteiro (PE)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
José Agripino (RN)
PR
Antonio Carlos Rodrigues (SP)
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2014**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**4ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Jarbas Vasconcelos (PE)
PT
Paulo Paim (RS)
PSDB
Cícero Lucena (PB)
PTB
VAGO ⁽²⁾
PP
Ana Amélia (RS)
PDT
VAGO
PSB
João Capiberibe (AP)
DEM
José Agripino (RN)
PR
VAGO
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)

PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES)
PT
Anibal Diniz (AC)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Moraes (GO)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (TO)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255 **Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾**1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC)
PT
Jorge Viana (AC)
PSDB
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Moraes (GO)
PR
Blairo Maggi (MT)
PSD
Kátia Abreu (TO)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)

PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)
Representante da sociedade civil organizada
André Lima (3)
Pesquisador com produção científica relevante
Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles (3)
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
Rui Carlos Ottoni (3)

Atualização: 11/07/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB n° 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.
3. Designado conforme Of.n° 130, de 2013/CMA, datado de 10.07.2013, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258 **Fax:** 3303.5260

E-mail: scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**
(Resolução nº 1/2006-CN)**Número de membros:** 11 Senadores e 33 Deputados ²**COMPOSIÇÃO** ³

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA)⁸
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)⁸
2º Vice-Presidente: ^{8 e 9}
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP)⁸

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. ⁶
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵
^{7 e 9}	2. ^{5 e 7}
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) ⁵
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) ⁴
Wilder Moraes (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.

5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.

6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.

8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

9- O Senador Francisco Dornelles deixa de integrar a Comissão, em 8-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 210 de 2013, da Liderança Bloco Parlamentar da Maioria, e 157 de 2013, do Líder do PP, no Senado Federal.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Genecias Noronha (PMDB/CE) ⁷
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Priante (PMDB/PA) ⁴
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) ⁴
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) ²
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) ³
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olímpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) ⁵
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1. Alexandre Leite (DEM/SP) ⁸
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Armando Vergílio (PSD/GO)	1. Ademir Camilo (PSD/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Homero Pereira (PSD/MT)
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) ⁶	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. João Dado (PDT/SP)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB¹	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.

3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.

4- Designados os Deputados José Pirante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.

5- Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.

6- Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.

7- Designado o Deputado Genecias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.

8- Designado o Deputado Alexandre Leite, como membro suplente, em vaga existente, em 3-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2013, da Liderança do DEM.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Moraes (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Efraim Filho (DEM/PB)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSOL	Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
PSDB	Lúcia Vânia (PSDB/GO)
PT	Anibal Diniz (PT/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSD	Ademir Camilo (PSD/MG)
PP	Carlos Magno (PP/RO)
PSDB	Domingos Sávio (PSDB/MG)
DEM	Efraim Filho (DEM/PB)
PT	Iriny Lopes (PT/ES)
DEM	Mandetta (DEM/MS)
PMDB	Rose de Freitas (PMDB/ES)
PDT	Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PP	Ivo Cassol (PP/RO)
PSC	Eduardo Amorim (PSC/SE)
PCdoB	Inácio Arruda (PCdoB/CE)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Ricardo Berzoini (PT/SP)
PMDB	Pedro Novais (PMDB/MA)
PSB	Severino Ninho (PSB/PE)
PSD	Júlio Cesar (PSD/PI)
PDT	Weverton Rocha (PDT/MA)
PSC	Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	Evandro Milhomen (PCdoB/AP)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Afonso Florence (PT/BA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Casildo Maldaner (PMDB/SC)
PTB	João Vicente Claudino (PTB/PI)
PSB	Lídice da Mata (PSB/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	José Airtton (PT/CE)
PMDB	Leonardo Quintão (PMDB/MG)
PR	José Rocha (PR/BA)
PSD	Armando Vergílio (PSD/GO)
PSB	Gonzaga Patriota (PSB/PE)
PTdoB	Lourival Mendes (PTdoB/MA)
PT	Afonso Florence (PT/BA)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Roberto Teixeira (PP/PE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
DEM	Wilder Moraes (DEM/GO)
PT	Walter Pinheiro (PT/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Zezéu Ribeiro (PT/BA)
PMDB	José Priante (PMDB/PA)
PR	Wellington Roberto (PR/PB)
PV	Fábio Ramalho (PV/MG)
PPS	Sandro Alex (PPS/PR)
PTB	Alex Canziani (PTB/PR)
PSD	Homero Pereira (PSD/MT)
PP	Roberto Teixeira (PP/PE)

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados²¹**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin^{15, 20 e 27}
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro^{15, 20 e 27}
Relator: Deputado Sarney Filho^{16, 20 e 27}

Instalação: 27-2-2013^{15, 20 e 27}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23 e 26}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
²²	5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3, 14 e 29}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 29}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 29}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 29}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. ^{3 e 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 18 e 29}	4. 3, 19 e 29
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. ^{2 e 24}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. Jayme Campos (DEM/MT) ^{6, 10 e 28}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. ^{8, 9 e 12}
	2.
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{5 e 29}	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25- Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Samey Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ^{2 19}
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Colbet Martins (PMDB/BA) ^{2 e 21}
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
¹⁴	2. ¹⁴
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ^{2, 11 e 13}	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ^{2 e 13}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) ^{2 e 20}	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) ^{2 e 20}
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 18}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) ^{2 e 17}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13 e 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 16}	1. Alfredo Sirkis (PV/RJ) ^{2 16}
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noê, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 22-5-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

20- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.

21- Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Moraes (DEM/GO) ³	1. Jayme Campos (DEM/MT) ³
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO**Presidente:** Deputado Nelson Pellegrino⁴**Vice-Presidente:** Senador Ricardo Ferraço⁴

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE) ¹
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB/MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA) ²
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ³

(Atualizada em 10.04.2013)

Notas:

1- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

2- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

3- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012**

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:**Vice-Presidente:****Relator:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 6}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofícios nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofícios nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela ¹	1. Geraldo Resende ¹
Luiz Pitiman ¹	2. Sandro Mabel ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto ¹	1. Toninho Pinheiro ¹
DEM	
Augusto Coutinho ¹	1. João Bittar ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Instalação: 12-3-2013 ¹
Prazo Final: 11-5-2013
Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 ²
Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013 ³

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

Notas:

- 1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.
2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.
3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013²
Prazo Final: 30-9-2013⁴

Câmara dos Deputados	Senado Federal
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Romero Jucá (PMDB/RR)
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ³	Jorge Viana (PT/AC)
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Pedro Taques (PDT/MT)
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)

Notas:

1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.

5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO**CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Décio Lima (PT/SC)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ¹

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** ²Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA** ²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO ³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO ⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal - Anexo II - Térreo
 Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
ssccn@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO ¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Deputado Newton Lima ²**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer ²**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molling ²

Designação: 07.05.2013

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Iara Bernardi
Fernando Marroni	Márcio Macêdo
Newton Lima	Taumaturgo Lima
PMDB	
André Zacharow	Lelo Coimbra
Iris de Araújo	Osmar Serraglio
Marçal Filho	Ronaldo Benedet
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Urzeni Rocha ³
Eduardo Azeredo	
Walter Feldman	
PSD	
Geraldo Thadeu	Átila Lins
Hugo Napoleão	Dr. Luiz Fernando
Raul Lima	Eleuses Paiva
PP	
Dilceu Sperafico	Luís Carlos Heinze
Renato Molling	Renato Andrade
PR	
Wellington Fagundes	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Beto Albuquerque
Luiza Erundina	Leopoldo Meyer
DEM	
Júlio Campos	
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
PTB	
Paes Landim	Jorge Corte Real
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire	Antônio Roberto
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
João Ananias	Chico Lopes
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PTdoB	
Luis Tibé	

¹-Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.²- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.³-Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.⁴-Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Pedro Simon	Casildo Maldaner
Roberto Requião	Valdir Raupp
Ana Amélia	Luiz Henrique
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy	Acir Gurgacz ⁴
Paulo Paim	Inácio Arruda
Antonio Carlos Valadares ⁴	Humberto Costa
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer	Cássio Cunha Lima
Wilder Moraes	Jayme Campos
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
Alfredo Nascimento	Fernando Collor
Gim	Eduardo Amorim

(Atualizada em 05.06.2013)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 434 páginas
(OS: 14508/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

